CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATA DA 197ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

VOLUME 35 Nº 79
31 DE OUTUBRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2011

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA
(2011-2012)

PRESIDENTE	**Senador**	**JOSÉ SARNEY**	**(PMDB-AP)**
1ª VICE-PRESIDENTE	**Senadora**	**MARTA SUPLICY**	**(PT-SP)**
2º VICE-PRESIDENTE	**Senador**	**WILSON SANTIAGO**	**(PMDB-PB)**
1º SECRETÁRIO	**Senador**	**CICERO LUCENA**	**(PSDB-PB)**
2º SECRETÁRIO	**Senador**	**JOÃO RIBEIRO**	**(PR-TO)**
3º SECRETÁRIO	**Senador**	**JOÃO VICENTE CLAUDINO**	**(PTB-PI)**
4º SECRETÁRIO	**Senador**	**CIRO NOGUEIRA**	**(PP-PI)**

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	**GILVAM BORGES**	**(PMDB-AP)**
2º Senador	**JOÃO DURVAL**	**(PDT-BA)**
3ª Senadora	**MARIA DO CARMO ALVES**	**(DEM-SE)**
4ª Senadora	**VANESSA GRAZZIOTIN**	**(PC do B-AM)**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

ÍNDICE TEMÁTICO

Pág.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Considerações acerca da necessidade do aprimoramento da gestão pública nacional, com destaque à ampliação e requalificação dos quadros técnicos nos órgãos públicos de planejamento e controle. Senador Sérgio Souza. 34

Elogios em razão da escolha do nome do deputado Aldo Rebelo para o cargo de ministro do Esporte, e da ministra Ideli Salvatti para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Senador Antonio Russo..... 48

AGROINDÚSTRIA

Considerações acerca do crescimento na produção de alimentos no Brasil, com destaque para a importância das pesquisas tecnológicas feitas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Senador José Pimentel. 49

DATA COMEMORATIVA

Registro do transcurso do Dia da Árvore, comemorado no dia 21 de setembro, e considerações acerca da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Senador Romero Jucá..... 75

DIREITOS HUMANOS

Considerações acerca do Projeto de Lei 12.528, de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de analisar as violações de direitos humanos no período da ditadura militar; e sobre os 32 anos da criação da Lei da Anistia, em relação à concessão de anistia a todos que, no período de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou eleitorais, e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos. Senador Paulo Paim..... 26

Comentários a respeito do crescimento da população mundial, que atingiu a marca histórica de sete bilhões de seres humanos, alcançada no dia 31 de outubro de 2011. Senadora Ângela Portela..... 31

Registro de pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que traçou um perfil das vítimas do trabalho escravo. Senador Geovani Borges..... 75

EDUCAÇÃO

Considerações a respeito das falhas na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Senador Cyro Miranda..... 44

Registro do recebimento do prêmio Darcy Ribeiro, destinado ao Governo da Bahia, em decorrência do Projeto Todos pela Alfabetização (Topa). Senadora Lídice da Mata..... 61

ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Considerações sobre a sanção, assinada pela presidente Dilma, da lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para atender alunos das redes públicas e trabalhadores que terminaram o ensino médio. Senador Rodrigo Rollemberg..... 69

ESPORTE

Congratulações ao Senhor Aldo Rebelo pela posse no cargo de ministro do Esporte, e manifestação de apoio ao ex-ministro do Esporte, o Senhor Orlando Silva, em decorrência de diversas acusações propagadas pela imprensa. Senadora Lídice da Mata..... 61

Pág.

HOMENAGEM

Homenagem ao Ano Internacional da Química e à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, e voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Antonio Russo. 48

Homenagem aos 38 anos de criação do bloco afro Ilê Aiyê, do Estado da Bahia, e voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senadora Lídice da Mata.. 61

HOMENAGEM PÓSTUMA

Homenagem aos 109 anos de nascimento do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade. Senador Alvaro Dias..... 31

Homenagem aos 109 anos de nascimento do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade. Senador Cyro Miranda..... 44

Registro do falecimento da advogada, ex-ministra e ativista política queniana Wangari Maathai, no dia 25 de setembro. Senador Romero Jucá. 75

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem da Presidente da República nº 495, de 2011, em que a Senhora Presidente da República comunica sua ausência do País no período de 1º a 6º de novembro de 2011, para realizar viagem oficial à República Francesa. 18

ORÇAMENTO

Considerações acerca da aprovação, por parte do Congresso Nacional, da atualização da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, que possibilitou o andamento do Orçamento de 2012 e do Plano Plurianual. Senador José Pimentel..... 56

Apelo para o funcionamento da Comissão de Orçamento no dia 1° de novembro de 2011, tendo como pauta a apreciação de dois relatórios preliminares do Plano Plurianual (PPA) e do Orçamento de 2012. Senador Walter Pinheiro. 55

POLÍTICA CULTURAL

Registro de reunião da CPI do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), ocorrida no dia 27 de novembro de 2011 na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que teve como objetivo debater a questão do direito autoral no Brasil. Senadora Lídice da Mata..... 61

Pág.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Considerações a respeito das políticas públicas de infraestrutura voltadas ao desenvolvimento na área de logística. Senador Alvaro Dias..... 33

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Considerações sobre a construção da ponte que liga Salvador a Itaparica, bem como os benefícios da obra para o desenvolvimento econômico da região. Senador Walter Pinheiro. 64

POLÍTICA DE TRANSPORTES

Considerações acerca da conclusão dos 80 metros que faltavam para terminar a BR-364, e registro da integração em decorrência da conclusão da estrada interoceânica, que tem como principal objetivo proporcionar relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e o Peru. Senador Anibal Diniz. 45

POLÍTICA ENERGÉTICA

Comentários a respeito da autossuficiência do Brasil na produção de petróleo, e considerações acerca da necessidade de investimentos na mão de obra qualificada para o setor. Senador Casildo Maldaner..... 41

Aparte ao senador Casildo Maldaner. Senador Paulo Paim..... 42

Considerações acerca das discussões na Comissão de Assuntos Econômicos acerca dos royalties do petróleo e registro sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2011, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). Senador Delcídio Amaral. .. 57

Aparte ao senador Delcídio Amaral. Senador Blairo Maggi..... 58

Aparte ao senador Delcídio Amaral. Senador Walter Pinheiro. 58

POLÍTICA INDIGENISTA

Indignação em razão do garimpo ilegal nas terras indígenas do Estado de Roraima, destacando as consequências para o meio ambiente e para a sobrevivência da população indígena. Senadora Ângela Portela. 31

Pág.

POLÍTICA INDUSTRIAL

Comentários a respeito do lançamento do programa Brasil Maior, proveniente na Medida Provisória nº 540, de 2011, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), e dá outras providências. Senador José Pimentel..... 49

POLÍTICA SOCIAL

Registro da realização da Conferência da Juventude, no Estado da Bahia, que tem como objetivo debater as políticas públicas voltadas à juventude. Senadora Lídice da Mata..... 61

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Considerações a respeito de emenda, de autoria de Sua Excelência, à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, que garante ganhos reais aos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim. 61

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2011 (nº 03013/2008 na Casa de origem), que altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, para modificar o traçado da Rodovia BR-163 entre as cidades de Rondonópolis e Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. 12

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2011 (nº 4.344/2008, na Casa de origem), que altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) para Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniam)..... 14

Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2011 (nº 6.215/2009, na Casa de origem), que denomina Viaduto Francisco Moya o viaduto localizado no entroncamento da BR-365, km 613,2 com a BR-452, no Estado de Minas Gerais. 15

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2011 (nº 6.434/2009, na Casa de origem), que denomina Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte o trecho da Rodovia BR-101/RJ, entre o bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e a cidade de Parati, ambas no Estado do Rio de Janeiro..... 16

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2011 (nº 7.392/2010, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Advocacia Pública..... 17

Pág.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Projeto de Lei do Senado nº 661, de 2011, que estabelece que toda prefeitura municipal, em trabalho conjunto com as câmaras municipais e a participação popular, pode apresentar, por intermédio da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, uma emenda à despesa na proposta do Orçamento Anual da União. Senador Wilson Santiago..... 18

Projeto de Lei do Senado nº 662, de 2011, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e a apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários. Senadora Ângela Portela. 19

Projeto de Lei do Senado nº 663, de 2011, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de doenças graves ou incuráveis especificadas em lei o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e incluir a pneumopatia grave entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Senador Walter Pinheiro. 21

Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2011, que altera o § 3º do art. 5º do Código de Processo Penal para garantir retribuição pecuniária à pessoa que dá notícia de crime contra a Administração, de cujo processo resulte recuperação de valores. Senador Walter Pinheiro..... 25

REQUERIMENTO

Requerimento nº 1.329, de 2011, que solicita informações à ministra de Estado da Cultura sobre o repasse de verbas para a produção do Rock in Rio Brasil 2011. Senador Alvaro Dias..... 2

Requerimento nº 1.330, de 2011, que solicita informações ao ministro de Estado das Comunicações sobre o repasse de verbas feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a produção do Rock in Rio Brasil 2011. Senador Alvaro Dias. 3

Requerimento nº 1.331, de 2011, que solicita encaminhamento de pedido de informações

Pág.

ao ministro de Estado da Defesa, sobre matéria publicada na revista *Carta Capital*, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título "Paranoia verde-oliva", com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado Manual de Campanha – Contra-Inteligência, elaborado pelo Exército Brasileiro. Senador Aloysio Nunes Ferreira... 3

SAÚDE

Registro de eventos aos quais Sua Excelência compareceu para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2011, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Senador Paulo Davim..... 71

Registro de informações publicadas em diversos noticiários, a respeito da comercialização de lixo hospitalar por parte de empresas brasileiras. Senador Ciro Nogueira..... 76

SEGURANÇA PÚBLICA

Registro de audiência pública e de apelo à Diretoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal, devido à possibilidade de fechamento do posto da Polícia Rodoviária Federal, instalado na BR-364, no Estado de Rondônia. Senador Acir Gurgacz..... 43

SOLIDARIEDADE

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Paulo Paim..... 26

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senadora Ângela Portela..... 31

Aparte à senadora Ângela Portela. Senador Alfredo Nascimento..... 32

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Walter Pinheiro..... 36

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Jorge Viana..... 37

Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Casildo Maldaner..... 38

Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Paulo Paim..... 38

Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Anibal Diniz..... 39

Pág.

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Wilson Santiago..... 40

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Casildo Maldaner..... 41

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Acir Gurgacz..... 43

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Anibal Diniz..... 45

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador José Pimentel..... 49

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Blairo Maggi..... 55

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Decídio Amaral..... 57

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Romero Jucá..... 60

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Benedito de Lira..... 63

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Lindbergh Farias..... 67

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Rodrigo Rollemberg..... 69

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. Senador Wilson Santiago..... 74

TECNOLOGIA

Considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 197, de 2011, de autoria de Sua Excelência, que tem como objetivo modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências. Senador Delcídio do Amaral..... 57

Ata da 197ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 31 de outubro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Angela Portela, dos Srs. Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Anibal Diniz e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 12 minutos e encerra-se às 19 horas e 3 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

197ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 31/10/2011 08:53:51 até 31/10/2011 20:32:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X						
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X						
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X						
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X						
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X						
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X						
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X						
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PV	RN	PAULO DAVIM	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X						
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X						
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X						

Compareceram: 35 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.329, DE 2011

Solicita informações a Sra. Ministra de Estado da Cultura sobre o repasse de verbas para a produção do Rock in Rio Brasil 2011, realizado entre 23 de setembro e 2 de outubro, acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações a Sra. Ministra de Estado da Cultura sobre o repasse de verbas para a produção do Rock in Rio Brasil 2011, realizado entre 23 de setembro e 2 de outubro, acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios:

1. Para qual entidade foram repassados os recursos para a realização do evento e qual foi o valor dos repasses?
2. Qual foi a justificativa utilizada pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura para contrariar as recomendações do TCU no sentido de que o Ministério da Cultura não efetue convênios para repasse de recursos a projetos culturais?
3. Qual foi o Instrumento Legal utilizado pelo Ministério para realizar o repasse desses recursos? **(enviar cópia do respectivo instrumento devidamente assinado pela Ministra)**
4. Qual foi o Parecer da área técnica do Ministério relativo ao Processo que gerou o repasse desses recursos? **(enviar cópia do Parecer)?**
5. Qual foi o Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério relativo ao Processo que gerou o repasse desses recursos? **(enviar cópia do Parecer)**
6. Qual foi o Parecer da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura relativo a liberação desses recursos? **(enviar cópia do Parecer)**
7. Quais foram os funcionários do Ministério que receberam ingressos da organização do evento, contrariando a Lei nº 8.027/90 no seu art. 5º?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 24 de outubro do corrente, publicou matéria intitulada "Verba desafinada no Rock in Rio", mostrando que o Ministério da Cultura autorizou a destinação de R$ 12,3 milhões para a produção do Rock in Rio Brasil 2011.

Ocorre que o Tribunal de Contas da União já havia se manifestado no sentido de que o Ministério da Cultura não efetuasse repasse de recursos para projetos culturais.

Segundo o Jornal,

> *"Documentos obtidos pelo Correio revelam a preocupação de técnicos do ministério com o descumprimento da legislação, que obriga a adoção de medidas para facilitar o acesso às atividades culturais. Por esses pareceres, o dinheiro público deveria financiar eventos culturais que encontram dificuldades de se bancarem. Não foi o caso do Rock in Rio. A receita prevista do festival era de R$34,2 milhões."*

A matéria ressalta ainda que, além de contrariar o TCU e os pareceres de sua área técnica, o Ministério também não deu ouvidos a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura que ressaltava as irregularidades na instrução processual.

A reportagem apurou também que uma verdadeira "caravana" composta de servidores comissionados do MinC foram aos shows munidos com ingressos de cortesia fornecidos pela organização do evento, com o aval e a presença do Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, Henilton Parente de Menezes, ferindo a legislação que estabelece limite do valor de R$ 100,00 para aceitar presentes, de qualquer tipo, ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições, já que o ingresso mais barato custava R$ 190,00.

O Código de Conduta da Alta Administração Federal estabelece que:

> *"Art. 5º É permitida a aceitação de brindes, como tal entendidos aqueles:*
>
> *I – que não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor unitário de R$100,00 (cem reais);"*

Portanto, o objetivo deste requerimento é buscar as justificativas para essa farra milionária e desafinada, bem como apurar as providências que estariam sendo tomadas para sanar possíveis irregularidades.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias,** Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.330, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre o repasse de verbas feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a produção do Rock in Rio Brasil 2011, acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, sobre o repasse de verbas feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a produção do Rock in Rio Brasil 2011, acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios:

1. Qual a justificativa para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos aumentar o patrocínio destinado ao Rock in Rio 2011 enquanto o festival já estava sendo realizado?
2. Qual o total de recursos repassados para o patrocínio desse evento?
3. Qual foi a entidade beneficiada com esses recursos, por meio do Contrato de Patrocínio, durante esse período? **(enviar cópia do contrato)**
4. Por que no Aditivo feito ao Contrato de Patrocínio, foi exigida como contrapartida a liberação de ingressos de cortesia para o evento? **(enviar cópia do termo aditivo)**
5. Qual foi o Parecer Técnico da ECT relativo ao Contrato que gerou o repasse desses recursos? **(enviar cópia do Parecer)?**
6. Qual foi o Parecer Jurídico da ECT relativo ao Contrato que gerou o repasse desses recursos? **(enviar cópia do Parecer)?**
7. Quais foram os empregados da ECT que receberam ingressos da organização do evento, contrariando a Lei nº 8.027/90 no seu art. 5º, bem como o Código de Ética da Administração Pública?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 25 de outubro do corrente, publicou matéria intitulada "Correios pagam caravana do rock", mostrando que a Empresa de Correios e Telégrafos aumentou o patrocínio destinado ao Rock in Rio 2011 enquanto o festival já estava sendo realizado.

Segundo o Jornal,

"O extrato do termo aditivo, publicado no Diário Oficial da União de 30 de setembro – quinto dia de shows –, estabeleceu um acréscimo de 25% ao valor do contrato, que era de R$ 1,75 milhão e passou para R$ 2,2 milhões. A alteração foi feita para incluir mais um dia de evento, que não estava previsto no projeto original, e novas contrapartidas. Entre elas, ingressos do maior e mais rentável festival de música da América Latina."

A reportagem apurou também que uma verdadeira "caravana" composta de empregados da ECT obtiveram ingressos de cortesia fornecidos pela organização do evento, ferindo a legislação que estabelece limite do valor de R$ 100,00 para aceitar presentes, de qualquer tipo, ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições, já que o ingresso mais barato custava R$ 190,00.

O Código de Conduta da Alta Administração Federal estabelece que:

"Art. 5º É permitida a aceitação de brindes, como tal entendidos aqueles:

I – que não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor unitário de R$ 100,00 (cem reais);"

Portanto, o objetivo deste requerimento é buscar as justificativas para essa farra milionária, bem como apurar as providências que estariam sendo tomadas para sanar possíveis irregularidades.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias,** Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.331, DE 2011

(Requerimento CRE nº 50, de 2011)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, sobre matéria publicada pela revista **Carta Capital**, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título *Paranóia verde-oliva,* com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado *Manual de Campanha – Contra-Inteligência* elaborado pelo Exército Brasileiro.

Requeiro, ainda, que se confirmada a existência do Manual, S.Exª informe se, sob sua gestão no Mi-

nistério da Defesa manterá em vigor as orientações dele constantes.

Por fim, solicito informar se as outras duas Armas – Marinha e Aeronáutica – possuem *Manuais* de gênero.

Justificação

A revista **Carta Capital** em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título *Paranóia verde-oliva,* do jornalista Leandro Fortes relata documento intitulado de Manual de Campanha – Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro.

Como vivemos em tempos de democracia plena, com funcionamento das instituições democráticas respaldadas pela Constituição de 1988 – que foi intitulada de Constituição Cidadã, por Ulisses Guimarães –, entendemos que a sociedade brasileira deve ser informada sobre as ações que os órgãos públicos estejam desenvolvendo, a qualquer título.

Como a matéria apresenta somente uma visão sobre o documento, entendo que a participação do Ministro Celso Amorim trará informações úteis e pertinentes, para a sociedade brasileira, contribuído para o bom relacionamento dos Poderes.

Sala da Comissão, 20 de outubro de 2011. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira.**

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: **REQUERIMENTO Nº 50 DE 2011-CRE**

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 27/10/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 – LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 – CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

(À Mesa para decisão)

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 394, de 2011**, na origem, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando a decisão da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.543, referente à suspensão dos efeitos do art. 5º da Lei nº 12.034, de 2009.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 394/P

Brasília, 25 de outubro de 2011

Medida Cautelar na Ação de Inconstitucionalidade nº 4.543

Reqte.(s): Procurador-Geral da República
Intdo.(a/s): Presidente da República
Intdo.(a/s): Congresso Nacional
Adv.(a/s): Advogado-Geral da União
Am. Curiae.: Partido Democrático Trabalhista
Adv.(a/s): Maria Aparecida Silva da Rocha Cortiz e Outro(a/s)

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Senhor(a) Presidente,

Comunico que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão, proferiu, nos autos em epígrafe, julgamento colegiado, cuja parte dispositiva acha-se transcrita a seguir **in verbis**:

> "O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto da Relatora, deferiu o pedido de medida cautelar."

Data Sessão de Julgamento: 19-10-2011

Resultado do Julgamento: "O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto da Relatora, deferiu a medida cautelar requerida, para suspender os efeitos do art. 5º da Lei nº 12.034/09."

Apresento o testemunho de apreço e consideração. – Ministro **Cezar Peluso,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3, de 2011**, na origem, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Áustria, acompanhado da respectiva Ata de Reunião, que comunica a instalação no Congresso Nacional, em 29 de setembro último, do referido Grupo, criado com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas dos dois países.

É o seguinte o ofício:

OF. Nº 003/11/GP-BR/AT

Brasília, 5 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que foi instalado no Congresso Nacional, em 29 de setembro último, o Grupo Parlamentar Brasil–Áustria. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual, Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 37/06, de 8 de fevereiro de 2006, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº 259/05, de minha autoria, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da Áustria. O Grupo é formado por 50 Deputados e 21 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Instalação do Grupo Parlamentar Brasil–Áustria, a relação dos parlamentares que o integram, bem como de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em prol da intensificação do relacionamento entre nossos parlamentares, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente, – Deputado **Nelson Marquezelli,** Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Áustria.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3, de 2011**, na origem, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, acompanhado da respectiva Ata de Reunião, que comunica a reinstalação no Congresso Nacional, em 29 de setembro último, do referido Grupo, criado com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas dos dois países.

É o seguinte o ofício:

OF. Nº 003/11/GP-BR/AR

Brasília, 18 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Cumprimento-o cordialmente, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Con-

gresso Nacional, em 29 de setembro último, o Grupo Parlamentar Brasil–Argentina.

Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual, Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 5/03, de 20 de agosto de 2003, da Câmara dos Deputados, fruto do projeto de Resolução nº 165/07, de minha autoria, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da Argentina. O Grupo é formado por 53 Deputados e 22 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil–Argentina, a relação dos parlamentares que o integram, bem como de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas em prol da intensificação do relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente, – Deputado **Paes Landim,** Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, da Presidência do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 1.666-GP/TCU, de 2011**, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.629/2011–TCU–Plenário, referente ao levantamento de auditoria em obras que menciona.

É o seguinte o aviso:

Aviso nº 1.666-GP/TCU

Brasília, 27 de outubro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para ciência, cópia do Acórdão nº 2629/2011-TCU-Plenário (acompanhado dos respectivos Relatórios e Voto), prolatado por este Tribunal ao apreciar o Processo nº TC-010.643/2008-0, que trata de levantamento de auditoria nas obras de implantação do Contorno Rodoviário Oeste de Boa Vista/RR e duplicação/restauração da BR-174 Sul.

Respeitosamente, – **Augusto Nardes,** Vice-Presidente, na Presidência.

ACÓRDÃO Nº 2629/2011 – TCU – Plenário

1. Processo TC-010.643/2008-0.
1.1. Apenso: 006.062/2009-4
2. Grupo I – Classe V – Assunto: Relatório de Levantamento de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Congresso Nacional; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT (CNPJ 04.892.707/0001-00); Via Engenharia S.A. (CPF 00.584.755/0001-80).
3.2. Responsáveis: Iradilson Sampaio de Souza (CPF 052.605.312-72); Luiz Antônio Pagot (CPF 435.102.567-00).
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex/RR).
8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989); Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668); Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34.406).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria (Fiscobras 2008) realizada na obra de "Construção do Contorno Rodoviário de Boa Vista - BR-174 – RR", inscrita originalmente no Programa de Trabalho 26.782.0238.7E95-Construção de Contorno Rodoviário no Município de Boa Vista (sul e norte) (km 496,10-km 524,10) - na BR-174 - no Estado de Roraima, alterado para o PT.26.782.1456.7F68.0056, no exercício 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Srs. Iradilson Sampaio de Souza e Luiz Antônio Pagot;

9.2. arquivar os presentes autos, após ciência desde acórdão aos responsáveis e interessados indicados no item 3 supra, com fulcro no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata nº 40/2011 – Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2011 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2629-40/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
AUGUSTO NARDES
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Assinado Eletronicamente)
AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE V – PLENÁRIO
TC-010.643/2008-0 [Apenso: TC-006.062/2009-4]
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Responsáveis: Iradilson Sampaio de Souza (CPF 052.605.312-72); Luiz Antonio Pagot (CPF 435.102.567-00).
Interessados: Congresso Nacional; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT; Via Engenharia S.A.
Advogados constituídos nos autos: Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989); Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668); Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34.406).

SUMÁRIO: FISCOBRAS 2008. OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO CONTORNO RODOVIÁRIO OESTE DA CIDADE DE BOA VISTA/RR E DUPLICAÇÃO/RESTAURAÇÃO DA BR-174 SUL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE COEFICIENTE REDUTOR DE PRODUTIVIDADE DA MÃO DE OBRA. SOBREPREÇO. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR PARA RETENÇÃO DE PAGAMENTOS. ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS. REPACTUAÇÃO DO CONTRATO COM REDUÇÃO DE PREÇOS. ACOLHIMENTO DAS JUSTIFICATIVAS. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Trata-se de relatório de auditoria realizada na obra de "Construção do Contorno Rodoviário de Boa Vista - BR-174 – RR", inscrita originalmente no Programa de Trabalho 26.782.0238.7E95-Construção de Contorno Rodoviário no Município de Boa Vista (sul e norte) (km 496,10-km 524,10) - na BR-174 - no Estado de Roraima, alterado para o PT.26.782.1456.7F68.0056 no exercício 2008.

2. Os autos foram apreciados em diversas oportunidades, resultando nos Acórdãos 1.953/2008, 2.552/2008, 859/2009 e 2.219/2009 (ED), todos do Plenário.

3. Desses julgados, confere-se destaque ao Acórdão 859/2009 – Plenário, o qual resultou na determinação da adoção de medidas que ora são objeto de exame, nesta etapa processual, haja vista que o Tribunal deliberou em:

"9.1. determinar à Prefeitura Municipal de Boa Vista, com fundamento no art. 71, incisos VI e IX, da Constituição Federal, e no art. 45 da Lei 8.443/92, que, no prazo de 30 dias a contar da ciência, adote as seguintes providências no âmbito do Contrato 0035/2007-PGMU e do Convênio TT-358/2005-00/Dnit-MT-PMBV:

9.1.1. promova a revisão das memórias de cálculo e do orçamento do projeto executivo da obra, com o objetivo de corrigir suas composições unitárias mediante a exclusão dos coeficientes redutores de produtividade de mão de obra, a fim de que os custos unitários dos serviços permaneçam dentro dos limites estabelecidos pelo Sicro 2 - base Julho/2005 - Amazonas (Manaus), sem prejuízo de adotar as demais adaptações no Sicro 2 pontuadas pela Secob no item VI.A do relatório que fundamentou este acórdão e considerando também as correções quanto ao item 'CBUQ capa de rolamento', conforme exposto no item 33 da proposta de deliberação que acompanha este acórdão;

9.1.2. efetue adequações nas memórias de cálculo e no orçamento do projeto executivo da obra, de forma a corrigir os erros verificados nos quantitativos dos serviços relacionados à pintura

de ligação, largura da camada de base de mistura solo/areia e pavimentação de interseções, conforme apontado nos subitens 9.6.1, 9.6.2 e 9.6.3 do Acórdão 1.953/2008-Plenário;

9.1.3. promova a modificação do Contrato 0035/2007-PGMU mediante a celebração de termo aditivo com a empresa Via Engenharia S.A., com vistas a compatibilizar o contrato de execução da obra com o projeto executivo revisado em atendimento aos itens 9.1.1 e 9.1.2 deste acórdão, bem assim com vistas a fazer constar o custo do item 'Administração Local' explícita e analiticamente na planilha orçamentária;

9.1.4. proceda à correta quantificação do valor pago a maior no âmbito do Contrato 0035/2007-PGMU em decorrência da aplicação indevida dos coeficientes redutores de produtividade e promova a devida compensação, observando que, na referida quantificação, deve ser calculada a diferença entre os totais acumulados até a última medição realizada com base nos valores unitários antigos e os mesmos totais considerando os custos unitários revisados em atendimento ao 9.1.1 deste acórdão;

9.1.5. informe a este Tribunal, no prazo de 30 dias a contar da ciência, sobre o cumprimento das providências referidas nos itens 9.1.1 a 9.1.4 deste acórdão, encaminhando a devida documentação comprobatória, e

9.1.6. submeta ao Dnit o projeto executivo revisado obtido em cumprimento aos itens 9.1.1 e 9.1.2 deste acórdão;

9.2. determinar ao Dnit que, no prazo de 30 dias, contados a partir do recebimento do projeto executivo revisado em razão das determinações contidas neste acórdão, pronuncie-se sobre a sua regularidade;

9.3. determinar à Secex/RR que verifique a execução e a correção das providências adotadas em cumprimento às determinações contidas neste acórdão."

4. Dando início às verificações necessárias ao cumprimento do disposto no subitem 9.3 do aresto, a Secex/RR produziu a instrução de fls. 508/511 do volume 3 destes autos, na qual, apontando a ausência de documentos que comprovassem o cumprimento da deliberação por parte da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, propôs a realização de audiência ao gestor municipal pelo descumprimento do subtem 9.1 do Acórdão 859/2009 – Plenário.

5. Adicionalmente, consignou-se na instrução que pelo fato de não terem sido realizados os ajustes determinados, a prefeitura vinha efetuando pagamentos à contratada em valores originais, ou seja, valores majorados, porém, efetuando retenções nas faturas emitidas.

6. A partir dos elementos acostados ao processo, entendeu-se que também haveria descumprimento da medida cautelar apontada no item 9.1.2 do Acórdão 1.953/2008 – Plenário, combinada com o item 9.2 do Acórdão 2.552/2008 – Plenário, que determinou a retenção, em todas as faturas seguintes da empresa, do percentual de 10,65% sobre o valor total bruto da nota, bem como o valor de R$ 2.103.121,28 de forma parcelada e proporcional, distribuindo-se por cada uma das faturas ainda a serem pagas, observando-se a proporção entre o valor que restaria a ser retido e o saldo devedor. Assim, propôs-se a realização de audiência também em face desse possível descumprimento.

7. Em resposta à audiência, o Prefeito Municipal, Sr. Iradilson Sampaio de Souza, aduziu, em síntese, que o novo projeto executivo foi formulado, porém, após ser enviado ao concedente dos recursos, o Dnit, esse órgão solicitou a realização de adequações várias, o que foi feito em três ocasiões, de modo que aguardava a aprovação daquele órgão.

8. Quanto às retenções, o responsável apresentou planilha de retenções, onde se verificou o total retido de R$ 4.033.082,74 até aquele momento, restando ser retido o valor de R$ 2.456.083,77, resultando na conclusão da unidade técnica, às fls. 517/518, de que as retenções estavam adequadas ao determinado pelos acórdãos até aquele momento, acolhendo-se, portanto, as razões de justificativa apresentadas.

9. Em face dessas informações, a unidade técnica promoveu, então, a audiência do então Diretor-Geral do Dnit, Sr. Luiz Antônio Pagot, em face do descumprimento da determinação expressa

no item 9.2 do Acórdão 859/2009 – Plenário, haja vista a ausência de pronunciamento conclusivo, até aquela data (21/10/2010), sobre a regularidade das alterações determinadas à prefeitura, com relação às adequações do projeto executivo e do contrato.

10. As razões de justificativa do dirigente do Dnit foram examinadas às fls. 527/529. Segundo o responsável, a demora no cumprimento da obrigação se deu em razão de inconsistências técnicas que impediram a imediata aprovação do projeto executivo revisado, tendo o projeto sido aprovado, finalmente, em 24/12/2010, conforme informações do Anexo 15. Diante da evidenciação de todas as providências adotadas com vistas ao cumprimento da deliberação desta Corte, a Secex/RR entendeu, também, que as justificativas deveriam ser acatadas, necessitando, apenas comprovar-se a celebração de aditivo por parte da Prefeitura Municipal.

11. Nova audiência foi então expedida ao prefeito, Sr. Iradilson Sampaio de Souza, ante o possível descumprimento da determinação constante do subitem 9.1.3 do Acórdão 859/2009 – Plenário.

12. Com a apresentação das razões de justificativa por esse responsável e documentação correspondente, a Secex/RR manifestou-se de forma uniforme, em instrução e pareceres de fls. 594/598 pelo arquivamento do feito, ante o cumprimento integral das determinações exaradas, conforme instrução reproduzida a seguir:

"1. Trata-se de levantamento de auditoria realizada nas obras de construção do contorno rodoviário de boa vista e duplicação/restauração de trecho da BR 174 – BR.

2. Tendo em vista as determinações contidas no bojo do presente processo, notadamente o Acórdão 859/2009-TCU-Plenário que direcionou determinações ao Município de Boa Vista/RR e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, esta secretaria de controle externo, em obediência ao disposto no item 9.3 do supramencionado *decisum*, vem realizando procedimentos com vistas a verificar o cumprimento das obrigações a cargo dos jurisdicionados já mencionados.

3. Com esse intuito foi realizada primeiramente, conforme fls. 508-511, audiência da Prefeitura de Boa Vista/RR, convenente e executora da obra objeto do convênio em tela, para que apresentasse suas razões de justificativa pelo transcorrer do lapso temporal que lhe fora concedido, sem que as obrigações de sua alçada (itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5 e 9.1.6 do Acórdão 859/2009-TCU-Plenário) tivessem disso totalmente efetivadas.

4. Com as informações de que o entrave processual era resultado da não ação do concedente, foi proposta e realizada, conforme fls. 516-524, audiência do Dnit para que este apresentasse suas razões de justificativa pelo descumprimento da determinação expressa no item 9.2 do Acórdão 859/2009-TCU-Plenário, mesmo estando o prazo estipulado para implemento já expirado. Em resposta à audiência realizada foram enviados os documentos constantes nos Anexos 14 e 15, onde restou demonstrado que, apesar do prazo expirado, o Dnit havia cumprido sua obrigação de aprovar a revisão do projeto executivo do contrato de execução da obra, motivo pelo qual foram acatadas as razões de justificativa apresentadas.

5. Com esse cumprimento, o concedente demonstrou que quase todas as medidas exaradas pelo Acórdão 859/2009-TCU-Plenário foram atendidas, restando apenas a formalização, pelo convenente, de termo aditivo com a empresa contratada incorporando o novo projeto executivo ao contrato 0035/2007.

6. Para saneamento dessa única pendência, tornou-se necessária nova atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) com o intuito de evitar a delonga exacerbada no cumprimento de seu Acórdão, ocasião em que foi proposta nova audiência do convenente para que fossem apresentadas justificativas pela não celebração de termo aditivo com a empresa executora da obra contemplando as modificações aprovadas no novo projeto executivo.

7. Em resposta à audiência realizada foram enviados os documentos constantes às fls. 537-593, os quais passaremos a analisar.

ANÁLISE DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS

8. Conforme os documentos, fls. 590-593, volume principal, resta comprovado que fora celebrado o termo aditivo entre convenente e empresa executora, estando concluída a última medida que faltava ser cumprida, consoante determinações expostas pelo Acórdão 859/2009-TCU-Plenário.

9. Ademais, conforme justificativa e documentação apresentada, evidenciou-se que a demora no cumprimento da obrigação pela entidade decorreu de procedimentos técnicos e legais que impediram a imediata formalização de termo aditivo contemplando o projeto executivo revisado pelo Dnit.

10. De certo que o trâmite demorado deu-se como imposição normativa, não tendo havido prejuízos ao erário a demora perpetrada e ainda tendo havido o correto cumprimento da determinação exarada, razão pela qual acatamos as razões de justificativa apresentadas pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, na pessoa do seu representante legal, prefeito Iradilson Sampaio de Souza.

CONCLUSÃO

11. Historiando o andamento processual denota-se que o presente feito teve em seu bojo a expedição das seguintes decisões:

a) Acórdão 1.953/2008-TCU-Plenário, sessão do dia 10/9/2008: Primeira decisão do processo que anuiu com as constatações do relatório de auditoria realizado pela Secex/RR;

b) Acórdão 2.552/2008-TCU-Plenário, sessão do dia 12/11/2008: Julgamento do agravo interposto contra medida cautelar contida no Acórdão 1.953/2008-TCU-Plenário;

c) Acórdão 859/2009-TCU-Plenário, sessão do dia 29/4/2009: Julgado que examinou as manifestações encaminhadas em atendimento ao Acórdão 1.953/2008-Plenário; e

d) Acórdão 2.219/2009-TCU-Plenário, sessão do dia 23/9/2009: Julgamento dos embargos de declaração interpostos contra o Acórdão 859/2009-Plenário.

12. Nota-se que o Acórdão 859/2009-TCU-Plenário concentrou todas as determinações do presente processo, razão pela qual o cumprimento das suas deliberações corresponde à efetiva correção dos problemas verificados no relatório de auditoria realizado em 30/7/2008, fls. 163-228, estágio inicial desses autos. Assim, com a robustez dos documentos trazidos aos autos já se é possível fazer uma análise definitiva sobre este processo.

13. Diante do exposto, com espeque no item 9.3 do Acórdão 859/2009-TCU-Plenário que determinou que esta Secretaria de Controle Externo acompanhasse o cumprimento das deliberações nele contidas e considerando terem sido corretos os procedimentos adotados pelos responsáveis arrolados, Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, que atenderam plenamente aos imperativos exarados, propomos que os presentes autos sejam arquivados por terem cumprido o objetivo para o qual foram constituídos.

14. Por derradeiro, cabe mencionar que o TC-007.112/2010-6 (Fiscobras 2010) trata sobre a mesma obra. Entretanto, o seu andamento independe deste. Aliás, no seu relatório já foi informada a separação de constatações. Na mesma linha tem-se o TC-006.062/2009-4 (Fiscobras 2009) que se encontra apensado a este processo, contudo, ele já fora encerrado, fato que viabiliza o arquivamento desses autos, para melhor atender à racionalidade administrativa da ação do controle externo.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

15. Por esse motivo, entendemos que o propósito do presente processo fora alcançado, razão pela qual propomos o arquivamento do feito com espeque no art. 169, IV, do Regimento Interno do Regimento Interno - TCU, aprovado pela Resolução – TCU 155, de 4 de dezembro de 2002."

É o relatório.

VOTO

Trata-se de relatório de auditoria realizada na obra de "Construção do Contorno Rodoviário de Boa Vista - BR-174 – RR", inscrita originalmente no Programa de Trabalho 26.782.0238.7E95-Construção de Contorno Rodoviário no Município de Boa Vista (sul e norte) (km 496,10-km 524,10) - na BR-174 - no Estado de Roraima, alterado para o PT.26.782.1456.7F68.0056 no exercício 2008.

2. Na presente etapa processual, examinam-se as medidas adotadas com vistas ao cumprimento das determinações exaradas por meio do Acórdão 859/2009 – Plenário e acórdãos anteriores, proferidos nestes autos, bem assim as respostas às audiências levadas a efeito junto ao Prefeito Municipal de Boa Vista/RR, Sr. Iradilson Sampaio de Souza, e ao Diretor do Dnit, Sr. Luiz Antônio Pagot, em razão do possível descumprimento das medidas determinadas.

3. Como visto no relatório precedente, as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis conduziram aos seus acolhimentos por parte da unidade técnica, haja vista que, embora as determinações não tivessem sido cumpridas dentro do prazo fixado, sua demora foi devidamente justificada, pois decorreu de necessários ajustes técnicos nos projetos apresentados para aprovação, bem assim, de maior zelo nas suas apreciações.

4. À fl. 590 do vol. 3 dos autos consta o Sexto Termo Aditivo de Supressão do Contrato 035/2007-PGMU, celebrado entre o Município de Boa Vista e a empresa Via Engenharia S.A., o qual teve por objeto a supressão de R$ 7.788.767,38, correspondente a 12,77% em relação ao montante inicialmente contratado, relativo à duplicação e restauração da BR-174.

5. Assim, entendo-se cumprido o objetivo proposto para os presentes autos, restando evidenciada a economia gerada pela ação de controle deste Tribunal.

6. Cumpre, portanto, acolher as razões de justificativa dos responsáveis, conforme dispõe o art. 250, § 1º, do Regimento Interno/TCU, arquivando-se o processo após ciência aos interessados.

Ante o exposto, acolho o parecer da unidade técnica e manifesto-me por que o Tribunal aprove o acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 28 de setembro de 2011.

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
Relator

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 1° de novembro do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2011

(Nº 3.013/2008, na Casa de origem, do Deputado Wellington Fagundes)

Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, para modificar o traçado da Rodovia BR-163 entre as cidades de Rondonópolis e Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A descrição da rodovia BR-163, entre Rondonópolis e Cuiabá, constante do item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (km)	Superposição	
				BR	Km
163	(...)- Rondonópolis – São Lourenço de Fátima – Mimoso – Santo Antônio do Leverger – Cuiabá – Entroncamento com a BR-364 –(...)	MT	220	–	–

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 3.013, DE 2008

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (mudança de traçado do trecho da BR-163 entre Rondonópolis e Cuiabá)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias dos Sistemas Rodoviários Federal, integrantes do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o seguinte trecho rodoviário:

2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal:

.....

.....

				Novo traçado	
BR	Pontos de passagem	UF	Extensão (Km)	BR	KM
-	BR-163 – Saindo de Rondonópolis Passando pelo Distrito de São Lourenço de Fátima no antigo traçado da BR-163 Mimoso – Santo Antonio do Leverger no traçado da MT-040 Chega a Cuiabá passando a esquerda do Distrito Industrial de Cuiabá. Encontro com a BR-364 no Trevo do Lagarto	MT	220,0	163	-

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º O Código da ligação rodoviária que trata o art. 1º da presente lei será definido pela autoridade responsável após a aprovação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A BR-163, vindo de Campo Grande-MS, ao chegar a Rondonópolis-MT se sobrepõe, desnecessariamente, a BR-364. Nesta sobreposição existe uma estrada tomada de graves acidentes devido ao tráfego pesado de veículos, provocado pelo grande potencial agrícola do Estado de Mato Grosso.

A mudança de traçado da BR-163 torna-se de suma importância por diversos motivos:

a) Com o aumento do volume de carga na região os problemas se avolumaram e necessitam de urgente solução. A mudança serve para aliviar o intenso movimento que deságua na BR-364 vindo das rodovias estaduais, MT-270, MT-130, MT-140, MT-337, MT-040 e ainda da BR-070. Mesmo que no futuro aconteça uma duplicação da BR-364, o novo traçado da BR-163 será de suma importância para toda a extensa e rica região.

b) Esse novo traçado vai margear a Ferrovia Ferronorte, podendo servir de apoio a futuros terminais de carga ao longo do trecho.

c) O novo trecho tem a grande vantagem de se desviar da Serra de São Vicente, diminuindo custos na implantação de melhoramentos estruturais.

d) Áreas de grande produção como o Chapadão do Prata será beneficiado, além do que o novo traçado servirá para descongestionar um futuro Terminal de Carga da Ferronorte na capital, Cuiabá.

e) O novo trajeto servirá para o desenvolvimento do turismo em toda a região atingida, especialmente para as localidades de São Lourenço de Fátima, Santo Antônio do Leverger e Barão do Melgaço.

O novo traçado da BR-163 depois de asfaltado no futuro servirá como canal de desafogo do forte tráfego de veículos que tantos problemas têm criado para o governo federal, daí a importância da aprovação do projeto de Lei ora telado.

Sala das Sessões, 13 de março de 2008. – Deputado **Wellington Fagundes.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

.....

2.2.2 - RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇ BR
163	São Miguel D'Oeste-Barracão-Chapecó-Porto Mormbi-Dourados-Rio Brilhante-Campo Grande - Rondonópolis-Cuiabá-Porto Artur-Cachimbo-Santarém-Alenquer-Óbidos-Tiriós-Fronteira c/Suriname	SC-PR-MT-PA	3.966	060

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2011
(Nº 4.344/2008, na Casa de origem, do Deputado Lira Maia)

Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA para Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAM.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede e foro no Município de Santarém, no Estado

do Pará, passa a denominar-se Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAM.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.344, DE 2008

Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA para "Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAMA".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede e foro no Município de Santarém, no Estado do Pará, passa a denominar-se "Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAMA".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Universidade Federal do Oeste do Pará foi criada recentemente a partir do desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.

Ao justificar sua criação, o Poder Executivo argumentou que ela tem o propósito de atender a uma região com economia e cultura peculiares, cujo povoamento se iniciou no século XVII, mas teve seu desenvolvimento refreado, em virtude das dificuldades de transporte e abastecimento que as grandes distâncias impuseram.

A expectativa é que a nova instituição gere benefícios para a Região Amazônica, ampliando e interiorizando a oferta de ensino superior. Simultaneamente, espera-se que seja fomentada a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de promover o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente aliados ao aumento do bem-estar a da prosperidade de seus habitantes.

São justamente os argumentos de sua criação que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, propondo a mudança do nome da UFOPA para Universidade Federal da Integração Amazônica.

Há um certo simbolismo no surgimento dessa jovem instituição, ela é a primeira universidade pública sediada no interior da Amazônia, sendo que sua localização, em Santarém, é privilegiada, integrando as mesorregiões do Sudoeste do Pará e Baixo Amazonas.

A UFOPA é uma resposta sensível do Poder Público às demandas da comunidade acadêmica, do Congresso Nacional e da sociedade civil em geral. A Amazônia, por seu valor estratégico e por seus desafios, é tema que extrapola a ótica local.

A Amazônia precisa de um modelo de desenvolvimento necessariamente inovador, e nada melhor que uma universidade para ajudar a pensar esse caminho. A carência de recursos humanos e de infraestrutura de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, um grande entrave para um projeto sério e consistente, também pode ser combatida com a formação de profissionais e pesquisadores.

Urge que nos inspiremos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a Unila, que nascerá com o compromisso de transcender reduções particularistas em face da urgência de promover, por intermédio do conhecimento e da cultura, a cooperação e o intercâmbio solidários com os demais países da região.

Tal como na América Latina, os povos amazônicos devem se integrar para enfrentar desafios comuns, assimetrias sociais e a construção cooperativa de um modelo de produção e consumo sustentável dos recursos naturais, que permita não somente o desenvolvimento sócio-econômico, mas também a conservação da natureza e da cultura daqueles que nela habitam. É necessariamente, na integração que estão os maiores e melhores auspícios do futuro dessa região.

Por esses motivos, reivindicamos a mudança de denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará para "Universidade Federal da Integração Amazônica". Na certeza de que o pleito é justo e isento de dificuldades, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2008. – Deputado **Joaquim de Lira Maia,** DEM/PA.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2011

(Nº 6.215/2009, na Casa de origem, do Deputado Gilmar Machado)

Denomina Viaduto Francisco Moya o viaduto localizado no entroncamento da BR-365, km 613,2 com a BR-452, saída para Patos de Minas e Araxá da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado Viaduto Francisco Moya o viaduto localizado na BR-365, saída para Patos de Minas e Araxá, no Bairro Morumbi, da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.215, DE 2009

Denomina "Viaduto Francisco Moyá" o viaduto localizado no entroncamento da BR-365, km 613,2 com BR-452, saída para

Patos de Minas e Araxá da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado "Viaduto Francisco Moyá" o viaduto localizado na BR-365, saída para Patos de Minas e Araxá, Bairro Morumbi da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Francisco Moya nasceu em Granada, na Espanha, em 11 de abril de 1904. Em 1990 faleceu deixando 2 filhos e 6 netos, todos residentes em Uberlândia – MG.

Chegou ao Brasil em 1910 imigrando com sua família. Desde cedo começou a trabalhar em lavouras de café do interior de São Paulo.

Na década de 70 mudou-se para Uberlândia onde se tornou pioneiro no plantio de café. Integrado plenamente à vida da cidade de Uberlândia, que o acolheu, e com elevado espírito comunitário fez várias doações de imóveis ao município, como as áreas do Parque Granada, do SESI Gravatás, do Sindicato Rural e do Loteamento City Uberlândia.

Jamais se considerou um espanhol e apregoava com orgulho que sua verdadeira Pátria era o Brasil. Ao mesmo tempo sempre consagrou Uberlândia como sua terra adotiva, à qual dedicou grande parte de sua laboriosa vida.

Pelos motivos expostos, esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2009. – Deputado **Gilmar Machado.**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2011

(Nº 6.434/2009, na Casa de origem, do Deputado Valdemar Costa Neto)

Denomina Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte o trecho da Rodovia BR-101/RJ, entre o bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e a cidade de Parati, no Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da Rodovia Federal BR-101, no Estado do Rio de Janeiro, situado entre o bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e a cidade de Parati, passa a denominar-se Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte.

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 6.434, DE 2009

Denomina como Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte, o trecho da BR-101, no Estado do Rio de Janeiro, situado entre os municípios de Santa Cruz e Parati

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da Rodovia Federal BR-101, no Estado do Rio de Janeiro, situado entre Santa Cruz e Parati, passa a denominar-se Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte.

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Por quase cinquenta anos o Advogado e Procurador Haroldo Fernandes Duarte dedicou a sua inigualável capacidade de trabalho e invulgar inteligência à causa pública.

Admitido como Advogado do DNER em 1947 foi responsável pela estruturação da Procuradoria daquela Autarquia. Chefiou a Procuradoria do então 7º Distrito Rodoviário Federal, órgão regional no Estado do Rio de Janeiro, em duas oportunidades, ocasiões em que a mesma representou a vanguarda do Direito Rodoviário, fruto de centenas de pareceres, instruções e portarias que dotaram as sucessivas Administrações da Autarquia dos instrumentos jurídicos necessários à aplicação da lei à estrada.

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas, revela destacar o empenho e a determinação do Procurador Haroldo Fernandes Duarte por ocasião das obras de construção da Rodovia Rio – Santos (BR-101/RJ), especialmente no litoral fluminense, quando sua atuação foi determinante e decisiva para a pronta liberação dos imóveis atingidos e conclusão das desapropriações que se mostraram necessárias.

Todavia, em abril de 1994, como que por ironia do destino, a lei que durante tantos anos o Procurador Haroldo Fernandes Duarte defendeu e aplicou, impôs ao decano da Procuradoria a aposentadoria compulsória. Seis meses depois, veio o mesmo a falecer, deixando, todavia, um acervo invejável de competência, dedicação e amor a coisa pública.

É, portanto, plenamente justificada a presente homenagem, que visa, sobretudo, resgatar a inestimável contribuição prestada ao serviço público e, em especial, à causa rodoviária, pelo Procurador Haroldo Fernandes Duarte.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2009. – Deputado **Valdemar Costa Neto** (PR/SP).

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2011
(Nº 7.392/2010, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá)

Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Advocacia Pública, função essencial à justiça, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de março, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 7.392, DE 2010

Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Advocacia Pública, função essencial à justiça, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de março, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Advocacia Pública no Brasil constitui função essencial à Justiça (Título IV, Capítulo IV, da Constituição Federal) e ao funcionamento do Estado brasileiro, tendo como principais missões institucionais a representação judicial e extrajudicial dos três Poderes da República e a consultoria jurídica aos governos que se sucedem.

Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, a viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e a estabilidade jurídica das ações governamentais.

Atualmente, a Advocacia Pública no Brasil é desempenhada pela Advocacia-Geral da União (no âmbito federal), pelas Procuradorias-Gerais dos Estados (no âmbito estadual) e pelas Procuradorias-Gerais dos Municípios (no âmbito municipal), encontrando-se disciplinada nos artigos 131 e 132 da Constituição Federal e nas respectivas leis orgânicas.

Considerando o marco histórico inicial da Advocacia Pública em nosso país, verificado na criação do extinto cargo de Procurador dos Feitos da Coroa, da Fazenda e do Fisco, ainda na época do Brasil – Colônia, através do Regimento de 7 de março de 1609, tem-se por salutar firmar tal data como permanente momento de reflexão acerca da história e dos desafios futuros da Advocacia de Estado em nosso país.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2010. – Deputado **Arnaldo Faria de Sá.**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, os Projetos serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 223, de 2011**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007** (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008).

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 223/2011 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 26 de outubro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único o Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências; e rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008, que tramita em conjunto, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que "proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho", para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Com referência ao ofício lido, a Presidên-

cia comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 495, de 2011**, na origem, da Senhora Presidente da República, que comunica sua ausência do País, no período de 1º a 6 de novembro de 2011, para realizar viagem oficial à República Francesa.

A referida matéria foi anexada ao processado da Mensagem nº 37, de 2011.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 495

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 1º a 6 de novembro de 2011, em viagem oficial à República Francesa.

Brasília, 28 de outubro de 2011. – **Dilma Rousseff.**

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 661, DE 2011

Estabelece que toda Prefeitura Municipal em trabalho conjunto com as Câmaras Municipais e participação popular, podem apresentar, por intermédio da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, uma emenda à despesa na proposta do Orçamento Anual da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Prefeituras Municipais, em trabalho conjunto com as Câmaras Municipais e participação popular, podem apresentar, por intermédio da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, uma emenda à despesa, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na proposta do Orçamento Anual da União, prevista no inciso III do Art. 165 da Constituição Federal.

I – À Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal cabe receber física e eletronicamente as emendas das Prefeituras Municipais, apresentar e encaminhar eletronicamente, no prazo determinado, à comissão mista permanente, prevista no § 1º do Art. 166 da Constituição Federal.

II – Para a efetivação desta lei, será utilizado o mesmo sistema eletrônico de envio de emenda da comissão mista do inciso anterior.

III – Durante todo processo de elaboração orçamentária é proibida a alteração do objeto e do valor das emendas apresentadas pelas Prefeituras Municipais.

Art. 2º Para fins do cumprimento do Art. 61 da Constituição Federal, a Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal é a autora da emenda enviada pela Prefeitura.

Art. 3º A reserva de contingência é a fonte de recurso das emendas previstas nesta lei.

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias, prevista no inciso II do Art. 165 da Constituição Federal, estabelecerá o reajuste anual e o valor total reservado para atender a despesa prevista nesta lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

A Constituição de 1988 em prol do exercício da democracia e da soberania popular compatibilizou, no seu art. 1º, a existência da democracia representativa e da democracia participativa, sem exclusão ou concorrência, mas complementar e harmônica.

A peça orçamentária é o principal instrumento de trabalho da administração pública, porque é através do orçamento que se verifica quais os planos e metas dos governantes, quais os setores que serão contemplados pelo administrador, quais as suas intenções para com a população, dessa forma quanto maior for adequação do orçamento as necessidades de uma cidade, maiores serão os benefícios proporcionados a ela.

Em que pese ser o orçamento público do País uma peça técnico-administrativa, com este Projeto de Lei, creio estar contribuindo para o crescimento da participação popular no orçamento do País. Os brasileiros precisam ter instrumentos para participar sistematicamente da elaboração do orçamento público. Ao proporcionar as pessoas à chance de tornarem-se fiscais dos gestores públicos é, ao mesmo tempo, contribuir para a redução da corrupção.

Ao submeter ao crivo da população municipal, todo o processo será discutido, elaborado e acompanhado pelos cidadãos, que, de forma organizada, vão eleger sua principal necessidade e assim, gerar uma maior responsabilidade dos chefes do Poder Executivo para com o uso do dinheiro público.

Dentre outras experiências realizadas no Brasil, destaco a experiência de Orçamento Participativo implantado na cidade de Porto Alegre/RS, que conseguiu

destaque nacional e internacional, como um dos melhores modelos de administração pública do mundo.

Assim, pelos motivos aqui expostos é que submeto o presente projeto à deliberação desta Casa, solicitando aos nobres pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Wilson Santiago,** PMDB/PB.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

Seção II
Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, DE 2011

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. .....

.....

VII – controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las nas condições previstas nesta Lei e homologar reajustes, bem como classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços prestados em regime privado;

.....

Parágrafo único. A classificação e organização da oferta de planos e serviços prestados em regime privado a que se refere o inciso VII visa facilitar a compreensão, comparação e seleção, pelo usuário da prestadora, do produto mais adequado ao seu perfil." (NR)

Art. 2º O art. 70 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70. .....

.....

IV – omitir informações sobre características técnicas e preços dos serviços prestados, ou oferecê-las em formato que dificulte ao usuário compreendê-las e compará-las com as demais alternativas de mercado.

Parágrafo único. Caberá à Anatel propor às prestadoras de serviços formas de aprimorar a qualidade na organização e apresentação das informações a que se refere o inciso IV, sempre que solicitado por entidade de defesa dos consumidores." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A diversidade e quantidade de planos de serviço que têm sido oferecidos pelas operadoras de telecomunicações desde a reestruturação do setor, associada à evolução da tecnologia, que continuamente nos coloca à disposição novos recursos e possibilidades, não têm gerado apenas benefícios aos usuários.

O excesso de planos de serviço e a omissão de informações relevantes sobre características e preços dos serviços, ou a simples dificuldade em compreendê-los, torna a tarefa de selecionar a prestadora e o

produto mais adequados complexa e, por vezes, impossível para o cidadão comum.

Crescem diariamente as reclamações de usuários que se sentiram enganados, iludidos ou simplesmente incapazes de traduzir as informações oferecidas pelas operadoras, e acabaram contratando produtos que, ao invés de melhorarem suas vidas, criaram novos problemas a resolver.

O objetivo deste projeto é exigir que o órgão regulador e, principalmente, as operadoras de telecomunicações prestem as informações necessárias, em formato simples, para que o usuário proceda à sua escolha com mais segurança.

Com a certeza de que diversos colegas nesta Casa já foram vítimas dos problemas que este projeto procura resolver, submeto-o à apreciação geral, convicta de que contribuirá para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Sala das Sessões, – Senadora **Angela Portela.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

.....

Art. 19. À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de telecomunicações;

II – representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações, sob a coordenação do Poder Executivo;

III – elaborar e propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado das Comunicações, a adoção das medidas a que se referem os incisos I a IV do artigo anterior, submetendo previamente a consulta pública as relativas aos incisos I a III;

IV – expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público;

V – editar atos de outorga e extinção de direito de exploração do serviço no regime público;

VI – celebrar e gerenciar contratos de concessão e fiscalizar a prestação do serviço no regime público, aplicando sanções e realizando intervenções;

VII – controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las nas condições previstas nesta Lei, bem como homologar reajustes;

VIII – administrar o espectro de radiofreqüências e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas;

IX – editar atos de outorga e extinção do direito de uso de radiofreqüência e de órbita, fiscalizando e aplicando sanções;

X – expedir normas sobre prestação de serviços de telecomunicações no regime privado;

XI – expedir e extinguir autorização para prestação de serviço no regime privado, fiscalizando e aplicando sanções;

XII – expedir normas e padrões a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços de telecomunicações quanto aos equipamentos que utilizarem;

XIII – expedir ou reconhecer a certificação de produtos, observados os padrões e normas por ela estabelecidos;

XIV – expedir normas e padrões que assegurem a compatibilidade, a operação integrada e a interconexão entre as redes, abrangendo inclusive os equipamentos terminais;

XV – realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência;

XVI – deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação de telecomunicações e sobre os casos omissos;

XVII – compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviço de telecomunicações;

XVIII – reprimir infrações dos direitos dos usuários;

XIX – exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;

XX – propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministério das Comunicações, a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à implantação ou manutenção de serviço no regime público;

XXI – arrecadar e aplicar suas receitas;

XXII – resolver quanto à celebração, alteração ou extinção de seus contratos, bem como quanto à nomeação, exoneração e demissão de servidores, realizando os procedimentos necessários, na forma em que dispuser o regulamento;

XXIII – contratar pessoal por prazo determinado, de acordo com o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

XXIV – adquirir, administrar e alienar seus bens;

XXV – decidir em último grau sobre as matérias de sua alçada, sempre admitido recurso ao Conselho Diretor;

XXVI – formular ao Ministério das Comunicações proposta de orçamento;

XXVII – aprovar o seu regimento interno;

XXVIII – elaborar relatório anual de suas atividades, nele destacando o cumprimento da política do setor definida nos termos do artigo anterior;

XXIX – enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério das Comunicações e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional;

XXX – rever, periodicamente, os planos enumerados nos incisos II e III do artigo anterior, submetendo-os, por intermédio do Ministro de Estado das Comunicações, ao Presidente da República, para aprovação;

XXXI – promover interação com administrações de telecomunicações dos países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, com vistas à consecução de objetivos de interesse comum.

.....

Art. 70. Serão coibidos os comportamentos prejudiciais à competição livre, ampla e justa entre as prestadoras do serviço, no regime público ou privado, em especial:

I – a prática de subsídios para redução artificial de preços;

II – o uso, objetivando vantagens na competição, de informações obtidas dos concorrentes, em virtude de acordos de prestação de serviço;

III – a omissão de informações técnicas e comerciais relevantes à prestação de serviços por outrem.

.....

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, DE 2011

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de doenças graves ou incuráveis especificadas em lei o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e incluir a pneumopatia grave entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. .....

.....

XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, ou for portador de alguma das doenças presentes na lista a que faz referência o inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do regulamento;

..... " (NR)

Art. 2º O art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 151. A lista de doenças mencionada no inciso II do art. 26 incluirá, obrigatoriamente, tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), contaminação por radiação, hepatopatia grave e pneumopatia grave." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, isenta do cumprimento do período de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez os portadores de doenças que constem de lista a ser elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social. Até sua elaboração, essa lacuna foi suprida pelo rol de doenças constante do art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estabelece, **in verbis:**

Art. 151. Até que seja elaborada a lista de doenças mencionadas no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; es-

pondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids; e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

A lista só foi elaborada quase dez anos após a publicação da lei e consta da Portaria Interministerial MPAS/MS nº 2.998, de 23 de agosto de 2001, dos Ministérios da Previdência e Assistência Social (MPAS) e da Saúde (MS). Em relação ao rol constante do art. 151, foi incluída somente a hepatopatia grave.

O projeto de lei que ora submeto à apreciação do Senado Federal tem como objetivo estender o benefício aos portadores de pneumopatia grave, expressão que inclui, entre outras doenças, a forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar (LAM).

A LAM é uma doença que acomete mulheres, na maioria das vezes jovens em idade reprodutiva. Os raríssimos portadores do sexo masculino têm padrão hormonal alterado.

A LAM é uma doença rara, em parte por ser pouco conhecida pela maioria dos médicos, o que dificulta o estabelecimento do diagnóstico. Sua prevalência é estimada em um caso por um milhão de habitantes, o que corresponderia a 190 brasileiros portadores dessa doença. De acordo com a Associação LAM do Brasil (ALAMBRA), contudo, as portadoras da doença no Brasil somam 350 mulheres.

A evolução da LAM é lenta, mas contínua, o que a torna uma doença grave alguns anos após o início dos sintomas. Os principais órgãos acometidos são os pulmões. Todavia, os rins, os gânglios linfáticos e outros órgãos podem, também, sofrer comprometimento. Os principais sintomas são a dificuldade respiratória e a tosse seca. Pode ocorrer pneumotórax espontâneo, que é o rompimento do pulmão e o enchimento da cavidade torácica com ar.

Não existe tratamento medicamentoso eficaz contra a LAM, e o agravamento da doença pode exigir o uso frequente de oxigênio e, como medida extrema, o transplante de pulmão e a nefrectomia, que é a retirada do rim comprometido.

Na sua fase mais avançada, a LAM é uma doença grave e incapacitante para as atividades que demandem esforços físicos. Isso significa, em muitos casos, incapacidade para atividades laborativas. Além de ser apenado com a perda dos rendimentos do seu trabalho, o portador de LAM tem que arcar com algumas despesas relacionadas com o tratamento, pois nem sempre os medicamentos, os cilindros de oxigênio e outros equipamentos de que necessitam estão disponíveis nos serviços públicos de saúde.

Como salientado, o projeto que submeto à apreciação dos Senhores Parlamentares tem a finalidade de beneficiar os portadores de LAM. Ressalto que, nesta Casa, tramitou um projeto – de cuja justificação foram retirados trechos aqui reproduzidos –, já arquivado, que tratava da doença. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 67, de 2005, do Senador Fernando Bezerra, estendia aos portadores de LAM os benefícios concedidos aos portadores de aids.

No projeto de minha autoria, diferentemente do PLS nº 67, de 2005, que, a meu ver, invadia a competência privativa atribuída ao Presidente da República para iniciar leis referentes a servidores públicos civis e militares, decidi restringir a proposta aos benefícios de isenção do prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no âmbito do regime de benefícios da Previdência Social e de levantamento dos recursos disponíveis no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Neste segundo caso, passam a ter o direito de sacar o FGTS todos os trabalhadores acometidos pelas doenças graves ou incuráveis listadas pela Previdência Social e também aqueles que tiverem dependentes que sofram dessas doenças.

Conforme já mencionado, em vez de citar explicitamente a LAM, optei por utilizar a expressão "pneumopatia grave", condição que abrange a forma incapacitante daquela doença. Tal opção contempla um número maior de doentes, como os portadores de enfisema pulmonar e de bronquite crônica, por exemplo, além de corrigir o que parece ser outra omissão da legislação, tendo em vista que as normas citadas já incluem a "cardiopatia grave", a "nefropatia grave" e a "hepatopatia grave".

Para atingir a primeira finalidade almejada, proponho modificar o art. 151 da lei que trata dos planos de benefícios da Previdência Social, de forma a incluir a doença na lista constante do dispositivo, atualizá-lo em conformidade com a lista constante da Portaria Interministerial MPAS/MS nº 2.998, de 2001, e alterar a parte de sua redação que deixou de fazer sentido desde a publicação da citada portaria.

É importante ressaltar que nem todos os portadores da doença precisarão beneficiar-se da isenção, visto que a incapacidade para o trabalho, condição necessária para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, não acomete a todos eles. Ademais, o benefício só será concedido quando, além de constatada essa condição, a filiação do doente ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) tenha ocorrido antes da manifestação da doença.

Para atingir a segunda finalidade almejada, proponho modificar o inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036,

de 11 de maio de 1990, para possibilitar o saque do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador de alguma das doenças listadas no art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do regulamento. O dispositivo hoje em vigor só possibilita esse saque quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave.

Estou convicto de que a medida proposta contribuirá para beneficiar pessoas que se vêem, muitas vezes em plena juventude, impossibilitada de contribuir com o seu trabalho para o sustento da família. Essa convicção leva-me a contar com o apoio dos Parlamentares de ambas as Casas Legislativas para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Conversão da Medida Provisória nº 177/90
Vide Lei nº 9.012, de 1995
Vide Decreto nº 99.684, de 1990
Vide texto compilado

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O Presidente da República , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º .....

.....

Art. 19-A. .....

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – .....

.....

XIII – .....

XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XV – .....

.....

Art. 21. .....

.....

Art. 32. .....

Brasília, 11 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República. **– FERNANDO COLLOR – Zélia M. Cardoso de Mello – Antonio Magri – Margarida Procópio**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**. de 14-5-1990 e retificado em 15-5-1990

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Regulamento
Texto compilado
Normas de hierarquia inferior
Mensagem de veto

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Da Finalidade e dos Princípios Básicos da Previdência Social

Art. 1º .....

.....

Art. 25. .....

Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I – .....

II – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;

III – .....

Art. 27. .....

.....

~~Art. 150. .....~~

Art. 151. Até que seja elaborada a lista de doenças mencionadas no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids; e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

~~Art. 152. .....~~

.....

Art. 156. .....

Brasília, 24 de julho de 1991; 170º da Independência e 103º da República. – **FERNANDO COLLOR – Antonio Magri.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**. de 25-7-1991 e Republicado no **DOU**. de 14-8-1998

PORTARIA INTERMINISTERIAL
MPAS/MS Nº 2.998, DE 23 DE AGOSTO DE 2001

Os Ministros de Estado da Previdência e Assistência Social e da Saúde, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal de 1998, e tendo em vista o inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o inciso III do art. 30 do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, resolvem:

Art. 1º As doenças ou afecções abaixo indicadas excluem a exigência de carência para a concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez aos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS:

I – tuberculose ativa;

II – hanseníase;

III– alienação mental;

IV– neoplasia maligna;

V – cegueira

VI – paralisia irreversível e incapacitante;

VII– cardiopatia grave;

VIII – doença de Parkinson;

IX – espondiloartrose anquilosante;

X – nefropatia grave;

XI – estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);

XII – síndrome da deficiência imunológica adquirida – Aids;

XIII – contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e

XIV – hepatopatia grave.

Art. 2º O disposto no artigo 1º só é aplicável ao segurado que for acometido da doença ou afecção após a sua filiação ao RGPS

Art. 3º O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS adotará as providências necessárias à sua aplicação imediata.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Roberto Brant,** Ministro da Previdência e Assistência Social – **José Serra,** Ministro da Saúde.

PLS – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2005

Autor: Senador Fernando Bezerra

Ver imagem das assinaturas

Ementa: Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar.

Assunto: Social – Previdência social

Data de apresentação: 9-3-2005

Situação atual:

Local: 4-2-2011 – Secretaria de Arquivo

Situação: 7-1-2011 – ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Matérias relacionadas: RQS – REQUERIMENTO 612 de 2005

Indexação da matéria: Clique para ver/ocultar a indexação da

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67 , DE 2005

Altera a ementa e o art. 1º da Lei no 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988,passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estende aos portadores da síndrome da imunodeficiência adquirida(SIDA/AIDS) ou da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar os benefícios que especifica e dá outras providências. (NR)"

Art. 2º O **caput** do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A síndrome da imunodeficiência adquirida(SIDA/AIDS) e a forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar são consideradas, para efeitos legais, causas que justificam:

..... (NR)"

Art. 3º O § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 186. .....

.....

§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o

inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS), forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

..... (NR)"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as alíneas *a* e *b* do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988.

Justificação

Nos últimos cem anos, vários ramos da ciência experimentaram importantes avanços que modificaram por completo a vida de, praticamente, toda a população mundial. Especialmente em relação à medicina, tais avanços propiciaram diagnósticos mais precisos e tratamentos mais eficazes, além de outros benefícios. No entanto, ainda não foram descobertos medicamentos ou outras medidas terapêuticas eficazes contra muitas doenças, dentre elas a linfangioleiomiomatose pulmonar, também conhecida por LAM.

Essa doença acomete mulheres, na maioria das vezes jovens em idade reprodutiva. São conhecidos raríssimos casos de portadores do sexo masculino, com padrão hormonal alterado.

A LAM é uma doença rara, em parte por ser pouco conhecida pela maioria dos médicos, o que dificulta o estabelecimento do diagnóstico. A sua prevalência é estimada em um caso por um milhão de habitantes.

Portanto, é provável que aproximadamente 180 brasileiros sejam portadores dessa doença.

A evolução da LAM é lenta, mas contínua, o que faz com que ela se torne uma doença grave alguns anos após o início dos sintomas. Os principais órgãos acometidos são os pulmões. Todavia, os rins, os gânglios linfáticos e outros órgãos podem, também, sofrer comprometimento. Os principais sintomas são a dificuldade respiratória e a tosse seca. Pode ocorrer pneumotórax espontâneo, que é o rompimento do pulmão e o enchimento da cavidade torácica com ar.

Não existe tratamento medicamentoso eficaz contra a LAM e o agravamento da doença pode exigir o uso freqüente de oxigênio e, como medida extrema, o transplante de pulmão e a nefrectomia, que é a retirada do rim comprometido.

Na sua fase mais avançada, a LAM é uma doença grave e incapacitante para as atividades que demandem esforços físicos. Isto significa, em muitos casos, incapacidade para atividades laborativas. Além de ser apenado com a perda dos rendimentos do seu trabalho, o portador de LAM tem que arcar com algumas despesas relacionadas com o tratamento, pois nem sempre os medicamentos, os cilindros de oxigênio e outros equipamentos de que necessitam estão disponíveis nos serviços públicos de saúde.

O projeto de lei que ora submeto à apreciação do Senado Federal tem como objetivo estender aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar os mesmos benefícios que a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, concede aos portadores de aids. Para tanto, estão sendo propostas alterações nessa Lei, inclusive a revogação das alíneas *a* e *b* do inciso I do seu art. 1º, que remetem à Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, antigo estatuto do servidor público, revogada pela Lei nº 8.112, de 11

de dezembro de 1990, conhecida como Regime Jurídico Único dos servidos públicos federais.

Propomos, também, a alteração no § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 1990, que relaciona as doenças graves, contagiosas ou incuráveis que dão direito à percepção de proventos integrais de aposentadoria por invalidez, quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou para a readaptação. Para garantir o mesmo direito à servidora e ao servidor portadores de LAM, é necessário que esta doença seja acrescida àquelas.

Em razão do exposto, tenho a certeza de que os ilustres Parlamentares desta Casa não negarão o seu apoio para a aprovação do projeto que submetemos à sua apreciação.

Sala das Sessões, – Senador **Fernando Bezerra.**

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, DE 2011

Altera o § 3º do art. 5º do Código de Processo Penal para garantir retribuição pecuniária à pessoa que dá notícia de crime contra a Administração, de cujo processo resulte recuperação de valores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

.....

§ 3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito, sendo assegurado ao comunicante, nos casos de crimes tributários ou contra a Administração Pública, 10% (dez por cento) do valor que vier a ser recuperado." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Muitas vezes as pessoas não se sentem estimuladas a denunciar a ocorrência de crimes porque certamente correrão risco de desagradar criminosos. Sua conduta cívica fica, por isso, inibida. É preciso criar um estímulo para a comunicação dos crimes, especialmente aqueles que implicam prejuízo ao erário, como os crimes tributários e os praticados contra a Administração. Esse estímulo serviria apenas para amenizar a situação constrangedora, ou mesmo de risco, assumida pelo comunicante.

Para tanto, propomos seja alterado o § 3º do art. 5º do Código de Processo Penal, para assegurar ao comunicante de crimes tributários ou contra a Administração 10% do que for recuperado.

Do nosso ponto de vista, essa disposição implicará, de início, considerável aumento na recuperação de dinheiro subtraído dos cofres públicos, suportando, com folga, a premiação que se quer instituir. Posteriormente, o efeito esperado é o da diminuição das ocorrências criminosas, posto que a vigilância por parte da sociedade será bem mais efetiva.

Assim, sendo o projeto oportuno e meritório, conclamamos os ilustres pares a votar pela sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Texto compilado

Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que Ihe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

LIVRO I
Do Processo em Geral

TÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º .....

.....

Art. 5º .....

I – .....

.....

§ 1º .....

.....

§ 4º .....

§ 5º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Art. 6º .....

.....

Art. 811. .....

Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1941; 120º da Independência e 53º da República. – **GETÚLIO VARGAS – Francisco Campos.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 13-10-1941

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Há oradores inscritos.

Passo a palavra para o primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Angela Portela, uso a tribuna, nesta segunda-feira, para fazer dois registros.

O primeiro deles, Senadora Angela Portela, e sei que V. Exª vai concordar comigo, é que eu queria, da tribuna do Senado, fazer uma saudação especial ao nosso querido ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ficamos sabendo, neste fim de semana, que ele está com câncer. Mas tenho certeza de que ele vencerá mais essa batalha, claro, com a energia do Universo, com a força de Deus. É um homem que sempre se dedicou a fazer o bem, não interessando a quem. Isso conspira favoravelmente.

Por isso, eu queria, daqui, dizer para o nosso amigo, ex-Presidente Lula, que a Nação torce por ele; o Congresso, tenho certeza, independentemente de situação ou oposição, está também torcendo para que ele saia bem e volte para o convívio de todos nós, fa-

zendo política da forma que, eu diria, ele sabe fazer como ninguém. Essa é a minha opinião particular. Eu, durante esses quase trinta anos no Congresso, convivi muito com o Presidente Lula. Fundamos a Central Única juntos, em um congresso histórico e, depois, fui Deputado Federal com ele na Constituinte. Moramos juntos – eu, o Olívio Dutra e o Presidente Lula – num apartamento em Brasília.

Depois, em todas as campanhas, independentemente, como eu dizia hoje, pela manhã, de no momento eu ter aqui uma posição sobre um tema ou outro em relação ao Governo dele com uma certa rebeldia, como ele dizia e diz, mas sempre, sempre contei com o seu apoio. Em todas as minhas eleições, eu não tenho... Não houve um momento...

Houve um episódio, inclusive, em que eu estava com um filho meu na UTI muito mal, mal mesmo, ele estava no Rio de Janeiro. Eu me lembro que o Senador Sérgio Cabral disse: "Fala aqui com o Paim e com o filho dele". Ele deu uma bela mensagem, o guri na UTI, e o guri não esqueceu isso. Então, há uma relação de muito respeito pelo Presidente Lula.

Uso parte do meu tempo, neste momento, para fazer uma saudação a ele. Tenho certeza – certeza – de que vai dar tudo certo. Nós todos, a energia desses quase duzentos milhões de brasileiros está com ele. Aí não é uma questão de divergência nem sequer ideológica, é um carinho por um homem que é um ícone, pelo menos, para todos nós.

Era isso, Senadora Angela Portela, que eu queira falar, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, na linha do Presidente Lula e da própria Presidenta Dilma – e V. Exª acompanhou –, nós fizemos uma audiência pública para discutir a Comissão da Verdade, mas, enfim, a aprovação da Comissão da Verdade, na semana passada, por unanimidade, foi um passo à frente na busca da transparência e de que tudo se esclareça, desde o tempo da ditadura até hoje.

Enfim, o projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade faz com que o Brasil dê um passo gigantesco para exorcizar alguns dos seus fantasmas. A proposta que agora vai à sanção da Presidenta da República tem por objetivo examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período da ditadura, garantindo assim o direto à memória da verdade.

Srª Presidenta, a redação aprovada claro que não foi aquela dos nossos sonhos, foi uma construção coletiva, feita com diversos segmentos da sociedade, mas, com certeza, não foi a ideal, mas foi uma boa redação.

Tenho certeza de que ela foi o possível, graças ao bom debate e à planície de ideias que a democracia nos possibilita. Por isso, gostaria de cumprimentar o Relator da matéria aqui no Senado Federal, o Senador Aloysio Nunes; o Relator na Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Araújo; quero cumprimentar a Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário; o Ministro da Defesa; o Ministro da Justiça, Eduardo Gomes, e também o Ministro Celso Amorim, da época, que também cumpriu o seu papel.

Cumprimento também o José Genoino e o ex-Ministro, meu conterrâneo, Nelson Jobim.

Tanto Eduardo Dutra, que me ligou sobre esse tema, como Genoino, como outras pessoas, todos falaram que era o possível neste momento, mas que eu não tivesse dúvida de que seria um avanço. Assim também foi o diálogo que tive com a Ministra Maria do Rosário.

Creio que finalmente o Brasil respondeu ao clamor da história e da justiça ao ter alcançado o mesmo patamar de outros países que criaram a Comissão da Verdade. Podemos lembrar que, somente na América Latina, desde 1974, foram instituídas 21 comissões. Tivemos Comissão da Verdade na Bolívia, na Argentina, no Chile, em El Salvador, na Guatemala, no Peru, no Paraguai, entre outros países. No mundo, cito a Comissão da Verdade instalada na África do Sul, que teve uma simbologia enorme por causa do *apartheid*; em Serra Leoa; no Timor Leste; na Coreia do Sul.

O psicólogo costa-riquenho, Ignacio Dobles, autor do livro **Memorias del Dolor**, diz que

> [...] as Comissões de Verdade têm sido instituições da memória em condições de transição, que procuram fortalecer [naturalmente] as instituições democráticas, acolhendo as vozes das vítimas de abusos e violações de direitos humanos. [Ele também acrescenta que] o importante dessas instituições é que colocam em primeiro plano o sofrimento das vítimas, com o objetivo de formular "verdades públicas" para toda a sociedade. A repressão e as violações de direitos humanos não são, exclusivamente, um assunto das vítimas e seus aliados, mas sim de toda a sociedade [e da transparência]".

A Comissão de Direitos Humanos teve a honra, Sr. Presidente, de realizar uma audiência pública ouvindo os familiares dos desaparecidos, dos torturados, enfim, das vítimas. A CDH, como faz de forma democrática com todos os movimentos da sociedade, abriu suas portas para que outras vozes pudessem se fazer ouvir. Isso é fundamental para o espírito republicano e para o fortalecimento do Poder Legislativo.

Eu acredito que a Comissão da Verdade será um farol a iluminar o tão sonhado caminho para nos tornarmos, efetivamente, uma nação que dá demonstração de liberdade, igualdade, justiça e transparência.

Que Deus nos ajude a seguir adiante sem esmorecer um minuto sequer.

Lembro que a comissão terá prazo de dois anos, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos. Terá uma equipe e dotação orçamentária próprias, com o apoio total da Presidenta Dilma.

Poderá a comissão pedir informações, dados e documentos de quaisquer órgãos e entidades do Poder Público. Poderá também determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados.

A comissão será composta por sete membros indicados pela Presidenta da República.

Quero aproveitar esse espaço ainda para registrar que este ano a Lei da Anistia completou 32 anos.

Recentemente, me foi solicitado um artigo pela imprensa alemã, a empresa de comunicação internacional Deutsche Welle.

A empresa tem por objetivo transmitir uma cobertura jornalística alternativa de temas relevantes na Europa e outros continentes, criando um fórum destinado a promover a compreensão e/ou intercâmbio entre as culturas dos povos.

Nesse contexto a empresa busca promover especialmente a democracia e os direitos humanos.

O título do artigo será: "Em respeito à memória".

Digo que o Brasil enfrenta enorme desafio que repõe na ordem do dia a história e a memória do regime militar.

As ditaduras latino-americanas não podem ser compreendidas como fenômenos totalitários clássicos, caracterizados por apoios coletivos e maciços traduzidos em práticas partilhadas e aceitas de grave desrespeito aos direitos humanos.

Constituíram sistemas políticos bem menos enraizados. Por isso, enfrentaram resistência aberta, havendo enorme dificuldade por parte dos militares em reconhecer publicamente a prática da tortura e da eliminação de oponentes políticos.

Foram diferentes, portanto, não apenas por questões de escala.

A abertura política brasileira se fez na vigência do regime de exceção. É certo que, em 1979, quando o Governo Federal aprovou a Lei da Anistia, a ditadura estava cambaleante. A pior crise da história econômica recente do País afastava os grupos econômicos influentes e incentivava a insatisfação de amplas parcelas da população, que se expressou em derrotas dos militares nas eleições de 1974 e de 1976. A contestação mais contundente veio do movimento operário, que revelou, nesse período, uma das lideranças políticas mais importantes, eu diria hoje, a nível internacional. Chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, ao qual eu demonstrei aqui a minha solidariedade na abertura dos trabalhos.

Lula, no chão das fábricas, forçou a abertura do regime, pois evidenciou a crise das estruturas de repressão na desobediência aberta e vitoriosa das grandes greves de 1971 e 1979, principalmente no ABC, lideradas por Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse contexto de abertura forçado, a lei da anistia representou a primeira etapa para a restituição do Estado de direito.

O Senador Teotônio Vilela – lembro-me aqui – Relator da Lei da Anistia, muito bem definiu o seu significado naquele momento, ao considerar que a anistia – palavras de Teotônio Vilela – "é o reencontro da Nação consigo mesmo, depois de tantos erros e animosidade. Procura-se, pelo esquecimento dos fatos, re-estabelecer, através da respeitabilidade da lei, a convivência de homens desavindos em torno dos altos interesses que consolidam a unidade nacional".

Não se pode diminuir com os olhos de hoje o significado daquela vitória e o seu resultado foi possível, não obstante certo sentimento de frustração que se sucedeu. Era o princípio de duríssima luta, que continuaria com o movimento das "Diretas Já" e da eleição de Tancredo Neves, e confluiria, Sr. Presidente, na Constituinte de 1987/1988, de que eu tive alegria de fazer parte, junto, lembrava eu, com Lula e Olívio Dutra.

Como toda luta, envolveu avanços, mas, também concessões. O Governo da Presidenta Dilma retomou o debate e encaminhou a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade, que aqui eu descrevi, cujo objetivo consiste em esclarecer casos de graves violações de direitos humanos, promovendo o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos e ocultação de cadáveres, entre outros absurdos.

Simboliza "um extraordinário avanço na experiência brasileira", nas palavras de Flávia Piovesan, pois consagra o direito irrenunciável à memória e à verdade, permitindo a reconstrução histórica de graves casos de violações de direitos humanos.

Entendo, Sr. Presidente, que a Comissão não deva ser compreendida como um espaço de perseguição ou de revanchismo, como disse o Relator. Concordo com ele.

No momento, estamos dando um passo indispensável para promover a consolidação da democracia, visando garantir que esses fatos nunca mais venham a se repetir.

A experiência do passado, nesse sentido, deve balizar as perspectivas do futuro de uma democracia sólida, transparente, igualitária e libertária.

Sr. Presidente, quero só encaminhar a V. Exª, como lida, a segunda parte do meu pronunciamento, onde cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin. Eu tive a alegria de relatar um projeto de autoria da Senadora, que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais e que agora vai para a Câmara dos Deputados, que reduz a contribuição tanto da empregada doméstica, como da sua empregadora, para 5%. Com certeza, isso vai fazer com que a gente não tenha mais, com dados estatísticos, somente em torno de 26% das empregadas ou empregados domésticos com carteira assinada. Oxalá que, com essa lei, 90% a 100% dos homens e mulheres que trabalham como domésticos tenham sua carteira de trabalho assinada.

Era isso. Peço que considere na íntegra. Agradeço a V. Exª

Acho que o Senador Alvaro Dias está inscrito para falar como Líder.

Agradeço, então, a tolerância de V. Exª e o tempo que me permitiu.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, penso que, com a aprovação, na semana passada, por unanimidade, do projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, o Brasil deu um passo gigantesco para exorcizar alguns de seus fantasmas.

A proposta, que agora vai à sanção da Presidência da República, tem por objetivo examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período da ditadura militar, garantindo assim o direito à memória e à verdade.

Obviamente a redação aprovada não foi aquela dos sonhos de todos nós, por certo, não foi à ideal. Mas, com toda certeza, ela foi a possível, graças ao bom debate e a planície de idéias que a democracia nos possibilita.

Por isso, gostaria de parabenizar o relator da matéria aqui no Senado Federal, senador Aloysio Nunes, o relator na Câmara dos Deputados, Edinho Araújo, a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, o Ministério da Defesa, através do ministro Celso Amorin, do assessor especial do ministério, José Genoino e do ex-ministro e meu conterrâneo, Nelson Jobim.

Creio que finalmente o Brasil respondeu ao clamor da história e da justiça ao ter alcançado o mesmo patamar de outros países que experimentaram a constituição e o funcionamento de comissões da verdade.

Somente na América Latina, desde 1974, foram instituídas 21 comissões: Bolívia, Argentina, Chile, El Salvador, Guatemala, Peru, Paraguai, Guatemala, entre outras. No mundo, cito: África do Sul, Serra Leoa, Timor Leste, Coréia do Sul.

O psicólogo costa-riquenho, Ignácio Dobles, autor do livro "Memórias Del Dolor", diz que "as Comissões de Verdade têm sido instituições da memória em condições de transição, que procuram fortalecer as instituições democráticas, acolhendo as vozes das vítimas de abusos e violações de direitos humanos". Ele também acrescenta que "o importante dessas instituições é que colocam em primeiro plano o sofrimento das vítimas, com o objetivo de formular "verdades públicas" para toda a sociedade. A repressão e as violações de direitos humanos não são, exclusivamente, um assunto das vítimas e seus aliados, mas sim de toda a sociedade".

Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, à qual tenho a honrar de presidir pela segunda vez, realizou audiência pública sobre o tema e encaminhou sugestões para o debate.

A CDH, como faz de modo democrático com todos os movimentos da sociedade, abriu suas portas para que outras vozes pudessem se fazer ouvir. E, isso é fundamental para o espírito republicano e para o fortalecimento do Poder Legislativo.

Eu acredito que a Comissão da Verdade será um farol a iluminar o tão sonhado caminho para nos tornarmos, efetivamente, uma nação. Que Deus nos ajude a seguir adiante sem esmorecer um minuto sequer.

Lembro que a Comissão terá prazo de dois anos, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos. Terá uma equipe e dotação orçamentárias próprias.

Poderá pedir informações, dados e documentos de quaisquer órgãos e entidades do poder público. Poderá também determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados.

A Comissão será composta por sete membros indicados pela Presidência da República, brasileiros de reconhecida idoneidade e ética, e identificados com a defesa da democracia e com o respeito aos direitos humanos.

Srªs e Srs. Senadores, aproveitando este espaço, quero aqui registrar, que este ano a Lei da Anistia completou 32 anos.

Recentemente me foi solicitado um artigo pela empresa alemã de comunicação internacional Deutsche Welle.

A empresa tem por objetivo transmitir uma cobertura jornalística alternativa de temas relevantes na Europa e outros continentes, criando um foro destinado a promover a compreensão e/ou intercâmbio entre as culturas dos povos.

Nesse contexto a empresa busca promover especialmente a democracia e os direitos humanos.

O artigo tem como título "Em respeito à memória".

"O Brasil enfrenta enorme desafio que repõe na ordem do dia a história e a memória do regime militar.

As ditaduras latino-americanas não podem ser compreendidas como fenômenos totalitários clássicos, caracterizado por apoios coletivos e maciços traduzidos em práticas partilhadas e aceitas de grave desrespeito aos direitos humanos.

Constituíram sistemas políticos bem menos enraizados. Por isso, enfrentaram resistência aberta, havendo enorme dificuldade por parte dos militares em reconhecer publicamente a prática da tortura e da eliminação de oponentes políticos. Foram diferentes, portanto, não apenas por questões de escala.

A abertura política brasileira se fez na vigência do regime de exceção. É certo que, em 1979, quando o Governo Federal aprovou a Lei da Anistia, a ditadura estava cambaleante. A pior crise da história econômica recente do País afastava os grupos econômicos influentes e incentivava a insatisfação de amplas parcelas da população, que se expressou em derrotas dos militares nas eleições de 1974 e de 1976.

A contestação mais contundente veio do movimento operário, que revelou, nesse período, uma das lideranças políticas mais importantes do País, Lula. O chão das fábricas forçou a abertura do regime, pois evidenciou a crise das estruturas de repressão na desobediência aberta e vitoriosa das grandes greves de 1978 e de 1979.

Nesse contexto, de abertura forçada, a Lei da Anistia representou a primeira etapa para a reconstituição do Estado de Direito. Senador Teotônio Vilela, relator da Lei da Anistia, muito bem definiu o seu significado, naquele momento, ao considerar que a anistia "é o reencontro da Nação consigo mesma, depois de tantos erros e animosidades.

Procura-se, pelo esquecimento dos fatos, restabelecer, através da respeitabilidade da Lei, a convivência de homens desavindos em torno dos altos interesses que consolidam a unidade nacional".

Não se pode diminuir, com os olhos de hoje, o significado daquela vitória. O seu resultado foi o possível, não obstante certo sentimento de frustração que se sucedeu. Era o princípio de duríssima luta, que continuaria com o movimento das Diretas Já e da eleição de Tancredo Neves, e confluiria na Constituinte de 1987/1988. Como toda luta, envolveu avanços, mas também concessões.

O governo da Presidenta Dilma retomou o debate e encaminhou proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo consiste em esclarecer casos de graves violações de direitos humanos, promovendo o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres e as suas autorias. Simboliza "um extraordinário avanço na experiência brasileira", nas palavras de Flávia Piovesan, pois consagra o direito irrenunciável à memória e à verdade, permitindo a reconstrução histórica de graves casos de violações de direitos humanos.

Entendo que a Comissão não deva ser compreendida como um espaço de perseguição ou de revanchismo.

Passo indispensável para promover a consolidação da democracia, visa garantir que estes fatos não venham a se repetir.

A experiência do passado, nesse sentido, deve balizar as perspectivas de futuro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo dar início a uma reflexão: a inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda ou sem renda alguma e que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico, como também em relação à contribuição social por parte das empresas.

Digo isso para garantir àqueles trabalhadores sem vínculo empregatício e membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, a viabilidade em receber o benefício de valor igual a um salário mínimo.

Este projeto, de minha autoria, o PLS 253 de 2005, foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e visa sanar uma das mais vergonhosas injustiças cometidas pelo Estado brasileiro!

Durante a reforma da previdência, que teve seu debate iniciado em 2003 e com a aprovação das PECS 67 e 77 não houve a abrangência devida a esta questão.

Outro ponto, que merece ser destacado, é com relação à contribuição social das empresas; ou seja, se faz necessário substituir a base de cálculo sobre a folha de salários, ainda que de forma gradativa e parcial, com a criação de contribuição sobre a receita ou faturamento, bruto ou líquido das despesas salariais e demais rendimentos de trabalho, com destinação específica para a Previdência Social;

Outra questão é ter alíquotas diferenciadas que incidam sobre mais de uma base de cálculo e que não implicam perdas da arrecadação previdenciária;

São alguns pontos que quero destacar neste meu pronunciamento, Senhor Presidente! Pontos importantes em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

E, complementando minha argumentação, no que diz respeito às bases e alíquotas sobre as quais incidirão as contribuições sociais das empresas, o modelo atual vem onerando injustamente determinados segmentos;

Como, por exemplo, o de serviços, comércio e produção e, com isso, estimulando a informalidade; trazendo sérios prejuízos tanto para o Estado, quanto para o próprio trabalhador que, cada vez mais, encontra um mercado de trabalho mais seletivo e restrito.

Srªs e Srs. Senadores! A situação é preocupante porque os trabalhadores que estão na informalidade e não são filiados ao sistema, eles estão expostos aos riscos sociais do trabalho; E, no futuro, não poderão enfrentar a diminuição de sua capacidade laboral e, muito menos, seu envelhecimento; Mais ainda, por não serem filiados à Previdência, acarretarão altos custos sociais para o Estado.

Por outro lado, constata-se que o grande crescimento da informalidade do mercado de trabalho advém, em grande parte, dos altos custos dos encargos sociais.

Sr. Presidente!

Para finalizar quero dizer que apresentei a presente proposição com o objetivo de incentivar a inserção do trabalhador no regime geral da previdência e desonerar as empresas, por meio de um tratamento mais justo, no que diz respeito à incidência das contribuições sociais. Bem como a inclusão do trabalhador de baixa renda e da dona de casa que se dedica exclusivamente ao trabalho doméstico, no âmbito da Previdência Social e representa um grande passo na sustentação da renda e no combate à pobreza entre os idosos.

Para finalizar quero deixar meu abraço a todas as donas de casa porque hoje é o dia em que elas são homenageadas.

A dedicação e o amor que vocês colocam naquilo que fazem é invejável.

Obrigado por isso e eu espero que todas vocês recebam o reconhecimento, o amor e os direitos que merecem!!!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Angela Portela deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Paulo Paim, V. Exª será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer um registro. Hoje, dia 31 de outubro, é dia de celebrar o nascimento do grande poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade.

Mineiro de Itabira, nascido em 31 de outubro de 1902, Carlos Drummond de Andrade demonstrou, desde o início, o seu senso irônico e cético. A carreira de escritor teve início no jornal **Diário de Minas**, local em que viu nascer o movimento modernista mineiro. Mais tarde, os jornais **Correio da Manhã** e **Jornal do Brasil** também contariam com a pena e a inteligência de Drummond.

Deixou o plano terreno em 17 de agosto de 1987, mas, fiel aos seus próprios ensinamentos, Drummond tratou de entender que a vida é uma ordem e, por mérito, eternizou-se na literatura de nosso País, sendo hoje merecedor de perfilar a galeria dos grandes poetas brasileiros.

Uma das frases de Drummond para este registro: "As dificuldades são o aço estrutural que entra na construção do caráter". Isso costumava dizer Drummond.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Esse é o registro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

V. Exª dispõe do tempo regimental.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da tribuna do Senado, quero falar um pouco do meu carinho, da minha alegria de ter convivido com uma pessoa humana fantástica, um grande líder político em nosso País: o Presidente Lula.

Quero mandar o meu abraço e expressar a minha solidariedade ao querido ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, neste momento difícil por que ele está passando. Ele sabe que pode contar com o carinho e a solidariedade do povo brasileiro e desta parlamentar que tem um enorme carinho por ele, Senador Paim. Tenho um enorme reconhecimento da importância que esse grande brasileiro, esse trabalhador tem para a população do nosso País.

Então, eu queria mandar o meu grande abraço, manifestando a minha fé, o meu reconhecimento, a minha vontade intensa de pedir a Deus que ele se recupere o mais rápido possível. Ele é um ser humano muito bom, uma pessoa querida de todos nós. Tenho certeza de que milhões de brasileiros neste momen-

to rezam e pedem a Deus pela plena recuperação do nosso querido ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu queria também aproveitar este momento para falar da importância desta data, porque hoje, segunda-feira, de madrugada...

O Sr. Alfredo Nascimento (PR – AM) – Senadora...

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não, Senador.

O Sr. Alfredo Nascimento (PR – AM) – Senadora, eu gostaria de fazer um aparte para, aproveitando o que disse V. Exª, registrar que fui, nos dois mandatos, ministro do ex-Presidente Lula. Em minhas orações, estou pedindo a Deus que ele se recupere rapidamente, porque o povo brasileiro, o nosso País precisa do Presidente Lula recuperado. Muito obrigado pelo aparte.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Alfredo Nascimento, por suas palavras. Todos nós aqui sabemos a importância que tem o Presidente Lula para o nosso País.

Eu queria registrar que, na madrugada desta segunda-feira, dia 31 de outubro, a população do Planeta atingiu a marca histórica de sete bilhões de seres humanos. O acentuado crescimento populacional nas últimas décadas impõe grandes desafios e gera grandes preocupações sobre a capacidade dos recursos planetários de suprir as necessidades atuais e futuras da humanidade.

Quero, portanto, Sr. Presidente, aproveitar esta data em que a população mundial chega à marca de sete bilhões de pessoas para voltar a abordar, aqui desta tribuna, as ameaças sobre a integridade dos povos indígenas de Roraima, especialmente os ianomâmi e yecuana.

Em maio deste ano, nesta mesma tribuna, denunciamos, para todo o Brasil, uma nova invasão de garimpeiros na terra indígena ianomâmi. Após essa denúncia, o fato ganhou repercussão na mídia nacional e internacional.

Dias atrás, o programa Fantástico, da Rede Globo, esteve em Roraima e exibiu, com detalhes, como funciona o garimpo ilegal na terra ianomâmi, suas consequências para o meio ambiente e para a sobrevivência daquela população indígena que, entre Roraima, Amazonas e Venezuela, não chega a 40 mil indivíduos.

Na última quinta-feira, a Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública para discutir, mais uma vez, a situação das terras indígenas de Roraima.

Diante de autoridades do Ministério da Justiça e da Funai, o líder do povo ianomâmi, Davi Kopenawa, voltou a denunciar essas invasões e pedir providências. E, mais uma vez, a resposta foi a mesma: por parte das autoridades federais, argumenta-se que faltam recursos financeiros e humanos para apoiar ações de vigilância, desocupação e punição dos invasores. Por parte de alguns parlamentares, a cobrança é pela regulamentação de um dispositivo constitucional que permita a mineração em terras indígenas.

As riquezas minerais do solo e do subsolo roraimenses são conhecidas há pelo menos dois séculos, e proporcional à sua abundância é a cobiça sobre esse patrimônio. Fala-se na necessidade de exploração dessas riquezas sem avaliar os riscos inerentes, como a destruição da floresta, o comprometimento das nascentes que, do lado brasileiro, formam a bacia do rio Amazonas e, do lado venezuelano, a bacia do Orenoco, o mais importante sistema hidrográfico do mundo.

E o mais importante, Sr. Presidente: não se leva em conta o interesse e, principalmente, a sobrevivência das populações indígenas, com sua cultura imemorial, seus conhecimentos tradicionais, seu entendimento da floresta, que, como é notório, já sofreram incontáveis prejuízos por séculos de contato hostil com o chamado "mundo civilizado".

Em maio deste ano, Srs. Senadores, além das denúncias que fizemos nesta tribuna quanto a novas invasões de garimpeiros na terra indígena ianomâmi, encaminhamos ofícios ao Ministério da Justiça, à Funai e à Polícia Federal.

Recebemos as respostas, e elas asseguram que medidas estão sendo tomadas para conter novas invasões, retirar invasores e responsabilizá-los pelos danos causados, principalmente ao meio ambiente. Respostas que, no entanto, contrastam com as declarações pronunciadas na audiência pública da semana passada, na Câmara dos Deputados, de que falta estrutura para uma vigilância mais efetiva daquela unidade.

Sr. Presidente, quem conhece a região amazônica, com suas dimensões continentais, com a dificuldade de acesso e o pouco conhecimento que se tem, já sabe, há muito tempo, que não são operações esporádicas, nem a explosão de pistas de pouso que vão repelir as investidas contra os territórios indígenas e suas riquezas naturais.

Aliás, é preciso que se diga: nessa região de extensa fronteira internacional, não são apenas os garimpeiros que representam risco aos povos indígenas. Essa extensa faixa de fronteira está vulnerável ao narcotráfico e a outras incursões de interesses inconfessáveis. Ampliar a vigilância, com tecnologia de ponta, com a utilização de satélites, com a mobilização das Forças Armadas, com todos os recursos disponíveis, é a única forma de preservar o interesse brasileiro sobre essa imensa parcela da região amazônica.

Só a terra indígena ianomâmi possui 94 mil km², sobre os quais se assenta uma das maiores biodiversidades do Planeta, recursos minerais imensuráveis e milhares de nascentes que formam os principais rios da Amazônia, em um cenário em que a água se torna recurso cada vez mais escasso.

Essa área é a única a abrigar uma das populações mais antigas do mundo, um povo que chegou à beira da extinção, que sofreu todo tipo de iniquidade em mais de três séculos de contato com os colonizadores europeus, com tribos devastadas por doenças, por guerras e por massacres.

Para encerrar, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, volto a afirmar que, em um mundo com sete bilhões de seres humanos, garantir ao povo ianomâmi o direito à vida é uma responsabilidade de todos nós, de todos os brasileiros e brasileiras.

Eu queria aproveitar aqui, Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para dizer que nós aprovamos já, na Subcomissão da Mulher, ligada à Comissão de Direitos Humanos, requerimento para discutirmos a situação grave da saúde da mulher indígena em nosso País.

Então, queria aqui agradecer a sua imensa colaboração, a sua disponibilidade de sempre atender as necessidades da Subcomissão dos Direitos da Mulher, nas inúmeras audiências públicas já realizadas e nas que ainda o serão.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Quero aproveitar para comunicar que fiz a nossa inscrição para oradores nas comunicações inadiáveis. Oradores inscritos: Senador Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Reditário Cassol e Cyro Miranda.

Senador Cyro Miranda, V. Exª vai usar da palavra?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Faça uma inversão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Então, vamos trocar aqui. Senador Sérgio Souza? (*Pausa*.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Troca comigo? (*Pausa*.)

Troco com o Alvaro. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Troca com o Senador Alvaro.

Então, tem a palavra o Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Cyro Miranda.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Cyro Miranda e Senador Sérgio Souza.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, é importante repetir que os gargalos logísticos – deficiências em infraestrutura – merecem ser tratados como desafio estratégico, considerando que os investimentos nesse campo induzem crescimento econômico e, de certo modo, contribuem para a distribuição de renda.

Há consenso entre os especialistas de que a infraestrutura é fundamental para prover insumos essenciais para todas as cadeias produtivas. A melhoria da infraestrutura propicia ganho de produtividade em outros setores com efeitos multiplicadores sobre o crescimento econômico.

Os reflexos e impactos da infraestrutura nas regiões mais ricas e mais pobres do Brasil foram analisados em estudo profundo por especialistas no ano de 2007. Nesse trabalho, os autores concluíram que a queda no volume de investimentos em infraestrutura nas últimas décadas, associada às demais mudanças trazidas pelo processo de abertura econômica, reforçou as assimetrias regionais tanto em termos econômicos quanto sociais.

A incapacidade do Governo, seja gerencial ou de investimento, dificulta sobremaneira a superação dos entraves em matéria de infraestrutura no Brasil. Em sã consciência, poucos negariam a importância, por exemplo, da concessão de serviços públicos em área de infraestrutura e energia como forma de aumentar os investimentos e melhorar a eficiência do setor.

É bem verdade que, em época de eleições, as privatizações costumam ser execradas, especialmente para atingir candidatos do PSDB, mas pouco tempo depois os próprios opositores e seus partidos, como o PT, passam a defendê-las e a procurar implantá-las onde foram vitoriosos.

Vejamos alguns exemplos.

Logo após a campanha de 2002, o então Presidente Lula impulsionou a lei que modelou as parcerias público-privadas e prestigiou o modelo de concessões na exploração de petróleo, implantado no Governo Fernando Henrique, que foi o responsável direto pelas descobertas do pré-sal.

A incapacidade do Governo é ostensiva. Sete anos depois de aprovada a Lei das PPEs, não conseguiram implantar nenhuma PPP, diferentemente de Estados como São Paulo e Minas Gerais. As parcerias público-privadas são uma modalidade testada e aprovada no mundo inteiro. Na América Latina, por exemplo, o México e o Chile são exemplos exitosos onde foram investidos bilhões de dólares nas mais diversas áreas.

Nesse itinerário, outro fato emblemático merece ser mencionado. Ocorreu também depois da eleição de 2006, com as concessões nas estradas federais e na exploração da energia hidrelétrica. Atualmente o

fenômeno se repete com o anúncio das concessões em aeroportos, um dos temas controversos da campanha do ano passado.

Vale ressaltar que, no quinto ano da gestão Lula, 2007, o Governo Federal alardeava ter revestido a moldura da concessão de estradas com um toque mágico: conseguiria fantásticas rodovias com pedágios ínfimos e investidores estimulados a promover com rapidez avanços decisivos na infraestrutura.

Sempre amparado no majestoso aparato de publicidade – tônica permanente do "governo espetáculo" –, o Governo petista de memória seletiva esqueceu o passado de críticas raivosas à privatização e celebrou concessões rodoviárias sem ônus. O pretexto foi estudado: sob a alegação de baratear pedágios e estimular o concessionário a fazer rapidamente as obras, o Governo entregou as rodovias à iniciativa privada sem ônus. Quem arrematou os lotes não precisou pagar um centavo sequer.

Recentemente, o jornal **O Estado de S.Paulo** mostrou o cenário preocupante nas estradas federais privatizadas: falta de obras, acidentes batendo recordes e mau estado de conservação. Aliás, hoje a imprensa divulga que 57% das rodovias brasileiras estão em péssimo estado de conservação e pesquisa recente da Confederação Nacional dos Transportes mostra que apenas um terço da malha federal pode ser considerado em estado ótimo ou bom.

O que fez o Governo Federal? De forma surpreendente, o Governo dilatou para a posteridade os deveres das concessionárias. Em suma, como os investimentos não se concretizam, o Governo simplesmente deixou de exigi-los; é o paraíso na terra desejado pelas concessionárias que cobram tarifas, muitas vezes, exorbitantes que abastecem seu próprio caixa e não atendem aos compromissos celebrados em contratos. Enfim, é o Estado servindo a interesses privados, é o setor privado servindo-se do Estado brasileiro, mas um setor privado privilegiado, aqueles que conseguem vicejar à sombra do poder e que encontram facilidades, como essas empresas concessionárias das rodovias brasileiras.

Conforme exibiu matéria do jornal **Folha de S.Paulo**, a obrigação de a concessionária investir foi remetida às calendas e as empresas que arrematarem os trechos de graça, mas não cumpriram os contratos, tiveram os seus contratos flexibilizados. É simplesmente surreal! No edital do trecho da BR-101 que corta o Espírito Santo, cuja concessão será licitada, a duplicação poderá ser concluída em 2035. São 23 anos para o afortunado vencedor entregar a duplicação de 418 quilômetros de estrada. Um quilômetro e meio por mês.

A incapacidade gerencial do Governo Federal é ciclópica. Até o momento – pasmem! –, o Governo é incapaz de dimensionar o custo da Copa do Mundo.

Vejamos: No último balanço divulgado pelo Governo, em setembro, o custo da Copa, considerando-se o dinheiro a ser investido em estádios, portos e aeroportos e em mobilidade urbana, foi estimado em R$27,1 bilhões; aumento de aproximadamente 14% em relação aos R$23,1 bilhões do balanço de janeiro de 2011 e de 26% sobre os R$21,5 bilhões de previsão feita em 13 de janeiro de 2010, quando o ex-presidente Lula assinou a Matriz de Responsabilidade. Vale ressaltar que esses R$27,1 bilhões estão bem distantes de uma estimativa feita pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), que calculou em R$112 bilhões o custo com a Copa do Mundo no Brasil. O estudo da Abdib, que tem parceria técnica com a CBF e o Ministério do Esporte, inclui também gastos com hotelaria, segurança, tecnologia e saúde, entre outros. Mesmo assim, a diferença é gigantesca, pois o balanço do Governo acrescenta apenas R$10,3 bilhões para esses itens.

O ex-presidente Lula selou compromisso público, devidamente reiterado pela sua sucessora, de que o ensejo da Copa permitiria imprimir um considerável salto de qualidade no transporte urbano nas grandes cidades brasileiras. O grau de amadorismo que envolve os preparativos do evento transforma em pó qualquer possibilidade de melhoria nessa área. O itinerário percorrido pela Administração e os passos trôpegos em matéria de gestão pública evidenciam o despreparo dos gestores gerado pelo crescente aparelhamento do Estado. O planejamento estratégico foi substituído pela improvisação e pelo amadorismo gerencial. A única área que opera com primazia é o *marketing* espetaculoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, caros amigos telespectadores da TV Senado, venho à tribuna nesta segunda-feira para dizer que, no próximo dia 8 de novembro, será eleita a nova diretoria executiva do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Confea, exatamente no momento em que muito se fala na necessidade de investimentos que confirmem a elevação do País ao patamar de sexta economia mundial.

Nesse contexto, eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 mostram-se ainda

mais significantes, e daí a urgência em estarmos preparados para promovê-los.

É fundamental manter a consciência de que tais investimentos só terão resultado positivo se continuarmos com um planejamento meticuloso para a execução e fiscalização de todas as grandes obras envolvidas; e, para tanto, é importante garantir a participação efetiva de profissionais responsáveis, que justamente assegurem o bom uso, a boa aplicação e o correto andamento dos empreendimentos que o Brasil tanto demanda.

Nesse caso, crescem em importância profissionais como engenheiros, arquitetos e agrônomos. São eles que participam ativamente, projetando, coordenando, controlando esses empreendimentos imprescindíveis para o futuro do País.

É essa mão de obra específica e qualificada que tem e deve ser bem aproveitada por todos os gestores públicos, como forma de colaboração ao crescimento socioeconômico brasileiro.

Hoje verificamos uma demanda imensa da construção civil nacional para setores como habitação, logística e nos modais de transporte – rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Para aproveitarmos esse momento de forma efetiva, é primordial o aprimoramento da gestão pública nacional, com ampliação e requalificação dos quadros técnicos nos órgãos públicos de planejamento e controle.

Tenho a convicção de que quadros recompostos tornarão mais acessível a efetivação de políticas públicas, com expectativa de investimentos em áreas estruturantes que promovam o desenvolvimento de que as diferentes regiões e o País tanto precisam, e que demandam o conhecimento técnico dos profissionais das áreas aqui citadas.

Não podemos esquecer também as demandas de saneamento, atuando de forma incisiva na elaboração de políticas nacionais que pensem o assunto e que entendam que ele não se resume apenas ao tratamento da água e do esgoto. É uma questão complexa, que pede um planejamento inter-relacionado aos planos diretores das cidades, bem como com os planos de bacias hidrográficas.

É importante falar ainda do agronegócio e da importância da agricultura familiar para a economia brasileira, dois pilares da economia nacional. Precisamos de infraestrutura que permita escoar a safra, sem nos esquecer de um trabalho de valorização profissional daqueles que atuam com o setor, auxiliando no aumento da produção e gerando oportunidade de emprego e renda.

A consequência será positiva, com um forte desenvolvimento agrícola, além da ampliação de riquezas e divisas.

É fundamental contarmos com a força e com o conhecimento da engenharia nacional. Por isso, a próxima eleição do Confea e dos CREAs estaduais é ainda mais significativa.

Aliás, merece registro e destaque a experiência que temos vivido no meu Estado, o Paraná. Sob a Presidência do engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini foi criado no CREA/PR um modelo que é referência em todo o País.

Ao longo dos últimos seis anos, a atual diretoria do CREA/PR coordenou uma revolução no Conselho e nos processos que gerem o cotidiano dos profissionais e entidades que orbitam em seu entorno.

Nesse período, foi criado, por exemplo, o programa Agenda Parlamentar, que colocou a engenharia paranaense para pensar políticas públicas, em parceria com gestores e foco voltado ao desenvolvimento do Estado. Além disso, aproximou e fomentou a participação dos profissionais das áreas tecnológicas junto aos partidos políticos, participando ativamente de seus planos de governo e de trabalho.

Juntamente com a FIEP – Federação das Indústrias do Paraná, o Instituto de Engenharia do Paraná e o Sicepot – Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Paraná, o CREA/PR coordenou o desenvolvimento do PELT 2020 (Plano Estadual de Logística e Transporte para o Estado do Paraná), diagnóstico das principais demandas paranaenses com relação aos modais de transporte e soluções viáveis a curto e médio prazo.

Na atual gestão do CREA/PR, foi ainda articulado um modelo, inédito no Brasil, de fiscalização de obras públicas – fruto de uma parceria realizada desde 2006 com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. Essa parceria resultou no aprimoramento, Sr. Presidente, da gestão e do controle de obras públicas, evitando o gasto desnecessário e o desperdício de recursos públicos, tornando essencial nas licitações do Estado o projeto básico de engenharia e a ART de Orçamento. Projeto e orçamento, itens extremamente essenciais para o sucesso de uma obra pública.

A boa gestão precisa ser exercida e aproveitada para o bem de todos, de forma que o conhecimento técnico de todos os profissionais envolvidos em qualquer processo retorne à população na forma de crescimento.

Neste contexto, insere-se a engenharia, afinal precisamos da capacidade desses profissionais em colaborar com a inovação tecnológica e com o valor que adicionam à produção para que possamos, juntos, gerar mais oportunidades de emprego e maior renda para a população brasileira.

No momento em que nosso País cresce cada vez mais no cenário internacional, parece essencial

estarmos atentos à melhor gestão dos nossos recursos financeiros e humanos para a construção de um futuro ainda melhor, e o meu pronunciamento, nesta tarde, na tribuna do Senado Federal, é o reconhecimento da importância dos engenheiros, agrônomos e arquitetos brasileiros nesse processo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Sérgio Souza.

Com a palavra, agora, o Senador Walter Pinheiro, inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje todos nós nos irmanamos, nos solidarizamos e, ao mesmo tempo, Senador Jorge Viana, de forma muito disposta, diria, do ponto de vista da nossa fé, aguardamos com ansiedade a primeira etapa do tratamento, que se inicia no dia de hoje, do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do nosso partido, Presidente de honra do PT, ex-Presidente da República e, mais do que isso, a figura Luiz Inácio Lula da Silva. Todos nós desejamos e nos empenhamos nessa corrente, meu caro Acir Gurgacz, de fé por um início de tratamento que, efetivamente, conhecendo a figura, o seu compromisso, a sua relação de fé, a sua disposição de enfrentar duras batalhas, com certeza, será mais uma batalha que o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva há de vencer na sua vida. Creio que todos nós, diferentemente de tratar da figura pública que Lula exerceu, estamos tratando da figura humana que é o Luiz Inácio Lula da Silva. Este é o momento em que todos nós, mesmo de forma apreensiva, também depositamos muita confiança nesse tratamento, na expectativa positiva que, de certa forma, foi apresentada no dia de hoje pelos primeiros boletins e pelas declarações dos médicos, meu caro Acir, quando tratam dessa questão como sendo de início, como sendo algo com um nível de localização e tamanho do ponto de vista da descrição do que significa o tumor. Isso traz também para todos nós mais uma dentre as diversas expectativas positivas que nós temos acerca do acompanhamento dessa etapa de vida do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas, mais do que falar da doença, é importante que falemos aqui, na tarde de hoje, da figura desse companheiro que é o nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

É importante lembrar, meu caro Acir, as jornadas, quando diversas vezes o Lula sempre nos dizia que, mais do que companheiro, ele tinha em cada um do Partido dos Trabalhadores como seu irmão, e fez isso no exercício da Presidência da República, tratando das grandes batalhas neste País e do povo brasileiro.

Assim, Lula enfrentou o preconceito; assim, Lula enfrentou toda sorte de dificuldades que sempre eram lançadas contra a sua jornada, desde a caminhada de São Bernardo à própria caminhada para chegar à Presidência da República. Mas eu não vi em hora nenhuma, mesmo nas maiores dificuldades, em nenhum momento, o Lula cabisbaixo; em nenhum momento, o Lula raivoso; em nenhum momento, o Lula falando de ira. Era sempre na linha da frente, sempre falando das coisas de forma positiva, sempre na linha de que era possível derrotar, vencer e ultrapassar todas as coisas difíceis que se apresentavam, mas sempre também conclamando, esse nosso companheiro, líder de todas as nossas jornadas, para uma jornada, eu diria, unitária, uma jornada com mais pessoas, sempre trabalhando na primeira pessoa do plural, meu caro Acir: "nós" e não "eu", como muita gente faz ao longo de toda essa trajetória.

A capacidade de transformar, sempre dizia Lula, não será só a partir de um único homem. Ainda que um represente, ainda que um conduza, ainda que um até apareça mais do que os outros, sempre Lula dizia: "Somos nós que haveremos de fazer as grandes transformações na sociedade brasileira".

Portanto, acho que isso é importante. É uma lição de vida. Assim, o velho Lula construiu aquela caminhada, com esse "nós", portanto, sendo utilizado permanentemente por ele para enfrentar as dificuldades da década de setenta e consolidar o Sindicato dos Trabalhadores de São Bernardo como uma das grandes referências em nosso País e no mundo. Assim, ele também foi ajudando a construir uma das maiores referências partidárias no mundo, o Partido dos Trabalhadores. Assim, ele consolidou uma das maiores referências no mundo, consolidando a sua gestão de oito anos, instituindo, Jorge Viana, um dos programas mais ousados, mais ousados, que foi o Programa de Combate à Fome e à Miséria. Portanto, indo ao encontro das necessidades do povo brasileiro. Como ele sempre dizia, não é possível que um brasileiro não tenha a oportunidade de se alimentar três vezes por dia. Portanto, tratou disso como quem trata da própria vida; cuidou dessa gente, como quem cuida de si, nesse apego ao outro, nesse amor ao outro, nesse desafio de consolidar uma gestão neste País capaz de incluir milhões e milhões de brasileiros, retirar milhões e milhões de brasileiros da periferia da sociedade, colocar

este País no rumo do crescimento, colocar este País no rumo do desenvolvimento social, olhar cada cidadão.

É importante, meu caro Acir, eu hoje estava vendo os dados da questão dos investimentos, da arrecadação *versus* investimentos, quando se faz uma crítica enorme dizendo que do que se arrecada somente 8,6% são efetivamente aplicados em investimento e o restante terminou indo para a máquina pública, para pessoal, mas, se pegarmos, principalmente, os quatro últimos anos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, vamos encontrar uma média, Jorge Viana, de 80 bilhões de aplicação/ano em investimento e infraestrutura neste País, investimento de modo geral – escolas, hospitais, estradas –, numa demonstração clara e numa visão de um sujeito que enxergava a necessidade de colocar este País diante não só das potências, mas diante do seu próprio povo, como alternativa, como local ideal para vivermos.

E foi assim que o velho Lula enfrentou a crise internacional de 2008, apostando, efetivamente, no crescimento interno, apostando no consumo interno, mas cada vez mais se preocupando com as pessoas, com o ser humano, com o cidadão. O maior investimento nessa estrutura é na estrutura social. Esse é o maior investimento que temos que comemorar nesse período. Agora, retomamos esse processo com a nossa Presidenta Dilma, tendo claro que é importante consolidar um caminho para um Brasil sem miséria, para um Brasil em desenvolvimento.

Por isso, quero concluir, meu caro Acir, dizendo que para nós é muito tranquilo quando recebemos centenas, milhares e milhões de manifestações do povo brasileiro, que se preocupa com a saúde dessa figura pública.

Ontem, meu caro Acir, um pai de família me dizia: "Pinheiro, o meu filho tem cinco anos, mas ele sabe, tranquilamente, quem é Luiz Inácio Lula da Silva, as quatro letrinhas, as duas sílabas, a forma de pronunciar." E ele me dizia assim: "Todas elas até são simples, muito simples, de qualquer criança falar esse nome." Mas o mais importante foi essa complexidade toda que tinha no País e que, de forma muito simples, direta e firme, esse companheiro cujo nome tem duas sílabas, um nome simples de se pronunciar, foi capaz de enfrentar e resolver.

Com fé em Deus, esse mesmo sujeito, com essa simplicidade, mas com essa tenacidade, esse mesmo sujeito, com a simplicidade das suas ações, com a coragem empreendida ao longo de sua trajetória, enfrentará mais uma batalha e continuará conosco firme e forte nesta caminhada para consolidar esta Nação chamada Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra agora o Senador Jorge Viana, do PT do nosso querido Estado do Acre, vizinho do nosso Estado de Rondônia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu querido Senador Casildo, Walter Pinheiro, todos que me assistem pela TV Senador e pela Rádio Senado, o motivo que me traz a esta tribuna na tarde de hoje é me somar às vozes e aos sentimentos de brasileiros e brasileiras, de pessoas do mundo inteiro que prestam sua solidariedade e pedem e torcem pelo Presidente Lula.

Estava no fim de semana no Acre, Presidente Acir, e recebi a notícia no coração acriano, fazendo uma viagem, junto com o Governador Tião Viana, de Rio Branco até Cruzeiro do Sul, celebrando, na sexta-feira, algo histórico no Acre: a partir de sexta-feira passada o Acre nunca mais se dividirá no período das chuvas entre uma região, a do Juruá, Tarauacá, Envira, e a outra, a região do Purus e Rio Branco. Graças à atitude, ao conhecimento, ao apoio do Presidente Lula, o Acre pôde experimentar a união do Estado de ponta a ponta. Celebrávamos isso na estrada. Comemoramos, festejamos e nos unimos, ligamos as duas pontas de um Acre só que nesses 110 anos viviam separadas.

Quando recebemos a notícia de que o Brasil tomou conhecimento já no sábado, da doença do Presidente Lula, ficamos, como amigos seus, como companheiros seus, chocados, mas, ao mesmo tempo, imediatamente confiantes, porque sabemos que o Presidente Lula é uma pessoa especial e que as orações, as rezas de todos os brasileiros de todos os cantos, daqueles que, eu diria, têm pensamento positivo funcionam; desses que são as pessoas mais simples deste País. Nós imediatamente nos somamos a essa corrente que tem tomado conta do Brasil e do mundo, criando um ambiente de fé e de confiança na recuperação do Presidente Lula.

As redes sociais hoje, que democratizam o mundo, que ajudam no aperfeiçoamento do mundo, já estão conduzidas por muitos, fazendo valer um verdadeiro movimento de força ao Presidente Lula. Foi criado um termo, o mundo inteiro, as autoridades do mundo inteiro, o Presidente, as lideranças, todos se manifestando, a grande imprensa mundial, os líderes do nosso País, de oposição e de situação, se manifestando, todos juntos, pedindo, e confiantes na recuperação e na superação de mais essa etapa na vida do Presidente Lula. Refiro-me ao movimento "Força, Lula". Esse movimento já se destaca, já é recorde nas redes sociais, somando brasileiros de toda parte nessa corrente para que, nes-

te momento, a D. Marisa, o Presidente Lula e os seus familiares, não passem sozinhos.

Todos nós, seus amigos, eu particularmente, devo muito ao Presidente Lula, devo os ensinamentos, devo as oportunidades... E nós do Acre sempre tivemos a solidariedade do Presidente Lula nos momentos difíceis.

Quando da morte do Wilson Pinheiro, ainda na década de 70, lá estava o Presidente Lula. No começo dos anos 80, lá estava o Presidente Lula, chorando, junto com o povo acreano, aquele momento de dor. Quando da morte do Chico Mendes, em 88, dia 22 de dezembro, na véspera do Natal, o Presidente Lula, mais uma vez, deixou sua família e foi passar o Natal triste conosco, mas um Natal da solidariedade, lá em Xapuri e em Rio Branco. Quando o povo acreano lutava para enfrentar a bandidagem, o crime organizado, lá estava o Presidente Lula solidário com todos nós.

E aí nessa hora em que ele enfrenta mais um desafio de sua vida, eu estou seguro de que não serão só – até recentemente – os 3.573 registros de "Força, Lula", mas que isso vai se multiplicar exponencialmente tendo em vista o reconhecimento de que o Brasil e o Mundo têm dessa figura tão extraordinária...

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Permita-me um aparte, Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Claro, meu querido Senador Casildo Maldaner. É com muita honra que eu ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Eu diria, Senador Jorge Viana, que neste momento, além do Acre, não só os acreanos, não só os catarinenses – o Estado que eu represento –, mas todo o Brasil está formando uma grande corrente em prol de uma pessoa, de um homem que é um mito, que conseguiu fazer algumas coisas que ninguém, que muitos, que a maioria não esperava. É uma pessoa que veio lá debaixo da comunidade, que é o do povo, que conversa a linguagem da comunidade, a linguagem de todos, o homem que tem, sem dúvida nenhuma, uma lição de vida. Então, eu diria que hoje há um movimento não só do Brasil inteiro, não só da torcida dos sul-americanos, mas do mundo inteiro para demonstrar que estamos ai na torcida para que ele vença mais essa. Já venceu várias, vai vencer mais essa. A nossa solidariedade e a nossa luta nesse momento em conjunto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Eu estou aqui expressando a minha convicção de que, se Deus quiser, o Presidente Lula vai vencer mais esse desafio de sua vida.

O Presidente Lula é um dos exemplos de pessoas escolhidas. Nasceu muito pobre no Nordeste. Criado sem a família unida, às custas de uma mãe lutadora, longe do pai. A mãe teve a coragem de, para fugir da fome, da miséria, arriscar-se, levar os filhos para uma das maiores cidades do mundo, para o entorno dela, ou seja, enfrentando muitas dificuldades. Essa figura conseguiu vencer todos os desafios, a começar pela fome, depois o de se tornar alguém em uma cidade muito grande, o de começar a liderar um processo que começou com a redemocratização com o sindicalismo do ABC e, finalmente, o de trazer de volta, nessa democracia conquistada, o espírito, que é a essência da democracia, de termos a possibilidade de ganharmos líderes. O Presidente Lula, como eu falo sempre, é um sobrevivente, e seguramente, se Deus quiser, vai sobreviver a mais esse desafio que muitos brasileiros tiveram a sorte de enfrentar e vencer.

Eu queria, Sr. Presidente, falar que a solidariedade vem também em respeito à trajetória democrática, tolerante, humana do Presidente Lula, e ela vem de todo lado. Eu li hoje a coluna do jornalista Noblat, que a encerrava, dizendo: "Força, Lula." Eu vi Gilberto Dimenstein fazer uma defesa arraigada no sentido de criarmos essa corrente de defesa do Presidente Lula. E eu queria aqui ressaltar um pedacinho do que escreveu Eliane Cantânhede, que contou a história de José Alencar num livro.

Ela escreveu coisas bonitas sobre Lula, que eu queria que constasse nos Anais do Congresso, especialmente do Senado: "Um operário, líder sindical, militante contra a ditadura militar, deputado, Presidente da República, uma das figuras mais prestigiadas no mundo neste século." E ela vai mais adiante: "O seu próprio (câncer) parece ser localizado na laringe, tratável por quimioterapia e curável". Isso é importante. É tratável e curável, por isso todos nós devemos rezar para que o Presidente se recupere o mais rápido possível.

> *"O mundo e o país torcem ou rezam para isso. A outra ironia [ela compara também com a luta do nosso saudoso vice-presidente José Alencar] foi o local [do câncer]: a laringe! Uma das forças de Lula é a voz, a imensa, impressionante capacidade de comunicação desse político inato que saiu de um casebre no interior do Nordeste e cativou o mundo."*

Eliane Cantanhêde conclui, dizendo: "Lula virou o que virou pela inteligência, o carisma e a voz. Ela não irá lhe faltar agora."

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jorge Viana, permite um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Paim, com muita honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Sei que o Senador Acir vai ser tolerante, porque esta sessão de

segunda-feira está sendo uma sessão em que, eu diria, estamos reunindo todas as forças positivas para levar essa energia ao nosso querido ex-Presidente Lula. Hoje, pela manhã, V. Exª, como Relator do Código Florestal, fez uma mediação com muita sabedoria com os movimentos sociais. Na abertura dos trabalhos, tanto eu como V. Exª fizemos uma pequena homenagem e formulamos votos de recuperação urgente do nosso querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Jorge Viana, eu queria neste momento também me somar... Eu já fui à tribuna e falei desse momento difícil por que passa o Presidente e que ele vai superar, mas queria participar do seu pronunciamento neste momento. V. Exª fez uma retrospectiva da história do Presidente; falou do passado, falou do presente e também do futuro, do que ele representa para o mundo. Tenho certeza, como tem V. Exª, de que ele vai passar por mais essa e voltará à vida pública brasileira e à política mundial pela liderança que ele tem. Falo com a maior tranqüilidade, ao longo da minha vida – V. Exª também aponta nesse sentido –, tive três referências – não nego: Gandhi, Mandela e Lula. Que bom saber que Lula voltará logo à atividade!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim.

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu também tive a honra... Hoje bem cedo, abrindo os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, antes de iniciarmos os trabalhos, o Presidente Paim – eu estava ao lado dele – abriu a reunião e logo em seguida fizemos um registro, porque nós não podíamos começar os trabalhos do Senado Federal nesta semana, tendo em vista a notícia que tivemos no último fim de semana, sem fazer uma referência à "Força, Lula" e registrar que todos nós brasileiros estamos juntos com D. Marisa e seus familiares, para que ele possa ter a força necessária para superar mais esse desafio em sua vida.

Queria, então, aqui, concluindo, dizer que a vida do Presidente Lula foi sempre voltada para a solidariedade. O que ele faz com os moradores de rua em São Paulo, com os catadores, com aqueles para que os quais ninguém olha, ninguém enxerga, ninguém ouve! Ele sempre foi uma pessoa especial. Não importa se no Acre, ou em São Paulo, ele sempre deixou de lado um sentimento que todos nós carregamos, um sentimento de raiva, de ira. Ele sempre soube perdoar. Ele sempre soube rever e sempre esteve preso, como princípio básico, à democracia, à tolerância.

Então, encerro aqui meu pronunciamento dizendo que ele é um homem muito especial, um homem escolhido. Se não fosse, não teria, com tantas barreiras na sua vida, sobrevivido aos desafios que a vida lhe impôs. Ele venceu um a um deles e, certamente, vai vencer mais esse, com a nossa força, com esse sentimento verdadeiro dos brasileiros e das brasileiras.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu encerraria, se o Presidente me permitir, com um aparte para ouvir o meu querido colega Senador Anibal Diniz.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Eu não poderia deixar de compartilhar deste seu pronunciamento, antes de tudo, parabenizando-o pela iniciativa de reconhecimento a este grande brasileiro, a este predestinado ao sucesso, à superação de todas as adversidades, que é o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva. Quero dizer que, como V. Exª, estou completamente solidário a essa luta do nosso Presidente Lula, que, além de ex-Presidente do Brasil, é Presidente de Honra do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores. Nós estamos completamente solidários ao Presidente Lula, da mesma forma que demonstraram, ontem, jogadores e torcedores do Corinthians, com aquela bonita placa dizendo "Força, Lula". Por sorte do Presidente, ainda tivemos uma vitória do Corinthians, o que, certamente, o deixou muito mais feliz no final do dia de domingo, ontem, e o Corinthians está liderando o campeonato brasileiro. Dessa forma, com esse espírito de superação, a gente está aqui para dizer ao Presidente Lula que, da mesma forma que ele venceu tantas adversidades, desde a sua saída, como retirante da seca nordestina, até chegar à Presidência da República Federativa do Brasil, contabilizando derrotas e vitórias, mas sempre de cabeça erguida, estamos certos de que ele vai superar mais essa dificuldade. Nós estaremos orando por ele, rezando por ele e, certamente, ele vai participar conosco de muitos outros embates políticos e continuar contribuindo para que o Brasil seja cada vez mais justo e cada vez mais fraterno com todos aqueles que mais necessitam. Era isso. Parabéns a V. Exª pelo belíssimo pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Anibal, meu colega do Acre. Sei que nós falamos de um sentimento que é de todos os acreanos e acreanas, de todos os brasileiros e brasileiras e da gente de toda parte do mundo, que fala as mais diferentes línguas, como estamos verificando.

Queria, então, Sr. Presidente, dizer que o Presidente Lula, mesmo numa hora difícil, nos deu mais uma lição quando chamou o seu médico, a equipe médica e falou: "Eu quero transparência sobre a minha doença". Eu acho que só alguém muito especial faz isto: "Conversem, falem tudo que eu estou passando com o povo brasileiro". Esse é um gesto... Nós todos políticos temos que dar satisfação, independentemente da dificuldade ou do momento que estejamos atravessando,

à opinião pública. Eu acho que essa é mais uma lição que, mesmo num momento de extrema dificuldade, o Presidente Lula nos dá.

Ele não é uma pessoa especial e, por isso, tem que ter um tratamento especial. Eu vejo no Presidente Lula simplesmente uma pessoa que, com a sua trajetória de vida, com suas atitudes, com seus exemplos, faz aquilo que nós deveríamos procurar fazer. Ele é especial por esse aspecto. Ele consegue, sim, ser uma referência para quem quer um mundo melhor, para quem quer um Brasil melhor, para quem quer um Brasil mais justo.

Eu queria, então, encerrar aqui, lendo um pequeno poema, que é muito conhecido e que já foi muito divulgado. Mas, neste momento, talvez seja importante lê-lo e fazê-lo constar nos Anais do Senado para que a gente possa se somar a essa corrente de força que o Presidente Lula recebe de todos os cantos do Brasil. É um poema de Bertold Brecht que diz:

> Há homens que lutam um dia e são bons.
> Há outros que lutam um ano e são melhores.
> Há aqueles que lutam muitos anos [toda uma vida] e são muito bons.
> Porém há os que lutam toda a vida:
> Esses são os imprescindíveis.

O Presidente Lula é uma das figuras humanas que, para mim, são imprescindíveis. O Presidente Lula é um homem imprescindível para o Brasil e para o mundo, para a nossa luta, para que consigamos seguir, promover desenvolvimento com inclusão, fazendo com que o mundo seja mais justo.

Hoje, exatamente no dia de hoje, o mundo atingiu sete bilhões de habitantes. Eu me somo aos brasileiros e peço a Deus que este morador do mundo, Luiz Inácio Lula da Silva, possa superar, curar-se e seguir nos ajudando a transformar este mundo, que precisa de figuras humanas como a do Presidente Lula.

Que Deus conduza esse tratamento que começa hoje. Que a D. Marisa, querida amiga e esposa, que está do lado dele com seus filhos, possa também receber essas bênçãos dos brasileiros e das brasileiras e que o Presidente Lula, um sobrevivente na vida, possa vencer mais este obstáculo que o destino lhe oferece que é de mostrar força, superando esse câncer.

Que Deus abençoe a recuperação do Presidente Lula!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Jorge Viana.

Passamos a palavra agora, para uma comunicação inadiável, ao Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Senadoras, demais Senadores, profissionais da imprensa, o Brasil foi surpreendido, no último sábado, dia 29, com a notícia de que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi acometido de um câncer na laringe. A surpresa veio em forma de pesadelo para muitos brasileiros, tendo em vista o significado de Lula para o presente e para o futuro do Brasil e, inclusive, para os habitantes de outros países, que sentiram muito, e estão sentindo, da mesma forma como os brasileiros, a real situação de saúde do ex-Presidente da República.

O Presidente Lula todos nós conhecemos. Sabemos do seu carinho, da vontade que sempre teve, ao longo da vida, Senador Paim, de acertar e procurar fazer pelos brasileiros aquilo que a população espera de seu governante. Por isso, não poderia ser diferente a reação do povo do Brasil inteiro ao ser surpreendido com a notícia da doença que acomete o ex-Presidente. Isso incomoda e intranquiliza a população no que se refere ao futuro do Brasil, ao futuro das lideranças políticas, digo até da maior liderança política brasileira. Com isso, todos nós estamos atormentados.

Por essa razão, faz-se necessário não só o nosso posicionamento, como também o de tantos outros brasileiros, parlamentares, integrantes do Congresso Nacional, em, de fato, não só reconhecer aquilo que o Presidente Lula fez em favor do Brasil, como também o que tem a fazer. E o que ele tem a fazer é retornar ao nosso convívio, se Deus quiser, no que se refere ao trato com as pessoas, à convivência política e à contribuição que a experiência muito lhe ensinou, para fazer com que o Brasil tenha, ao lado dos brasileiros, um homem que tanto espírito público tem, que tanta vontade tem de fazer pelo próximo aquilo que os brasileiros esperam de todos nós.

Por essa razão, Sr. Presidente, solicito que esta Casa registre, em seus Anais, aquilo que escrevemos, que representa o pensamento do povo brasileiro no que se refere a este momento de preocupação, a este momento de tensão, a este momento em que todos os brasileiros rezam, oram e até apelam ao nosso Superior para que contribua, o mais rápido possível, com a saúde do ex-Presidente Lula, para que ele retorne a trabalhar e a contribuir com o desenvolvimento do Brasil, com a melhor perspectiva de futuro e com uma solidariedade maior a todos os brasileiros no que se refere às ações e aos benefícios para todos.

Era só, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª e quero dizer que a preocupação nossa, com certeza, é a preocupação de cada brasileiro, de cada cidadão brasileiro, de cada cidadã, porque o conjunto de todos representa

não só o melhor para o Brasil, o desejo de que tenhamos um futuro cada vez mais promissor e cada vez mais revitalizado no que se refere à saúde do nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Wilson Santiago.

Passo a palavra agora ao Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

V. Exª tem dez minutos mais dez minutos, Senador Casildo. Hoje nós temos a tarde para falar, não é, Senador Paim? Vamos dividir o tempo com os demais Senadores.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres colegas, antes do tema que vou abordar, eu quero me somar às manifestações, embora o tenha feito em aparte ao Senador Jorge Viana. O Senador Walter Pinheiro, da mesma forma, discorreu sobre o caso, houve um aparte do Senador Paulo Paim, agora acabou de se manifestar também o Senador Wilson Santiago, todos no mesmo sentido. Agora de manhã, na Comissão de Direitos Humanos, igualmente. Onde se abre uma sessão, onde se abre qualquer coisa, vem à cabeça, em qualquer lugar, vem à mente a situação do nosso ex-Presidente Lula. Sem dúvida alguma, ele também não esperava e deve ter passado por momentos duros.

Imaginemos qualquer um de nós: tudo transcorre às mil maravilhas, vai aqui, vai de lá, ele ainda festejou os 66 anos na última quinta-feira, tudo tranquilo, aí vai, na sexta à noite ou no sábado de manhã, faz um exame. E a pessoa tem que ser forte, porque dá um baque. Dá. Então, tem que se preparar psicologicamente para enfrentar. É algo que... Uma programação realizada, uma agenda dos próximos meses, os cálculos feitos como ex-Presidente, e aí: "Vamos fazer com mais calma; quer dizer, viver uma condição de vida diferente". Vem uma notícia dessa. A pessoa, quer queira, quer não, vai deitar à noite no travesseiro, mas isso não foge da pauta, não foge da agenda, é esse pensamento para enfrentar. Tem que ter forças, tem que reunir energias de todos os lados para poder... Olha, não é bem assim.

Por isso, quero também, neste início – o assunto não será esse –, somar-me. Nós, como catarinenses; os brasileiros; V. Exª, que é de Rondônia, com certeza, Presidente Acir; o Acre, como já falaram; os gaúchos do Paim; enfim, de todos os Estados brasileiros; da Bahia do Walter Pinheiro; todos nós – eu disse antes do aparte –, não só Brasil hoje, não só a América do Sul, mas ele conquistou a força, o homem é muito forte no mundo inteiro. Acho que isto que é preciso agora: enfrentar com coragem, clarividência e transparência. Acho que é importante isto: a transparência, isso até vai ajudá-lo, e as forças de todos, essa solidariedade, ajudem com que nosso ex-Presidente possa vencer mais essa. Já venceu várias, diversas, deve vencer mais essa.

Pois bem, Sr. Presidente e nobres colegas, o tema que tenho para abordar é um assunto que interessa a todos nós, aos catarinenses, e por que não ao Brasil?

Em 1973, há exatos 38 anos, quando estourou a primeira crise do petróleo, o Brasil produzia apenas 10% de suas necessidades. Há 38 anos, apenas 10% das necessidades nós produzíamos.

As reviravoltas do mercado, com a disparada dos preços a partir de 1979 e a influência, à época, pendular dos Estados Unidos e da União Soviética, reforçaram a convicção de que o petróleo era assunto de segurança nacional.

Vejam bem, de lá para cá, 38 anos. Agora, em 2011, quando as sucessivas crises do petróleo vêm se somar à do endividamento mundial, que supera em importância todas as anteriores da nossa recente história, pelos efeitos que ameaçam durar, a questão do petróleo ganhou, para o Brasil, maior importância geopolítica. Desde o ano passado, o nosso País já é autossuficiente na produção de petróleo.

Uma das prioridades para o Brasil continuar atendendo às demandas desta autossuficiência, com absoluta autonomia e competência, é investir na mão de obra qualificada para o setor.

É preciso investir tanto na formação quanto na prospecção e na exploração do petróleo. Nesse sentido, Santa Catarina está dando sua contribuição. Os indicadores do mais novo Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí, núcleo de ensino da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), são dignos de euforia.

Estou me referindo ao Curso de Engenharia de Petróleo, que, embora em sua fase de implantação, com 40 vagas por semestre, em período integral na cidade de Balneário Camboriú, é um verdadeiro sucesso.

Repito esse parágrafo : estou me referindo ao Curso de Engenharia de Petróleo, que, embora em sua fase de implantação, com 40 vagas por semestre, em período integral na cidade de Balneário Camboriú, é um verdadeiro sucesso.

Isso porque, já em seu primeiro vestibular, em julho passado, foi o curso mais concorrido da Udesc, com o expressivo índice de 21 candidatos por vaga.

Chama a atenção, desde logo, o grande interesse dos nossos jovens por esta novidade.

O novo curso, Sr. Presidente e nobres colegas, de graduação em Engenharia do Petróleo, com cinco anos de duração, é, sem dúvida, um instrumento fun-

damental para a capacitação de engenheiros de petróleo com sólida base técnica e científica.

Ao completar os estudos, seu egresso estará capacitado a trabalhar em todos os ramos relacionados à indústria do petróleo e também a integrar equipes multidisciplinares responsáveis pelos projetos e desenvolvimento de campos de petróleo.

A área de atuação desses profissionais inclui empresas que atuam nas diversas fases da cadeia produtiva do petróleo, do gás natural e de biocombustíveis, além dos organismos governamentais relacionados à área do petróleo e pré-sal, incluindo instituições de ensino e pesquisa.

Pode-se destacar, entre os diferenciais, o caráter inovador do curso, o crescente mercado de trabalho, a sólida formação em Engenharia de Petróleo e a posição estratégica de Santa Catarina em relação ao pré-sal, acrescentando-se ainda o fato de se tratar do primeiro e único curso de Engenharia de Petróleo em nosso Estado.

O surgimento deste curso vem fortalecer o nosso pleito, já apresentado nesta Casa, para que o Estado de Santa Catarina possa, muito em breve, sediar uma refinaria da Petrobras.

Aliás, recentemente, levamos ao Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, a reivindicação catarinense, apoiada pelo Fórum do nosso Estado, inclusive com o apoio da Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Nobres colegas, eu poderia aqui discorrer sobre as vantagens, para o Brasil e para a Petrobras, dessa empreitada, da instalação de uma refinaria de petróleo em Santa Catarina, mas já o fiz, por diversas vezes, e em todas as ocasiões encontrei o apoio irrestrito deste Plenário até porque nós temos a autossuficiência em petróleo no Brasil, hoje, mas não temos ainda autossuficiência em refinaria. Nós produzimos o petróleo suficiente, mas em refinaria, para a gasolina, para os derivados do petróleo, nós somos ainda deficientes, ainda temos que importar produtos acabados. Em função disso, precisamos preparar as nossas refinarias, no Brasil, para atender a essa demanda. O petróleo bruto, nós já temos o suficiente, mas, como eu disse, a preparação disso, em Santa Catarina, é um dos lugares que, com a sua logística, tem condições de se apresentar para ajudar nesse sentido.

Neste momento, então, Sr. Presidente, cumpre apenas acrescentar a boa-nova: além de possuir completa infraestrutura logística, com sua rede portuária, mão de obra qualificada, um parque industrial bem desenvolvido e polos tecnológicos e de inovação, Santa Catarina passa a contar com um novo curso de graduação de excelência em Engenharia do Petróleo.

Com esse convincente atributo, não há dúvida, o Estado de Santa Catarina preenche todos os requisitos e oferece justificadas razões para, em breve, sediar uma das refinarias de petróleo previstas pela Petrobras.

São as considerações que trago na tarde de hoje, Sr. Presidente, nobres colegas, ao lado das manifestações de recuperação e de coragem ao nosso ex-Presidente Lula.

Trago essa notícia do curso de Engenharia do Petróleo da nossa Universidade Estadual (Udesc). Tive a honra de, quando Governador, promulgá-la, como gratuita, como exclusiva, para todos os catarinenses. Ela instituiu agora, na região de Itajaí, na Foz do Itajaí, pela sua logística, o curso de Engenharia do Petróleo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pois não, com muita honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero aproveitar que V. Exª ainda dispõe de cinco minutos. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e, ao mesmo tempo, recordar, às 15h45, a importância da audiência pública que tivemos, hoje, pela manhã, com a sua participação e do Senador Cyro Miranda, do Senador Blairo Maggi, do Relator Jorge Viana, do Senador Vicentinho e de representantes de toda a sociedade organizada das mais variadas áreas, desde o MST à SOS Meio Ambiente, em defesa das florestas e dos rios. Naturalmente, destaco o papel do Relator, o Senador Jorge Viana. Foi uma audiência da qual V. Exª participou, contribuindo para um grande entendimento nacional. Desde o primeiro dia, quando começou esse debate, já dizia que não entendia entrarmos em uma área, como foi na Câmara dos Deputados, de considerarmos o agricultor bandido ou aquele que defende o meio ambiente. Nenhum dos dois é bandido. Ao contrário, os agricultores produzem a nossa alimentação e divisas para o País. Por outro lado, a defesa do meio ambiente é um compromisso de todos nós, é a defesa do Planeta, é a defesa da vida. V. Exª contribuiu para o debate de forma muito tranquila. Entendi que o Senador Jorge Viana, representando também o Relator Luiz Henrique, apontou caminhos na área da razoabilidade, do bom-senso e na busca do consenso. Isso para mim é o que interessa. Por isso, fiz questão de fazer esse aparte a V. Exª, cumprimentando-o pela forma tranquila como participou do debate, buscando caminhos para que o Código Florestal seja aprovado ainda este ano aqui, no Senado. Vamos remetê-lo para a Câmara, que passará por um outro ciclo de debates. No mais, quero cumprimentar V. Ex.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a manifestação de V. Exª, Senador Paulo Paim.

Aliás, como sempre, o Senador Paulo Paim, inclusive às segundas ou sextas-feiras, preside principalmente as questões relacionadas com o campo social, como Presidente da Comissão de Direito Humanos. Nas segundas-feiras, a gente quase não está aqui, a gente está no Estado. E eu, comparecendo à comissão, estava lá, e ele presidindo, com os movimentos indigenistas, MST, todos os setores, procurando consensuar, procurando ouvir, harmonizar. Harmonizar não é fácil, e numa segunda-feira, Senador. Olhe, segunda-feira, para nós, do oeste catarinense, é considerado o dia da nossa senhora da pouca vontade. Mas aqui a gente sente que há boa-vontade. Lá, as segundas-feiras são de pouca vontade, quando chega as sextas-feiras já melhora a vontade, já são da nossa senhora da boa-vontade. É o que se transmite, psicologicamente, às pessoas.

Mas aqui, hoje, vi o Senador Paulo Paim presidindo a comissão, e com entusiasmo, colocando o debate para harmonizar o Código Florestal. O Senador Jorge Viana é um dos relatores, o Senador Luiz Henrique também é. Até disse que aproximando os dois, convergindo os dois, teremos o melhor para o Brasil, sem dúvida alguma, com a participação dos demais Senadores, como informa o Senador Paulo Paim. Inclusive o Ciro Nogueira era um dos que estava presente. O Cyro Miranda, aliás. Dá rima. O Cyro Miranda era um dos presentes, participando. Está aqui também o Senador Acir, que é Presidente da Comissão de Agricultura, que também está em todos os lugares, participando.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador Paulo Paim, por essa sua luta. É um ícone da questão social, principalmente do Brasil inteiro. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero me somar aos demais Senadores que usaram esta tribuna na tarde de hoje, dizendo que nós, em Rondônia, também recebemos, com muita apreensão e tristeza, a notícia, neste final de semana, que afeta todos nós, brasileiros, embora saibamos do potencial e da capacidade médica que temos no Brasil hoje, da medicina, como está avançada, para tratar dessa doença com que está o nosso querido ex-Presidente Lula.

Recebemos com muita tristeza, toda a população do Estado de Rondônia, assim como, imagino, toda a população do nosso País.

Queremos nós, de Rondônia, desejar sucesso e também dizer: Força, Lula, que enfrente mais esse desafio, que passe mais esse obstáculo, assim como fez durante toda a sua vida.

Tenho certeza de que o povo brasileiro estará ao seu lado, orando e dando-lhe força para enfrentar, com coragem, com toda sabedoria, mais esse desafio, como muito bem disseram Jorge Viana, Walter Pinheiro, Casildo Maldaner, Paulo Paim, Angela, Wilson Santiago. Essa notícia nos deixou apreensivos, mas sabemos que a medicina está muito avançada e a força que Lula tem é muito grande. Vai passar por mais esse desafio, por mais esse percalço, em favor, agora sim, de sua vida. Ele, que lutou tanto pela vida dos brasileiros, agora vai lutar pela sua própria vida, com todo apoio de toda a população brasileira. Assim como ele fez, apoiando toda a população brasileira, hoje ele recebe esse apoio, de todas as formas, de toda a população do nosso querido País.

Neste final de semana, sexta-feira, estivemos em Jaru, em uma audiência pública na associação comercial daquele Município, a pedido do Vereador José Augusto e da Vereadora Lúcia, aos quais mando um abraço. Quando souberam que um posto da Polícia Rodoviária Federal, instalado na BR-364, no Município de Jaru, poderia ser fechado, os dois Vereadores pediram uma audiência pública para que isso não venha a acontecer no Município de Jaru.

Estivemos lá, juntamente com o Deputado Federal Carlos Magno; o Deputado Estadual Adelino Folador; o Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, André; o Dr. Sidney, da OAB; o Dr. Adilson Donizete, Promotor de Justiça; o Dr. Jefferson Souza, Presidente da Associação Comercial, e o Vice-Prefeito de Jaru, Flávio Corrêa. Juntamente com a população daquele Município, debatemos, ouvimos o clamor da sociedade, das autoridades locais do Município, do Estado de Rondônia, pedindo que a Polícia Rodoviária Federal não encerre as suas atividades naquele posto, que é tão importante não só para quem mora em Jaru. É evidente que, para quem mora em Jaru, é muito mais importante, porque está em seu Município, mas é importante para todos aqueles que transitam na BR-364, que a utilizam.

Nos últimos anos, tem aumentado muito o tráfego de automóveis, caminhões e ônibus na BR-364. Imaginar que um posto que abriu em 1998 possa hoje ser fechado é, no mínimo, um contrassenso. Nós precisamos de mais infraestrutura, de mais policiais rodoviá-

rios, de mais postos fiscais, para atender o aumento da demanda na BR-364. Não o contrário. Não podemos imaginar que um destacamento tão importante da Polícia Rodoviária Federal possa deixar de atuar naquele Município, naquela faixa de extensão da BR-364.

Portanto, fica aqui o nosso pedido para que a Diretoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal atenda ao pedido de todos nós, de Rondônia, principalmente da população de Jaru, para que não encerre as atividades naquele posto da Polícia Rodoviária Federal. O mesmo pedido fizemos – e vamos fazer por escrito – para a Diretoria da Polícia Rodoviária Federal, mas também para o Ministro da Justiça, para que atenda o nosso pleito.

No sábado, estivemos em Costa Marques, em uma audiência pública, desta vez organizada pela Assembleia Legislativa, cujo Presidente, Valter Araújo, comandou os serviços. O signatário da audiência pública foi o Deputado José Eurípedes Clemente, o nosso amigo Lebrão. Lebrão é Deputado daquela região e foi signatário, juntamente com as demais autoridades, como Lúcio Mosquini, Diretor-Geral do DER, que estava naquele momento representando o nosso Governador Confúcio Moura, o Senador Ivo Cassol, o Deputado Federal Carlos Magno, o Deputado Estadual Valdivino Tucura.

E não poderia jamais deixar de mandar um abraço aqui para a Jaqueline Góes, Prefeita Municipal de Costa Marques, que recepcionou muito bem toda a comitiva brasileira e também a comitiva boliviana, quando tivemos essa reunião. Destaco aqui o excelente trabalho que a Prefeita Municipal vem realizando à frente da Prefeitura, realizando obras, organizando a cidade, com todo apoio nosso em Brasília e com o apoio do Governador Confúcio Moura.

Estiveram presentes também Alex Abidas, Presidente da Assembleia Legislativa do Departamento de Beni; Guevor Melgan, Chefe Departamental de Beni; Carlos Ernesto, Secretário de Governo de Beni, além de prefeitos e vereadores de diversas cidades da BR-429 e também diversas autoridades do nosso país vizinho, a Bolívia.

O objetivo da audiência pública é fortalecer a ligação entre Brasil e Bolívia e os Estados de Rondônia com o Estado de Beni, para que a ligação via estrada ou carreteira, como queiram os nossos irmãos vizinhos bolivianos, aconteça também pela BR-429, ligando Costa Marques a San Joaquim, San Ramón, até a cidade de Trinidad, chegando ao Porto de Ilo ou de Iquique.

Nós, em Rondônia, teremos mais essa oportunidade para chegar ao Pacífico. Uma delas é por Guajará-Mirim, outra é essa ligação via Costa Marques. A BR-429 já está sendo asfaltada em ritmo acelerado. Devemos ter a inauguração da BR-429, ligando Presidente Médici, da BR-364, até Costa Marques. Esperamos, em 2013, uma rodovia de importância muito grande para aquela região, aguardando agora a chegada da rodovia, do outro lado do Vale do Guaporé, de responsabilidade do Governo da Bolívia, também fazendo com que nós possamos fazer essa interligação.

Portanto, o Brasil terá mais de uma alternativa, além do Acre, além de Guajará-Mirim, além de Costa Marques também. É uma obra importantíssima para todos nós, brasileiros, que queremos fazer um trabalho de união entre os nossos países vizinhos. Essa ligação terrestre entre Brasil e Bolívia é da maior importância para a economia do País, principalmente para a economia do nosso Estado de Rondônia, especialmente para a região de Costa Marques, para todos os Municípios à beira da BR-429.

Portanto, ficam aqui os nossos cumprimentos ao nosso Presidente da Assembléia Valter Araújo, ao Deputado Lebrão, à nossa Prefeita Jaqueline, de Costa Marques, desejando sucesso e que mais esse sonho da população de Costa Marques se torne uma realidade, assim como está se tornando uma realidade hoje o asfaltamento da BR-429, que chega a Costa Marques.

Eram essas as minhas colocações para a tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Exmº Sr. Anibal, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, antes de iniciar o discurso de hoje, gostaria de me solidarizar com o ex-Presidente Lula e desejar-lhe o pronto restabelecimento. Creio que, com o vigor e a determinação característicos do ex-Presidente, logo ele estará apto para retomar as atividades de sua agenda política.

Quero também homenagear hoje, se vivo estivesse, os 109 anos do grande poeta Carlos Drummond de Andrade.

Sr. Presidente, o filme a que o Brasil começou a assistir com a aplicação do Enem 2011 já é conhecido por todos, porque tem sido reprisado sistematicamente ao longo dos últimos anos. Já ganhou um nome bastante popular e tende a se transformar em um movimento nacional: Enemganados.

Na verdade, a julgar pelos equívocos cometidos pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, ao longo dos anos, podemos até dizer que se trata de um seriado, com enredo e desfecho mais ou menos esperados:

Enemganados I - 2009: o sistema de inscrições para o Enem na Internet apresentou problemas, a prova vazou e o exame acabou cancelado; Enemganados II - 2010: houve erros de impressão, com perguntas repetidas e embaralhadas, e alunos em Belém tinham o número de inscrição trocado; Enemganados III - 2011: 14 questões eram idênticas às do pré-teste aplicado em 2010. Isso para exemplificar alguns dos erros, mas, em 2010 e 2009, houve inúmeros erros: correio, maneira de transporte, gráfica e etc.

O enredo do seriado todo mundo já conhece: vai ser um jogo de empurra-empurra para tentar fazer a corda arrebentar do lado mais fraco. Tentarão blindar o Ministro Haddad e levar para a forca apenas a Presidente do Inep, Malvina Tania Tuttman. Mas basta ver a trama do Enemganados 2011 para verificar que tanto o MEC quanto o Inep foram de incompetência extrema.

Como o Inep tem o desplante de reutilizar questões idênticas às do pré-teste aplicado no Colégio Christus de Fortaleza? Não é preciso ser especialista em segurança para dizer que foi um erro primário, coisa de amador. Ora, com tantas questões à disposição do Inep, foram escolher exatamente as que faziam parte de um pré-teste aplicado em 2010. E copiaram na íntegra, ao ponto de um estudante de Fortaleza fazer circular nas redes sociais, já na terça-feira passada, fotos do simulado aplicado no Colégio Christus.

Agora, Srªs e Srs. Senadores, será que, num exame da envergadura e importância do Enem, a Presidente do Inep e o Ministro da Educação não tinham como evitar um fiasco dessa natureza? Lamentavelmente, tanto o Ministro quanto a Presidente do Inep foram de uma incompetência sem tamanho. E não dá para dizer outra coisa. O MEC e o Inep foram incompetentes! E já provamos isso desde 2009, infelizmente. Mais uma vez, mostraram que, no frigir dos ovos, agem no improviso.

Agora, o Ministro Haddad vem a público querendo anular apenas a prova dos alunos do Colégio Christus em Fortaleza. E a sua fiel escudeira, a Presidente do Inep, Malvina Tuttman, quer defender o mesmo argumento diante da Justiça Federal no Ceará, a decisão de que somente os 639 alunos do Colégio Christus terão que refazer o exame.

Qual a garantia de que dezenas ou centenas ou milhares de alunos não tiveram acesso a essas questões?

Vivemos numa sociedade interligada pelas redes sociais, e beira ao absurdo uma instituição da importância do Inep permitir que se repitam questões do ano passado.

E não é à toa que já aparece no Facebook a foto do Ministro da Educação com uma tarja vermelha e o dizer: Fora, Haddad! No Facebook, o Ministro Haddad é citado também como "o Ministro incompetente que desmoralizou o Enem".

Os erros cometidos pelo Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais são indefensáveis sob qualquer argumento. Não importa a quantia que o Ministério da Educação gastou para fazer o Enem. O mínimo a fazer para garantir a seriedade é anular as provas mais uma vez.

E não me digam agora que há muitos interesses envolvidos na questão e pode ter havido sabotagem. Esses são argumentos da incompetência, do amadorismo e do improviso.

Vejam, Srªs e Srs. Senadores, que, de acordo com matéria publicada pela revista Época, o Inep dispõe apenas de seis mil questões em seu banco de dados. Para evitar fiascos como ocorreu agora, seriam necessárias 40 mil questões.

Mas o maior prejuízo de toda essa história é a perda de credibilidade do Enem, que já se transformou em "Vexame Nacional do Ensino Médio".

É preciso dizer que a ideia do Enem é boa e, se o exame fosse aplicado adequadamente, poderia servir de parâmetro nacional para o ingresso em universidades em todo o Brasil – parêntesis – (acho isso essencial para acabar com o drama do vestibular). A ideia é bem concebida, é muito bem elaborada, mas, na hora de materializar-se, nós nos deparamos com esses erros primários. Não é por isso que temos que acabar com o Enem. Temos que acabar com a incompetência no Enem. Sintonizaria o Brasil com a modernidade.

Exatamente por isso, se eu fosse o Ministro da Educação e a Presidente do INEP, pegava o boné e pedia demissão. O Brasil emergente merece mais competência e empenho das autoridades públicas. Não podemos deixar que essas coisas aconteçam. São simples demais, Sr. Presidente, para que tomemos providências cabíveis para que isso não aconteça. A lisura do Enem não pode cair no descrédito. É uma crença que todos estão tendo e, ao mesmo tempo, estão levando de enxurrada.

Agradeço a sua atenção, Sr. Presidente. Meu muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Cyro Miranda, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Ouvimos o Senador Cyro Miranda.

Com a palavra, agora, o Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, já o fiz em aparte ao Senador Jorge Viana em pronunciamento aqui, nesta tribuna, mas reforço mais uma vez minha solidariedade, como militante do Partido dos Trabalhadores e ex-integrante do governo do Acre, ao ex-Presidente Lula, que, depois de tantos desafios enfrentados e superados, encontra-se diante de mais um grande desafio a ser superado, que é este câncer que atingiu a sua laringe.

Pode estar certo, Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, de que todos os brasileiros de todas as regiões estão, neste momento, torcendo pela sua recuperação, orando, rezando, pedindo a Deus que esse tratamento seja o mais bem-sucedido possível, para que a gente tenha o Lula de volta nos grandes embates políticos do Brasil, porque o Brasil espera muito do ex-Presidente Lula. Temos certeza de que ele vai superar mais esta dificuldade. Força, Lula! O Brasil está torcendo pela sua recuperação. Que Deus abençoe que ela se dê da forma mais bem-sucedida possível!

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna na tarde de hoje para destacar um tema cada vez mais relevante tanto para o Planeta quanto para o Brasil, mais especialmente para o meu Estado do Acre, que é o tema da integração, esse importante conceito de constituir um todo, de completar um todo com as partes, mesmo que cada uma das partes possa manter suas características próprias.

Primeiro, é com orgulho que anuncio aqui um feito histórico de integração no Acre. Pela primeira vez, em 43 anos, a BR-364, no trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, as duas maiores cidades do Acre, não será fechada ao tráfego durante o inverno amazônico, no período mais difícil para o tráfego no Estado por causa das chuvas. Esse é um feito histórico para o nosso Estado porque marca a integração definitiva do nosso Acre.

Os últimos 80 metros que faltavam para serem tratados na BR foram concluídos, liberando o tráfego na estrada e permitindo às pessoas a liberdade de ir e vir. Com isso, deu ao Estado uma renovada oportunidade de desenvolvimento.

Como bem disse o Governador Tião Viana, esse foi o dia em que unimos o Acre, unimos os Vales do Acre – Purus, Tarauacá, Envira e Juruá.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que foi uma atitude de extrema ousadia do Governador Tião Viana assumir esse desafio de não permitir mais que a BR-364 seja fechada durante o inverno. Ainda que a rodovia ainda não tenha sido concluída, porque a conclusão definitiva da sua pavimentação vai acontecer em 2012, o Governador Tião Viana fez um apelo a toda a equipe técnica e mobilizou todo o Deracre e todas as empresas que estão atuando na estrada para que garantam a trafegabilidade durante o inverno, que é algo que nunca aconteceu durante toda a existência dessa histórica rodovia.

Trata-se realmente de uma conquista do povo acriano. Essa integração é o resultado direto do projeto de desenvolvimento do Acre, que estamos levando a cabo desde 1999, quando, ainda em seu primeiro mandato, o ex-governador e hoje Senador Jorge Viana decidiu abrir a BR-364 e mantê-la trafegável todos os anos durante o verão.

Em seguida, com o ex-Governador Binho Marques, vieram outros investimentos de forma que, por 12 anos consecutivos, os avanços da obra se revelaram em melhorias para toda a população acriana. Binho Marques, com o apoio do ex-Presidente Lula, avançou na finalização dos projetos técnicos, nas obras de terraplanagem e pavimentação e marcou, fortemente, sua gestão com o início da construção de todas as pontes desde Sena Madureira até Cruzeiro do Sul. Binho Marques chegou a inaugurar as pontes do rio Caeté e do rio Purus e deixou em estágio bastante avançado as pontes dos rios Envira, Tarauacá e Juruá. Essas já foram concluídas pelo Governador Tião Viana, de tal forma que hoje já se pode trafegar de Rio Branco a Cruzeiro do Sul sem precisar de mais nenhuma balsa. Agora se passa pela BR-364 só sobre pontes, todas construídas nos últimos 12 anos.

Mas quero lembrar aqui que o pontapé inicial para a superação desse desafio foi dado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que, na década de 1960, iniciou a construção da estrada de Rondônia para o Acre. E hoje, 43 anos após o início das obras para ligar Rio Branco a Cruzeiro do Sul, nós fazemos o encontro dessas duas pontas da estrada. Este é um momento que muda completamente a nossa história.

Na última sexta-feira, para marcar essa conquista, participei de uma caravana de cerca de 140 veículos, chamada "Caravana da União", que partiu de Rio Branco, pela estrada, até chegar a Cruzeiro do Sul, no vale do Juruá.

Ao longo do percurso, em Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, novos veículos se integraram à caravana, que fez sua primeira parada em Manoel Urbano e dali para um próximo local chamado Jurupari, que é exatamente no centro, no meio da distância entre as duas cidades, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, onde encontrou integrantes que também participaram dessa caravana, vindos de Feijó, Tarauacá e também de Cruzeiro do Sul.

O Jurupari foi escolhido como ponto de encontro da caravana por ser simbólico. Ali se encontra o último

trecho em obras da estrada e um dos pedaços mais difíceis de construir. Os últimos 80 metros que faltavam para serem imprimados receberam um tratamento temporário para suportar o tráfico durante o inverno e, ao mesmo tempo, deixar a obra num estágio bem avançado para ser continuada no próximo ano. Esses últimos 80 metros foram cobertos por uma camada de asfalto, mas é um tratamento ainda não definitivo.

Mesmo enfrentando dificuldades políticas, financeiras e de engenharia, a construção da BR-364 agora é uma realidade que deixa grato todo o povo do Acre aos Governadores Jorge Viana, Binho Marques e Tião Viana, assim como ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma Rousseff. Sem o apoio e a sensibilidade deles na liberação dos recursos federais necessários, não teríamos a garantia financeira necessária para a execução dessa obra e para que esse sonho fosse realizado.

Gostaria, Sr. Presidente, de anunciar também que a integração que estamos trabalhando no Acre é uma integração articulada, que vai tanto em relação aos Municípios entre si quanto do Acre com os demais Estados amazônicos e também do Acre com os vizinhos países do Peru e da Bolívia – agora, em especial, com o Peru, com o esforço conjunto e coordenado que envolve autoridades diplomáticas brasileiras e peruanas.

Quero inclusive, Presidente, anunciar hoje que já marcamos para o próximo dia 21 de novembro, na Comissão de Relações Exteriores do Senado, uma audiência pública com a presença do Presidente do Congresso Nacional peruano, o Sr. Deputado Daniel Abugattás, para debater a intensificação das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e o Peru, com a conclusão da rodovia interoceânica que liga o Brasil, por meio do Acre, aos portos do Pacífico.

A integração, nós sabemos, gera grandes oportunidades e grandes desafios. No caso do Acre, temos de pensar a integração em quatro dimensões: a integração do Acre e os Estados da Amazônia, da Amazônia com o restante do País, com os países andinos e com o restante do mundo. Não apenas a integração física, a que inclui comunicações, energia e transportes, mas também a dimensão qualitativa da integração.

Com a inauguração da ponte sobre o rio Madre de Dios, no dia 15 de julho passado, foi concluída, em definitivo, a estrada que liga o Acre ao Peru, que é a nossa interoceânica. Temos, com isso, oportunidades novas para gerar emprego e renda e fortalecer transações comerciais, turismo, intercâmbio de conhecimentos e intercâmbio das culturas amazônicas e andinas.

Mas estamos conscientes da situação e alertas para os desafios e dificuldades naturais de todo o desenvolvimento: garimpo ilegal, uma vez que a região sul de Madre de Dios, no Peru, é rica em ouro, o que estimula a presença do garimpo ilegal peruano; tráfico de drogas; risco de aumento do desmatamento. São desafios que vêm com o desenvolvimento e que requerem das autoridades uma atenção toda especial.

Nesse sentido, participei, na cidade de Puerto Maldonado, no Peru, nos dias 13 e 14 de outubro, do II Fórum de Municípios Fronteiriços, que envolveu Municípios do Estado do Acre e também Municípios do Departamento de Madre de Dios e do Departamento de Ucayali, no Peru. Foi um encontro importante para discutirmos a maior parte dos problemas que afetam esses Municípios e quais soluções podem ser compartilhadas entre Municípios acrianos, brasileiros, e Municípios peruanos para a superação dos seus desafios nas áreas de saúde e de educação e de tantos outros problemas que afetam essas comunidades.

Do lado brasileiro, estiveram presentes representantes e autoridades das prefeituras de Rio Branco, Epitaciolândia e Plácido de Castro. Do lado do Amazonas, estava presente representante do Município de Boca do Acre. Do lado peruano, estiveram presentes autoridades das províncias e dos distritos de Tambopata, Tahuamanu, Coronel Portillo, Purus, Laberinto, Tahuamanu e Las Piedras.

Ao final do Fórum, as autoridades defenderam a assinatura de um Memorando de Entendimento e Cooperação Interinstitucional entre o Município Provincial de Tambopata e o Município de Rio Branco para apoiar a gestão municipal em planejamento urbano e gestão pública; e de um plano diretor e ordenamento territorial, meio ambiente e manejo de resíduos sólidos.

Os dois lados também deixaram claro seu interesse em promover ações entre os Municípios para o fortalecimento do nível de atenção básica às redes de saúde entre a região de Madre de Dios e o Estado do Acre, de tal maneira, Sr. Presidente, que esse trabalho de integração que se fortalece com a finalização das nossas rodovias é um trabalho que merece atenção especial das nossas autoridades federais.

A gente comunica com orgulho que as autoridades diplomáticas brasileiras estão muito atentas a essa integração a partir do Acre. Dessa forma, eu convido os Senadores que estiverem presentes aqui no Senado no dia 21 de novembro, às 16 horas, a comparecer à Comissão de Relações Exteriores para participar de um debate com o Presidente do Congresso Nacional peruano, que vai compartilhar ideias e desafios que requerem atenção especial de autoridades brasileiras e peruanas para o nosso próximo período.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Anibal Diniz. V. Exª coloca

um tema muito importante, que é o desenvolvimento da Amazônia a partir do Acre.

Com a palavra o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para elogiar a escolha do novo Ministro do Esporte, o Deputado Aldo Rebelo, que tomou posse nesta tarde.

Figura emblemática, político respeitado, homem correto, tenho a certeza de que Aldo Rebelo terá a estatura do desafio que o momento histórico impõe a ele e ao País.

O novo Ministro traz a marca da coerência e do equilíbrio. Ele demonstrou profundo comprometimento com o Brasil quando da árdua tarefa que assumiu ao relatar o Código Florestal na Câmara dos Deputados. Nesse trabalho de altíssima complexidade, Rebelo mostrou que possui as qualidades que formam um grande homem público: paciência, espírito democrático e tolerância para ouvir o contraditório, sem abalar suas convicções nem impor autocraticamente suas escolhas ideológicas.

Na ocasião, o Sr. Aldo Rebelo percorreu inúmeras localidades por este Brasil afora. Só depois colocou no papel o que acreditava ser o mais próximo das necessidades reais dos produtores brasileiros, bem como da preservação do meio ambiente, algo essencial para garantirmos o futuro das novas gerações.

Agora Aldo Rebelo volta ao posto de Ministro, desta vez para cumprir outra tarefa árdua e importantíssima para o Brasil: a de comandar a pasta dos Esportes de um País que vai sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas!

Fiquei pensando nas razões que pautaram a escolha de Aldo Rebelo neste momento tão crucial. E cheguei à conclusão de que Rebelo é uma espécie de curinga – daqueles homens públicos que demonstram, no dia a dia da sua atuação, um grande espírito de brasilidade. Ele tem um senso de realidade que transpõe o ideário de seu Partido – o PCdoB – e faz dele um político aberto, correto e com um especial senso de justiça.

Aliás, Srs. Senadores, quero parabenizar aqui as escolhas da Presidente Dilma Rousseff, que, aos poucos, vai imprimindo mais o perfil do seu governo na Esplanada dos Ministérios, estabelecendo um modelo que une perfil gerencial com pragmatismo político.

O povo brasileiro está aplaudindo a nossa Presidente pela sua capacidade de transformar o governo sem traumas e sem rupturas políticas.

A base aliada continua sólida e – tenho a certeza – seguirá o caminho da construção de um Brasil moderno e avançado.

Um exemplo de decisão acertada foi a de levar para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República a Ministra Ideli Salvatti. IIdeli trouxe para o Executivo sua experiência de Líder do Governo no Congresso e de Líder de seu partido no Senado. Com sua sensibilidade política, ela tem construído uma boa relação entre Governo Federal e Legislativo.

A Ministra Ideli vem demonstrando uma habilidade ímpar na articulação política, coroando sua experiência com extrema sabedoria e capacidade de articulação. Acredito que as atuais circunstâncias estão notabilizando as qualidades da Ministra.

Como Senador da República, vejo na atuação e no acolhimento da Ministra Ideli algo extremamente positivo para estabelecermos uma relação proveitosa entre União e Estados brasileiros em busca do desenvolvimento do País.

Quero finalizar essa parte de meu pronunciamento afirmando que a base do Governo segue fortalecida e que os acontecimentos inerentes ao regime democrático constituem um aprendizado para que possamos corrigir rumos e aprimorar as condutas republicanas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mudo agora de assunto para registrar também minha homenagem ao Ano Internacional da Química e à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Não pude participar da sessão especial ocorrida na semana passada, por isso agora cumprimento o Senador Inácio Arruda pela iniciativa da comemoração.

Imagino que a maior parte das pessoas não se dê conta do quanto a química, a ciência e a tecnologia estão presentes no nosso dia a dia.

Vivemos hoje em plena era da revolução tecnológica nos mais diversos campos. As mudanças estão na medicina, nos esportes, na educação, no agronegócio, na indústria, no entretenimento, na comunicação; enfim, em tudo que existe ao nosso redor.

As inovações tecnológicas que surgem a todo momento transformaram – e transformam –, a cada dia, a nossa forma de pensar e interagir. Mais ainda: permitiram uma nova configuração mundial. Potencializaram a globalização.

A química – e todas as matérias correlatas – também estão em nossas vidas, sem nos darmos conta disso. Estão presentes nas roupas e calçados, nos veículos, nos medicamentos e ainda, muitas vezes sem percebermos, na comida.

É exatamente o que quero destacar no meu discurso: a valorização da química, da ciência e da tecnologia nas pesquisas agropecuárias e no aumento da produtividade agrícola no Brasil.

Uma experiência vivida por mim e bastante interessante ocorreu justamente por intermédio da química.

Transformamos o que antes era uma espécie de lixo tóxico em adubo orgânico. Parece inusitado, mas esse experimento criado há cerca de dez anos é usado até hoje para adubar o pasto e para a produção de hortaliças do Município de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul.

Pegamos os resíduos orgânicos da indústria do couro, que antes precisavam ser enterrados para não provocar danos ambientais, e os transformamos em fertilizante orgânico, juntamente com os resíduos do frigorífico, por meio de um processo de cabotagem.

A pesquisa durou cerca de seis meses até chegar ao ponto exato de utilização. Firmamos um convênio com a Embrapa para checar a ação do adubo nas plantas e as consequências do uso do produto nas qualidades físicas e químicas do solo. Esse é um exemplo que eu vivenciei de como a química contribui para transformar a realidade da nossa vida.

Sr. Presidente, não posso deixar de mencionar o extraordinário trabalho da Embrapa, presente em quase todos os Estados da Federação e nos mais diferentes biomas brasileiros.

A Embrapa tem assegurado a liderança do Brasil em pesquisa agrícola tropical. Tecnologias geradas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária mudaram e continuam a mudar a agricultura brasileira, tornando possível, por exemplo, a incorporação do Cerrado ao sistema produtivo.

A adaptação da soja às condições brasileiras, obra da Embrapa e das instituições a ela associadas, levou o País à condição de segundo produtor mundial. Em cerca de 30 anos, a oferta de carne bovina e suína foi multiplicada por quatro vezes, enquanto que a de frango aumentou 22 vezes. A produção de leite aumentou de 8 bilhões para 27 bilhões de litros, e a produção brasileira de hortaliças, no mesmo período, elevou-se de 9 milhões de toneladas para 19 milhões de toneladas.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, a Embrapa Pantanal realiza um excelente trabalho, voltado para a preocupação ambiental com a preservação da biodiversidade e o incentivo à sustentabilidade, além do estímulo à produção de alimentos, respeitando a cultura e as tradições regionais.

Srs. Senadores, em todo o Brasil, não é somente sobre a capacidade do agronegócio que o trabalho da Embrapa tem incidido. Programas de pesquisa específicos possibilitaram a organização de tecnologias e de sistemas de produção para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, levando a significativa melhoria de renda e de bem-estar.

Além disso, quero destacar o sólido prestígio internacional da Embrapa, que lhe permite manter 78 acordos bilaterais com 89 institutos, de 56 países, contando parcerias e acertos de transferência tecnológica. Transferência, diga-se, nos dois sentidos: a Embrapa é hoje especialmente conhecida em países em desenvolvimento, geralmente situados na zona tropical, que melhor podem beneficiar-se do conhecimento produzido aqui.

Quero, pois, congratular-me com os profissionais de química e com os cientistas do mundo e do Brasil, com uma atenção particular aos homens e mulheres que vêm trabalhando nesses anos todos na Embrapa pelo incremento e melhoria da produção agropecuária do Brasil.

E, finalmente, antes de encerrar meu discurso, não poderia deixar de prestar a minha solidariedade ao ex-Presidente Lula, que começa hoje o tratamento contra um câncer na laringe.

Grande personalidade pública, Lula sempre surpreendeu a todos com o seu carisma, inteligência e sagacidade, mas acima de tudo, pela superação de desafios – desde a infância difícil, à quebra de resistências e preconceitos, até alcançar o posto máximo da Nação e o reconhecimento internacional.

Deixo aqui os meus votos de pronto restabelecimento ao homem que considero um dos melhores Presidentes da República que este País já teve.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra agora ao Senador José Pimentel, do PT do Ceará, também Líder do Governo no Congresso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Acir Gurgacz, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, todos nós, brasileiros e brasileiras, fomos surpreendidos, no último sábado, com a notícia sobre a saúde do meu companheiro e ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O diagnóstico de um câncer de laringe uniu milhões de pessoas no desejo de superação da doença: brasileiros simples de todos os credos, políticos de todas as esferas, líderes internacionais, jogadores de futebol. Todos já se manifestaram pelo restabelecimento de Lula, desejando-lhe determinação, sorte e confiança no tratamento.

O diagnóstico precoce é um grande aliado no combate a esse tipo de câncer. Por isso, segundo os médicos do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, as chances de cura podem chegar a 90%, e nós queremos e pedimos a Deus que o ex-Presidente esteja nessa estatística de cura.

Sr. Presidente, tenho a honra de acompanhar o Presidente Lula há muitos anos, desde a fundação do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, no final dos anos 1970, lá no nosso Estado, o Estado do Ceará, e nos movimentos nacionais; depois, como Deputado Federal, por quatro mandatos, os quais devo ao nosso povo.

O povo do Ceará nos garantiu esses quatro mandatos sempre pelo nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores. Em seguida, como Ministro da Previdência Social, o Presidente Lula me determinou, orientou-me, pediu-me que implementasse uma gestão que pudesse conceder os benefícios da Previdência Social em até meia hora, superando toda a dificuldade que ele vivenciou e presenciou no início da sua vida, como líder sindical, no Sindicato dos Metalúrgicos.

Ele sempre nos dizia que uma das coisas que estavam sempre na sua mente eram as filas e o fato de que se levavam, em média, dois anos para se conceder uma aposentadoria, uma pensão por morte, um salário-maternidade. Muitas vezes, quando a mãe recebia o salário-maternidade, a criança já ia para a feira ou para os movimentos sociais, agarrada à sua saia, porque a Previdência não lhe concedia aquele benefício.

Com seu apoio, com o apoio do Congresso Nacional, fizemos uma série de mudanças, e aquela Previdência, hoje, é um exemplo de excelente serviço público, em que os benefícios são concedidos em até meia hora.

Por isso, sou testemunha da força de vontade desse brasileiro, que, apesar de sua historia de vida e de tantas dificuldades que enfrentou, conseguiu, com muita luta e muito trabalho, chegar à Presidência da República.

O Brasil conquistou grande respeito internacional ao longo dos últimos anos graças às suas palavras, às ações tomadas e à força do seu governo. Lula tornou-se um líder internacional, reconhecido pelas grandes potências, pelas economias emergentes e pelos pequenos países que enxergam nesse brasileiro um homem simples, mas com grande visão de futuro.

Sr. Presidente, hoje, quando também recebemos a notícia de que chegamos a sete bilhões de habitantes no Planeta, é preciso destacar as palavras e a visão do Presidente Lula, quando alertava para o papel do Brasil como protagonista e líder na produção de alimentos.

O Ministério da Agricultura projeta que, nos próximos dez anos, o Brasil deve disputar essa liderança com os Estados Unidos, conforme o estudo Projeções do Agronegócio 2010 a 2021. Certamente, esse será um dos pilares que nos levará, em breve, a assumir a posição de quinta potência econômica do Planeta.

Segundo as projeções do agronegócio, feitas pelo Ministério da Agricultura, os produtos agrícolas de alto consumo interno que já fazem parte da pauta de exportação brasileira tendem a ter um aumento de produção, sobretudo devido ao avanço tecnológico – e, aqui, o nosso Senador Russo fazia referência ao excelente desempenho e às pesquisas tecnológicas da Embrapa, que é uma empresa que orgulha toda a sociedade brasileira.

Assim, vamos ganhar mais mercado. As estimativas indicam que a produção brasileira de grãos deve aumentar 23% até 2021, e a área de colheita será 9,5% maior que atual. Portanto, teremos aumento significativo de produtividade.

Ainda segundo o estudo do Ministério da Agricultura, a produção do algodão deve crescer 47,8% nos próximos anos, e a exportação do produto – sem as barreiras comerciais americanas –, em mais de 68%. O café terá aumento de produção em mais de 24%, e a venda para o comércio exterior crescerá em quase 46%. Já a produção de soja subirá cerca de 36%, e a exportação deverá chegar à casa dos 39%.

O Ministério avalia que o País manterá a dianteira na produção da carne de frango e carne bovina e incrementará a produção de carne suína. No total, o País passará da produção atual de 24,6 milhões de toneladas de carne para 31,2 milhões de toneladas na temporada 2010/2021 – crescimento de 36,5%. Alguns produtos como leite e milho, cadeias produtivas nas quais o Brasil não é líder de vendas, terão incremento significativo nas exportações. A venda de leite deverá crescer 50,5%, atingindo 300 milhões de litros, e a comercialização do milho crescerá 56,5%, alcançado 14,3 milhões de toneladas. Se o cenário se confirmar, o Brasil terá 12% do mercado de milho, 33,2% do mercado de soja, 49% da participação da carne de frango, 30,1% da carne bovina e 12% da carne suína. Portanto, temos, sim, um papel determinante na produção de gêneros para alimentar milhões de pessoas no mundo.

O crescimento das exportações será acompanhado da expansão do consumo interno, que continuará sendo o primeiro destino da produção: 85,4% do milho, 83% da carne bovina, 81% da carne suína, 67% da carne de frango; e 64,7% da soja.

Importante destacar, Sr. Presidente, que o nosso consumo interno, seja de produtos agrícolas, bens industrializados ou serviços, foi um fator muito importante para que o Brasil passasse ao largo da crise econômica mundial de 2008. Sofremos, sim, efeitos da crise, mas se não fosse a pujança do mercado agrícola nacional, teríamos sofrido muito mais

Por isso, a liderança do Presidente Lula naquele momento associada à força do nosso consumo interno

foram fundamentais para que pudéssemos enfrentar aqueles dias de forma segura. Hoje, a nossa Presidenta Dilma Rousseff continua, de forma correta, incentivando o consumo responsável, além das medidas econômicas de estímulo ao empreendedorismo e de preservação da indústria nacional.

Por isso, Sr. Presidente, lançamos o programa Brasil Maior, cuja votação está sendo finalizada na Câmara dos Deputados e que deverá chegar ao Senado Federal na próxima semana, objeto da Medida Provisória nº 540, que continua estimulando a indústria nacional, desonerando a folha de pessoal, o custo para o empregador com a Previdência Social, a exemplo dos setores calçadistas, de confecção e tantos outros que empregam muita mão de obra e, ao mesmo tempo, reduzem a carga tributária para uma série de setores produtivos, entre os quais, a indústria da construção civil, que, ao final de 2012, continua tendo uma carga tributária de apenas 1%, para que possamos cumprir as metas do programa Minha Casa, Minha Vida. Queremos construir nesse período algo em torno de mais dois milhões de moradias, para que cada família possa ver respeitado o seu direito a um teto.

Sr. Presidente, o Brasil, sob a liderança do nosso Presidente Lula e, agora, sob o comando da nossa Presidenta Dilma, tornou-se referência positiva para o mundo. Torcemos, portanto, para que o ex-Presidente Lula se recupere rapidamente para continuar exercendo o seu importante papel no presente e no futuro do Brasil nessa nova configuração geopolítica mundial, principalmente em função das dificuldades por que passam vários países industrializados desenvolvidos, a exemplo do Mercado Comum Europeu, da Grécia, Portugal, Espanha e Itália – sem esquecer as dificuldades dos Estados Unidos.

Precisamos de lideranças fortes na América Latina, no Ocidente, que possam ajudar esses países a saírem da crise o quanto antes. Por isso, é fundamental a atuação de uma pessoa da firmeza, da competência, da credibilidade e da capacidade de articulação que tem o melhor e o maior Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva. Nós precisamos dele recuperado o quanto antes.

Lula inicia nesta segunda-feira o seu tratamento, e esperamos que, com as bênçãos de Deus, com o acompanhamento das equipes médicas, Lula tenha uma recuperação rápida. Que o meu amigo, o nosso amigo Luiz Inácio Lula da Silva tenha saúde para voltar a ser o guerreiro que o Brasil conhece e de que tanto necessita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aberta a

ORDEM DO DIA

Não há número no plenário para a deliberação das matérias.

Declaro encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória nº 539, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2011, que *autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos; altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 539, de 2011).*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 10 de dezembro de 1999; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011).*

3
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº

306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Muncípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (nº 1.749/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Senhora Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.*

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

(Sobrestando a pauta a partir de 6-11-2011)

(Pendente de:

- emissão de pareceres da CCJ, CE e CAS)

5

REDAÇÃO FINAL DA EMENDA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 638, DE 2010

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Wilson Santiago) do Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010 (nº 2.438/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.*

Parecer sob o nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da emenda apresentada à matéria.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011, (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 912, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

12
REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

13
REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

14
REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz - Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

15
REQUERIMENTO Nº 1.113, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.113, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Pedro Taques e outros Senadores, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (susta os efeitos da Portaria nº 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto).*

16
REQUERIMENTO Nº 1.114, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.114, de 2011, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

17
REQUERIMENTO Nº 1.115, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.115, de 2011, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

18
REQUERIMENTO Nº 1.121, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.121, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

19
REQUERIMENTO Nº 1.122, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.122, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

20
REQUERIMENTO Nº 1.186, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.186, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (prioridade a portadores de deficiência na restitituição de impostos).*

21
REQUERIMENTO Nº 1.203, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.203, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (extinção da arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão).*

22
REQUERIMENTO Nº 1.208, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.208, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.045, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg), *solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2008, a fim de aguardar a deliberação, em Plenário, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2010.*

23
REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2011, do Senador Sérgio Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (a política nacional para os biocombustíves).*

24
REQUERIMENTO Nº 1.215, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.215, de 2011, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (venda de medicamentos a aposentados).*

25
REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.216, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos).*

26
REQUERIMENTO Nº 1.218, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.218, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre o Projeto de*

Resolução do Senado nº 72, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais).

27
REQUERIMENTO Nº 1.219, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.219, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 142, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 240 e 510, de 2007, por regularem matéria correlata (exame oftalmológico em recém-nascidos).*

28
REQUERIMENTO Nº 1.226, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.226, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (piso salarial dos vigilantes).*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que cancelamos a Ordem do Dia e voltamos aos debates, quero chamar a atenção não apenas das Srªs e dos Srs. Senadores, mas de todos os membros do Congresso, para o fato de que amanhã de manhã teremos reunião da Comissão de Orçamento, cuja pauta é exatamente a apreciação dos dois relatórios preliminares do PPA e do Orçamento de 2012.

V. Exª é sabedor disso, V. Exª que conosco caminhou nessa jornada, discutindo esses dois temas pelo Brasil afora, V. Exª que deu contribuição com o relatório da receita. Todos nós sabemos da importância da apreciação desses dois relatórios para permitir, de forma muito direta, os debates com as duas Casas e com os setores em relação às emendas, para que avancemos do ponto de vista... E à chamada segunda fase desses relatórios, na recepção das emendas, a fim de possibilitar um debate muito mais qualitativo com os relatores setoriais no sentido de prepararmos essa caminhada.

O Plano Plurianual, por sua vez, requer até certo nível, eu diria, de tempo, uma vez que é apreciado antes do Orçamento. E a nossa expectativa era exatamente de aprovar esse relatório amanhã, para que pudéssemos abrir prazo para o emendamento.

Sabemos que temos uma semana, a do dia 15, que tem um feriado na terça, o que prejudicará mais ainda e, consequentemente, nos levará à prorrogação ou à ampliação do prazo de emendamento, até porque as bancadas terão que se reunir, e será difícil as bancadas dos Estados e as comissões fazerem suas reuniões na semana do dia 15.

Então, quero aqui fazer um apelo às Srªs e aos Srs. Senadores, e também aos Deputados e Deputadas, já que se trata de uma Comissão Mista, para que possamos, amanhã de manhã, no processo de funcionamento da Comissão de Orçamento, apreciar esses dois relatórios e, consequentemente, disparar o prazo para a ausculta e, ao mesmo tempo, para as emendas por parte das comissões das Srªs e dos Srs. Senadores, as emendas individuais, e as de bancadas, as chamadas e conhecidas emendas de bancada, as duas peças mais importantes para que possamos fechar o ano apresentando um PPA que guarde sintonia exatamente com o Orçamento de 2012.

Era o chamamento que eu queria fazer a V. Exª e, mais uma vez, o apelo para que amanhã de manha tenhamos a Comissão de Orçamento funcionando, efetivamente abrindo o prazo para que cumpramos o calendário sem aquele afogadilho de final de ano, apreciando duas importantes peças que compõem nossa estrutura orçamentária, tanto para os quatro anos quanto para o ano de 2012.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem! Amanhã, às 9h, Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Está marcado às 10h, na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Às 10h, estaremos lá para a leitura do PPA e da LOA 2012.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar o momento para registrar meu sentimento, meu

apoio ao Presidente Lula, que na semana passada foi diagnosticado com um tumor na laringe, a exemplo de milhões e milhões de brasileiros que, tenho certeza, estarão orando, estarão com o pensamento positivo para que ele tenha uma recuperação rápida, duradoura e permanente. Sei que este é um momento de extrema tristeza, de delicadeza. A pessoa que passa por um evento como esse, ou seus familiares, tem a oportunidade de pensar muito sobre a vida, sobre o que se fez e sobre o que se quer fazer no futuro.

O Presidente Lula foi um grande presidente, soube entender e soube unir a Nação em torno de um projeto político, em torno de um programa de Governo. E todos nós hoje estamos colhendo os frutos do que foi feito nesses oito anos de governo do Presidente Lula.

Quero aqui deixar o meu registro de sentimento, mas também o registro de que ele superará com tranquilidade, não sem dor, não sem preocupação, mas superará esse momento e estará conosco num futuro muito próximo, recuperado, fazendo política, fazendo aquilo de que ele mais gosta, que ele adora fazer na vida, que é estar junto do seu povo, na pregação política que ele fez durante os oito anos e continua fazendo. É um homem admirado por todos nós. Até os adversários políticos do Presidente Lula admitem e reconhecem que o governo do Presidente Lula foi um bom governo. Foi um governo que avançou, foi um governo que herdou de outro governo que também não temos que criticar, mas o Brasil pegou um ritmo. E esperamos, com a Presidenta Dilma – e isso está acontecendo – governos cada vez melhores, que dão continuidade aos programas de governo, e não simplesmente porque, se trocou o presidente, troca-se tudo e começa da base, do zero. Não é isso que a sociedade espera. A sociedade espera que as conquistas, os avanços alcançados continuem, e que possamos avançar cada vez mais na direção de um Estado, de um País justo e soberano, onde todos tenham a oportunidade de viver, de ter suas coisas e dizer: "Olha, eu sou dono do meu nariz e me comando". Claro, respeitando as regras que a nossa Constituição fez.

Li, esta semana, para minha felicidade e do povo brasileiro, matéria em uma revista, que dizia que milhões de pessoas já saíram do Programa Bolsa Família. Entraram por não terem nada, mas saem por terem construído algo diferente daquilo que não tinham possibilidade ou esperança de fazê-lo. Portanto, o que o governo fez nesses anos? Criou a possibilidade de que a sociedade brasileira se movesse como um todo, e não apenas poucos.

O Presidente Lula tem tudo a ver com isso. Quero deixar isso aqui registrado e mandar um abraço a ele e a sua família. Eu o tenho em minhas orações. Sou devoto de Nossa Senhora Aparecida. Carrego em minha lapela, o tempo inteiro, uma Nossa Senhora Aparecida, Presidente, em gratidão, em respeito, em agradecimento por algo parecido que aconteceu na minha família, com uma filha minha, que, graças a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, está curada há mais de doze, quinze anos. Portanto, sei do sentimento, Senador Pimentel, que está dentro da família do Presidente Lula hoje, da preocupação que existe. Mas, enfim, esta é a vida. Todos nós estamos sujeitos.

Quero deixar aqui um grande abraço, mais uma vez, e desejar sua recuperação. Que tudo corra bem. Ele está nas mãos de bons médicos e no melhor centro de referência que poderíamos ter nessa área, no Brasil. Portanto, fica a nossa oração. Esperamos que tudo corra bem e que ele, dentro do prazo previsto pela medicina, esteja de volta em nosso meio.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Acir, quero parabenizá-lo pelo seu relatório de receitas, que permitiu ao Deputado Arlindo Chinaglia, que é o Relator do Orçamento da União para 2012, apresentar seu parecer preliminar.

Também registro que na semana passada o Congresso Nacional aprovou a atualização da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, que era necessário para que o processo, na Comissão Mista de Orçamento, no que diz respeito ao Orçamento de 2012 e ao Plano Plurianual, pudesse andar.

Portanto, o Congresso Nacional votou por unanimidade essa atualização, e agora temos todas as condições regimentais e legais para que o processo do Orçamento 2012 e o PPA 2012/2015 possam andar. Até porque precisamos dessas definições para que o Brasil possa se planejar no período de 2012 a 2015, quando queremos chegar a ser a quinta potência econômica do Planeta. E esse planejamento do Estado nacional envolve os interesses dos 5.565 Municípios, dos 26 Estados e do Distrito Federal, de todos os investimentos em infraestrutura, principalmente a participação da iniciativa privada, para que essa potência possa crescer.

Por isso, Sr. Presidente das nossas receitas e que hoje preside esta sessão, quero dizer que esse processo nasce com o relatório apresentado por V. Exª, já aprovado e que agora vamos trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado pela sua colocação, Senador José Pimentel.

Quero também ressaltar a importância do PPA para o País e a maneira como foi debatido em onze Estados brasileiros, ouvindo a sociedade, ouvindo a comunidade, a sociedade organizada, as lideranças locais. Entendo que esse movimento de um PPA participativo, um Orçamento participativo da população faz com que tenhamos de fato, nos próximos anos, obras importantes, obras que nascem, muitas delas, do anseio popular, por meio de audiências públicas lideradas pelo Relator do PPA, Senador Pinheiro, junto com o Relator-Geral, Deputado Arlindo Chinaglia. Nós fizemos as audiências públicas no sentido de ouvir a sociedade e de ter, de fato, um planejamento importante para o futuro do País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, meio corrido, foi um pique lá do meu gabinete até aqui. Cheguei vivo.

Mas eu queria, Sr. Presidente, primeiro, solidarizar-me com o Presidente Lula nesse momento. É um momento difícil para qualquer pessoa, um câncer. Mas, no caso do Presidente Lula, ele foi detectado logo no início. Portanto, isso é uma grande vantagem, com a tecnologia e a medicina avançadas. Realmente, uma doença tão grave como um câncer, hoje, na maioria dos casos, se detectados com a devida antecedência, a chance dos pacientes que estão sofrendo desse mal se recuperarem é muito grande. E todos nós aqui estamos orando para que Deus abençoe e ilumine o Presidente Lula.

Começou o tratamento hoje, às 9 horas da manhã. E não tenho dúvida nenhuma de que ele, que é um grande batalhador, um guerreiro, que vai saber ultrapassar essas dificuldades com muita sabedoria, muita serenidade, muita tranquilidade, abençoado sempre por Deus, que está olhando por ele e sabe da importância de tudo aquilo que ele já fez pelo Brasil e fará ainda.

Portanto, eu quero desejar ao Presidente Lula, à D. Marisa e a todos os seus familiares que ele se recupere rapidamente e volte ao nosso convívio. Não tenho dúvida nenhuma de que lá para fevereiro já estará com o tratamento todo, Senador Benedito de Lira, cumprido e já em reais condições de continuar trabalhando pelo bem do Brasil, pela cidadania, pelo desenvolvimento do nosso País.

Sr. Presidente, eu queria também falar um pouco sobre algumas preocupações que, sem dúvida nenhuma, vão pautar os debates aqui no Senado Federal, mais especificamente na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós tivemos aí um grande embate, uma discussão ampla que permeou os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, que foram os *royalties* do petróleo.

Essa matéria foi discutida à exaustão, com as dificuldades que um tema complexo como esse traz para debate aqui no Senado; foi aprovado há duas semanas e hoje tramita na Câmara. Espero que num prazo de 20 a 30 dias, que é o que a Câmara está planejamento, o texto votado no Senado seja também apreciado e votado pelos ilustres Deputados e Deputadas.

Meu caro Senador Acir Gurgacz, temos aí uma pauta importantíssima pela frente, é o famoso pacto federativo. Ao longo dessa discussão dos *royalties*, muitas pessoas, muitos Senadores e Senadoras, falaram sobre o pacto federativo e o Brasil caminha celeremente na sua construção.

Pela Comissão de Assuntos Econômicos já transitam alguns projetos que vem ao encontro dessa tese. Não poderia de registrar aqui o Projeto de Resolução do Senado nº 72, que trata da questão do ICMS da importação, principalmente no momento em que o País precisa gerar emprego, incentivar quem aqui trabalha, quem aqui se instalou, quem aqui paga imposto e em muitas situações temos disputas absolutamente injustas, especialmente quando há incentivos para importação de manufaturados.

Quem está aqui estabelecido, quem está aqui trabalhando, gerando emprego e pagando imposto, principalmente quando o câmbio está apreciado, que é o caso do Real, agora já num patamar diferenciado ou mais confortável para economia brasileira, esse projeto se reveste de extrema relevância. É importante destacar, meu caro Presidente Senador Acir Gurgacz, que esse projeto foi lido na Comissão de Assuntos Econômicos e, por requerimento do Senador Ricardo Ferraço e do Senador Cyro Miranda, também vai tramitar, antes de ser votado em caráter terminativo, na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Assuntos Econômicos, vai ser apreciado pelos Senadores e Senadoras da CCJ, da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à sua juridicidade, constitucionalidade.

Nós, em função do projeto inicial encaminhado pelo Senador Romero Jucá, Líder do Governo, estabelecemos regras de transição, para não fazer isso de imediato, mas fazer isso ao longo do tempo, no prazo de cinco anos. Espero que tenhamos condições de apreciar esse projeto porque compete ao Senado resgatar esse papel. Aqui é a Casa da Federação. Então,

esses temas são inerentes àquilo que cabe ao Senado Federal no Congresso Nacional e na República.

Sr. Presidente, a nossa pauta não fica reduzida a esse tema e aos *royalties* que discutimos, cujo projeto terá seus desdobramentos agora nas próximas semanas na Câmara dos Deputados. Hoje, conversando com o Senador Walter Pinheiro, que esteve com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Secretário Nelson Barbosa, temos alguns temas extremamente importantes também a debater na CAE- Comissão de Assuntos Econômicos, e aqui no Senado. Um deles é o FPE.

O Senador Blairo Maggi, que foi Governador, sabe bem as distorções do FPE que hoje vigora. Agora, até por questões constitucionais, em função da própria deliberação do Supremo Tribunal Federal, esse tema vai vir ao Congresso, ao Senado; quer dizer, uma rediscussão do Fundo de Participação dos Estados.

Ao mesmo tempo, temos um projeto que dá tratamento diferente do atual com relação ao Fundo de Participação dos Municípios. Hoje, dependendo do número de habitantes que um Município possa vir a perder, a sua receita cai vertiginosamente. Temos que mudar essa lógica e a proposta do ex-Senador Tião Viana é uma escala linear, que é algo bem mais justo sob o ponto de vista de FPE.

Portanto, temos FPE, FPM, temas de extrema importância, de extrema relevância a serem discutidos aqui no Senado Federal. E não poderia deixar também, Sr. Presidente, de destacar...

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Permita-me um aparte?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com muito prazer, Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Muito obrigado Senador. Eu gostaria de complementar a sua informação com relação ao FPE. Em 2003, quando assumi o Governo do Estado de Mato Grosso, obviamente fui olhar de onde vinham as receitas para poder programar a gestão e quais seriam os investimentos prioritários que iríamos fazer. Numa primeira passada de olhos na receita, percebemos que essa questão do FPE era muito desvantajosa, principalmente para os Estados do Centro-Oeste, do qual Mato Grosso faz parte. Estados do Nordeste, apenas um único Estado com economia menor do que os nossos três Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás – e ainda o Distrito Federal – recebem mais recursos do FPE do que toda essa grande região que necessita de infraestrutura. E o Presidente Lula, na época, fazia umas reuniões com os Governadores. Depois, no final, deixou de fazer, porque quando se faz reunião com o Presidente, todo mundo quer alguma coisa. Mas, no início, havia essa rotina e eu levei a preocupação para o fórum de Governadores de que nós deveríamos fazer uma alteração ou iniciar uma discussão. Só que ninguém quer perder receita, Senador Delcídio, e é um assuntos extremamente delicado. Mas como não consegui, na época, um avanço político, eu pedi a minha Procuradoria-Geral do Estado que trabalhasse a possibilidade de fazer uma Adin reclamando disso no Supremo Tribunal Federal. Foi feito isso, outros Estados acompanharam na assinatura – se não me engano Rio Grande do Sul, Paraná, uns quatro, cinco Estados assinaram juntos. E depois, mais tarde, nesse ano que passou, o Supremo Tribunal disse: "Vocês – agora se referindo ao Congresso Nacional – têm que reavaliar esse assunto porque ele não está correto." Então, a minha percepção lá atrás está confirmada agora pelo Supremo Tribunal Federal e nós temos até 31/12 do ano que vem para fazer uma nova legislação, uma nova distribuição. Só que penso eu que esse tempo de 2012 não nos serve, porque se nós temos a obrigação de aplicar um novo regime em 2013, nós devemos fazer essa discussão até no máximo na metade, meados do ano que vem, para podermos fazer a inclusão no Orçamento de cada Estado. Então, quero cumprimentar V. Exª pela lembrança do tema. É um tema importante. Ele é muito mais palpitante e importante do que foi agora a questão dos *royalties*. Agora só foi um incremento de alguma coisa. No FPE, alguns vão ter que abrir mão do que têm porque o tamanho do bolo continua o mesmo, a redistribuição é que será diferente. No bojo, vamos ter que discutir a questão do Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, também, porque talvez a grande maioria dos Municípios brasileiros estejam numa pré-falência. Eles já estão com o pé já no cemitério, não tem mais o que fazer com eles. Então, uma revisão disso é importante. Eu gostaria de cumprimentá-lo mais uma vez pela lembrança do tema. E vamos à discussão, já no início do ano que vem, desse assunto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pela experiência e pelos comentários muito pertinentes de alguém que foi governador e honrou o seu Estado nesses oito anos e agora como Senador da República.

Meu caro Senador Walter Pinheiro, com muita honra.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Quero, Senador Delcídio, neste momento de aparte, dizer que V. Exª traz um tema de suma importância sobre o qual tínhamos conversado. Primeiro com um aspecto que eu diria até que é importante do ponto de vista da organização do trabalho. Ou seja, esse tema tem que ser discutido na CAE. Essa é a opinião de que sempre compartilhamos. Não há necessidade de uma comissão especial ou de algo tratado como se um grupo fosse

escalado para tratar desse tema. Aí é priorizar inclusive uma das comissões temáticas mais importantes do Parlamento: a Comissão de Assuntos Econômicos aqui no Senado, e a Comissão de Finanças e Tributação lá na Câmara. É importante isso. Segunda questão, esse não é um tema cuja orientação do governo devamos ficar aqui aguardando. O Parlamento tem que provocar o Governo sobre esse tema, tem que sair daqui. Portanto, esse é o tema que nós temos que, de uma vez por todas, dizer ao governo, na trilha desse debate dos *royalties*, do FPM e do FPE, que queremos discutir um novo pacto federativo nesta Nação, um novo pacto federativo. Para também não nos colocarem naquela lógica: não, façam um grupo de trabalho. Aí a gente discute pontualmente uma coisa como a velha reforma tributária, meu caro Senador Blairo Maggi, que o Governo apontava – ah, o Governo vai mandar a reforma tributária! E o Governo nunca manda. Então vamos pegar no ponto crucial. Funcionamento da estrutura de Estado: pacto federativo. O que tem de arrecadação, como é distribuída, quais os critérios, de que forma? E aí nós poderíamos avançar inclusive em outro tema que ficou pendente em relação à questão dos *royalties*, que já virou assunto do cenário nacional, meu caro Benedito de Lira, que é o nível de aplicação e investimento desses recursos (*royalties*, FPM, FPE) que são repassados para Estados e Municípios ou a chamada qualidade do investimento. Então, nós também podemos associar a esse novo pacto federativo regras, exigências e vinculações na aplicação desses recursos. Assim, talvez, a gente vá ao encontro da emenda Valadares, do desejo de diversos Senadores que querem aplicação em ciência, tecnologia e educação. Portanto organizar de maneira muito clara e tendo como objetivo principal a ponta, onde o recurso deve chegar, como ele deve ser aplicado e de que forma ele deve ser aplicado. Portanto, louvo essa iniciativa, V. Exª está já nos anunciando, inclusive, o requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos, para que abramos esse ciclo de debates com data marcada para começar, mas data marcada também para concluirmos a elaboração dessas principais matérias e colocá-las aqui no plenário central, para, inclusive, deliberarmos e dizermos ao Governo: olha, essa é a contribuição do Parlamento, organizando as finanças públicas, discutindo o nível de investimento e tratando da distribuição dos recursos do País, de maneira que eles possam chegar e atender às principais carências, que se apresentam nos Municípios onde os cidadãos, efetivamente, vivem, trabalham e, às vezes, até passam diversas dificuldades. Então, é nesse sentido que queremos organizar esse debate e pautar o novo cenário de discussão sobre esse verdadeiro pacto federativo, para não nos encontrarmos de novo com aquela querela de um Estado contra um Estado, a discussão dos *royalties* terminou parecendo isso, que era uma disputa de um Estado contra o outro. Precisamos aqui organizar a Federação, pactuar essa caminhada e entender os mais de cinco mil Municípios dos 27 Estados como entes dessa Federação e, portanto, como os prioritários no tratamento, na distribuição dos recursos para investimento de políticas públicas em nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro, alguém que tem contribuído muito para essa discussão pela sua qualidade, pela competência.

Meu caro Senador Acir Gurgacz, eu não podia deixar de destacar uma discussão também importante para os Estados, que é o serviço da dívida, não em cima de correção, que muita gente foca, mas em cima de percentual da dívida. Só meu Estado recolhe de 14 a 15% da receita líquida. Qual é o Estado que tem condição de ter algum recurso adicional para investir? Esse serviço de dívida sacrifica por completo as economias dos Estados e nesse sentido precisamos muito do Governo Federal. Mato Grosso do Sul é um Estado que precisa do Governo Federal, e os principais investimentos, seja na Capital Campo Grande, nos demais Municípios, são todos do Governo Federal; às vezes, algumas pessoas esquecem, mas são todos do Governo Federal. Desde o Presidente Lula, agora a Presidente Dilma, sempre o Governo Federal esteve presente em obras de infraestrutura, saneamento, drenagem, pavimentação asfáltica, escola, moradia, saúde.

Recentemente, o Governo Federal liberou mais R$2 milhões para a Santa Casa lá da nossa capital, Campo Grande. Dois milhões de reais por mês adicionais, 24 milhões/ano, para a Santa Casa, que é motivo de preocupação de toda a nossa sociedade, de toda a nossa gente, de todo o nosso povo. Saúde, que é uma questão muito sensível também no nosso Estado.

Portanto, essa rediscussão do serviço da dívida dos Estados é importantíssima! Por causa disso, Sr. Presidente, eu estou apresentando amanhã, Senador Benedito de Lira, na Comissão de Assuntos Econômicos, um requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos, como disse o Senador Walter Pinheiro, seja efetivamente o centro desses debates. Não dá para criar Comissão Especial para discutir pacto federativo, especialmente nesses temas que são absolutamente aderentes às atribuições da Comissão de Assuntos Econômicos. O lugar onde nós, Senadores, temos condição de debater os grandes temas nacionais é nas Comissões Permanentes. No plenário nós praticamente temos votado medidas provisórias, e plenário,

todos nós sabemos, V. Exª é líder, é ditadura de líderes, é o que está combinado pelos líderes para a gente votar. Portanto, usar de artifícios, criando comissões, grupos especiais, para avaliar essas questões eu não concordo com isso. Nós temos de usar as comissões já existentes. Foi tentado isso com relação aos **royalties** do pré-sal. O Senado demonstrou que esse tema tinha de ser debatido nas comissões e assim foi feito. Então, temos de valorizar as nossas comissões, valorizar as comissões permanentes. Portanto, Sr. Presidente, estou apresentando amanhã um requerimento para fazer um grande debate sobre esses temas. Como disse o Senador Walter Pinheiro e o Senador Blairo, temas fundamentais, importantíssimos para o futuro do país. Temos de oferecer uma proposta ao Governo, trazer o Governo para essa discussão para a gente encontrar uma saída. O momento é esse! O Brasil está passando por um momento especialíssimo e não podemos perder de vista essa janela de oportunidades que efetivamente o Brasil hoje vivencia.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo, gostaria de registrar aqui que apresentei um projeto que trata do comércio eletrônico, o famoso **e-commerce**. É interessante isso, Sr. Presidente. Quando começou o **e-commerce** era uma coisa pequena, até porque ainda naquela época estávamos engatinhando na fibra ótica, na banda larga, tínhamos poucos equipamentos disponíveis. Com a digitalização entrando intensamente no cotidiano, no dia a dia das pessoas, essas vendas eletrônicas começaram a crescer.

Para V. Exª ter uma ideia do que representa para o meu Estado isso, 2011, a grosso modo, nós estamos perdendo alguma coisa aproximada a R$70 milhões, o pré-sal prevê R$124, R$125 milhões. Ou seja, nós já estamos falando de mais da metade, só de *e-commerce*, que é uma receita que vai crescer ainda mais.

Então, apresentei um projeto porque acho que essa é uma aspiração, Sr. Presidente, de todos os Estados. Hoje, o que acontece? Alguém que está lá em Mato Grosso do Sul faz uma compra eletrônica, o imposto vai ser recolhido no Estado onde está o quartel-general de venda. Ou seja, além de eu não priorizar o comércio do meu Estado, eu recolho o imposto em São Paulo, por exemplo.

Esse projeto, não. Esse projeto cobra o imposto no Estado onde o consumidor acessou a *internet* e comprou aquele artigo porque são receitas que os Estados estão perdendo. Vai ter chiação? Vai. Dois Estados, três Estados talvez, que concentram essas vendas pela *internet*. Mas esse é um projeto que vai ajudar o Brasil inteiro, ajudar o Brasil inteiro.

Portanto, acho que essa proposta, e é uma proposta de emenda constitucional, ela, no meu ponto de vista, é fundamental, não digo só para o meu Estado, mas acho que para a grande maioria dos Estados brasileiros. E nós sabemos, eu conheço relativamente bem comércio por causa da minha família, sabemos o que disputar com alguém que vende pela *internet*, não tem a metade dos custos que a gente tem para funcionar tem uma mesa de operação, basicamente.

Então, nós precisamos quebrar essa lógica e privilegiar os Estados e recolher esse imposto onde está o consumidor que acessou a *internet*. E, com certeza, vou procurar me empenhar porque acredito que esse é um projeto importante, um projeto que terá grande acolhida em boa parte dos Estados brasileiros que já sofrem intensamente com esse aumento das venda por *internet* e a perda de receita dos Estados.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer mais uma vez a tolerância de V. Exª, a paciência de V. Exª de me ouvir, os demais Senadores e Senadoras, mas eu não poderia deixar de fazer este registro, do meu ponto de vista, um registro importante, são temas que afetam o dia a dia da nossa gente, do nosso povo e dos nossos Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência designa o Senador Blairo Maggi Relator revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2011**, proveniente da **Medida Provisória nº 539, de 2011**.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá vai usar a palavra agora? (*Pausa.*)

Então, depois que o Senador Romero Jucá usar a palavra, como eu já a usei, pedirei a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Paim!

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um breve pronunciamento a respeito dos últimos fatos que envolveram o Presidente Lula.

No fim de semana, estive no meu Estado de Roraima e, sem dúvida, pude colher o sentimento de toda a população do Estado. Entendo que esse sentimento é de toda a população do Brasil, que está orando e está torcendo para que o Presidente Lula supere este momento de dificuldade.

Eu, que tive a honra de ser Líder do seu Governo, aqui, venho abraçar o Presidente Lula. Sei que ele não

está atendendo ao telefone, não pode se comunicar. Então, o que todos nós podemos fazer, efetivamente, é formar essa grande corrente de brasileiras e de brasileiros, que torcem para que esse homem magnífico, esse político, esse ser humano, esse Presidente que ajudou a mudar o País possa, efetivamente, enfrentar com muito amor, com muita coragem e com muita fibra este momento e para que os médicos sejam felizes e rápidos no sentido de atuar para que o Presidente Lula possa ficar definitivamente curado. Esse, como eu disse, é um sentimento não só meu. É um sentimento de todo o País, é um sentimento que permeia o coração de cada brasileira e de cada brasileiro.

Portanto, neste momento, eu gostaria de fazer esses votos ao Presidente Lula, de lhe desejar o pleno restabelecimento, para que, rapidamente, ele possa retornar à política brasileira, a todo este ambiente, que, sem dúvida, perde força e magia com a ausência provisória do Presidente de todas essas questões, já que ele vai ter de se resguardar. Ele cancelou seus compromissos até o final do ano, exatamente para se tratar e ficar bom.

Então, fica aqui o nosso abraço, o nosso carinho ao Presidente Lula, à Dona Marisa, a toda a família e a todos os brasileiros que oram pelo Presidente. Quero agradecer-lhes essas orações e dizer que estamos juntos nessa grande corrente, para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa voltar novo e plenamente restabelecido e possa ainda contribuir muito com este País, porque ele tem muito para dar ainda, exatamente pela experiência e pela história de vida que teve e pelo governo que fez nesses dois mandatos.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Lídice da Mata, do PSB, da Bahia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem a palavra o Senador Paim, por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só lembrar à Casa que, amanhã, a Comissão Mista de Orçamento deverá votar a emenda apresentada por 150 Deputados e por alguns Senadores. Apresentei a emenda que vai garantir ao aposentado, em janeiro, o correspondente a 80% do Produto Interno Bruto (PIB).

Estou falando agora pela ordem, porque diversas pessoas me ligaram, perguntando se, com o feriado, ainda está prevista a votação. Eu diria para os aposentados, para o Warley, da Cobap, e para os outros líderes, que o seguro é velho e não morre, por segurança. Então, por segurança, eu recomendaria a todos que estivessem amanhã na Comissão Mista acompanhando o debate. Naturalmente, estarei lá e defenderei a emenda correspondente ao reajuste real para os aposentados.

Todos nós falamos muito do Presidente Lula no dia de hoje, e eu queria lembrar – o Senador Romero Jucá ajudou naquele momento – que foi graças ao Presidente Lula que, no ano passado, houve 80% do PIB de reajuste para todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência. Muitos tentaram forçar para que o Presidente Lula vetasse a matéria. O Presidente Lula não a vetou e apenas disse que, na questão do fator previdenciário, queria um acordo. Não foi construído o acordo, mas, em relação aos 80% do PIB, houve acordo, e ele não vetou.

Estou convicto: se a Comissão de Orçamento aprovar amanhã a emenda dos 80% do PIB, a Presidenta Dilma também não há de vetar, até porque, Senador Acir, V. Exª, como relator setorial, definiu que a peça orçamentária estaria com superávit de R$25 bilhões a mais, posição que V. Exª assumiu da tribuna e que vai assegurar esse reajuste para os aposentados, o que não vai dar mais do que R$4 bilhões. Quando falam em R$7 bilhões ou em R$8 bilhões, estão se esquecendo de que o correspondente à inflação, que é 7%, já está garantido. Nós vamos acrescer somente o correspondente ao PIB.

Essa é a informação que eu queria dar àqueles que estão assistindo à TV Senado e que queriam saber se a votação vai acontecer amanhã. Espero que a votação aconteça amanhã, mas, se isso não ocorrer, votaremos em outro dia em que for marcada a votação.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância à Líder Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer alguns registros na data de hoje, desta tribuna. O primeiro deles diz respeito à realização, na última quinta-feira pela manhã, na Bahia, na Assembleia Legislativa do meu Estado, da CPI do Ecad, oportunidade que tivemos, Senador Walter Pinheiro, de debater a questão do direito autoral no Brasil, a sua arrecadação e a sua distribuição no que diz respeito ao mundo da música no nosso espaço regional, que é um dos maiores celeiros da produção cultural, especialmente da música, no Brasil.

Nós tivemos, naquela audiência pública, a presença e a contribuição destacada do cantor e compositor Durval Lelys e do compositor e cantor Walter Queiroz, um dos grandes pensadores da música e até mesmo da arrecadação e do direito autoral no Brasil e na Bahia. Tivemos a presença do poeta e compositor dos mais destacados brasileiros que é o José Carlos Capinam; a presença de Jerônimo, cantor e compositor de influência da música afro-baiana; do cantor e compositor, sambista, da representação do samba na Bahia, na figura de Walmir Lima. Nós tivemos a presença também dos cantores e compositores dos blocos afro-baianos, representados pela força da voz de Tonho Matéria. Nós tivemos também a representação de diversas associações de compositores e de arrecadadores do direito autoral musical na Bahia.

Tivemos a participação do Ecad e dos representantes das rádios educativas do Brasil em nosso Estado; a participação em nossa Mesa do Secretário de Cultura da Bahia, Professor Albino Rubim, que deu uma contribuição muito grande à discussão a respeito não só do necessário direito dos criadores intelectuais como também da ideia de não colocarmos uma contraposição entre a criação intelectual e o direito democrático de todo e qualquer cidadão brasileiro ter acesso à cultura – portanto, o direito desse cidadão de ter acesso, das mais diversas formas, à cultura em nosso País.

Como representante do Ecad, tivemos a presença do Sr. Gabriel Valois e, como representante da rádio educadora e coordenador de conteúdos das rádios educadoras, do Sr. Mário Sartorello, também representante da Associação das Rádios Públicas do Brasil.

De lá tivemos a sensação de que se inicia uma conversa entre os segmentos todos da área da criação cultural no Brasil – o que pode, sem dúvida, ser significativo –, do ponto de vista de que a CPI ajude a criar algumas ideias que modifiquem a lei que rege o direito autoral no Brasil e que se aprofunde também em questões que digam respeito à cópia da obra e ao acesso democrático à obra de arte em nosso País; também, sobre a ideia de que poderíamos ampliar esse direito do autor, garantindo a outras áreas de criação o espaço da arrecadação do direito de criação e do direito intelectual; e, em particular, sobre uma grande polêmica que há na CPI, que é justamente a pergunta sobre se o Estado deve fiscalizar as ações da organização civil, ou seja, do Ecad, como órgão arrecadador, ou seja, sendo este uma sociedade de direito privado, se cabe ao Estado a sua organização, a sua fiscalização, melhor dizendo. Parece que vai avançando entre nós a ideia de que é preciso ter algum tipo de fiscalização, algum tipo de participação, de olhar da sociedade a respeito desse trabalho que diz respeito aos interesses tanto do povo quanto dos criadores intelectuais da obra.

A população pode ter interesse em ajudar especialmente um determinado autor. Uma comunidade que tenha um compositor que saiu do seu bairro pode querer ajudá-lo com a compra do seu CD, com participação nos seus *shows,* e precisa ter como acompanhar se o direito do autor está realmente sendo garantido.

Quero dizer, Sr. Presidente, que foi muito salutar e agradável ter, na Bahia, a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que coordena os trabalhos e é Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito neste Senado e autor do requerimento que a criou, porque tivemos a oportunidade e estamos tendo a oportunidade de evoluir e amadurecer juntos a respeito desse grande e grave problema que é o direito autoral, o direito do criador intelectual da obra no nosso País. Vamos evoluir, quem sabe, para no futuro termos uma legislação que garanta a reconstituição de um conselho nacional de defesa do direito autoral que possa atuar juntamente com as entidades que representam os compositores e músicos deste País. Quero, portanto, primeiro, saudar a existência dessa audiência pública no nosso Estado com a clareza de que a nossa presença na Bahia, assim como essa própria CPI, não tem o objetivo de demonizar o Ecad, mas sim de contribuir para uma modernização da lei do direito autoral no Brasil e uma revisão do sistema de arrecadação e distribuição. A Lei nº 6.910, assim como a criação do Ecad, ambos significaram conquistas dos músicos, dos criadores e dos artistas brasileiros. Pretendemos aprofundar essas conquistas, modificando e modernizando a legislação brasileira, que pretenda, de um lado, garantir o direito do autor à sobrevivência, ao reconhecimento da sua obra e, de outro lado, garantir o direito do cidadão de acessar essa obra, de ter a possibilidade de conhecê-la.

O segundo registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer é para saudar a realização da Conferência da Juventude na Bahia, mais um importante momento de elaboração da política pública do nosso País no nosso Estado, com a participação destacada da juventude baiana. Esteve presente o nosso Governador Jaques Wagner, estimulando e incentivando a participação do jovem na elaboração da política pública do seu próprio governo.

Não tive a possibilidade de ter maior participação naquela Conferência porque, ao mesmo tempo, estava organizando, como presidente regional do PSB no meu Estado, nosso congresso estadual, que se realizou no último sábado, com mais de 700 representantes de cidades do interior e da capital do meu Estado. Estavam presentes o Deputado Federal Nelson Pellegrino, representando o PT; a Deputada Alice Portugal,

representando o PCdoB; o Deputado Márcio Marinho, representando o PRB; o Secretário de Relações Institucionais Cezar Lisboa, representando o Governador que estava em viagem no interior da Bahia.

Tivemos a oportunidade de refletir sobre o momento político que vive a Bahia, consolidando o projeto democrático de libertação do Estado, liderado pelo Governador Jaques Wagner. Libertação das rédeas do autoritarismo, do conservadorismo, de um crescimento econômico voltado para poucos e para poucos grupos empresarias, para um novo formato de crescimento econômico com redistribuição de renda, de riqueza, e com implementação de políticas públicas inclusivas que estão sendo hoje reconhecidas nacionalmente.

Inclusive, na semana passada, tivemos o reconhecimento deste Congresso Nacional, que agraciou, com o Prêmio Darcy Ribeiro, o Governo da Bahia pelo Projeto Topa, que é o projeto Todos pela Alfabetização, por sugestão do nosso companheiro Senador Walter Pinheiro.

Na oportunidade em que discutimos em nosso congresso na Bahia, falamos da necessidade de nos debruçar – o nosso partido e todos os partidos do nosso País –, a partir de agora, sobre o desafio das grandes cidades, das pequenas e médias cidades do interior do Brasil.

O Governo Lula significou um importante avanço na melhoria da qualidade de vida das pessoas no Brasil, mas as nossas cidades, especialmente as grandes, precisam melhorar muito para mudar e dar mais qualidade de vida aos seus cidadãos. É diante desse desafio que se coloca o PSB da Bahia.

Aproveito para agradecer a presença de todos os partidos aliados e de todos os filiados do PSB do nosso Estado e para dizer que estamos construindo juntos a nossa participação no Congresso Nacional do PSB que acontecerá nos dias 2 e 3 de dezembro próximo.

Para finalizar, Sr. Presidente, queria fazer ainda dois registros.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Ministro Aldo Rebelo, que assume hoje um novo desafio em sua vida. Certamente será vitorioso, como o foi em todos os outros que assumiu ao longo de sua vida política. Quero, ao mesmo tempo, manifestar a minha palavra de confiança ao ex-Ministro Orlando Silva. Confio que ele conseguirá esclarecer tudo a respeito do que aconteceu nesse processo de verdadeiro enxovalhamento político que lhe impuseram alguns grandes meios de comunicação de nosso País.

Quero também transmitir o meu abraço ao Ilê Aiyê, nosso bloco afro mais significativo na luta antirracista em nosso Estado e em nosso País, que amanhã comemora 38 anos de existência. Juntos, vamos poder refletir sobre toda a contribuição que o Ilê, o Olodum, o Muzenza e todos os blocos afrobaianos vêm dando à luta antirracista em nosso País, justamente quando receberemos o encontro internacional voltado para marcar o ano afrodescendente no mundo, nos próximos dias 16, 17 e 18, na Bahia, certamente com a presença de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se não me engano, Senadora, eles vão homenagear os negros do Sul. Está previsto um bloco que vai ter essa marca.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim. Vai ter essa marca sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os negros e brancos do Sul agradecem.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certamente buscando homenagear também V. Exª pelo destaque que tem tido na luta antirracista no Brasil e nos avanços para garantir um tratamento igualitário para todo o nosso povo.

E, finalmente, Sr. Presidente, quero deixar o meu abraço ao Presidente Lula neste momento de dificuldade, como todos os brasileiros e brasileiras, como todos os baianos e baianas, que têm pelo Presidente Lula um enorme carinho, que recebem o Presidente Lula com imenso afeto, carinho, satisfação, alegria, que o povo da Bahia sempre teve ao recebê-lo.

Nós também, neste momento, colocaremos toda a nossa energia, a energia vital da cultura baiana, a energia vital da alegria da Bahia, voltada para, junto com o povo brasileiro, desejar uma ótima recuperação ao Presidente Lula, e que ele atravesse essa jornada rapidamente, com a mesma coragem e, diria até, o mesmo heroísmo que marcou toda a sua vida política e toda a sua vida pública.

Força, Lula! Um grande abraço.

Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata. A exemplo de outros tantos Senadores, deixou aqui toda a sua força, toda a sua fé, toda a sua posição, digamos, de muita garra, homenageando o Presidente Lula, na certeza de que ele tornará, rapidamente, a participar ativamente da vida política nacional.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, eu não gostaria de utilizar a tribuna, na tarde de hoje, para fazer esse tipo de manifestação. Mas eu me encontrava em Alagoas e

fui surpreendido por essa notícia de que o Presidente Lula passa por dificuldade de saúde.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque o Presidente Lula foi, quando Presidente da República, um grande benfeitor do meu Estado. As ações que ele encaminhou para Alagoas fizeram com que o meu Estado saísse de um patamar de inúmeras dificuldades para viver um pouco melhor.

O Presidente Lula tratou o Brasil republicanamente, independentemente de sigla partidária. O Presidente Lula fez um Governo que surpreendeu aqueles que não conheciam sua sensibilidade e que empolgou o mundo. Gerou o maior volume de emprego no seu Governo, foi responsável pela criação dos mais importantes planos de desenvolvimento econômico e social deste País. Implantou o maior programa de infraestrutura no Brasil. Fez, no seu Governo, a expansão dos *campi* universitários, interiorizando a educação universitária no Brasil como um todo. Foi construído no seu Governo o maior volume de escolas técnicas para cursos profissionalizantes. Enfim, Sr. Presidente, foi o grande, o extraordinário Presidente que esta República conheceu.

O Presidente Lula, após deixar o Governo, teve uma fundamental ação na eleição da eminente Presidenta Dilma Rousseff. Fez sua sucessora, que está dando continuidade ao seu Governo.

Então, o Brasil todo, Sr. Presidente, surpreendeu-se com a notícia. Ressalto a luta do Presidente, sua garra no dia a dia, trabalhando. Certa vez, eu me encontrei com ele, que disse que estava trabalhando muito mais agora do que quando era Presidente da República.

Então, Sr. Presidente, em meu nome pessoal e em nome dos alagoanos – tenho a honra de representar meu Estado nesta Casa –, quero manifestar nossa solidariedade e pedir a Deus pela recuperação breve do Presidente Lula, um homem de grande envergadura. Ressalto a importância que ele tem para este País. Ele foi o defensor dos mais carentes da Nação. Então, temos de pedir a Deus, sim, para que ele possa se recuperar no menor espaço de tempo possível, para continuar na luta empreendida ao longo de toda a sua história de vida, em benefício dos brasileiros e, particularmente, dos segmentos mais carentes.

Eu queria cumprimentar a Dona Marisa, manifestar a nossa solidariedade a toda família e rogar a Deus, em todos os momentos, Sr. Presidente, pela recuperação desse grande estadista, desse extraordinário homem público, desse extraordinário companheiro e amigo, desse dedicado brasileiro em defesa das grandes ações em benefício deste País.

Era isso, Sr. Presidente, que eu desejava dizer nesta tarde a todos, pedindo aos brasileiros que façamos a corrente da fé e da esperança, para que o nosso líder esteja imediatamente nos postos de trabalho, lutando, viajando, fazendo palestras e levando esperanças aos quatro cantos deste País e do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Benedito de Lira, pela bela mensagem que deixou aqui ao Brasil, em homenagem ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Provavelmente ele, sua família ou seus assessores assistiram a esta sessão do Senado e perceberam que todos os Senadores, todos, da situação e da oposição, que usaram a tribuna, fizeram homenagem a ele e, naturalmente, deixaram aqui, via TV Senado e Rádio Senado, pelas ondas dos nossos meios de comunicação, suas mensagens de fé, na certeza de que ele ficará bom rapidamente. A Presidência cumprimenta V. Exª.

Está inscrito, neste momento, para falar como líder, o Senador Walter Pinheiro. Em seguida, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, quero, antes de tocar nesse importante assunto de um grande investimento na Bahia, realçar aqui o que foi dito pela minha companheira Lídice da Mata sobre o ato de hoje, da posse do Ministro Aldo Rebelo e, portanto, a passagem do bastão, nessa importante maratona de comandar o Ministério do Esporte, do nosso companheiro Orlando Silva, que fez, Senador Paulo Paim, um discurso bonito e teve a coragem de reafirmar publicamente não somente sua inocência, como a condição que ele ganha, agora, para que cada vez mais a verdade venha à tona.

Trata-se de um importante ato. Sei da competência de Aldo Rebelo. Desejamos a ele muita sorte e ao mesmo tempo já hipotecamos o nosso total apoio ao companheiro Aldo na condução dessa importante pasta no nosso Governo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a presença inclusive do Presidente Lula, meu caro Paulo Paim, na semana próxima passada, o povo de Manaus assistiu à inauguração da importante ponte sobre o rio Negro. Para ser bem preciso, 3.595m de comprimento. A primeira ponte de grandes dimensões construída sobre um rio em solo amazônico é também a maior ponte estaiada do Brasil, espero eu, até o momento. Até porque é exatamente o objeto desta minha intervenção, meu caro Lindbergh, a ponte Salvador-Itaparica, esse importante vetor de desenvolvimento.

E aí eu me refiro ao caso específico do Amazonas, ao lado do Teatro Amazonas, e já vem sendo considerado o maior e mais importante monumento arquitetônico

do Estado do Amazonas, além de representar um marco na integração da Região Metropolitana de Manaus, com seus dois milhões de habitantes. A ponte teve suas obras iniciadas ainda na gestão do ex-Presidente Lula, cuja felicidade era algo aos olhos. De certa maneira, eu diria que era impossível esconder a felicidade do Presidente Lula durante a cerimônia de inauguração. Com um custo total de aproximadamente R$1 bilhão, levou quase quatro anos para ser construída.

E por que aqui um Senador da Bahia, Lindbergh, exalta tamanho feito de engenharia nacional no Amazonas? Porque a ponte sobre o rio Negro guarda semelhanças, não apenas em seu projeto, mas também em seus propósitos, com a ponte que pretendemos construir sobre a Baía de Todos os Santos, ligando Salvador à Ilha de Itaparica. E não se trata, no caso da ponte Salvador-Itaparica, só de uma ponte. Ela será um vetor de desenvolvimento ou, como nós temos batizado desde a época em que eu estava na Secretaria do Planejamento, quando lançamos a Proposta de Manifestação de Interesse para esse importante empreendimento, é o Vetor Oeste, quase doze quilômetros de ponte, Senador Lindbergh Farias. E tive a oportunidade de ajudar, no início do processo, pensando essa ponte.

Quando imaginamos lançar a Proposta de Manifestação de Interesse, todos diziam: "Mas só para uma ponte?". Não. Nós inclusive usamos de um artifício de engenharia, entendendo que era importante que a BR-242, que liga a Bahia, por exemplo, a Brasília, a Goiás, traz a Bahia ao Centro-Oeste. A ideia é que a ponte seja, em Salvador, o quilômetro zero da BR-242. Ela atravessará toda a Ilha de Itaparica – refiro-me já a BR-242 –, cruzando a BR-101, portanto, alcançando o Recôncavo Baiano, chegando até a BR-242, exatamente no início do Paraguaçu, ou como os baianos chamam, no início da Chapada Diamantina. Portanto, é um vetor de desenvolvimento. A ponte também, na sua saída de Salvador, servirá como rota para o Baixo Sul e para o sul do Estado. Portanto, um vetor fundamental de integração.

Salvador, Senador Paulo Paim, só tem uma entrada e uma saída. Salvador é uma ponta que avançou para o mar. Agora, com esse novo empreendimento, vamos estabelecer exatamente novas rotas com a cidade de Salvador.

A ponte sobre o rio Negro, a que me referi aqui, abre leque de novas oportunidades e de desenvolvimento socioeconômico para o interior amazonense. Com ela, o Governo do Amazonas poderá fomentar a economia, ampliar a oferta de equipamentos. Da mesma forma, a ponte que ligará Salvador à Ilha de Itaparica carrega em sua proposta todo um projeto de desenvolvimento, que contempla a Ilha de Itaparica, o Recôncavo Baiano, o Baixo Sul, o sul e outras regiões fragilizadas economicamente. Portanto, é por isso que estamos chamando essa ponte de um novo vetor ao oeste de Salvador, avançando para o interior da nossa querida Bahia.

A ponte deverá ser iniciada em 2014, com uma previsão de conclusão em 2018, com recursos do Governo Federal, do Governo do Estado e da iniciativa privada. O investimento para essa grande obra, todo esse vetor de desenvolvimento, está orçado hoje em torno de R$7 bilhões.

Na condição de relator do PPA, já estamos também trabalhando aqui a expectativa de uma parte desses recursos, uma parte expressiva a ser contemplada exatamente no Orçamento da União, particularmente no Plano Plurianual. É por isso que nós contamos com o apoio da nossa bancada, a Bancada Federal da Bahia aqui no Congresso Nacional.

A previsão é que as obras comecem por Salvador, entre o berço do terminal de São Joaquim e a área de ampliação do porto, chegando à Gameleira, no Município de Vera Cruz, que é um dos municípios que compõem a mais conhecida Ilha de Itaparica. Todo mundo só fala na Ilha de Itaparica, a cidade de Itaparica, mas o Município de Vera Cruz, administrado pelo meu companheiro Magno, é, inclusive, o maior município naquela região, na ilha.

Então, as cidades de Salvador, Vera Cruz e Itaparica, obviamente, terão impactos com a ponte. Na minha opinião, impactos positivos. Além disso, teremos, ainda, a integração desse novo vetor de desenvolvimento, com a BA-001, com a BR-101, com a BR-116 e com a BR-242.

Em Salvador, o centro antigo será dinamizado e haverá integração com obras de mobilidade. É bom lembrar que estamos tocando, inclusive, hoje, a maior obra de intervenção viária na cidade de Salvador dos últimos anos, a chamada via expressa, que também encontrará essa ponte, permitindo que caminhões ou outros veículos que não devem circular por dentro da cidade, acessem imediatamente a via expressa, dirigindo-se, por exemplo, ao Polo de Camaçari, ao centro industrial de Aratu ou ao porto de Aratu; assim como, no caminho inverso, teremos também essa via de acesso, chegando ao porto de Salvador, para que não haja, dentro da cidade, o fluxo de veículos pesados. A importante obra, que é conhecida como Baía de Todos os Santos, a nossa via expressa, que, de certa maneira, fará essa ligação entre a saída norte e a saída oeste da cidade do Salvador.

Em Vera Cruz e Itaparica, a expectativa, eu diria até de aumento populacional, fará com que um amplo desenvolvimento urbano seja adotado naquela região.

Por isso, a preocupação do Governo do Estado com a revisão dos planos diretores, o diálogo com municípios, com a gestão nos dois municípios da ilha, a gestão inclusive nessa relação com a população, o debate sobre um PDD1 – poderíamos chamar assim –, Plano de Desenvolvimento Diretor único naquela região. Há a preocupação com o impacto ambiental e com o impacto social. É importante que essas formas todas sejam asseguradas para que possamos dar verdadeira sustentabilidade ambiental a esse empreendimento.

A partir da ponte, será construído o sistema viário oeste, que proporcionará a duplicação da BA-001 e da BA-046 nos trechos entre Bom Despacho, Nazaré, Santo Antônio de Jesus e, ainda, implantada a nova rodovia ligando o Município de Santo Antônio de Jesus ao de Castro Alves.

A partir daí, ocorrerá também a duplicação da BA-493 até o entroncamento com a BR-116.

Portanto, projetado como um indutor de desenvolvimento econômico e social, o sistema viário oeste será elemento fundamental para a dinamização, para essa política de desconcentração econômica e para uma política de capilarização cada vez maior do desenvolvimento em nossa Bahia.

Haverá novo impulso no eixo litorâneo sul, permitindo a criação de novo polo industrial e logístico no Recôncavo Baiano, ancorado por investimento já de outras formas, de outras maneiras e já em curso, como o caso dos estaleiros São Roque do Paraguaçu, ou, inclusive, os projetados, como é o caso da retroárea do porto de Salvador.

Do ponto de vista dessa área de estaleiros, por exemplo, meu caro Senador Lindbergh, nesse exato momento, o Governador Jaques Wagner se encontra em Cingapura. Fez uma viagem, inclusive, eu diria até de uma proeza muito grande, porque o governador viajou ontem e na quarta-feira já estará em Salvador de volta. Portanto, fez a viagem especificamente para tratar, em Cingapura, de apresentar essas alternativas de desenvolvimento da área naval, de estaleiros, para atrair investidores para a nossa querida Bahia.

Com as intervenções, obviamente, dessa natureza, a expectativa é de que sejam abertas três vertentes de desenvolvimento. A primeira soluciona um gargalo logístico, criando nova conexão do complexo portuário da Bahia de Todos os Santos com as BRs 101, 116 e 242, encurtando a distância algo em torno de quase 200 quilômetros, que vem trazer, principalmente, toda essa movimentação do oeste brasileiro para a Bahia e do oeste da Bahia no sentido da capital.

As obras também permitirão a retomada do desenvolvimento de regiões fragilizadas – e aí me refiro ao ponto de vista econômico, meu caro Paim –, entre as quais a Ilha de Itaparica, a cidade de Itaparica, a cidade de Vera Cruz, o Recôncavo Baiano, o baixo sul. No Recôncavo, particularmente, há necessidade de retomada do seu papel econômico. O nosso Caetano é que em uma de suas músicas diz assim: "O vapor de Cachoeira não navega mais pro mar".

Na Baía, e quando digo baía me refiro à Baía de Todos os Santos, Paim, era muito comum a movimentação de saveiros, de barcos que levavam o resultado da laboração, do trabalho dessas figuras belíssimas do nosso Recôncavo para serem apresentadas, comercializadas na feira de São Joaquim. Portanto, o Vapor de Cachoeira levava essa gente para a capital da Bahia, como no passado muito bem acentuado: o Vapor de Cachoeira não navega mais para o mar.

Precisamos retomar isso de outra forma. Precisamos retomar através da economia, estabelecer esses laços, esses corredores, impulsionar uma economia brutal naquela reunião do Recôncavo que precisa ser mais bem explorada e mais bem trabalhada. Naquela região, Paulo Paim, há uma importante unidade da Embrapa, associada à nossa nova Universidade Federal do Recôncavo. E esse Recôncavo com um potencial agrícola enorme. O Recôncavo que perdeu na sua economia a indústria do fumo, por conta de diversos fatores, inclusive da campanha que todos nós empreendemos do combate ao tabagismo. Portanto isso tem uma influência direta e imediata em cidades como Cruz das Almas, Maragogipe – que tinha a excelência da fabricação dos charutos e agora caminha para ser um dos polos principais da indústria naval, meu caro Lindbergh, com estaleiros e plataformas. Portanto, dinamizar essa economia é fundamental para essa região.

O baixo sul com cidades que são muito conhecidas por todos, a partir da sua beleza, Cairu e Morro de São Paulo, que todo mundo conhece, um belíssimo ponto turístico, uma região que vai até Ituberá, passando por Valença, lugares de uma atração muito forte pelo corte da natureza, pelas belezas, e pelo seu povo. Portanto, é fundamental que esse instrumento sirva agora como instrumento de integração dessa parte da Bahia, tanto do ponto de vista da economia quanto da possibilidade efetiva de toda a movimentação e escoamento dessa produção.

O projeto criará ainda um novo eixo de expansão urbanística, diminuindo a pressão sobre áreas urbanas de Salvador e do litoral norte, abrindo uma perspectiva nova para essa região da ilha, para a região de Nazaré das Farinhas, para a própria Santo Antônio de Jesus, oferecendo um novo cenário.

É por isso que há, de nossa parte inclusive, uma preocupação muito grande para que, nessa fase inicial, tomemos todos os cuidados no que diz respeito

ao desenvolvimento urbano, para que a especulação urbana não destrua, para que a especulação não adote posturas tão agressivas que levassem a impossibilidade de aproveitamento dessa riqueza natural da nossa ilha de Itaparica.

O turismo nos Municípios, ao longo, não só da ilha, mas ao longo de toda BA-001. A BA-001, meu caro Lindbergh, é a nossa litorânea, mais do que a BR-101. A BR-101 é uma estrada interessante no Brasil. Eu conheço razoavelmente bem a 101, de ponta a ponta, do Nordeste até o Sul, e nós vamos ver que o trecho da 101 mais próximo ao mar é exatamente em Santa Catarina, onde verdadeiramente você anda na beira da praia, como costumamos dizer. Em alguns lugares, ela está a quilômetros de distância do mar. Nesse caso, a 001 é a nossa litorânea.

Recentemente fizemos uma grande obra ligando, por uma ponte, o Município de Itacaré a Ilhéus, permitindo a facilidade do acesso àquela região. Aliás, Itacaré é uma das cidades, hoje, mais conhecidas do Brasil pela beleza das suas praias, e Ilhéus, que durante um tempo foi muito cantada e recantada em verso e prosa. São Jorge dos Ilhéus, do nosso Jorge Amado, as histórias de Ilhéus, Ilhéus que agora ganha também um grande empreendimento, o Porto Sul, a chegada da ferrovia. Inclusive, no sábado próximo passado, tivemos um debate na cidade Ilhéus, a apresentação de todas as regras das questões ambientais, com o Ibama, uma audiência pública para discutir esse importante empreendimento.

Portanto, com essa chegada da ponte, somam-se ali, com todos esses vetores, as alternativas para estimular o turismo nessa região. Portanto, vetor preponderante para um crescimento econômico, com um aproveitamento, volto a insistir, sustentável dessas belezas. Mas a maior semelhança que guardam as pontes de Manaus e a que ligará Salvador a Itaparica é a marca registrada do nosso Governo, um Governo que teve no Governo Federal, Paulo Paim, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, agora, a Presidenta Dilma; na Bahia, o Governador Jaques Wagner. Portanto, a obra implementada no Governo do Partido dos Trabalhadores, meu caro Lindbergh, em que se aponta, efetivamente, como consequência, com início, meio e fim, obras estruturantes, mas cujo objetivo central é o desenvolvimento social. É fundamental isto: estruturar diversas cidades do interior, levar o desenvolvimento para todas as regiões, mas com um pressuposto básico, que é exatamente o desenvolvimento humano, as condições de serviço, de trabalho, de renda, de vida, em cada canto deste nosso País.

Por isso, temos plena confiança, meu caro Paulo Paim, no projeto e na construção desse importante instrumento de ligação da Baía de Todos os Santos, da ilha com a nossa Cidade de Salvador. Ela se constituirá, sem dúvida nenhuma, num novo marco de desenvolvimento e expansão de toda a economia da nossa Bahia. Mas é fundamental que o pressuposto a que aqui me referi sempre esteja colocado como a pedra angular, como a parte principal, como o instrumento decisivo de governo. Fazer obra de infraestrutura, construir pontes, reformar, ampliar e até, eu diria, construir estradas, mas todas elas sempre lastreadas nesse intuito de promover, de uma vez por todas, a desconcentração econômica a que esses Estados foram condenados ao longo de toda uma trajetória. Isso vale para a Bahia, vale para Manaus, aí relacionado com o Amazonas, tanto é que temos um desenvolvimento de Manaus cada vez mais enorme, mas isso não consegue chegar a diversos cantos do Amazonas.

Por isso, esse pressuposto básico não pode ser abandonado por nós. Queremos fazer a ponte, mas, mais do que uma ponte, queremos estabelecer novas e consequentes pontes, para que possamos, usando a infraestrutura, aplicar isso como uma verdadeira ligação entre o investimento, a realização e o atendimento do nosso cidadão baiano, do cidadão brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Walter Pinheiro, que falou como Líder.

Agora, temos inscrito ainda o Senador Lindbergh Farias e, em seguida, o Senador Rollemberg.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu não vou fazer bem um pronunciamento. Só quero me associar a vários outros Senadores que subiram à tribuna para fazer parte dessa rede de solidariedade e de incentivo ao nosso Presidente Lula.

Eu estava no Rio de Janeiro, sábado, em atividade na zona oeste, Campo Grande, quando soube da notícia do câncer. Confesso a V. Exª, Senador Paulo Paim, que é amigo pessoal do Presidente, que tem relações com o Presidente Lula há muito tempo, desde a fundação do PT, que, na hora, veio um aperto no coração de todos, pelo que o Lula simboliza para nós, tanto como referência pessoal quanto como referência política. Eu não saberia fazer política neste País sem o Presidente Lula.

Eu me lembro da primeira campanha, da campanha de 1989. Eu me lembro que, na universidade, Senador Walter Pinheiro, Senador Rodrigo Rollemberg – eu estudava medicina na Paraíba –, eu levava a bandeira do Lula, e saíamos das aulas diretamente para as praças, diretamente para as ruas, fazendo campa-

nha com aquele *jingle* maravilhoso e mostrando o que significava aquele momento.

Lembro-me da ida ao segundo turno. Lembro-me até da derrota do Presidente Lula, de 1989. Lembro-me, Senador Walter Pinheiro, que de João Pessoa a Natal é uma hora e meia. Passei com minha família o *réveillon*, a virada do ano em Natal. Lembro-me das pessoas na praia de Natal, uma multidão, 100 mil pessoas, cantando aquela música do Lula como se fosse um choro. Foi uma das cenas mais emocionantes que vivi em todo esse período, a nossa vida junto ao Lula.

Às vezes, jornalistas me dizem: "Você é mais próximo do Lula do que da Dilma". Eu digo: "Não, não é isso. Nós temos o maior respeito pela história da Dilma". Só que o Lula conosco, nessa trajetória, foram tantos encontros! Conhece nossa vida, não é, Senador Walter Pinheiro? É o nascedouro de todo o processo que vivemos.

De forma que, quando soube da notícia, fiquei com o coração apertado. Consegui falar com sua filha, Lurian, e ontem ela esteve com ele. O Presidente não estava podendo falar, mas mandei minha mensagem por escrito e disse a ele: "Presidente, aqui, no Rio, já houve o primeiro ato, ontem, de trabalhadores mata-mosquitos". Eles fizeram um ato ecumênico pela saúde do Presidente, que reuniu milhares de pessoas no Rio de Janeiro.

De forma, Presidente Paulo Paim, que quero trazer aqui estas palavras, associando-me a vários outros Senadores, a um sentimento nacional, às redes sociais, que, num movimento muito bonito, escreveram: "Força, Lula". Tenho certeza de que tudo isso vai passar uma grande energia, assim como a quantidade de orações que estão sendo feitas pelo Presidente Lula, porque o Presidente tem ainda grandes tarefas a realizar neste País. O povo brasileiro precisa do Presidente Lula! O povo brasileiro precisa do Presidente Lula!

Tenho o maior orgulho de dizer que segui o Lula quando observo os números do seu Governo: 39 milhões, Senador Rollemberg, que formam a classe média. Mais de 20 milhões deixaram a miséria, a pobreza extrema neste País. A sensibilidade do Presidente!

Estou convencido de uma coisa: em relação à crise econômica de 2008 – tenho estudado isso, estamos pesquisando algumas coisas –, nós saímos mais rápido dessa crise porque houve uma saída racional. Ao contrário da saída norte-americana, que foi salvar o andar de cima, os bancos, diminuir impostos para os ricos. Aqui, houve uma saída racional pelo andar de baixo, mas houve uma saída que juntava o racional e o emocional, a sensibilidade do Presidente Lula.

Daquela crise de 2008, Senador Paulo Paim, V. Exª participou: a recuperação do salário mínimo teve um papel fundamental na criação desse grande mercado de consumo de massa, política de transferência de renda também, crédito para o povo. Nós tínhamos 22% de crédito do PIB e fomos para 46%.

Eu presenciei um debate do Presidente Lula na Escola Superior de Guerra. Ele disse que, naquele período da crise, ainda bem que nós tínhamos os bancos públicos para poder emprestar, porque, se não tivéssemos os bancos públicos... Mas o Presidente Lula dizia o seguinte: "Eu chamei o pessoal do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Nós temos que emprestar, temos que "bancalizar" o povo". E as pessoas diziam para ele o seguinte: "Não dá para emprestar desse jeito para quem tem menos de três salários mínimos". E ele ia a reunião após reunião e deu um depoimento em que botou o dedo na cara do pessoal e disse: "O que vocês entendem de povo? O que vocês entendem de pobre?" E, de fato, nós vimos que é isso. E o Lula respondia depois: "O povo não deixa de pagar a sua conta, não deixa de pagar". E esse processo foi decisivo na criação de tudo isso.

Então, se o Brasil está vivendo esse momento hoje, se vai virar a quarta economia do mundo é porque houve inclusão social, e o papel do Presidente Lula foi determinante nessa história.

Vou dizer outra coisa a vocês: há uns três meses, quando eu o encontrei, ele estava brincando e me disse: "Lindbergh, estou me preparando para viver 100 anos". Ele estava conversando com os médicos. Tamanha a vontade dele nisso tudo.

Então, o Presidente Lula, que é um guerreiro, vai vencer principalmente por tudo isso, por Deus e pelo povo. O povo precisa do Lula. E cada de um nós tem uma identidade própria com o Lula. É como se cada brasileiro tivesse uma relação pessoal com o Lula; cada brasileiro tem essa relação pessoal com o Lula.

Fui convidado pelo Presidente para fazer parte do Instituto Lula com ele. Para mim é uma grande honra estar ali do lado dele. Sabe o que ele falou na última reunião do Instituto Lula, Senador Paulo Paim? Sabe com o que ele estava preocupado? Ele estava preocupado com Moçambique. Ele está muito preocupado; sempre olha muito apara a África.

Aí está a sensibilidade social do Presidente, mas é um homem também que enxerga longe. São as duas coisas.

E, nesse dia, vejam que interessante: ele falou que estava preocupado porque tinha lido que fazendeiros brasileiros estavam comprando terras em Moçambique. Ele disse: "Não foi para isso que nós colocamos a Embrapa para ajudar Moçambique. Não é para comprar terra em Moçambique, não!"

Esse é o nosso Presidente, a nossa referência. Eu tenho certeza de que ele vai dar mais uma outra demonstração de garra, de luta, e o povo brasileiro vai vencer junto com o Presidente Lula.

É esse o meu sentimento, Presidente Paulo Paim. Falar do Lula, para todos nós, é sempre muito forte.

Hoje, a Presidente Dilma está lá, agora à tarde, com ele. Viajou a São Paulo para visitá-lo.

De fato, ninguém gostaria que o Presidente Lula estivesse, hoje, naquela situação, fazendo quimioterapia, mas acho que podemos passar a nossa emoção, por tudo aquilo que representa esse que, atualmente, é o maior brasileiro vivo e que vai estar vivo por muito e muito tempo.

Muito obrigado, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Lindbergh Farias, que fez uma bela homenagem ao Presidente Lula, nessa cruzada nacional de fé pela sua rápida recuperação.

Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª está com a palavra pelo tempo regimental de 20 minutos, com a tolerância necessária por parte da Mesa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero me associar às palavras do Senador Lindbergh e às palavras de diversos Senadores e Senadoras da base do Governo e da oposição, que, hoje, assumiram esta tribuna para se solidarizar com o Presidente Lula e manifestar muita esperança, muita fé, muita convicção na sua recuperação.

Eu também, Senador Lindbergh, fui pego de surpresa. Passei o final de semana em Maceió, depois de participar de um congresso em defesa do consumidor, do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, e fui surpreendido pela notícia, que também me deixou muito triste, assim como, eu diria, toda a população brasileira, mas quero manifestar a minha convicção de que o Presidente Lula, que já venceu tantos desafios, que ultrapassou tantos obstáculos, que viveu uma vida tão difícil, de pessoa que nasceu no Nordeste, que foi retirante como milhões de brasileiros, naquela ocasião, quando o Nordeste não oferecia condições de vida para sua população.

Foi para São Paulo e lá conseguiu estudar, sempre muito apoiado por sua mãe, que teve presença muito marcante na sua educação; teve a sua formação técnica, transformou-se num grande líder operário, num grande líder sindical e num presidente da República extraordinário, que conseguiu aliar algumas questões, Senador Paulo Paim, que pareciam impossíveis até então: aliar a retomada do crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais, com a distribuição de renda, com a ampliação do emprego formal – mais de dez milhões de vagas de emprego formal criados nos seus dois governos –, ampliação do acesso à universidade, ampliação do acesso ao ensino técnico e tecnológico, redução do desmatamento.

Há pouco comentava desta tribuna uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, mostrando que, dos Brics, o Brasil foi o único país que conseguiu aliar crescimento econômico com distribuição de renda.

Outra pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostra que, entre os mais pobres, o aumento de renda nos últimos anos foi de 68%, o que revela um feito extraordinário do Presidente Lula. Nunca tivemos um presidente tão ligado com o povo, tão ligado nas questões do povo, que conhecia tão bem o imaginário do povo, que se comunica tão bem com o povo.

E quero aqui manifestar minha profunda convicção de que, da mesma forma que o Presidente Lula venceu outros desafios, Senador Blairo Maggi, talvez até mais difíceis do que esse, em função da época histórica, do momento histórico e das dificuldades que as pessoas sem posse viviam neste País, o Presidente Lula vai ultrapassar mais esse obstáculo e vai continuar dando sua contribuição tão importante, seja qual for, a de conselho, a de orientação, a de gestão, que marca sua presença na vida política brasileira.

Portanto, querido Presidente Lula, receba aqui nosso abraço fraterno, nossa energia, para que o ajude... É a energia de milhões de brasileiros, a energia do povo brasileiro que está, neste momento, completamente unido em torno da sua recuperação.

Eu tenho convicção, com as bênçãos de Deus, que o senhor rapidamente estará nas suas atividades políticas novamente, dando a sua contribuição tão importante para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Quero aproveitar, também, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para fazer um breve registro sobre uma grande conquista que teve o Brasil na última semana com a sanção, pela Presidenta Dilma, da lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – Pronatec. Aliás, dando continuidade a um esforço extraordinário do Presidente Lula na ampliação da rede de escolas técnicas federais no nosso País.

O Pronatec prevê que alunos das redes públicas façam um curso técnico no contraturno escolar. A medida também vai atender trabalhadores que terminaram o ensino médio, mas desejam fazer curso técnico em uma instituição privada, nos mesmos moldes que ocorre hoje com as faculdades e universidades, com o Fies – Fundo de Financiamento Estudantil.

Essa é uma medida sem precedentes no País, que deve gerar cerca de oito milhões de vagas na

educação profissional até 2014, com a construção de 201 escolas de educação profissional e tecnológica.

O crescimento econômico e o aumento da oferta de empregos geram uma demanda por profissionais qualificados a que o País hoje não consegue responder. Por isso, a educação profissionalizante é cada vez mais fundamental para o desenvolvimento brasileiro que há anos sofre um verdadeiro apagão de mão de obra.

Tradicionalmente secundarizado pelo poder público – basta registrar que, até a chegada do Presidente Lula ao poder, o País tinha paralisado a construção de escolas técnicas e tecnológicas, que foram retomadas por ele –, o ensino técnico aos poucos consegue romper com os estigmas de uma tradição bacharelesca historicamente constituída no País. Muitas vezes, um tecnólogo era considerado um profissional de segunda categoria, mas não o é. Ele pode possuir até mais conhecimento sobre determinadas áreas do que um bacharel.

Também é preciso entender o ensino profissionalizante em sua abrangência, não apenas como formação de mão de obra, mas também sob a ótica social, do direito à educação e ao trabalho. O ensino profissional é, sem dúvida, uma alternativa promissora para alunos que não têm condição de entrar em uma faculdade e que eventualmente abandonam o ensino médio por falta de uma oportunidade.

O ex-Presidente Lula costumava dizer que "os prefeitos não vêm mais a Brasília pedir universidade para os seus Municípios, mas sim uma escola técnica".

Ele, que teve sua formação como torneiro mecânico no Senai, é sem dúvida o maior exemplo da importância dessa expansão da rede de ensino profissionalizante e tecnológico que o Pronatec vai proporcionar.

Para citar um exemplo concreto do impacto que pode ter o Pronatec, inclusive internacionalmente, na atração de divisas para o País, não precisamos ir longe: basta ver o noticiário das últimas semanas, que deram destaque ao anúncio feito pela líder mundial de componentes eletrônicos, a Foxconn Technology Group, de investimentos de R$12 bilhões no Brasil. A empresa taiuanesa vai instalar uma fábrica de telas sensíveis ao toque no Brasil para a produção de equipamentos para *tablets*, computadores, televisores e *smartphones*. Em recente visita ao DF, o Presidente da Foxconn, Terry Gou, deixou claro que, para a instalação da fábrica, precisa de condições básicas de infraestrutura e de mão de obra capacitada.

O Pronatec também se torna imprescindível no contexto de preparação para os jogos da Copa e das Olimpíadas, que exigirão profissionais e técnicos capazes de atender à enorme demanda de serviços que esses eventos irão gerar.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não é exagero dizer que o Pronatec talvez seja a política mais estratégica do Governo Federal para o desenvolvimento do País, além de fortalecer a nossa democracia, na medida em que abre oportunidades a milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora e busca garantir o direito inalienável à educação e ao trabalho.

O Pronatec, Senador Paulo Davim, vem qualificar não apenas o mercado de trabalho e os serviços no País, mas também o setor educacional e, principalmente, a vida dos brasileiros. Desde o governo Lula, o MEC tem investido em peso no setor, e, agora, a Presidenta Dilma Rousseff consolida essa ação com o Pronatec, uma resposta efetiva e ousada do Governo Federal, com investimentos expressivos em mão de obra qualificada, em todos os níveis, no Brasil. Podemos ter o orgulho de dizer hoje que a expansão da rede federal de ensino profissional tornou-se, de fato, parte do projeto de desenvolvimento sustentável do Brasil.

Aqui, no Distrito Federal, há um processo de implantação dessas redes de centros tecnológicos. Ele, que teve sua formação como torneiro mecânico no SENAI, é sem dúvida o maior exemplo da importância da expansão da rede de ensino profissionalizante e tecnológico que o Pronatec vai proporcionar.

Para citar um exemplo concreto do impacto que pode ter o Pronatec, inclusive internacionalmente, na atração de divisas para o País, não precisamos ir longe: basta ver os noticiários da última semana, que deram destaque ao anúncio feito pela

Primeiro foi a Escola Agrícola de Planaltina, que se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com melhoramento extremamente significativo de sua infraestrutura. Estamos construindo outro no Plano Piloto, um no Gama, um em Samambaia, um em Taguatinga; enfim, ampliando essa rede. É desejo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia ampliar as cidades do Distrito Federal beneficiadas com o ensino técnico e tecnológico.

Por isso, não posso deixar de cumprimentar a Presidenta Dilma Rousseff, que tem demonstrado grande capacidade gerencial, grande visão, no momento em que o Brasil se afirma no cenário internacional como uma das grandes economias do mundo, ocupando um espaço cada vez maior de destaque no cenário internacional. É claro que, para dar continuidade a esse processo de inserção internacional e de melhoria de condições de vida da população brasileira, precisamos fazer investimentos significativos na formação técnica e tecnológica da população brasileira.

É isso que vem sendo feito sob a liderança da Presidente Dilma, a quem cumprimentamos neste momento, também cumprimentando o Ministro Fernando Haddad, o Ministro Aloizio Mercadante, enfim, toda equipe do Governo envolvida na construção desse ambiente de inovação, de qualificação técnica, de qualificação tecnológica, que cria as bases para o crescimento sustentável da economia brasileira, dando continuidade ao processo de crescimento com distribuição de renda iniciado no governo do Presidente Lula e que vem tendo continuidade no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Não poderia deixar de fazer esses dois registros no dia de hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Rodrigo Rollemberg, que, na linha de todos Senadores que usaram a tribuna no dia de hoje, deram força, energia, fé ao Presidente Lula, que há de se recuperar.

Neste momento, passo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, da mesma forma como os oradores que me antecederam, manifesto aqui a minha solidariedade ao ex-Presidente Lula e também externo a minha confiança inabalável na sua pronta recuperação.

Tenho confiança nos desígnios de Deus, na ciência e nos profissionais que o cercam. Com certeza, o ex-Presidente Lula terá êxito em seu tratamento. É o desejo de todos os brasileiros, o desejo do mundo inteiro, porque o ex-Presidente Lula é um homem público de prestígio não só no Brasil, mas pelo mundo afora.

Quero registrar, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, uma atividade que exerci, neste final de semana, no meu Estado. Participei de alguns debates sobre a Emenda nº 29, sobre a conjuntura da saúde pública no Brasil, no interior do Estado. Pela manhã, participei de um debate, de uma conversa no Sindicato da Lavoura, em Mossoró, onde estavam presentes representações de sindicatos rurais de toda região oeste e outras pessoas que se interessam pelo tema, que querem saber sobre a situação da saúde no Brasil, que querem saber um pouco mais sobre a Emenda nº 29 e as perspectivas de sua aprovação aqui no Senado Federal.

E eu fiquei satisfeito em ver o povo brasileiro, por intermédio de suas instituições, das associações, dos sindicatos, preocupado com a saúde de seu País. E como foi interessante debater saúde, conversar sobre saúde com um universo de pessoas que em outras épocas não se preocupava muito em discutir saúde, preocupava-se em discutir o crédito agrícola, a dívida rural, os problemas inerentes às atividades que exerce. Mas não, a manhã inteira discutimos e debatemos sobre saúde com os sindicatos rurais. O que é muito legítimo, o que é louvável, porque a saúde, a vida é o patrimônio absoluto que se tem. E foi exatamente sobre esse patrimônio que se traçou todo esse debate, Senador Paim, sobre essa expectativa, sobre a curiosidade da sociedade brasileira de saber como vai ficar a nossa saúde.

Não está boa a saúde pública do Brasil. Como eu disse em outras oportunidades, o Brasil investe muito pouco em saúde, o Brasil investe menos do que alguns países da América do Sul. O Brasil, que é a sétima economia do mundo, investe algo em torno de 4% do seu PIB – o investimento público. O Brasil tem um sistema único de saúde, o SUS, que oferece atendimento universal. Presume-se, portanto, que teria um gasto maior. Entretanto, os investimentos são tímidos.

Tive oportunidade, nesse mesmo dia, de participar de um debate, de uma mesa na Universidade Potiguar, lá em Mossoró, também sobre saúde. Desta feita, uma jornada promovida pelo Conselho Regional de Odontologia, onde estavam presentes cirurgiões dentistas e estudantes de Odontologia da Universidade Potiguar, assim como pessoas de outros segmentos, de outras áreas, de outras especialidades e de outras profissões também. O auditório estava repleto, e todos queriam saber qual é a solução para a nossa saúde.

O diagnóstico já foi feito. Nós sabemos que a saúde pública do Brasil tem um problema gravíssimo, não adianta tergiversar: tem um problema de subfinanciamento. Isso é cristalino como a água, não paira nenhum laivo de dúvida sobre o subfinanciamento do sistema no Brasil, isso é fato.

O segundo problema é a gestão. Nós precisamos de gestões profissionalizadas, competentes e austeras, e, a meu ver, o terceiro problema que precisamos encarar para resolvê-lo definitivamente é a ausência de políticas públicas, de políticas de recursos humanos, a ausência de políticas de recursos humanos no Sistema Único de Saúde. Que se possa acenar para o servidor público de saúde com uma carreira sólida, que lhe dê segurança jurídica, que lhe permita dedicar-se, com esmero e abnegação, à saúde pública, sabendo que onde ele trabalha ele vai ter seu trabalho reconhecido e remuneração justa.

De outra forma, não existirá compromisso, romperão todos os vínculos desse servidor com o sistema, porque não existe esse trabalho se não houver uma verdadeira simbiose entre servidor e local de trabalho, onde o servidor se sinta partícipe daquele ambiente, onde ele esteja contextualizado com aquele ambiente.

Aí, sim, na hora que houver essa identificação com o local de trabalho, Senador Paim, aquele servidor vai se dedicar de fato. Vou usar um jargão que se usa sempre, vai vestir a camisa do serviço, da unidade em que ele trabalha, do hospital em que ele trabalha. Ele vai passar a zelar pelo bem público como zela pelo seu próprio bem na sua casa, porque estará sendo construído um pacto entre servidor e serviço, servidor e unidade, servidor e hospital, servidor e posto de saúde.

E aí, inapelavelmente, colheremos os frutos do bom atendimento, da alta resolução, da rotatividade dos leitos públicos e, principalmente, a satisfação do usuário do Sistema Único de Saúde brasileiro.

Esse é o caminho. Não vislumbro outro caminho. Qualquer caminho diferente será paliativo. Não adianta tentar justificar o estado em que se encontra a saúde pública no Brasil apenas pela má gestão. É claro que não.

A má gestão existe, e acabei de citar, mas o problema principal é o subfinanciamento do sistema.

Senador, tive a oportunidade de visitar alguns hospitais públicos, nesses dias, no interior do Estado. Testemunhei servidores comprometidos. No Hospital Tarcísio Maia, encontrei o Diretor do Hospital, o Dr. Ney, envolvido com o que faz, motivado na gestão. Encontrei o médico intensivista comprometido com seu trabalho. Encontrei técnicos e auxiliares, técnicos enfermeiros, da mesma forma, fazendo seu trabalho com bastante denodo, dedicando-se ao que fazem, doando-se à causa e se doando ao paciente mais carente, àquele paciente que procura o hospital público, mesmo sabendo das suas condições, porque não tem outra opção.

Vi esse sentimento, testemunhei esse trabalho, mas não dá para negar que os hospitais estão numa verdadeira penúria. Há equipamentos sucateados, falta o suporte necessário para um atendimento digno à população carente deste País.

Visitei também o hospital de uma cidade de outra região, o hospital de Currais Novos, o Hospital Padre João Maria, um hospital regional público, um hospital de trauma. Sou testemunha ocular da forma gentil e prestimosa com que os funcionários e servidores daquele Hospital atendem o público que por ele procura. Vivi na pele essa situação. Um irmão meu sofreu um acidente de carro e foi atendido lá, e vi a forma generosa com que aqueles servidores atendem o público e a forma criativa com que eles tentam suprir as necessidades, para fazer o atendimento completo e digno, como determinam algumas diretrizes de atendimento médico.

Mas se vê, olha-se, e não dá para ter dúvida: o hospital é sofrido, a estrutura é sofrida, as paredes dão sinais de envelhecimento, de sofrimento e até de descaso. As macas que atendem à população, da mesma forma, sinalizam o sucateamento. Os compartimentos destinados às observações clínicas na urgência estão inadequados, com um leito praticamente colado ao outro. Há dificuldades, inclusive, para mobilizar um paciente nos hospitais públicos. É muito difícil!

Faço o registro de um grande hospital do Rio Grande do Norte. O maior hospital do Rio Grande do Norte se chama Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel. É um hospital público, é um hospital de urgência, em que, numa segunda-feira, não se encontram menos de oitenta pacientes internados nos seus corredores, em que não se encontram menos de quinze pacientes numa fila para serem atendidos nas UTIs. Lá há várias UTIs, sem leito disponível, e os pacientes aguardam vaga de forma sofrida.

São corredores repletos de sofrimento e de dor e, muitas vezes, vazios de esperança. São homens, mulheres e crianças que aguardam resignados por uma oportunidade de lutar pela própria vida. Outros teriam uma saída se fossem operados, mas, mesmo assim, aguardam, porque não se consegue operar na hora em que se quer. É preciso aguardar uma sala de cirurgia pronta ou o equipamento adequado para se executar aquele procedimento cirúrgico. É de se olhar e observar o semblante de cada cidadão, de cada paciente humilde e pobre. Aquele rosto – e não dá para esconder o sofrimento – roga a Deus e a nós, que somos médicos e que trabalhamos nesses hospitais, clemência. E o pior disso tudo, Sr. Presidente, é a sensação de impotência que nós, médicos do serviço público, sentimos nessas horas.

Muitas vezes, algumas famílias lançam mão dos recursos que têm, buscam a Justiça. Às vezes, as famílias contam com um advogado amigo ou têm acesso à Justiça de alguma forma e conseguem uma liminar para internar seu parente na UTI. A Justiça faz a parte dela, mas essa não deixa de ser outra injustiça, porque, se um paciente que aguarda leito na UTI, por decisão judicial, consegue uma vaga, pergunto: e os outros que estão nas filas de UTI?

E, muitas vezes, aquele que teve acesso à Justiça conseguiu a liminar e passou na frente dos outros, furou a fila, como se diz na linguagem popular. Nessa fila de espera, Sr. Presidente, estabelece-se um critério técnico de indicação. Na hora em que uma decisão judicial manda internar, desrespeitou-se o critério técnico, e, muitas vezes, entra na UTI um paciente muito menos grave do que outros que estão na sua frente. Muitas vezes, o tratamento começa fora da UTI, aguardando alguns minutos para preparar o leito, mas, quando vem uma decisão judicial mandando internar outro paciente, aí se interrompe o tratamento que começou fora da UTI, porque não há como dar sequência a um

tratamento no corredor, quando isso deveria ser feito na UTI. Por mais boa vontade que os magistrados tenham, há sempre o risco de se cometer injustiça, em função de não se conhecer a realidade dos pacientes que aguardam uma vaga na UTI.

Estou fazendo esse comentário, Sr. Presidente, para mostrar essa realidade. E digo isso reiteradas vezes, faço questão de falar isso aqui, até por obrigação de ofício, porque sou médico e servidor público, porque trabalho em UTI e conheço as necessidades do serviço público, conheço a real situação dos hospitais públicos e pobres pelo Brasil afora. Sempre comentarei esses fatos, para que, quando formos apreciar a Emenda nº 29, ponderemos e, de alguma forma, consigamos interpretar o desejo da sociedade. Mais do que isso, Sr. Presidente, temos de interpretar os anseios e os pedidos de clemência de milhares e milhares de anônimos que agonizam nas portas dos hospitais, de milhares e milhares de pessoas humildes, carentes e pobres que agonizam nos corredores frios, de forma impessoal, esperando os milagres de Deus, já que os olhos do Poder Público não conseguem enxergá-los.

Que a gente pondere, discuta e dê o melhor encaminhamento! A saúde precisa, sim, de recursos. Vamos fazer um debate desapaixonado. Vamos fazer um debate suprapartidário. Vamos fazer um debate em que a principal meta seja diminuir o sofrimento de quem chora e sofre no seu desespero particular.

Sr. Presidente, acho que há como o Governo contribuir com seu percentual na construção desse modelo que tanto sonhamos! Penso, sim, que o Governo, a Presidenta Dilma – e faço parte da sua base de sustentação – poderá nos brindar com uma medida provisória do bem, mandando para cá um pacote de medidas para melhorar a saúde pública.

A Presidenta pode, por exemplo, tributar o cigarro e a bebida e destinar os recursos para a saúde pública. Pode ainda destinar 15% das multas de trânsito para a saúde pública, até porque, desse setor, não sai um centavo para a saúde pública. Pode também estabelecer um percentual do pré-sal, um percentual copioso, generoso, da contribuição social do pré-sal, destinando-o para saúde pública. Medidas outras criativas podem aumentar o suporte de financiamento da saúde pública. Pode-se apresentar a esta Casa um programa ousado de política de recursos humanos para a saúde, em que se estabeleça uma carreira de estado, porque, neste País, há muitos anos, tudo que é prioridade se transforma em carreira de Estado.

Então, vamos dar prioridade à saúde, vamos oferecer uma carreira de Estado para os servidores da saúde, para que o sistema público não seja refém dos terceirizados ou da terceirização, que é uma excrescência no serviço público. Então, vamos rogar para que chegue a esta Casa e seja bem-vindo esse pacote de medidas, trazendo notícias alvissareiras para o futuro da saúde pública do Brasil.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Um pronunciamento belíssimo, equilibrado e realista. V. Exª visitou os hospitais. Todos nós que vamos aos hospitais voltamos indignados, tristes e nos sentindo de mãos amarradas. É exatamente o que V. Exª descreve.

Vemos o olhar triste e desesperançoso das pessoas, mas nada é feito. Essa fila que V. Exª discorreu aqui é real. Você entra numa fila e um dia vai fazer a operação, se não morrer antes; um dia você vai ser atendido, se não morrer antes – e as pessoas não sabem o que fazer. Muitos ligam para gente, por sermos Senadores ou Deputados, e temos de dizer que há uma fila e um critério e, infelizmente, não é possível ajudar. Se ajudar, de uma forma ou de outra, ou tentar influenciar, estarei prejudicando centenas de outros, mas a situação de fato é desesperadora.

Eu tenho o maior respeito, o maior carinho e gosto mesmo – e sei do esforço que está fazendo – do Ministro Alexandre Padilha. Mas não dá mais para esperar. As pessoas, na verdade, estão morrendo – não é nem na fila, como V. Exª bem o falou – nos corredores dos hospitais, pois poucos são aqueles que vão para quartos, seja pelo SUS, seja pelos planos de saúde. Inúmeros colegas meus que pagam plano de saúde estão ficando nos corredores dois, três, quatro dias e sem data prevista para a dita operação, quando a possibilidade de salvar a vida ainda é apontada.

Por isso, quero cumprimentar V. Exª. V. Exª é da base do Governo, como eu também sou; mas essa não é uma questão de ser ou não ser governo: é uma questão real.

Cumprimento o Senador Paulo Davim pelo seu pronunciamento e aproveito, neste momento de encerrar a sessão, para dizer que hoje, Senador Paulo, a sessão foi quase toda ela voltada (eu diria que toda ela – 100% dos senadores que usaram a tribuna) para praticamente fazer uma oração aqui. Foi um culto ecumênico para o nosso querido Presidente Lula. V. Exª ainda me dizia aqui, ao meu lado, que não é uma situação desesperadora.

É preciso ter muita fé. E eu sou daqueles que têm fé de que o Presidente Lula passa por essa e vai voltar para o convívio de todos nós na vida política;

enfim, para os braços do povo brasileiro. Estou muito esperançoso.

Eu contava antes e repito aqui, porque acho que tem uma simbologia: um filho estava na UTI. Os médicos me perguntavam se eu queria que ele morresse no Espírito Santo – foi lá a operação – ou em Porto Alegre. Eu o levei para Porto Alegre. Eu disse: vai morrer no Rio Grande, então. E ele estava na UTI, em Porto Alegre, e o Sérgio Cabral botou o Presidente Lula, que estava no Rio, para falar comigo. Disse: "Olha, o Paim está num momento difícil, seria bom dar uma mensagem para ele". E o Presidente Lula falou comigo e disse: "Ô Paim, diz para esse moleque aí que ele vai ficar bom, vai melhorar e vai voltar a caminhar ao teu lado!". Eu disse: Presidente, repita isso no ouvido dele! E ele repetiu – o menino estava na UTI –, e não é que o menino gravou aquilo?

E claro que eu estou contando essa história porque o mesmo otimismo que ele demonstrou para o menino, que é o Jean, nós todos aqui e o Brasil estamos demonstrando a ele. Ele não está na UTI, mas está num momento difícil. Ninguém ter um câncer, mas todos nós o podemos ter. E o Brasil todo, com certeza, ex-Presidente Lula, está com muita fé, com a mesma força que o senhor, na época, lembrou para mim e para o moleque. Você vai passar por essa e vai continuar sendo uma referência, um ícone para todos nós, não só para o Brasil, mas um ícone em nível internacional.

Eu dizia antes – e vou encerrar – que ao me lembrar de Lula eu me lembro de Gandhi, me lembro de Mandela e me lembro do nosso querido Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Wilson Santiago, Romero Jucá, Geovani Borges e Ciro Nogueira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil foi surpreendido no último sábado, dia 29, pela notícia de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava acometido de um câncer na laringe. A surpresa veio em forma de maus presságios, tendo em vista o significado que tem Lula para o presente e o futuro do Brasil. Seus amigos, admiradores e correligionários, entre os quais eu me incluo, sentiram o golpe. Apesar de todos os avanços, o câncer ainda é uma doença extremamente perigosa. E, para o bem do país, não é possível admitir a ausência de Lula na política brasileira.

A má notícia, entretanto, aos poucos foi se desfazendo, por conta dos boletins médicos. O tumor ainda se encontra em fase praticamente inicial, sendo possível a sua cura com 100% de sucesso. Agora, segundo preconizam os médicos, é começar logo o tratamento, o que acontece a partir desta segunda-feira. Seguidas as recomendações médicas, brevemente Lula vai poder outra vez comunicar-se, como somente ele sabe fazer, com o povo brasileiro. Uma comunicação imprescindível, tendo em vista a liderança positiva que exerce sobre todas as camadas da população em todas as regiões do país.

A importância do ex-presidente Lula transcende as fronteiras do Brasil. A notícia da doença foi o bastante para mobilizar os mais prestigiados jornais dos mais importantes países do mundo. De forma unânime, Lula foi lembrado como o mais popular presidente da história do Brasil. Sua passagem pela Presidência da República foi anotada pela imprensa internacional como o período que separou o Brasil de ontem – de quase nenhuma influência na política e na economia mundial – para o Brasil de hoje, pós Lula -, um país inscrito entre as maiores potências econômicas internacionais, e com influência política crescente.

Lembrar o governo de Lula é lembrar de acontecimentos extraordinários na política interna brasileira. Neste tempo, o Brasil livrou-se da tutela do FMI. Foi também o tempo em que o país praticou a mais correta política de distribuição de renda de que se tem notícia em nossa história. Com isto, milhões de pessoas migraram de posição social, alcançando escalas mais elevadas no que se refere à renda familiar. Tudo isto junto elevou significativamente o amor próprio do brasileiro, fazendo com que a Nação acabasse envolvida de maneira entusiástica com a adoção das políticas públicas governamentais.

Foi no governo do presidente Lula, diferentemente do que acontecia até então, que o Brasil pode enfrentar uma das piores crises da economia internacional, sem grandes conseqüências internas. Parte desse sucesso deveu-se às políticas econômicas e sociais do governo, e, outra parte, à liderança exercida pelo ex-presidente. Foi ele quem pessoalmente assumiu o comando da resistência à crise internacional, mobilizando o povo a continuar consumindo. Fez isto sob o olhar crítico dos incrédulos, mas, ao final, venceu a sua tese, o povo brasileiro prosseguiu consumindo, e a Nação, sob o seu comando, venceu a crise.

Houve mais, muito mais durante o governo Lula, e que vem sendo continuado durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Ela que, mais do que uma correligionária, é uma amiga do ex-presidente, e que, em nota, distribuída ainda no sábado, deixou clara a importância de Lula para a história do Brasil.

Um político que permaneceu fiel às suas origens, antes e durante o exercício do poder. E que soube, também, como republicano e democrata que sempre foi evitar a continuidade no poder, mesmo consciente de sua liderança e força para estabelecer novos preceitos constitucionais. Por isto, e por todas as outras coisas, reservou um lugar permanente no panteão dos heróis brasileiros.

Concluo este pronunciamento exortando o povo brasileiro a estabelecer uma corrente em favor da saúde do ex-presidente Lula. Uma corrente cujo final feliz será facilitado, não apenas pelo caráter ainda inicial da doença, mas, sobretudo, pela força pessoal de Lula, que muito facilitará o trabalho da Medicina. Corrente essa da qual participam, desde sábado, não apenas os brasileiros, mas, gente de todo o mundo. Com especial destaque para os povos latinoamericanos, nossos irmãos de continente, que sabem muito bem da importância de Lula para o futuro de toda a região, e de toda a sua gente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, comemorou-se, na quarta-feira última, 21 de setembro, o Dia da Árvore. Essa é uma data que aprendemos a festejar ainda nos bancos escolares, na mais tenra idade, e que gravamos para o resto de nossas vidas, tal a importância das árvores para a sobrevivência e a qualidade de vida da humanidade. O Dia da Árvore antecipa em dois dias uma comemoração semelhante, a chegada da primavera, que no hemisfério sul ocorre no dia 23 de setembro.

Parece ingênuo, Senhor Presidente, falar em Dia da Árvore no mundo contemporâneo, que nos impõe, muitas vezes, uma vida afastada do convívio com a natureza. Entretanto, nada há de mais atual, pois o desenvolvimento da consciência ecológica tem-nos possibilitado rever nossas práticas cotidianas com a preocupação de preservar os recursos naturais, que são finitos.

A preservação ambiental e a busca por um desenvolvimento sustentável são tão imprescindíveis e urgentes que a ONU declarou o ano em curso, 2011, o Ano Internacional das Florestas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, as florestas representam 31% da cobertura terrestre do planeta. A conservação e a gestão sustentável das florestas são as armas que temos para evitar a redução da biodiversidade, o agravamento das condições climáticas e até mesmo a ameaça à sobrevivência de homens e animais, pois as plantas, além de equilibrarem as condições térmicas, de fornecerem alimentos, de evitarem a erosão, ainda absorvem o dióxido de carbono e nos fornecem o oxigênio indispensável à vida.

Há 46 anos, Senhor Presidente, o Decreto Federal nº 55.795, de 24 de fevereiro de 1965, instituiu em nosso País a Festa Anual das Árvores, em substituição ao Dia da Árvore. Pelo decreto, a festa seria comemorada na última semana do mês de março, nos Estados mais ao norte, e a partir do dia 21 de setembro nos Estados mais ao sul. A legislação não teve receptividade junto à população brasileira, que já identificava no dia 21 de setembro a data tradicional de comemoração da árvore e a antevéspera da primavera. O Dia da Árvore, portanto, continuou institucionalizado no coração das crianças e do povo brasileiro. De qualquer forma, o importante é podermos demonstrar o carinho que temos com as árvores e nos conscientizarmos de que a sobrevivência das plantas representa a nossa própria sobrevivência.

Senhor Presidente, por oportuno, mas com muito pesar, registro o falecimento, no último domingo, 25, da advogada, ex-ministra e ativista política queniana Wangari Maathai, vítima de câncer. Primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz, em 2004, ela ficou conhecida mundialmente por sua luta em favor da preservação ambiental. Maathai criou o chamado Cinturão Verde em defesa do meio ambiente e também combateu, de forma intransigente, os governos autoritários do seu País.

Muito obrigado!

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chegamos à segunda feira e, penso que cada qual a seu modo, procura fazer uma avaliação do que foi a semana, do que ela teve de mais expressivo, o que nos foi permitido aprender e vivenciar.

No meu caso, peço os registros nos anais desta casa, acerca de dados que ainda causam se não todos, mas aos de bem, profunda comoção, por conta de representarem o aviltamento e ofensa profunda à condição humana.

Refiro-me à pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). que pela primeira vez traçou o perfil das vítimas de trabalho escravo no Brasil, mostrando quem são os fazendeiros acusados de explorar os trabalhadores nessas condições.

Tendo recebido o nome certo de Lista Suja do Ministério do Trabalho, o trabalho condensa entrevistas com 12 dos 66 contatados pelo organismo, o que permitiu concluir que a maioria deles nasceu no Sudeste, mas mora nas regiões próximas às lavouras (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Os donos de escravos, se podemos assim chamar, têm curso superior e declararam como profissões,

pecuarista, agricultor, veterinário, comerciante, gerente, consultor e parlamentar e estão, lamentavelmente vinculados a agremiações políticas.

Na outra ponta da pesquisa estão as vítimas e o perfil nos esclarece as desigualdades: 85% dos trabalhadores libertados, além de baixíssima escolaridade (analfabetos e com menos de quatro anos de estudo), nunca fizeram um curso de qualificação.

Mas eles trazem no coração e na mente um sinalizador de esperança, quando 81,2% declararam que gostariam de fazer algum curso, principalmente os mais jovens.

95,2% dos que têm menos de 30 anos disseram ter preferência nas áreas de mecânica de automóveis, operação de máquinas, construção civil (pedreiro, encanador, pintor) e computação.

Os aliciadores também têm baixa escolaridade, idade média de 45,8 anos, são na maior parte nordestinos e vivem nas regiões Norte e Centro-Oeste.

A agropecuária continua sendo o setor de maior concentração de trabalho escravo.

Sr. Presidente, são números que precisam nos fazer pensar. Porque mostram de forma inequívoca, que a dinâmica do trabalho escravo no país tem se mantido apesar de toda a fiscalização empreendida.

E de novo, a desigualdade guarda traços raciais quando o levantamento mostra que 81 % são negros.

E as recomendações da OIT são expressas, com objetivos para tomar as políticas de combate ao trabalho escravo mais efetivo, programas de qualificação profissional e elevação da escolaridade dos trabalhadores, associados ao beneficio do programa Bolsa Família; criação de empregos nos municípios de origem e residência dos trabalhadores; e realização de programas de reforma agrária, com apoio à agricultura familiar.

Ouvi vozes dissonantes sustentando que bolsa família não barra trabalho escravo. Eu sei que não.

Mas eu não tenho dúvidas de que ajuda a reduzir a vulnerabilidade dos trabalhadores porque, no mínimo, melhora a alimentação das famílias.

E ninguém vai para o trabalho escravo porque acha bonito, por penitência, pra salvar pecados. Vai movido pela fome, pela insuficiência de renda pra manter a família, pra dar de comer aos filhos.

Acho que essa pesquisa pode de forma elucidativa fechar a semana e abrir à próxima e todas mais quantas sejam necessárias, até que o tema seja coisa do passado, página virada de um legado triste.

Era este o nosso registro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, recentemente fomos surpreendidos pelos noticiários com a informação de que empresas brasileiras estariam importando lixo hospitalar, contendo tecidos sujos de sangue. Esses tecidos, possivelmente contaminados, seriam comercializados como retalhos.

Pouco a pouco foram surgindo informações de que lençóis com logomarcas de hospitais estrangeiros estavam sendo utilizados em residências e até em um pequeno hotel no Nordeste.

Roupa de cama vendida barata, com preço calculado pelo peso e com os compradores afirmando desconhecerem qualquer irregularidade ou risco à saúde.

Felizmente, com a maciça divulgação das notícias, as pessoas que inocentemente utilizavam os tecidos passaram a reconhecer o risco que corriam.

Em matéria publicada na Folha de São Paulo, um repórter enviado ao meu estado do Piauí, afirma que "lençóis e fronhas usados com logotipos de 16 instituições de saúde do país são vendidos em lojas de tecidos" na nossa capital Teresina.

Embora ainda não haja uma conclusão oficial sobre o assunto, surge, na imprensa, a informação de que os tecidos vendidos em Teresina seriam na verdade retalhos comercializados pelo fabricante dos lençóis e fronhas. Esses retalhos não chegaram a ser enviados para os hospitais e clínicas, seriam sobras de tecido pré-impresso nunca utilizados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontro, no portal da saúde, mantido na internet pelo Ministério da Saúde, algumas informações sobre lixo hospitalar que considerei bastante relevantes.

O portal da saúde afirma que "os dejetos gerados por unidades de saúde, necrotérios, consultórios e até clínicas veterinárias representam um grande perigo, tanto para a saúde das pessoas quanto para o meio ambiente."

O Brasil gera, por dia, entre 1,49 e 4,47 toneladas de resíduos hospitalares. Observem, Senhoras e Senhores Senadores, que, por dia, podemos ter até aproximadamente 4 toneladas de lixo hospitalar no Brasil. Esses dejetos em sua maioria são formados por bolsas de sangue, seringas, agulhas, resto de medicamentos e curativos, material radioativo, lâminas de bisturis, restos de comida servida a pacientes com doenças infecciosas e, neste caso atual, lençóis, fronhas, jalecos e outros tecidos.

Existem normas para o descarte dos resíduos de serviços de saúde. A ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária estabeleceu, na Resolução número 306, de dezembro de 2004, que a "segregação, tratamento, acondicionamento e transporte adequado dos resíduos é de responsabilidade de cada unidade de saúde onde eles foram gerados."

Não há dúvidas. Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde são responsáveis pelos resíduos que geram. A correta destinação do lixo hospitalar é de responsabilidade das instituições que os geraram.

Preocupam-me, ainda, Senhoras e Senhores Senadores, os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo IBGE. Dos mais de 5 mil municípios brasileiros apenas 18% utilizam algum tipo de tecnologia de tratamento para os resíduos de serviços de saúde. Isso significa que, em mais de 80% dos municípios brasileiros, o lixo hospitalar é simplesmente queimado ou depositado em ambientes a céu aberto.

Existem normas ambientais e de vigilância sanitária sobre o tema nas esferas municipal, estadual e federal. Existem diversos órgãos responsáveis pela fiscalização da correta destinação dos resíduos de serviços de saúde, mas percebemos uma fragilidade preocupante na atuação das autoridades estabelecidas.

Felizmente o caso recente tem sido amplamente noticiado pela Imprensa. A maciça cobertura jornalística dos acontecimentos tem gerado, pelas autoridades constituídas, atitudes sérias nas apurações necessárias. Estão acompanhando as investigações no Nordeste, agentes norte-americanos do FBI, que poderão levantar até mesmo a legalidade da exportação dos tecidos por parte de empresas americanas.

É difícil conceber que cidadãos brasileiros estão expostos a agentes contaminantes descartados a céu aberto. E impossível aceitar que comerciantes que visam o lucro fácil continuem expondo adultos e crianças a produtos perigosos, como no caso dos lençóis e fronhas, possivelmente contaminados, vendidos ao público em geral.

Resta-nos alertar a população para o risco dos resíduos hospitalares. Devemos, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, motivar os cidadãos brasileiros a procurarem a vigilância sanitária e órgãos ambientais de suas localidades se suspeitarem de que algum produto encontrado possa provocar danos à saúde ou ao meio ambiente.

É direito do cidadão ter a certeza e a tranquilidade de que as autoridades sanitárias e ambientais estão vigilantes, prevenindo a ocorrência de novos casos, como dos tecidos contaminados ou de acidentes com materiais infectados.

Nosso País possui uma ampla estrutura de fiscalização sanitária e ambiental que precisa ser mais atuante e mais presente na prevenção de acidentes com os resíduos de serviços de saúde, conhecido também como lixo hospitalar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 26, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória nº 539, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2011, que *autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos; altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 539, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 27.10.2011)

Relator revisor: Senador Blairo Maggi

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.09.2011)

Prazo final prorrogado: 28.11.2011

2
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 28, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 10 de dezembro de 1999; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 27.10.2011)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.09.2011)

Prazo final prorrogado: 30.11.2011

3

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (nº 1.749/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Senhora Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.*

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

(Sobrestando a pauta a partir de 06.11.2011)

(Pendente de:

– emissão de pareceres da CCJ, CE e CAS)

5

REDAÇÃO FINAL DA EMENDA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 638, DE 2010

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Wilson Santiago) do Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010 (nº 2.438/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.*

Parecer sob o nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da emenda apresentada à matéria.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº*

5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 912, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

12

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

13

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

14

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

15

REQUERIMENTO Nº 1113, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.113, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Pedro Taques e outros Senadores, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho*

inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (susta os efeitos da Portaria nº 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto).

16
REQUERIMENTO Nº 1114, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.114, de 2011, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

17
REQUERIMENTO Nº 1115, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.115, de 2011, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

18
REQUERIMENTO Nº 1121, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.121, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

19
REQUERIMENTO Nº 1122, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.122, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

20
REQUERIMENTO Nº 1186, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.186, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (prioridade a portadores de deficiência na restituição de impostos).*

21
REQUERIMENTO Nº 1203, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.203, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (extinção da arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão).*

22
REQUERIMENTO Nº 1208, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.208, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.045, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg), *solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2008, a fim de aguardar a deliberação, em Plenário, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2010.*

23
REQUERIMENTO Nº 1213, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2011, do Senador Sérgio Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (a política nacional para os biocombustíves).*

24
REQUERIMENTO Nº 1215, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.215, de 2011, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (venda de medicamentos a aposentados).*

25
REQUERIMENTO Nº 1216, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.216, de 2011, da Senadora Lúcia

Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos).*

26
REQUERIMENTO Nº 1218, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.218, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais).*

27
REQUERIMENTO Nº 1219, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.219, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 142, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 240 e 510, de 2007, por regularem matéria correlata (exame oftalmológico em recém-nascidos).*

28
REQUERIMENTO Nº 1226, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.226, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (piso salarial dos vigilantes).*

29
REQUERIMENTO Nº 1259, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.259, de 2011, do Senador Sérgio Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (exercício da profissão de vaqueiro).*

30
REQUERIMENTO Nº 1265, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.265, de 2011, da Senadora Ana Amélia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (ausência do trabalhador para comparecer às reuniões escolares dos seus filhos).*

31
REQUERIMENTO Nº 1266, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.266, de 2011, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (diretrizes quanto à administração das quotas anuais de reversão).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 3 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
31/10/2011
segunda-feira

15h **Cerimônia de Posse do Ministro de Estado do Esporte Sr. Aldo Rebelo**
Palácio do Planalto – Salão Oeste 2º andar.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Outubro/2011

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/10/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	12
Especial	1
Não Deliberativa	7
Total de sessões realizadas	**22**

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/10/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º, do RISF)	Total
PLC	6	7	0	2	2	0	**17**
PLS	1	5	1	22	10	1	**40**
SCD	1	0	0	0	0	0	**1**
ECD	1	0	0	0	0	0	**1**
PDS	4	49	0	0	0	0	**53**
PRS	5	0	0	0	0	0	**5**
Total	18	61	1	24	12	1	**117**

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 31/10/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
MPV	1	1	**2**
PLV	-	1	**1**

Quadro de Requerimentos*
01 a 31/10/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	2
Congratulações, pesar e assemelhados	16
Desapensamento de matérias	3
Extinção de urgência	1
Informações	33
Inversão da Ordem do Dia	2
Missão (em representação do Senado Federal)	26
Prorrogação de prazo de indicações	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	2
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	1
Tramitação conjunta	14
Urgência para matéria	8
Total Geral	**110**

*No período de 01 a 31/10/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 31/10/2011

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	11	13
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	6	-	6
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	1
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	0	53	53
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	5	-	5
Total	2	12	65	**79**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 31/10/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	88	2	86
Art. 40 (2)	0	-	0
Art. 43, I (3)	3	-	3
Art. 43, II (4)	18	-	18
Soma	**109**	**2**	**107**
Requerimento para retirada	3	-	3
Total Geral	**112**	**2**	**110**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

01 a 31/10/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	**26**

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/10/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	7
Deliberativa Ordinária	99
Especial	18
Extraordinária	1
Não Deliberativa	71
Para Premiações E Condecorações	1
Total de sessões realizadas	**197**
Reunião	3
Reunião Preparatória	3
Total de Reuniões	**6**
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 31/10/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º, do RISF)	Total
PEC	1	-	3	1	3	-	0	**8**
PLC	40	62	3	3	0	7	0	**115**
PLS	7	96	5	25	18	27	1	**179**
SCD	4	0	0	0	0	0	0	**4**
ECD	1	0	0	0	0	0	0	**1**
PDS	58	256	0	1	0	0	0	**315**
PRS	16	0	1	0	1	0	0	**18**
MSF	82	-	-	0	0	0	0	**82**
OFS	21	-	-	1	0	0	0	**22**
Total	230	414	12	31	22	34	1	**744**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 31/10/2011

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	6	0	1	0	1	**8**
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	2	21	3	0	**26**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 31/10/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	76
Auditoria	7
Congratulações, pesar e assemelhados	329
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	13
Desapensamento de matérias	14
Desarquivamento de matéria	61
Dispensa de parecer	1
Extinção de urgência	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	14
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	265
Inversão da Ordem do Dia	2
Levantamento de Sessão	1
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	4
Missão (em representação do Senado Federal)	89
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazo de indicações	1
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	76
Reexame de matéria por Comissão	4
Retirada de matéria	39
Tramitação conjunta	63
Urgência para matéria	31
Voto de aplauso ou semelhante	16
Voto de censura	3
Total Geral	**1.123**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 31/10/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	CN	MPU	STF	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	12	-	72	15	-	1	1	1	102
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	103	-	-	-	-	-	-	103
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	4	-	-	-	-	-	4
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	-	-	-	-	-	1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	5	302	-	7	-	-	-	314
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	16	-	-	-	-	-	-	16
Total	12	125	378	15	7	1	1	1	**540**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 31/10/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	428	11	417
Art. 40 (2)	17	1	16
Art. 43, I (3)	45	-	45
Art. 43, II (4)	71	1	70
Soma	**561**	**13**(5)	**550**
Requerimento para retirada	11(5,6)	-	-
Total Geral	**572**	**13**	**550**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**
5. **O Requerimento nº 208/2011-M retirou os Requerimentos nºs 179/2011-M e 205/2011-M.**
6. **O Requerimento nº 464/2011-M retirou os Requerimentos nºs 386/2011-M e 455/2011-M**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *
02/02 a 31/10/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	89

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 31/10/2011

Matéria: Medida Provisória. Total: 2

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 537/2011	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica.	Presidente da República	05/10/2011

2. À promulgação. Total: 1

Aprovada na íntegra. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 538/2011	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "g" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.	Presidente da República	05/10/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 25/2011	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.	Câmara dos Deputados	05/10/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 17

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 4

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 92/2010	Dispõe sobre a identificação, rotulagem e padrões de qualidade da água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais destinadas ao consumo humano.	Ricardo Izar	10/10/2011
PLC 14/2011	Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.	Pepe Vargas	20/10/2011
PLC 70/2009	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.	Luiz Bittencourt	27/10/2011
PLC 147/2009	Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat).	Antonio Carlos Mendes Thame	27/10/2011

2. Ao arquivo. Total: 4

Prejudicada. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 16/2010	Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)	Presidente da República	19/10/2011
PLC 180/2009	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que diz respeito à proteção aos animais silvestres apreendidos.	Felipe Bornier	27/10/2011

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 127/2010	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal - SMP a fornecer atendimento a usuários que estejam na condição de visitantes.	Mário Heringer	06/10/2011
PLC 54/2011	Dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Chico Lopes	20/10/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 17

3. À sanção. Total: 9

Aprovada pelo Plenário. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 77/2011 Complementar	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.	Presidente da República	05/10/2011
PLC 78/2011	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM; e dá outras providências.	Presidente da República	18/10/2011
PLC 62/2007	Denomina Rodovia Luiz Alves Rolim Sobrinho e Rodovia Sendor Tarso Dutra os trechos urbanos da BR-287 que passam pela cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.	Cezar Schirmer	20/10/2011
PLC 41/2010	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	Reginaldo Lopes	25/10/2011
PLC 1/2010 Complementar	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Sarney Filho	26/10/2011
PLC 88/2011	Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.	Presidente da República	26/10/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 292/2009	Denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais.	Aelton Freitas	14/10/2011
PLC 78/2010	Denomina Rodovia Francisco Domingos Ribeiro o trecho da BR-265 entre as cidades de Bom Jesus da Penha e Jacuí, no Estado de Minas Gerais.	Aelton Freitas	14/10/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 17

3. À sanção. Total: 9

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 104/2010	Denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.	Roberto Santiago	14/10/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 40

1. À Câmara dos Deputados. Total: 6

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 448/2011	Dispõe sobre royalties e participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Wellington Dias	19/10/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 670/2007	Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.	Expedito Júnior	06/10/2011
PLS 123/2009	Acrescenta Art. 5º-A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência.	Expedito Júnior	07/10/2011
PLS 526/2009	Dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários.	Marisa Serrano	13/10/2011
PLS 72/2011	Altera o art. 18 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.	Rodrigo Rollemberg	20/10/2011
PLS 64/2010	Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.	Marcelo Crivella	26/10/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 40

2. Ao arquivo. Total: 34

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 98/2010	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	05/10/2011

Prejudicada. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 166/2007	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. (Critérios de distribuição de royalties).	João Vicente Claudino	19/10/2011
PLS 629/2007	Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para alterar a distribuição de receitas de compensações financeiras e para direcioná-las às aplicações que especifica.	Magno Malta	19/10/2011
PLS 630/2007	Altera dispositivos das Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para estabelecer que os royalties serão aplicados, prioritariamente, em segurança pública.	Magno Malta	19/10/2011
PLS 8/2008	Altera os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 - Lei do Petróleo, e insere o art. 49-A na mesma lei para destinar parcela dos royalties à conservação da floresta amazônica.	Cristovam Buarque	19/10/2011
PLS 29/2008	Altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infra-estrutura.	Antonio Carlos Valadares	19/10/2011
PLS 104/2008	Altera o inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e o parágrafo 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, para prever distribuição de parcela dos royalties referentes à lavra de petróleo ou gás natural ocorrida em plataforma continental para o custeio da Previdência Social.	Aloizio Mercadante	19/10/2011
PLS 116/2008	Acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.	Cristovam Buarque	19/10/2011
PLS 189/2008	Altera o art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a alínea e do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a destinar recursos do Fundo Especial exclusivamente para a saúde.	Expedito Júnior	19/10/2011
PLS 201/2008	Disciplina os dispêndios financiados com recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.	Augusto Botelho	19/10/2011
PLS 224/2008	Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências", para introduzir mudanças nas regras de distribuição dos royalties provenientes da exploração de petróleo e de gás natural na região conhecida como Pré-sal no mar territorial brasileiro.	João Pedro	19/10/2011
PLS 268/2008	Cria o Fundo Nacional do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para determinar nova distribuição dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo e gás natural entre os entes federativos.	Tasso Jereissati	19/10/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 40

2. Ao arquivo. Total: 34

Prejudicada. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 279/2008	Altera a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, que "Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências".	Ideli Salvatti	19/10/2011
PLS 335/2008	Altera os arts. 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União a título de royalties e participação especial pela exploração de petróleo serão destinados ao FUNDEB.	Francisco Dornelles	19/10/2011
PLS 362/2008	Altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo na camada de pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, à previdência social e ao FUNDEB.	Paulo Paim	19/10/2011
PLS 458/2008	Altera o inciso II do artigo 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, dando nova distribuição de parcela dos royalties referentes à lavra de petróleo ou gás natural ocorrida em plataforma continental.	Serys Slhessarenko	19/10/2011
PLS 256/2009	Altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo e gás natural na camada pré-sal, sejam destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).	Lobão Filho	19/10/2011
PLS 574/2011	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre os royalties e a receita da comercialização relativos ao regime de partilha de produção.	Francisco Dornelles	19/10/2011
PLS 597/2011	Altera a incidência de Imposto de Exportação sobre petróleo e seus derivados e gás natural, de que trata o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, bem como determina que a União preste apoio financeiro aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal em montante equivalente ao que for arrecadado de tais exportações.	Lindbergh Farias	19/10/2011
PLS 598/2011	Incluir §§ 1º-A e 5º no art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para alterar os valores definidos no art. 22 do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, para verificação da faixa de isenção e das faixas de alíquotas de 10%, 20%, 30% e 40%, relativas ao cálculo e ao pagamento de participações especiais, bem como alterar a destinação da receita federal adicional para o Fundo Especial, a ser distribuída entre todos os Estados e Municípios.	Francisco Dornelles	19/10/2011
PLS 613/2011	Dispõe sobre royalties e participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos sob o regime de concessão no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental, e sobre os royalties devidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para os Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da administração direta da União, e dá outras providências.	Lindbergh Farias	19/10/2011
PLS 624/2011	Dispõe sobre os royalties devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Marcelo Crivella	19/10/2011
PLS 625/2011	Dispõe sobre royalties devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e sobre receita da União de comercialização dos mesmos bens, instituídos pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e sobre participação especial devida sob o regime de concessão, instituído pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.	Francisco Dornelles	19/10/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 40

2. Ao arquivo. Total: 34

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 10

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 85/2008	Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer periodicidade anual na aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e prazo máximo de um ano para adoção de providências pactuadas em termo de compromisso.	Marconi Perillo	06/10/2011
PLS 15/2009	Altera a Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o financiamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	Raimundo Colombo	06/10/2011
PLS 86/2010	Assegura aos brasileiros residentes no exterior, a filiação como contribuinte facultativo do INSS.	Geraldo Mesquita Júnior	06/10/2011
PLS 262/2010	Torna obrigatório o uso de equipamentos de proteção auditiva nos ambientes de trabalho em que haja a produção de ruídos contínuos superiores a cinquenta decibéis.	Marcelo Crivella	06/10/2011
PLS 325/2008	Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.	Sérgio Zambiasi	13/10/2011
PLS 356/2008	Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.	Osmar Dias	13/10/2011
PLS 158/2011	Autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso.	Eunício Oliveira	14/10/2011
PLS 195/2009	Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.	Raimundo Colombo	20/10/2011
PLS 2/2008	Institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não-profissional no País.	Cristovam Buarque	27/10/2011
PLS 62/2008	Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º - A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.	Fernando Collor	27/10/2011

Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º, do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 318/2006	Estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá oputras providências	Magno Malta	18/10/2011

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 520/2003	Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro.	Câmara dos Deputados	19/10/2011

Matéria: Emenda(s) da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
ECD 372/2008	Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C de 2009 do Senado Federal (PLS nº 372/2008, na Casa de origem), que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	19/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 184/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes, celebrado em Brasília, em 15 de junho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	06/10/2011
PDS 178/2011	Aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/10/2011
PDS 185/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Turismo, celebrado em Luanda, em 17 de abril de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/10/2011
PDS 186/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 547/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO TACAIMBÓ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tacaimbó, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 608/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE MARCONI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 651/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO COLUMBIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 664/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL RÁDIO REAL - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratininga, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 691/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ANAJATUBENSE - ANAJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anajatuba, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 699/2010	Aprova o ato que outorga permissão à GOIÁS CENTRO COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 4/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO LIMPO DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Limpo de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 5/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 13/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADANIA - ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DIFUSÃO CULTURAL DE CIDADE OCIDENTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Ocidental, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 63/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CACHOEIRA DOURADENSE DE COMUNICAÇÃO, PROMOÇÃO SOCIAL, ARTÍSTICA, CULTURAL, EDUCATIVA E ESPORTIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 67/2011	Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 100/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INTEGRAÇÃO DE CARMO DO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 101/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 117/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 130/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA BENEFICENTE GRANDE COBILÂNDIA VILA VELHA - ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 131/2011	Aprova o ato que renova a conces-são outorgada à GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito do Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 134/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO CANTÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantá, Estado de Roraima.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 135/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO RIO POTY LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Crateús, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 165/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO XANXERÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 170/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à BRASÍLIA SUPER RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 237/2008	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA par executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 468/2009	Aprova o ato que outorga permissão à ASTRAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 372/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MANTIQUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 475/2010	Aprova o ato que outorga permissão à SAMPAIO & MARTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cavalcante, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 701/2010	Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 15/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO XAVANTE DE IPANEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 26/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE CORUMBAÍBA - GOIÁS (ADACCG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 28/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 31/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA STAR SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 33/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 36/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PENÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 37/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 39/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 40/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paulista de Avaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 41/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVO RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 88/2011	Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Regeneração, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 95/2011	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA UBERABA - FUREU para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 132/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO POPULAR DE PALHANO - ACCPP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhano, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 133/2011	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO RAÍZES DE MILHÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 142/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ para excutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Piauí, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 143/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PLANALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 144/2011	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO ECOLÓGICA DE CAJUEIRO DA PRAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 147/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE PENEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 148/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIBEIRÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 153/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCATIVA PIO XII DE RADIODIFUSÃO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 155/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE POPULAR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 163/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 164/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO MAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 171/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 5

1. À promulgação. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 47/2011	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à Caixa Econômica Federal (CEF), para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao "Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo".	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
PRS 48/2011	Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América)	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
PRS 49/2011	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US$ 107.332.500,00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banco para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas).	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
PRS 50/2011	Autoriza a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 100.000.000,00 (cem milhões de euros), com o Kreditanstalt fur Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
PRS 22/2008	Altera a redação do art. 154 e revoga o art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, para determinar que as sessões especiais e comemorativas se realizarão somente em dias de sessão não deliberativa.	Antonio Carlos Júnior	19/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pela Mesa. Total: 38

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1021/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os convênios e contratos de repasses de recursos firmados entre o Ministério e outras entidades públicas ou privadas, bem como sobre a nomeação de assessores naquela Pasta.	Alvaro Dias	05/10/2011
RQS 1022/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o sistema de segurança interno daquele Ministério.	Alvaro Dias	05/10/2011
RQS 1027/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	05/10/2011
RQS 1028/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1039/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado das Comunicações sobre a ampliação da Rede de Banda Larga no Brasil, principalmente na região amazônica.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1041/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça, sobre a presença do Estado brasileiro na região fronteiriça da Amazônia para coibir a prática de tráfico de drogas dentre outros ilícitos penais.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1042/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro dos Transportes que sejam prestadas informações referentes ao transporte fluvial na região Amazônica.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1047/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa relativas a vôos do avião particular de prefixo PR-AJT.	Aloysio Nunes Ferreira	05/10/2011
RQS 1056/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República relativas a vôos do avião particular de prefixo PR-AJT.	Aloysio Nunes Ferreira	05/10/2011
RQS 1070/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda acerca das Empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1071/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia acerca das Empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1072/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior acerca das Empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1075/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o investimento da Petrobras na construção de navios petroleiros.	Alvaro Dias	05/10/2011
RQS 1102/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia acerca de investimentos no setor de petróleo e gás no Brasil.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pela Mesa. Total: 38

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1107/2011	Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação acerca da contratação de novos docentes para atendimento dos pleitos das universidades e institutos federais.	Paulo Bauer	05/10/2011
RQS 1154/2011	Tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 68, 2 e 5, de 2011.	Humberto Costa	05/10/2011
RQS 834/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro da Saúde acerca de investimentos para aquisição de mamógrafos para o combate e diagnóstico preventivo do câncer de mama.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1202/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 108 e 296, de 2009.	Flexa Ribeiro	20/10/2011
RQS 1211/2011	Desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1212/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 1 e 283, de 2011.	Aécio Neves	20/10/2011
RQS 1214/2011	Desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, e com os Projetos de Lei do Senado nºs 344, de 2008; e 479, de 2008.	Ana Rita	20/10/2011
RQS 1220/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 481 e 484, de 2011.	Eduardo Braga	20/10/2011
RQS 1256/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011.	Romero Jucá	20/10/2011
RQS 1264/2011	Tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 457, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2011.	Mário Couto	20/10/2011
RQS 1017/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Justiça acerca de um novo "mensalão" do Partido da República, conforme reportagem da revista Veja.	Mário Couto	25/10/2011
RQS 1103/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra do Meio Ambiente acerca do programa Bolsa Verde.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1104/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no âmbito do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, no que se refere à exploração dos recursos naturais da fauna e flora brasileiras.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1105/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Justiça acerca da implementação de políticas públicas no combate e controle do tráfico internacional de pessoas.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1106/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobras, acerca dos investimentos destinados ao setor de energia elétrica previstos até 2014.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1112/2011	Requer, com fundamento no art. 52, inciso XV, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, in fine, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os efeitos da mudança no sistema de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI introduzida com a edição do Decreto 3.070/99.	Demóstenes Torres	25/10/2011
RQS 1137/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado dos Transportes, informações acerca da previsão de abertura do processo de licitação, bem como a expectativa do Governo Federal em torno do início e conclusão das obras da ponte do Abunã, sobre o rio Madeira, que divide os estados do Acre e Rondônia.	Sérgio Petecão	25/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pela Mesa. Total: 38

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1139/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I "a" e 216, do Regimento Interno do Senado Federal informações, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre a política de pessoal adotada para os funcionários das empresas privadas que foram adquiridas nos últimos oito anos pela PETROBRAS.	Alvaro Dias	25/10/2011
RQS 1146/2011	Requer, nos termos do que prescreve o art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a ampliação da rede banda larga em todas as regiões do País, principalmente, no norte do País.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1147/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, informações a respeito das operações de renegociação de dívida envolvendo os Bancos do Brasil e do Nordeste e os produtores rurais da Região Nordeste.	Vital do Rêgo	25/10/2011
RQS 1153/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, informações sobre o medicamento Victoza.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1161/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes ao Plano Nacional de Banda Larga.	Marta Suplicy	25/10/2011
RQS 886/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado da Saúde acerca de providências para o combate à incidência da transmissão do vírus HIV, principalmente no Amazonas, onde houve aumento significativo entre o público feminino e jovem.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 944/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra da Secretaria de Direito Humanos da Presidência da República acerca de providências para coibir condutas delituosas como a exploração e prostituição infantil de indígenas nas comunidades do município de Autazes, estado do Amazonas, e de realização de campanhas de combate à prostituição infantil, principalmente nos municípios interioranos.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011

Aprovada pelo Plenário. Total: 52

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1182/2011	Requer autorização para participar do seminário intitulado "O avanço do consumo de drogas na Argentina", a ser realizado em 6 de outubro de 2011, na Câmara dos Deputados da República Argentina, na cidade de Buenos Aires, para o qual foi convidado na condição de palestrante; e seja autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 7 de outubro de 2011.	Magno Malta	04/10/2011
RQS 1185/2011	Requer, nos termos dos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para o Senador Walter Pinheiro participar de visita a parques eólicos na Espanha e em Portugal, no período de 08 a 16 de outubro de 2011. Requer, ainda, que seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado federal.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	04/10/2011
RQS 1204/2011	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada licença autorizada dos trabalhos da Casa sua ausência, nos dias 26 de setembro, 03 e 04 de outubro de 2011, para participar, em várias cidades do País, dos Seminários Regionais para "Discussão das Propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012/2015".	Vital do Rêgo	04/10/2011
RQS 1217/2011	Urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	04/10/2011
RQS 966/2011	Requerem, nos termos regimentais, seja o primeiro momento do Período do Expediente do dia 4 de outubro destinado a comemorar os 23 anos da transformação do Território Federal de Roraima em Estado de Roraima, ocorrida no dia 5 de outubro de 1988.	Angela Portela	04/10/2011
RQS 1225/2011	Tramitação em conjunto dos Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2011, Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, e Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011.	Francisco Dornelles	05/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pelo Plenário. Total: 52

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1228/2011	Urgência para o PRS nº 47 de 2011, advindo da Mensagem do Senado nº 127 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1229/2011	Urgência para PRS nº 48 de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 129 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1230/2011	Urgência para o PRS nº 49 de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 130 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1231/2011	Urgência para o PRS nº 50 de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 131 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1233/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 14 de outubro de 2011, a fim de participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos.	Antonio Carlos Valadares	05/10/2011
RQS 1142/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2007 e 182, de 2009.	Walter Pinheiro	06/10/2011
RQS 1172/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2011.	Lúcia Vânia	06/10/2011
RQS 1178/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 255, de 2010; e 44, de 2009.	Gim Argello	06/10/2011
RQS 1183/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010.	Lúcia Vânia	06/10/2011
RQS 1184/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, e do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010.	Cyro Miranda	06/10/2011
RQS 1240/2011	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam justificadas suas ausências nos trabalhos da Casa nos dias 29 e 30 de setembro, e 4, 5 e 17 de outubro de 2011, em face de participação nos Seminários Regionais para discussão das Propostas do Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012-2015, do qual é relator.	Walter Pinheiro	11/10/2011
RQS 1246/2011	Requer, nos termos do art.13, combinado com o art.40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 17 de outubro de 2011, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação em São Paulo, oportunidade em que estará participando de audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas.	Paulo Davim	11/10/2011
RQS 1248/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 17 de outubro, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação em São Paulo - SP, oportunidade em que estará participando de audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.	Marinor Brito	11/10/2011
RQS 1234/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2011, com o Projeto de Lei Câmara nº 16, de 2010, e com os Projetos de Lei do Senado nº 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009;e 138, 448, 574 e 598, de 2011.	Marcelo Crivella	18/10/2011
RQS 1235/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 613, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (ou Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011).	Lindbergh Farias	18/10/2011
RQS 1236/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 597, de 2011 com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (ou Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011).	Lindbergh Farias	18/10/2011
RQS 1252/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 17 de outubro de 2011, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação em São Paulo - SP.	Vanessa Grazziotin	18/10/2011
RQS 1254/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão parlamentar nos dias 16 e 17 de outubro de 2011, a fim de participar de audiência pública no Estado de São Paulo destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil no período de 2003 a 2011.	Lídice da Mata	18/10/2011
RQS 1260/2011	Inversão da Ordem do Dia da sessão deliberativa do dia 18/10/2011, de modo que o item 27 da pauta, correspondente ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 78, de 2011, seja apreciado em primeiro lugar como item 1.	Romero Jucá	18/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pelo Plenário. Total: 52

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1261/2011	Extinção de urgência para o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 467, de 2008 - Complementar.	Romero Jucá	18/10/2011
RQS 1262/2011	Reexame pela Comissão de Assuntos Econômicos do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 467, de 2008 Complementar, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.	Romero Jucá	18/10/2011
RQS 1263/2011	Solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, que ¿Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para distinção de recursos do Fundo Social para a educação¿, para que passe a tramitar de forma autônoma em relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.	Antonio Carlos Valadares	18/10/2011
RQS 1242/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 112, de 2007, e 95, de 2011.	Ana Amélia	20/10/2011
RQS 1283/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 17 de outubro de 2011, com o fim de participar, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, de diligência junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.	Blairo Maggi	20/10/2011
RQS 1284/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 17 de outubro de 2011, com o fim de participar, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, de diligência junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.	Aloysio Nunes Ferreira	20/10/2011
RQS 1285/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 17 de outubro de 2011, com o fim de participar de diligência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto/SP.	Jorge Viana	20/10/2011
RQS 1287/2011	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 27 de outubro de 2011, com o fim de participar, como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - Supostas Irregularidades no ECAD - CPIECAD, de Audiência Pública na cidade de Salvador - BA.	Lídice da Mata	20/10/2011
RQS 1288/2011	Urgência para votação do Projeto de Lei da Câmara n° 62, de 2007.	Ana Amélia	20/10/2011
RQS 1253/2011	Requer, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão parlamentar, no dia 02 de novembro de 2011, a fim de participar de Reunião do Parlamento do Estado da Renânia-Palatinado, na cidade de Mainz - Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 27 de outubro a 06 de novembro de 2011.	Valdir Raupp	25/10/2011
RQS 1286/2011	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art.40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para, representando a Comissão de Serviços de Infraestrutura, acompanhada de dois assessores e com ônus para o Senado Federal, participar da 6ª Edição do Encontro Nacional da Indústria - ENAI, promovido pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, em São Paulo, capital, no dia 27 de outubro de 2011.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	25/10/2011
RQS 1307/2011	Inversão da pauta do PLC 41/2010.	Humberto Costa	25/10/2011
RQS 1313/2011	Urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2011.	Romero Jucá	25/10/2011
RQS 1314/2011	Urgência para apreciação do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar.	Alvaro Dias	25/10/2011
RQS 1175/2011	Requer autorização para participação dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Eduardo Amorim, em missão oficial na Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, entre os dias 30 de outubro a 6 de novembro de 2011, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, "crack" e outras drogas.	Comissão de Assuntos Sociais	26/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pelo Plenário. Total: 52

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1293/2011	Requer, nos termos do art. 13 e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 17 de outubro de 2011, quando participará, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de diligência junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), em Ribeirão Preto (SP).	Rodrigo Rollemberg	26/10/2011
RQS 1294/2011	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação, nos dias 24 e 25 de outubro de 2011, no VII Foro Parlamentar Ibero-Americano, a realizar-se em Assunção, Paraguai, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no citado período.	Ana Amélia	26/10/2011
RQS 1300/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa no exterior, participação, no período de 31 de outubro a 02 de novembro de 2011, por ocasião de Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul e da visita do Grupo de Trabalho da Delegação para as Relações com os Países do MERCOSUL e do Parlamento Europeu, em Montevidéu, no Uruguai. Comunica ainda, nos termos do art. 39, que estará ausente do país no período de 30 de outubro a 02 de novembro, a fim de participar do evento.	Inácio Arruda	26/10/2011
RQS 1301/2011	Requer, nos termos art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa no período de 29 de outubro a 02 de novembro de 2011, com o fim de participar, na qualidade de Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de encontro com a Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Mercosul e da Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2011, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	Roberto Requião	26/10/2011
RQS 1302/2011	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação da requerente, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2011, na Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, e reuniões conjuntas, a realizarem-se em Montevidéu, Uruguai. Para efeito do disposto no art. 39, a requerente comunica que estará ausente do País no período de 30 de outubro a 2 de novembro de 2011.	Ana Amélia	26/10/2011
RQS 1316/2011	Autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 30 do corrente a 6 de novembro próximo.	Wellington Dias	26/10/2011
RQS 1317/2011	Prorrogação do prazo para que a Mesa do Senado Federal possa até o dia 1º de dezembro próximo, receber o encaminhamento de indicações à 11ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Berttha Lutz.	Vanessa Grazziotin	26/10/2011
RQS 1099/2011	Comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes juntamente com a do Dia Nacional da Consciência Negra.	Anibal Diniz	27/10/2011
RQS 1298/2011	Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência "Investing in Brazilian Healthcare Summit" e de visita ao Centro de Emergência (911), na cidade de New York, NY - USA, no período de 14 a 18 de novembro de 2011.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	27/10/2011
RQS 1319/2011	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, representar a Comissão de Serviços de Infraestrutura na 6ª Edição do Encontro Nacional da Indústria - ENAI, a realizar-se na capital do Estado de São Paulo, no dia 27 de outubro de 2011.	Cyro Miranda	27/10/2011
RQS 1320/2011	Em aditamento ao Requerimento nº 1.298, de 2011, solicitando alteração das datas de partida e retorno da conferência ¿Investing in Brazilian Healthcare Summit¿ e da visita ao Centro de Emergência na cidade de Nova Iorque.	Walter Pinheiro	27/10/2011
RQS 1325/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, para participar como presidente da 16ª reunião da CPI do Ecad, na cidade de Salvador-BA, no dia 27 de outubro de 2011.	Randolfe Rodrigues	27/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1241/2011	Retirada do Requerimento nº 1.143, de 2011.	Vital do Rêgo	10/10/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1224/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí pelos 120 anos de sua criação.	João Vicente Claudino	04/10/2011
RQS 1244/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pelo transcurso, no dia 15 de outubro de 2011, dos 159 anos do município de Parintins, Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	10/10/2011
RQS 1245/2011	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do comandante JOÃO ARISTON PESSOA DE ARAÚJO, fundador da Táxi Aéreo Fortaleza, ocorrido no dia 10 de outubro de 2011.	Inácio Arruda	10/10/2011
RQS 1249/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do humorista JOSÉ THOMAZ DA CUNHA VASCONCELLOS, ocorrido no dia 11 de outubro de 2011, aos 85 anos.	Eduardo Suplicy	11/10/2011
RQS 1255/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do crítico de cinema e fundador da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, Leon Cakoff, ocorrido no dia 14 de outubro de 2011, aos 63 anos.	Eduardo Suplicy	17/10/2011
RQS 1258/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de congratulações à Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein (SBIBAE) pela passagem dos 40 anos do Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), comemorados no dia 15 de outubro de 2011.	Eduardo Suplicy	17/10/2011
RQS 1289/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do diretor do Sindicato dos Rodoviários do Amazonas, Antônio Cavalcante de Araújo.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1290/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à amazonense Bianca Maia Mendonça pela conquista da medalha de ouro nos jogos Pan Americanos de Guadalajara.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1291/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao dia do médico, comemorado no dia 18 de outubro.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1292/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso aos 25 anos da descoberta de Urucu, bem como seja encaminhado o referido voto ao senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo, presidente da Petrobras.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1295/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e aplausos, a cidade de Manaus, que comemora 342 anos no dia 24 de Outubro de 2011, bem como seja encaminhado o referido voto ao senhor AMAZONINO ARMANDO MENDES, Prefeito de Manaus.	Vanessa Grazziotin	21/10/2011
RQS 1297/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso em comemoração aos 40 anos da coluna do jornalista Paulo Santana no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, a serem comemorados dia 17 de novembro de 2011.	Paulo Paim	24/10/2011
RQS 1321/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito Hélio Humberto Lima, do município de Atílio Vivácqua - ES, ocorrido no dia 24 de setembro de 2011.	Magno Malta	26/10/2011
RQS 1322/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao atleta Péricles da Silva, que recebeu medalha de ouro nos jogos Pan-Americanos de Guadalajara, no México, no dia 25 de outubro de 2011.	Flexa Ribeiro	27/10/2011
RQS 1323/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ANTÔNIO ALVES DE ALMEIDA, ocorrido no dia 27 de outubro de 2011, o qual durante 45 anos presidiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC.	Paulo Paim	27/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Encaminhada pela Presidência. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1324/2011	Requer, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de pesar à Senhora Daisy Lúcidi, viúva do jornalista gaúcho Luiz Pinêda Mendes, pelo falecimento deste em 27 de outubro de 2011.	Ana Amélia	27/10/2011

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1143/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, informações a respeito da revisão pelo Banco Central dos procedimentos contábeis dos bancos comerciais para fins de demonstração, aferição e fiscalização por parte dos municípios acerca dos eventos tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), especialmente após a edição da Lei Complementar nº 116/2003.	Vital do Rêgo	10/10/2011

Rejeitada pela Mesa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1019/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República acerca de um novo "mensalão" do Partido da República, conforme reportagem da revista Veja.	Mário Couto	25/10/2011
RQS 1020/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações à Secretaria-Geral da Presidência da República acerca de um novo "mensalão" do Partido da República, conforme denúncias da revista Veja.	Mário Couto	25/10/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 112

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
461-M	Ciro Nogueira	13	04 a 08.10	Atividade Parlamentar
462-M	Ciro Nogueira	13	16 a 19.10	Atividade Parlamentar
463-M	Ciro Nogueira	43, II	09 a 15.10	Licença Particular
464-M	Armando Monteiro	-	-	Retirada dos Requerimentos nºs 386/2011 –M e 455/2011-M
465-M	Anibal Diniz	13	06.10	Atividade Parlamentar
466-M	Eduardo Amorim	13	06.10	Atividade Parlamentar
467-M	Blairo Maggi	43, II	24 a 27.10	Licença Particular
468-M	Anibal Diniz	13	12 a 16.10	Atividade Parlamentar
469-M	Lobão Filho	43, II	13.10	Atividade Parlamentar
470-M	José Agripino	13	20 a 28.10	Atividade Parlamentar
471-M	Eduardo Braga	43, II	06, 11 e 13.10	Licença Particular
472-M	Eduardo Braga	13	14 a 21.10	Atividade Parlamentar
473-M	Lobão Filho	43, II	06.10	Licença Particular
474-M	Lobão Filho	43, II	11.10	Licença Particular
475-M	Paulo Bauer	13	06.10	Atividade Parlamentar
476-M	Valdir Raupp	13	06.10	Atividade Parlamentar
477-M	Armando Monteiro	13	06.10	Atividade Parlamentar
478-M	Luiz Henrique da Silveira	13	06.10	Atividade Parlamentar
479-M	João Ribeiro	13	06.10	Atividade Parlamentar
480-M	Benedito de Lira	13	11 e 13.10	Atividade Parlamentar
481-M	Romero Jucá	43, II	11 e 13.10	Licença Particular
482-M	Marcelo Crivella	43, II	11 e 13.10	Licença Particular (aditado pelo RQS nº 500, de 2011-M)
483-M	João Durval	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
484-M	Garibaldi Alves	13	10 a 13.10	Atividade Parlamentar
485-M	Benedito de Lira	13	10.10	Atividade Parlamentar
486-M	Lídice da Mata	13	10.10	Atividade Parlamentar
487-M	Gim Argello	43, II	10.10	Licença Particular
488-M	Ana Rita	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
489-M	Humberto Costa	13	10.10	Atividade Parlamentar
490-M	João Vicente Claudino	13	10.10	Atividade Parlamentar
491-M	Jayme Campos	13	11.10	Atividade Parlamentar
492-M	Jayme Campos	13	10.10	Atividade Parlamentar
493-M	Mário Couto	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
494-M	Kátia Abreu	13	10.10	Atividade Parlamentar
495-M	Paulo Davim	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
496-M	Sérgio Souza	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
497-M	Angela Portela	13	11.10	Atividade Parlamentar
498-M	Angela Portela	13	10.10	Atividade Parlamentar
499-M	Paulo Bauer	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
500-M	Marcelo Crivella	43, II	10 e 11.10	Licença Particular (aditamento ao RQS nº 482, de 2011-M)
501-M	Randolfe Rodrigues	13	10.10	Atividade Parlamentar - Retirado pelo Requerimento nº 515/2011-M
502-M	Zeze Perrela	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
503-M	Cícero Lucena	13	19 e 20.10	Atividade Parlamentar
504-M	Lídice da Mata	13	11.10	Atividade Parlamentar
505-M	Jarbas Vasconcelos	13	13 a 21.10	Atividade Parlamentar
506-M	Maria do Carmo Alves	13	11.10	Atividade Parlamentar
507-M	Clovis Fecury	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
508-M	Marinor Brito	13	06.10	Atividade Parlamentar
509-M	Marinor Brito	13	10.10	Atividade Parlamentar
510-M	Marinor Brito	13	11.10	Atividade Parlamentar
511-M	Waldemir Moka	13	10.10	Atividade Parlamentar
512-M	Fernando Collor	13	10.10	Atividade Parlamentar
513-M	Fernando Collor	13	11.10	Atividade Parlamentar
514-M	Casildo Maldaner	43, I	30.09 a 15.10	Licença Saúde
515-M	Randolfe Rodrigues	-	-	Retirada do Requerimento nº 501/2011–M
516-M	Humberto Costa	13	11.10	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
517-M	Eduardo Amorim	13	18.10	Atividade Parlamentar
518-M	Fernando Collor	13	19.10	Atividade Parlamentar
519-M	Eduardo Amorim	13	20.10	Atividade Parlamentar
520-M	Paulo Bauer	13	20.10	Atividade Parlamentar
521-M	Alfredo Nascimento	13	20.10	Atividade Parlamentar
522-M	Sérgio Petecão	13	20.10	Atividade Parlamentar
523-M	Kátia Abreu	13	20.10	Atividade Parlamentar
524-M	Armando Monteiro	13	20.10	Atividade Parlamentar
525-M	Zeze Perrella	13	20.10	Atividade Parlamentar
526-M	Ricardo Ferraço	13	20.10	Atividade Parlamentar
527-M	Cícero Lucena	13	20.10	Atividade Parlamentar
528-M	Humberto Costa	13	20.10	Atividade Parlamentar
529-M	Renan Calheiros	43, II	20.10	Licença particular
530-M	Marinor Brito	13	19 e 20.10	Atividade Parlamentar
531-M	Pedro Simon	13	25.10	Atividade Parlamentar
532-M	Cícero Lucena	-	-	Retirada do Requerimento nº 503/2011–M
533-M	João Vicente Claudino	13	25 a 27.10	Atividade Parlamentar
534-M	Clovis Fecury	13	25 a 27.10	Atividade Parlamentar
535-M	Garibaldi Alves	13	25 a 27.10	Atividade Parlamentar
536-M	Cristovam Buarque	13	31.10; 1º, 03 e 04.11	Atividade Parlamentar
537-M	Aécio Neves	13	25.10	Atividade Parlamentar
538-M	Francisco Dornelles	13	26 e 27.10	Atividade Parlamentar
539-M	Marinor Brito	13	26 e 27.10	Atividade Parlamentar
540-M	Eduardo Amorim	43, I	10.10	Licença Saúde
541-M	Kátia Abreu	13	30.10 a 04.11	Atividade Parlamentar
542-M	Lobão Filho	43, II	01.11	Atividade Parlamentar
543-M	Lobão Filho	43, II	03.11	Atividade Parlamentar
544-M	Ricardo Ferraço	13	27.10	Atividade Parlamentar
545-M	Ricardo Ferraço	43, II	01 e 03.11	Licença particular
546-M	Rodrigo Rollemberg	13	27.10	Atividade Parlamentar
547-M	Vital do Rêgo	43, II	27.10	Licença particular
548-M	Paulo Davim	13	25.10	Atividade Parlamentar
549-M	Clésio Andrade	13	20.10	Atividade Parlamentar
550-M	Lobão Filho	43, II	27.10	Licença particular
551-M	Fernando Collor	13	26.10	Atividade Parlamentar
552-M	Benedito de Lira	13	27.10	Atividade Parlamentar
553-M	Garibaldi Alves	13	01 a 03.11	Atividade Parlamentar
554-M	Waldemir Moka	13	31.10 a 03.11	Atividade Parlamentar
555-M	Sérgio Petecão	13	01 a 03.11	Atividade Parlamentar
556-M	Eduardo Braga	43, II	01 e 03.11	Licença Particular
557-M	Humberto Costa	13	27.10	Atividade Parlamentar
558-M	Eduardo Suplicy	13	31.10	Atividade Parlamentar
559-M	João Durval	13	31.10	Atividade Parlamentar
560-M	João Durval	13	01 e 03.11	Atividade Parlamentar
561-M	Renan Calheiros	13	27.10	Atividade Parlamentar
562-M	Marcelo Crivella	43, II	31.10 e 01.11	Licença Particular
563-M	Zeze Perrella	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
564-M	Mário Couto	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
565-M	Eduardo Amorim	13	31.10	Atividade Parlamentar
566-M	Eduardo Amorim	13	01.11	Atividade Parlamentar
567-M	João Vicente Claudino	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
568-M	Maria do Carmo Alves	13	31.10	Atividade Parlamentar
569-M	Jayme Campos	13	31.10	Atividade Parlamentar
570-M	Ana Rita	13	31.10	Atividade Parlamentar
571-M	Lúcia Vânia	13	31.10	Atividade Parlamentar
572-M	Eduardo Braga	43, I	26.10	Licença Saúde

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 31/10/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	01
Conjunta Solene	-
Total	**01**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovado)	06
Lidas	**Quantidade**
Vetos totais	02
Vetos parciais	01

Resenha Consolidada
02/02 a 31/10/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	09
Conjunta Solene	06
Total	**15**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
PLN (aprovado)	15
Retificações (aprovadas)	02
Total	**18**

Sessões Realizadas
01 a 31/10/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	26/10/2011, às 12 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 11, 16, 21, 22 e 25, de 2011.

Matérias Apreciadas
01 a 31/10/2011

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
54/2011-CN (n° 223/2011, na origem)	PL n° 11/2011-CN Leitura: 28/06/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado. À sanção.
61/2011-CN (n° 238/2011, na origem)	PL n° 16/2011-CN Leitura: 07/07/2011	Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
68/2011-CN (n° 278/2011, na origem)	PL n° 20/2011-CN Leitura: 1º/08/2011	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 593.754.077,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
76/2011-CN (n° 329/2011, na origem)	PL n° 21/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado. À sanção.
77/2011-CN (n° 330/2011, na origem)	PL n° 22/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado. À sanção.
80/2011-CN (n° 333/2011, na origem)	PL n° 25/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 20.843.096,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado. À sanção.
97/2011-CN (nº 408/2011, na origem)	PLS nº 17/2002 (nº 7.191/2002, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 27/2011	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-438.	26/10/2011, às 12 horas	Lido Total - 01 Veto Total
101/2011-CN (nº 431/2011, na origem)	PLC nº 7/2011 (PL nº 5.358/2009, na Casa de origem) Veto Total nº 28/2011	Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009.	26/10/2011, às 12 horas	Lido Total - 01 Veto Total
102/2011-CN (nº 437/2011, na origem)	PLV nº 23/2011 (oriundo da MP nº 534/2011) Veto Parcial nº 29/2011	Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital **tablet PC** produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.	26/10/2011, às 12 horas	Lido Total - 01 Veto Parcial

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 31/10/2011

Nº	Assunto
41/2011 (public. no DOU de 05/10/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 542, de 12 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2011, que "Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências".
42/2011 (public. no DOU de 19/10/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 543, de 24 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 31/10/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
560/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 547, de 2011, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010".
553/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 26 (vinte e seis) de outubro do corrente, quarta-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 11, 16, 21, 22 e 25, de 2011.
551/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 9 de novembro do corrente, quarta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e Força Aérea Brasileira-FAB.
550/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República as Mensagens nºs 104 a 131, de 2011-CN (nºs 443 a 470, de 2011, na origem), encaminhando os Projetos de Lei nº 30 a 57, de 2011-CN, todos relativos a operações de crédito. Os projetos de lei publicadas em avulsos e no DSF de 18/10/2011 vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
548/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do TRT, 14ª Região, o Ofício nº 500, de 2011, na origem, encaminhando o relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2011. O expediente lido será juntado ao processado do Ofício nº 42, de 2011-CN, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
547/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 11 de outubro de 2011, a Medida Provisória nº 547, de 2011, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 14/10/2011.
546/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 49, de 2011-CN (GPR nº 36.035/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada no DSF de 18/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
545/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Conselho da Justiça Federal o Ofício nº 48, de 2011-CN (PR nº 2011014674, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada no DSF de 11/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
544/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 102, de 2011-CN (nº 437/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 534, de 2011), que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital **tablet PC** produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
543/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 101, de 2011-CN (nº 431/2011, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011 (PL nº 5.358, de 2009, nessa Casa), que "Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
542/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.479-Seses-TCU-Plenário, de 2011, na origem, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.694/2011-TCU-Plenário, informando que não foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona. A matéria, publicada no DSF de 14/10/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
541/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 546, de 2011, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências".
540/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 545, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante -AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante- FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências".
539/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 544, de 2011, que "Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências".
538/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica o cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para dia 20/10/2011, quinta-feira, às doze horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 11, 16, 20, 21, 22 e 25, de 2011.
532/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 20 (vinte) de outubro do corrente, quinta-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de lei do Congresso Nacional nºs: 11, 16, 20, 21, 22 e 25, de 2011.
531/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal a Mensagem nº 100, de 2011-CN (nº 63, de 2011, na origem), encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
530/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 99, de 2011-CN (nº 418, de 2011, na origem), encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
529/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Superior Tribunal de Justiça o Ofício nº 47, de 2011-CN (nº 940, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
528/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Superior Tribunal Militar o Ofício nº 46, de 2011-CN (nº 236, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
527/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal Superior Eleitoral o Ofício nº 45, de 2011-CN (nº 4.282, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
526/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Procuradoria Geral da República o Ofício nº 44, de 2011-CN (nº 1.218, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
525/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Conselho Nacional de Justiça o Ofício nº 43, de 2011-CN (nº 661, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
524/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal Superior do Trabalho o Ofício nº 42, de 2011-CN (nº 323, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
523/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado em suplemento ao DSF de 08/10/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao segundo quadrimestre de 2011 (Ato do Presidente nº 188, de 2011-SF). A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
522/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Câmara dos Deputados o Ofício nº 40, de 2011-CN (nº 3.192, de 2011, nessa Casa), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
521/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada em 3 de outubro do corrente ano, a Mensagem nº 98, de 2011-CN (nº 420, de 2011, na origem), da Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e publicada no DSF de 04/10/2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
520/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 97, de 2011-CN (nº 408/2011, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2002 (PL nº 7.191, de 2002, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-438". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
519/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 22, de 2011-CN (nº 342/MF/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao segundo trimestre de 2011. A matéria, publicada no DSF de 04/10/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
518/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 29 de setembro de 2011, a Medida Provisória nº 546, de 2011, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/10/2011.
517/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 29 de setembro de 2011, a Medida Provisória nº 545, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante -AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante-FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/10/2011.
516/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 29 de setembro de 2011, a Medida Provisória nº 544, de 2011, que "Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/10/2011.
515/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, com referência ao Ofício 1.512/11/SGM-P, de 15 de setembro de 2011, dessa Casa, comunica que, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.501, de 07/10/2011, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "g" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências", cujas disposições foram adotadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República como Medida Provisória nº 538, de 1º de julho de 2011.
513/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senado Federal aprovou, na sessão de 5 de outubro do corrente ano, a Medida Provisória nº 537, de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R$ 500.000.000,00, para os fins que especifica", nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2011.
512/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão n° 25, de 2011 (Medida Provisória n° 536, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 5 de outubro do corrente ano, que "Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral".

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
01 a 31/10/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	02
Extraordinárias (REX)	01
Audiências Públicas (RAP)	01
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	07
Total	**11**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	01	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	03	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	**04**	**-**

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**28**	**6**				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		**4**				
• Substitutivo		2				
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**1**					
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	**1**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	1					
Mensagens CN (MCN)	**3**					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	3					
Ofícios CN (OFN)	**10**					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	10					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	**1**					
Emendas	**382**	**186**				
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	**426**	**192**				

Resenha Consolidada
29/03 a 31/10/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	01
Ordinárias (ROR)	21
Extraordinárias (REX)	09
Audiências Públicas (RAP)	04
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	02
Seminários Regionais (SREG)	11
Total	**48**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	01	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	10	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	02	01
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	21	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	**34**	**01**

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**57**	**13**			**2**	
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		10				
• Substitutivo		2				
- LDO/Alteração		1				
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**6**					**1**
• Texto Original						3
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						1
Avisos CN (AVN)	**65**	**32**				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	3					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011		1				
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3	2				
- Parecer Prévio do Governo Federal	3	1				
- Outras Matérias	56	28				
Mensagens CN (MCN e MSG)	**52**	**12**				
- Prestação de Contas	7	1				
- Relatório de Avaliação do PPA	6	3				
- Outras Matérias	39	8				
Ofícios CN (OFN)	**123**	**42**				
- Prestação de Contas	29	10				
- Outras Matérias	94	32				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	**2**					
Proposições SF	**4**					
Requerimentos CMO (RCMO)	**33**	**16**	**6**			
Emendas	**4150**	**3.325**	**12**			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	**2**	**2**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)	**1**	**1**				
TOTAL	**4495**	**3.443**	**18**		**2**	**5**

Resultados das Reuniões
01 a 31/10/2011

Reunião realizada em 5 de outubro de 2011 (Extraordinária)

9ª Reunião Extraordinária
convocada para 5/10/2011, às 15 horas
(Iniciada às 15h15min e suspensa às 15h18min)
(Reiniciada às 15h25min e encerrada às 15h50min)

Pautas nºs 21 – Alterada, 22 e 23/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e pelo 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*.

O Presidente informou que não havia *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, e sugeriu a suspensão da reunião por 5 minutos, e obteve a concordância do Plenário.

Às 15 horas e 25 minutos, o Presidente reabriu os trabalhos e informou que o quórum havia sido atingido nas duas Casas do Congresso Nacional.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ata da reunião da Bancada do Estado do Rio Grande do Norte, realizada em 8 de fevereiro de 2011, informando que a Deputada Sandra Rosado (PSB/RN) foi eleita para o cargo de Coordenadora daquela Bancada.

2) Ofício Nº 247/2011 – BSB, de 15 de setembro, do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), solicitando a retirada de Pauta do Requerimento nº 28/2011-CMO, de sua autoria.

3) OF. 2VIPR/COR. Nº 61/2011, de 20 de setembro, do Segundo Vice-Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo da Fonte, solicitando informações sobre execução orçamentária, referente aos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, para instrução do Processo Administrativo nº 134.025/2011.

4) Of. nº 323/2011 – CFT, de 28 de setembro, do Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Cláudio Puty, manifestando o interesse daquela Comissão em colaborar com a emissão do Parecer da CMO sobre o Projeto de Lei nº 28/2011-CN, Proposta Orçamentária para o exercício de 2012, quanto à parte referente às receitas da União. Nesse sentido, requer a remessa das informações necessárias e fixação de cronograma para a elaboração do Parecer de subsídio ao Relator da Receita.

- Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão DEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 513/2011, de 28 de setembro, do Gabinete do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 28 de setembro.

- Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão INDEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 280/2011-GP/CD/DF, de 14 de setembro, do Gabinete do Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT), justificando ausência no dia 14 de setembro.

- **Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**

1) Of. Nº 654, de 13 de setembro de 2011, do Deputado Aguinaldo Ribeiro, Líder do PP, indicando o Deputado Arthur Lira (PP/AL), em substituição ao Deputado Roberto Britto (PP/BA).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.127, de 14 de setembro de 2011, do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, encaminhando o Ofício nº 967/2011/5ª CCR/MPF, de 31 de agosto de 2011, expedido pelo Subprocurador-Geral da República, Eugênio José Guilherme de Aragão, Coordenador da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através do qual encaminha um CD contendo documentos que foram objeto de discussão na audiência pública realizada pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no dia 28 de março de 2011, na qual foi apresentado e discutido novo modelo de orçamento de obras públicas.

2) Mensagem nº 128, de 2011 (nº 385/2011, na origem), entregue cópia à CMO em 20/09/2011, da Presidente da República ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 4º Bimestre de 2011, da Secretaria de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional.

3) Ofício nº 232/MP, de 21 de setembro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando proposta de ajuste no Projeto de Lei nº 20/2011-CN, conforme exposto na Nota Técnica nº 54/DESOC/SOF/MP, de 21 de setembro de 2011, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

4) OFÍCIO CSJT.GP.SG.ASPO nº 87/2011, de 26 de setembro, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, em atendimento à solicitação contida no Ofício Pres. nº 252/2011-CMO, de 24/8/2011, encaminha informações relativas às ações da Justiça do Trabalho, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012, passíveis de emendamento pelos parlamentares.

- Expedientes encaminhados ao Deputado Weliton Prado, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI:

1) Ofício nº 259/Presi/Funasa, de 20 de setembro de 2011, do Presidente da Fundação Nacional de Saúde, Gilson de Carvalho Queiroz Filho.

2) Ofício nº 2.988/2011/DG, de 26 de setembro de 2011, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – Dnit, Jorge Ernesto Pinto Fraxe.

- Expedientes encaminhados à CMO, referentes aos Seminários Regionais "DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2012 E DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2012/2015":

1) Ofício nº 385/GP, de 22 de setembro de 2011, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, comunicando que em virtude de compromissos institucionais não participará dos Seminários Regionais que serão realizados por esta Comissão.

2) Ofício nº 7.133/2011/SEPAR, de 22 de setembro, da Secretária Particular do Governador do Estado da Bahia, Regina Affonso de Carvalho, informando que em virtude da impossibilidade de comparecimento do Governador Jaques Wagner, o mesmo será representado pelo Senhor Zezéu Ribeiro, Secretário do Planejamento, no Seminário Regional desta Comissão, que será realizado no dia 27 de setembro de 2011.

3) Ofício nº 1.848/GM/MT, de 23 de setembro de 2011, da Chefe de Gabinete do Ministro de Estado dos Transportes, Nélida Ester Zacarias Madela, informando que o Ministro de Estado, Paulo Sérgio Passos, em virtude de compromissos anteriormente assumidos, não poderá participar dos Seminários Regionais, realizados por esta Comissão.

4) Ofício nº 2.665/Gab-C. Civil/PR, de 23 de setembro de 2011, da Assessora Especial do Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, Dayane Hirt, informando que a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, em virtude de compromissos de governo anteriormente agendados, não poderá participar dos Seminários Regionais, realizados por esta Comissão.

5) Aviso nº 1.605 – GP/TCU, de 26 de setembro de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, na Presidência, Ministro Valmir Campelo, informando a indicação do Servidor Antônio França da Costa, Secretário de Controle Externo no Estado da Bahia, para representar o TCU no Seminário Regional da CMO, que será realizado no dia 27 de setembro, na cidade de Salvador – BA.

6) OFÍCIO.TST.GP.ASPAR Nº 060/2011, de 26 de setembro, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, informando que não poderá participar dos Seminários Regionais, realizados por esta Comissão, em virtude de compromissos anteriormente firmados.

7) Aviso nº 1.609 – GP/TCU, de 28 de setembro de 2011, do Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, informando que em prosseguimento à indicação dos servidores para representarem o TCU nos Seminários Regionais da CMO, à exceção da cidade de Uberlândia-MG, que não foi possível indicar representante, irão participar em Curitiba-PR, a Sra. Dirce Teresinha dos Santos, Diretora na Secretaria de Controle Externo do Estado do Paraná, em Campo Grande-MS, o Sr. Edmur Baida, Secretário de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul, e em Goiânia-GO, o Sr. Paulo Henrique Nogueira, Secretário de Controle Externo no Estado de Goiás.

8) Fax, de 3 de outubro de 2011, da Superintendência de Relações Públicas da Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado de Goiás, através da Sra. Maria Emília Miotto Godoy, informando que o Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, não comparecerá ao Seminário Regional, que será realizado por esta Comissão em Goiânia-GO, e indica como seu representante o Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecci.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2° quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhados pelos seguintes órgãos:

- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 10ª, 13ª.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 14 de setembro:

1) Aviso n° 1.381/2011 (Acórdão nº 2.439/2011): Obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste/BR-265/MG, trecho – Divisa RJ/MG – Divisa MG/SP.

2) Aviso n° 1.385/2011 (Acórdão nº 2.421/2011): Obras de restauração na BR-364/RO.

3) Aviso n° 1.389/2011 (Acórdão nº 2.447/2011): Obras de "ampliação do sistema de subtransmissão de energia elétrica em Manaus/AM.

4) Aviso n° 1.392/2011 (Acórdão nº 2.444/2011): Obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Goiânia/GO.

5) Aviso n° 1.394/2011 (Acórdão nº 2.448/2011): Obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus/AM.

6) Aviso n° 1.401/2011 (Acórdão nº 2.450/2011): Obras de implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA.

Aviso Seses de 14 de setembro, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:

1) Aviso n° 1.393/2011 (Acórdão nº 2.433/2011): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul no trecho Anápolis-GO/Uruaçu-GO.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 21 de setembro:

1) Aviso n° 1.402/2011 (Acórdão nº 2.539/2011): Obras da Avenida Marginal Leste – Controle de Enchentes do Rio Poty – no Município de Teresina - PI.

2) Aviso n° 1.404/2011 (Acórdão nº 2.524/2011): Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia (REPLAN), em Paulínia – SP.

3) Aviso n° 1.422/2011 (Acórdão nº 2.519/2011): Obras de ampliação e melhoramentos do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN.

4) Aviso n° 1.423/2011 (Acórdão nº 2.544/2011): Obras de implantação do Sistema Adutor de Camevô, em Caruaru – PE.

5) Aviso n° 1.426/2011 (Acórdão nº 2.537/2011): Obras de construção da BR-487/PR, entre a localidade de Porto Camargo e o Município de Cruzeiro do Oeste, no Estado do Paraná.

6) Aviso n° 1.427/2011 (Acórdão nº 2.538/2011): Obras de construção dos edifícios da Escola de Belas artes, do Instituto de Matemática e do Bloco "J" do Centro de Ciências da Saúde, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

7) Aviso n° 1.433/2011 (Acórdão nº 2.509/2011): Obras de Revitalização e Modernização do TPS-2 do Aeroporto Internacional do Galeão – RJ.

8) Aviso n° 1.434/2011 (Acórdão nº 2.528/2011): Obras de Urbanização de Projetos de Assentamentos em Belém – PA e Santarém – PA.

9) Aviso n° 1.436/2011 (Acórdão nº 2.540/2011): Obras de adequação e duplicação da travessia urbana da BR – 153/TO, no trecho de Colinas do Tocantins.

10) Aviso n° 1.438/2011 (Acórdão nº 2.543/2011): Obras de duplicação, restauração e melhoramentos da Rodovia BR-280 no Estado de Santa Catarina.
11) Aviso n° 1.439/2011 (Acórdão nº 2.548/2011): Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia na Rodovia BR-153/TO/PA, ligando as cidades de Xambioá/TO e São Geraldo do Araguaia/PA.

Avisos Seses de 28 de setembro:
1) Aviso n° 1.450/2011 (Acórdão nº 2.617/2011): Obras e serviços de engenharia para implantação das pistas de taxis de saídas rápidas para a pista de pouso e decolagem 09R/27L e serviços complementares no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro.
2) Aviso n° 1.453/2011 (Acórdão nº 2.634/2011): Obras de construção e pavimentação da BR-317/AM, trecho compreendido entre Boca do Acre/AM e a divisa AM/AC (km 416,0 ao km 516,0).
3) Aviso n° 1.456/2011 (Acórdão nº 2.635/2011): Obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador/BA.
4) Aviso n° 1.457/2011 (Acórdão nº 2.628/2011): Obras do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.
5) Aviso n° 1.458/2011 (Acórdão nº 2.632/2011): Obras de construção da BR-364/AC, no trecho entre os municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.
6) Aviso n° 1.466/2011 (Acórdão nº 2.630/2011): Obras de implantação do perímetro de irrigação Araras Norte – 2ª etapa, no Estado do Ceará.
7) Aviso n° 1.467/2011 (Acórdão nº 2.631/2011): Obras de Implantação da Adutora Gavião-Pecém, no Estado do Ceará.

ORDEM DO DIA

O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada, apenas, a apreciação dos itens 1 e 3, da Pauta nº 21/2011 – Alterada, item 3 da Pauta nº 22/2011 e apreciação de um requerimento de inclusão de pauta.

Pauta nº 21/2011 - Alterada

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".
Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
Foi apresentada 1 emenda.
Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.
Resultado: **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Foram apresentados 3 destaques.

Apreciação dos destaques:

– De autoria **do Deputado Rogério Marinho: Destaques 1**
Destaque 1 (supressivo), supressão total do Artigo 1º ao Substitutivo.
Voto do relator: pela aprovação.
Resultado: **aprovado** por unanimidade.

– De autoria **do Deputado Rogério Marinho: Destaques 2**
Destaque 2 (supressivo), supressão total do artigo 2º ao Substitutivo.
Voto do relator: pela aprovação.
Resultado: **aprovados** por unanimidade.

– De autoria da **Senadora Lúcia Vânia: Destaque 3**
Destaque 3, à Emenda 00001, da mesma autora.
Resultado: **prejudicado** pela ausência da autora.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Wellington Roberto.
Foram apresentadas 27 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 3, 7, 10, 17 a 22, e 24 e pela rejeição das demais.
Resultado: Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 22/2011

3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado João Dado.
Não foram apresentadas emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto.
Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2011-CN**.
Autor: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 20.843.096,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e três mil, noventa e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Ademir Camilo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes das Pautas nºs 21 – Alterada, 22 e 23/2011, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011;
. Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011;
. Ata da 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/9/2011; e
. Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28/9/2011.

Pauta nº 21/2011 - Alterada

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

8 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

9 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

10 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

11 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

12 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

13 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

14 – Requerimento n° 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO*".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da INFRAERO, Senhor GUSTAVO DO VALE)*.

Autor: Deputado Marçal Filho.

15 – Requerimento n° 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário".

Autora: Deputada Luciana Santos.

16 – Requerimento n° 28/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e das demais entidades e órgãos envolvidos ou beneficiados pelo Plano".

Autor: Deputado Marçal Filho.

17 – Requerimento n° 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da SUDECO e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

18 – Requerimento n° 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 – Requerimento n° 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

20 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 22/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011".

Relator: Deputado Geraldo Simões.

Foram apresentadas 136 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

Pauta nº 23/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Roberto Britto.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia **18 de outubro, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 5 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 18 de outubro de 2011 (Audiência Pública)

4ª Reunião de Audiência Pública Convocada para 19/10/2011, às 9 horas (Iniciada às 9h23min e encerrada às 14h29)

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Deputado Weliton Prado (PT/MG), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI.

Tema: A reunião foi convocada por solicitação do Coordenador do COI/CMO, Deputado Weliton Prado, em cumprimento ao estabelecido no art. 98, §1º da Lei nº 12.309, de 9/8/2010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, com a finalidade de subsidiar o Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Comissão sobre o Aviso nº 12/2011-CN e contou com a participação de representantes dos seguintes órgãos:

Comparecimento:

. Dnit/MT Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral - Ofício n° 3.085/20111DG - Diretoria Geral, de 20.10.2011- Esclarecimentos acerca das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 - PLOAJ2012, objeto de informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

. TCU sobre Dnit/MT Liliane Galvão Colares, Secretária de Fiscalização de Obras - Secob-2 - Relação de Obras Rodoviárias com IGP/IGR Luiz Ricardo Filgueiras, Diretor da Secob-2

. Valec/MT Antônio Felipe Sanches Costa, Diretor Presidente Interino - Ofício nº 1324/2011 - Presi, de 17.10.2011 Luís Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia - Apresentação sobre a Ferrovia Norte Sul (FNS) e Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)

. TCU sobre Valec/MT Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras - Secob-4 - Apresentação sobre a Ferrovia Norte Sul (FNS) e Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)

. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MiCi Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional Hélio Freitas, Gerente de Projetos da Secretaria - Apresentação sobre Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO

. TCU sobre Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MiCi Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras - Secob-3 - Apresentação sobre Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO

. Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/MiCi Ricardo Caiado de Alvarenga, Analista de Infraestrutura da Secretaria - Apresentação sobre a Linha 3, Lote 3 do Metrô do Rio de Janeiro - Trecho Barreto/Alcântara - Convênio nº 001/2008

. Governo do Estado do Rio de Janeiro José Antônio Portela Filho, Subsecretário de Infraestrutura

. TCU sobre Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/MiCi Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras - Secob-4 - Apresentação sobre o Metrô do Rio de Janeiro - Linha 3 - Apresentação sobre as Obras do Complexo Viário Baquirivu - Guarulhos/SP

. Funasa/MS Gilson de Carvalho Queiróz Filho, Presidente

. TCU sobre Funasa/MS Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras - Secob-3 - Apresentação sobre as Obras de Drenagem Urbana em Plácido de Castro/AC e Obras de Abastecimento de Água em Alto Paraguai/MT

ENCERRAMENTO

O Presidente em exercício agradeceu o comparecimento dos convidados e dos parlamentares e encerrou a reunião às 14h29.

Brasília, 18 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 18 de outubro de 2011 (Ordinária)

20ª Reunião Ordinária convocada para 18/10/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h58min e suspensa às 15h36min)

Pautas nºs 24 e 25/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.*

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
. 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011;
. 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011;
. 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/9/2011;
. 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28/9/2011; e
. 9ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 5/10/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 247/2011/ASPAR/MDS, de 30 de setembro, do Coordenador da Assessoria Parlamentar e Federativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Duncan Frank Semple, em resposta ao Ofício nº 264/2011-CMO, agradecendo o oferecimento de espaço em reuniões de audiência pública a serem realizadas por esta Comissão, durante o mês de setembro, referentes ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 e ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015.
2) Ofício nº 535/2011/MP, de 10 de outubro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando a substituição do Volume VI (Orçamento de Investimento) componente do Projeto de Lei nº 28/2011-CN, em conformidade com o exposto na Nota Técnica nº 338/2011/CGORI/DEST-MP, de 5 de outubro de 2011, elaborada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, daquele Ministério.
3) Ofício nº 383/SG – DOR/2011, de 11 de outubro, do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Fernando Marcondes, encaminhando Pareceres daquele Conselho e a Certidão de Julgamento da 136ª Sessão Ordinária, referentes às solicitações de créditos adicionais da Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho, das quais resultaram projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.
4) Ofício nº 542/MP, de 17 de outubro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 28/2011-CN, conforme exposto na Nota Técnica nº 71/DECON/SOF/MP, de 6 de outubro de 2011, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.
5) Ofício nº 543/MP, de 17 de outubro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 28/2011-CN, conforme exposto na Nota Técnica nº 58, de 7 de outubro de 2011, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, daquele Ministério, que trata do assunto.

- Expedientes encaminhados à CMO, referentes aos Seminários Regionais "DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2012 E DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2012/2015":
1) Ofício nº 106/2011/SRP, de 4 de outubro, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, comunicando que em virtude de compromissos assumidos anteriormente, não poderá comparecer aos Seminários Regionais que serão realizados por esta Comissão.
2) Ofício nº 1.485/11 – GM - ASPAR, de 6 de outubro, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, Leônidas Cristino, informando que devido a incompatibilidade de agenda, inclusive uma missão internacional, está impossibilitado de comparecer aos Seminários Regionais que serão realizados por esta Comissão.
3) Aviso nº 1.620 – GP/TCU, de 7 de outubro de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, informando a indicação do Servidor Cláudio Augusto Prates Thomas, Secretário de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul, para representar o TCU no Seminário Regional da CMO, que será realizado no dia 17 de outubro, na cidade de Porto Alegre – RS.
4) Aviso nº 1.621 – GP/TCU, de 7 de outubro de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, informando a indicação do Servidor João Manoel da Silva Dionísio, Secretário de Controle Externo no Estado do Espírito Santo, para representar o TCU no Seminário Regional da CMO, que será realizado no dia 17 de outubro, na cidade de Vitória - ES.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2° quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 9ª, 11ª, 12ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 24ª.
- Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Ceará, Espírito Santo, Piauí, Sergipe.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 5 de outubro:
1) Aviso n° 1.480/2011 (Acórdão nº 2.694/2011): Obras de construção do Centro de Convenções de João Pessoa/PB.
2) Aviso n° 1.486/2011 (Acórdão nº 2.669/2011): Solicitação de informações da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, referente ao Relatório nº 2/2010 do Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI.
3) Aviso n° 1.491/2011 (Acórdão nº 2.672/2011): Obras civis do Sistema Adutor Santa Cruz do Apodi/Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.
4) Aviso n° 1.494/2011 (Acórdão nº 2.687/2011): Obras de construção do terminal fluvial em Careiro da Várzea/AM.
5) Aviso n° 1.495/2011 (Acórdão nº 2.689/2011): Obras de construção do Metrô de Salvador-BA.
6) Aviso n° 1.496/2011 (Acórdão nº 2.692/2011): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul-FNS, Extensão Sul, subtrecho compreendido entre Ouro Verde de Goiás/GO e São Simão/GO.
7) Aviso n° 1.509/2011 (Acórdão nº 2.691/2011): Obras de "Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo – SC".

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 28 de setembro:
1) Aviso n° 1.448/2011 (Acórdão nº 2.604/2011): Solicitação de informações da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO, sobre obras com indícios de irregularidades, consubstanciada nos Relatórios nº 2 e 3/2009 do Comitê de Avaliação de Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI.

ORDEM DO DIA

O Presidente em exercício ao abrir a Ordem do Dia, avisou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada, apenas, a apreciação dos itens 8 e 9, da Pauta nº 24/2011.

Pauta nº 24/2011

8 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011".

Relator: Deputado Geraldo Simões.

Foram apresentadas 136 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

9 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente em exercício suspendeu a reunião.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia **19 de outubro, quarta-feira**, **às 9h30min**, no plenário 14 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 18 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 19 de outubro de 2011 (Ordinária)

Continuação da 20ª Reunião Ordinária convocada para 19/10/2011, às 9h30min (Reiniciada às 9h49min e encerrada às 10h30min)

Pautas nºs 24 e 25/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

AVISO

O Presidente informou que o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) sugeriu à CMO a realização de reunião formal com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, para tratar sobre os efeitos das decisões daquele Tribunal sobre a continuidade ou interrupção de obras do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – Dnit, e oportunamente a Secretaria da CMO agendará a referida reunião.

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Relatório da Receita,** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN,** (PLOA para 2012). (item 1, da Pauta nº 25/2011).

Autor: Senador Acir Gurgacz.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 25/2011

1- Apreciação do **Relatório da Receita** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28 de 2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". (PLOA para 2012).

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz.

Foram apresentadas 4 emendas de Renúncia de Receita.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes da aprovação das 29 (vinte e nove) emendas de Relator, e rejeição das 4 (quatro) emendas apresentadas à Renúncia de Receita.

Resultado: O Relator apresentou resumo do Relatório da Receita e a Errata. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, *alterada pela de nº 3/2008-CN,* o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas parlamentares e de Relator, que foi **aprovada por unanimidade**. Foi aberta e encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório da Receita com a Errata foram **aprovados** por unanimidade.

Pauta nº 24/2011

Conforme decidido em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, foi acordada, apenas, a apreciação dos itens 8 e 9, da Pauta nº 24/2011, cuja votação ocorreu no dia 18 de outubro de 2011.

8 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011".

Relator: Deputado Geraldo Simões.

Foram apresentadas 136 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais.

Resultado: **aprovado por unanimidade**, na 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2011.

9 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado por unanimidade**, na 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2011.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes da Pauta nº 24/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Roberto Britto.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

10 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

11 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

12 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

13 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

15 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

16 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

17 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

18 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

19 – Requerimento n° 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da INFRAERO, Senhor GUSTAVO DO VALE).

Autor: Deputado Marçal Filho.

20 – Requerimento n° 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário"".

Autora: Deputada Luciana Santos.

21 – Requerimento n° 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da SUDECO e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

22 – Requerimento n° 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contido na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

23 – Requerimento n° 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

24 – Requerimento n° 33/2011-CMO, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

25 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

26 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, comunicou que haverá no dia **26 de outubro, quarta-feira, às 14 horas**, na sala de reunião da Presidência da Comissão, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para tratar sobre os Relatórios Preliminares dos Projetos de Leis nº 28/2011-CN e nº 29/2011-CN, respectivamente, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015.

Brasília, 19 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 25 de outubro de 2011 (Ordinária)

21ª Reunião Ordinária convocada para 25/10/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h58min e suspensa às 15 horas)

Pauta nº 26/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

O Presidente informou que havia *quorum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, entretanto, estava ocorrendo reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, na tentativa de gerar

um acordo para votação de algumas matérias constantes da Pauta nº 26/2011, bem como, negociações para votação dos **Relatórios Preliminares com Emendas** que serão apresentados aos **Projetos de Leis nº 28/2011-CN** e **nº 29/2011-CN**, respectivamente, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015, nos dias 26 e 27 de outubro. Em seguida, anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia **26 de outubro, quarta-feira**, **às 14 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 25 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 26 de outubro de 2011 (Ordinária)

Continuação da 21ª Reunião Ordinária convocada para 26/10/2011, às 14 horas (Reiniciada às 14h54min e encerrada às 14h57min)

Pauta nº 26/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 26/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/10/2011; e
. Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19/10/2011.

Pauta nº 26/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Senador Eduardo Braga.
Foram apresentadas 14 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Gonzaga Patriota.
Foram apresentadas 42 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."
Relator: Deputado Roberto Britto.
Não foram apresentadas emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Marçal Filho.
Foram apresentadas 23 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".
Relator: Senador Acir Gurgacz.
Não foram apresentadas emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

8 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

9 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Senador Jayme Campos.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

10 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

11 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

12 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

14 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

15 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

16 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

17 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

18 – Requerimento n° 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da Infraero, Senhor GUSTAVO DO VALE).

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 – Requerimento n° 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário".

Autora: Deputada Luciana Santos.

20 – Requerimento n° 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

21 – Requerimento n° 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

22 – Requerimento n° 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

23 – Requerimento n° 33/2011-CMO, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

24 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

25 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 26/2011, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias: dia 26 de outubro, às 14h30min; e dia 27 de outubro, às 10, 14 e 16 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia **1º de novembro, terça-feira, às 10 horas,** no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para apreciação da Pauta nº 26/2011, dos Relatórios Preliminares com Emendas que serão apresentados aos Projetos de Leis nº 28/2011-CN e nº 29/2011-CN, respectivamente, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015 e Relatórios entregues referentes às demais matérias em tramitação na CMO.

Brasília, 26 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha Mensal
01 a 31/10/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Reuniões	02
Total	**02**

Matérias	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	07
Total	**07**

Resenha Consolidada
30/08 a 31/10/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	06
Total	**07**

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	12
Total	**12**

Resultados das Reuniões
01 a 31/10/2011

Reunião realizada em 05 de outubro de 2011

6ª Reunião, às 14 horas

Deliberação de Matérias

REQUERIMENTO N° 6, DE 2011- CMMC
Requer aditamento ao Requerimento n° 5, de 2011- CMMC, para acrescentar como convidado para a audiência pública objeto do referido requerimento o consultor do meio ambiente Fabio Feldmann.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado

PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO
Autoria: Deputado Márcio Macedo (Relator)
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO N° 7, DE 2011 – CMMC
Requeiro autorização para representar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas no seminário Which Green race to Durban, na condição de membro dessa CMMC, a convite do Bloco Parlamentar dos Ambientalistas no Parlamento Europeu (EFA in the European Parliament). O evento será realizado no dia 9 de novembro, no Parlamento Europeu, na cidade de Bruxelas, na Bélgica. Por se constituir uma representação oficial do Congresso Nacional, peço que o ônus seja para o Senado Federal.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO N° 8, DE 2011- CMMC
Nos termos regimentais requeiro que a Audiência aprovada por meio do Requerimento n° 103, de 2011 - CMA, para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, seja realizada conjuntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 – CMMC
Nos termos regimentais, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro. Para tanto, sugiro sejam convidados representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

Reunião realizada em 26 de outubro de 2011

7ª Reunião, às 14 horas

Primeira Parte: Audiência Pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, com a presença dos seguintes convidados: Contra-Almirante Marcos José de Carvalho, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, e Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Renato Leite, Representantes da Marinha do Brasil; Jaqueline Leal Madruga, Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Edson Rodrigues, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Antártico de Pesquisas Ambientais – INCT-APA, Representantes do Ministério do Meio Ambiente; e Jefferson Cardia Simões, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Segunda Parte: Deliberação de Requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CMMC
Nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas, Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Judson Ferreira Valentim, Chefe Geral da Embrapa Acre e Geraldo Luís Lino, Geólogo e autor do livro "A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial", a fim de oferecerem esclarecimentos e/ou subsídios a esta Comissão sobre as alterações, impactos e implicações relativas às mudanças climáticas e aquecimento global.
Autoria: Deputado Valdir Colatto e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CMMC
Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública com a presença do senhor André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira na reunião preparatória para COP-17, realizada no início do mês, no Panamá, com o objetivo de informar os parlamentares desta Comissão Mista sobre o resultado da referida reunião e das propostas que serão apresentadas pelo Brasil na COP-17, com data a ser definida.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito aditamento ao requerimento do Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de incluir na lista de convidados um representante da SBPC e um representante da ABC, para contribuir nos esclarecimentos a esta Comissão sobre as alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do Projeto de Lei da Câmara no Senado Federal – PLC nº 30, de 2011, "Código Florestal".

Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza e Deputados Márcio Macêdo e Leonardo Monteiro.

Resultado: Aprovado

C - SECRETARIA DE COMISSÕES
C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 31/10/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	4	2	1	7
CAS	-	6	1	7
CCJ	3	2	-	5
CE	2	2	3	7
CMA	1	1	5	7
CDH	-	10	2	12
CRE	3	3	1	7
CI	-	4	1	5
CDR	-	2	-	2
CRA	-	2	4	6
CCT	-	3	4	7
CMMC	-	2	-	2
TOTAL GERAL	13	39	22	74

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL.
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	-	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	-	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empr. e do Empreendedor Ind. – CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	-	-	-
Permanente de Promoção, Acomp. e Defesa da Saúde – CASSAÚDE (CAS)	-	-	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	-	-	-
Temporária Pol. Soc. Depend. Quím.Álcool, "Crack" e outras Drogas–CASDEP(CAS)	2	1	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	1	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	-	-	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	-	-	-
Permanente Acomp. Copa Mundo 2014 e Olimpíadas 2016–CMACOPOLIM (CMA)	-	-	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	-	-	-
Temporária Acomp. Conferência ONU sobre Desenv. Sustentável –CMARIO (CMA)	-	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente Acomp. Rio+20 e Reg. Intern. Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	1	-	-
Permanente Modern. e Reaparelhamento. Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	3	1	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	-	-	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	1	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	2	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	10	2	-

Proposições Apreciadas
01 a 31/10/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	-	2	16	7	-	-	1	-	5	-
CAS	-	-	-	4	2	16	4	-	-	-	-	-	-
CCJ	2	1	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	2	5	3	-	-	-	-	-	-
CMA	-	-	-	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4	4
CI	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	2	-
CDR	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	1	-	-	1	40	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	2	1	1	7	10	42	28	40	3	1	-	11	4

Proposições Apreciadas
01 a 31/10/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR COM	REQ COM	PAR E REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	43
CAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	30
CCJ	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	14
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	14
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	19
CDH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	18
CRE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	15
CI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	9
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	4
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	13
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	50
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	7
SUBTOTAL	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	81	-	-	236

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT)– Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem “SF”
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EM. PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição “SF”
PAR. COM. – Parecer de Comissão
REQ. COM. - Requerimento (e Aditamento) de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUES.ORD. OUTR. – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 31/10/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	29	12	14	55
CAS	-	38	4	42
CCJ	30	20	4	54
CE	24	30	5	59
CMA	13	7	26	46
CDH	-	74	8	82
CRE	27	22	3	52
CI	2	35	12	49
CDR	4	21	3	28
CRA	-	27	17	44
CCT	-	33	16	49
CMMC	-	7	-	7
TOTAL GERAL	129	326	112	567

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	6	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	4	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empr.e do Empreendedor Ind.–CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	8	6	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE	6	7	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	16	15	-
Temporária Pol.Soc.Depend. Quím.Álcool, “Crack” e outras Drogas–CASDEP CAS)	19	15	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	1	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	10	1	1
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	3	-	-
Permanente Acomp. Copa Mundo 2014 e Olimpíadas 2016–CMACOPOLIM (CMA)	12	6	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	3	-	-
Temporária Acomp. Conferência ONU sobre Desenv. Sustentável –CMARIO (CMA)	6	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	6	9	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	1	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente Acomp.Rio +20 e Reg.Intern.Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	15	2	-
Permanente Modern.e Reaparelhamento das Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	1	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	18	3	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8	9	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	6	18	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	4	5	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	154	112	1

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/10/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	11	41	42	-	-	3	-	25	-
CAS	-	2	-	12	10	58	27	-	1	-	-	3	-
CCJ	16	3	1	7	26	24	7	-	1	5	-	9	2
CE	-	-	-	34	10	23	20	-	-	2	-	1	-
CMA	-	-	-	11	4	7	6	-	1	-	1	-	-
CDH	-	-	-	1	9	3	23	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	1	5	1	16	-	42	-	-	46	27
CI	-	-	-	3	3	-	12	-	-	-	-	15	-
CDR	-	-	-	-	3	4	14	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	2	5	14	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	1	2	1	4	213	-	-	-	-	1
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	16	5	1	71	85	167	185	213	45	10	1	99	30

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/10/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM	PAR REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	73	-	-	201
CAS	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	167
CCJ	26	-	-	-	12	-	-	-	-	2	95	-	-	236
CE	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	65	-	-	157
CMA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	99	-	-	131
CDH	1	1	-	5	-	-	-	2	-	-	140	-	-	185
CRE	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	2	186
CI	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-	-	101
CDR	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	53
CRA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	-	92
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	-	282
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	12
SUBTOTAL	40	12	1	5	12	-	-	2	-	2	799	-	2	1803

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 31/10/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 106 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2011, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PDS apresentado.

ITEM Nº 02
AVISO (SF) Nº 49 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Comunica a constatação de irregularidades em operação de crédito realizada pelo Município de Montenegro - RS.
Autoria: Ministro de Estado da Fazenda
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49 de 2011, com remessa do referido Aviso e desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal ao Ministério da Fazenda; ao Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal de Montenegro (RS) e aos respectivos Poderes Legislativos; ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; ao Tribunal de Contas da União; ao Ministério Público Federal; e ao Ministério Público Estadual.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49 de 2011, com remessa dos referidos Aviso e Parecer, mediante ofício da Presidência do Senado Federal ao Ministério da Fazenda, ao Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal de Montenegro (RS) e aos respectivos Poderes Legislativos; ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; ao Tribunal de Contas da União; ao Ministério Público Federal; e ao Ministério Público Estadual.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso XVII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades escolares, em instituições de ensino superior, e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de

empregados.
Autoria: Deputado José Pimentel
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432 DE 2008 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Concluindo, preliminarmente, pela reautuação do PLS nº 432 de 2008 - Complementar, a fim de que o projeto seja alterado de complementar para ordinário.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela reautuação do PLS nº 432 de 2008 - Complementar, a fim de que o projeto seja alterado de complementar para ordinário.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 73 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão, e do Governador do Estado de Goiás, Exmo. Sr. Marconi Perillo, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 45 de 2011- CAE e que a referida audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.
Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 127 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Caixa Econômica Federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinados ao Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 129 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 175,00 0,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Rodoviário do Espírito Santo III - PRES III.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 130 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até U$ 107,33 2.500.00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento do Setor Água - Interáguas.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 131 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 100.000.000,00 (cem milhões de euros), entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e o KFW, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 75 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 45/2011- CAE, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.
Iniciativa: Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para estabelecer diretrizes ao Poder Executivo quanto à administração das quotas anuais de reversão.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24 DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatoria *ad hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62 DE 2008
TERMINATIVO

Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º - A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50 -A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.
Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatoria *ad hoc*: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.
Relatoria do Vencido: Senador Blairo Maggi
Relatório Vencedor: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59 DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam.
Autoria: Senador Renan Calheiros
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAS-CAE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2 DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não-profissional no País.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318 DE 2006
TERMINATIVO

Estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências.
Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129 DE 2008
TERMINATIVO

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatoria *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 583 DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para autorizar a aquisição periódica de equipamentos e materiais de informática para uso de estudantes de escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358 DE 2007
TERMINATIVO

Cria a Área de Livre Comércio no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria *ad hoc*: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185 DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 570 DE 2009
TERMINATIVO

Destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens - Projovem.
Autoria: Senador Renan Calheiros
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 67 DE 2011-CAE

Requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Jader Brandes Neves, Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda, entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 20 de 2010-CAE.
Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 68 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência

pública para debater o tema "A crise financeira internacional e suas repercussões sobre a economia brasileira", com a presença do Sr. Paulo Nogueira Batista Jr., Economista, Professor e Diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI).
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 69 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "O modelo macroeconômico brasileiro e a crise mundial, dando ênfase na política monetária e seus custos fiscais", com a presença do Sr. Amir Khair, Consultor.
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 70 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Desindexação de contratos públicos, inclusive a desindexação de títulos públicos cuja remuneração está referenciada na taxa de juros Selic", com a presença do Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, Professor da Fundação Getúlio Vargas - SP.
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 71 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater investimentos públicos da União e o primeiro balanço do PAC 2, com a presença da Exma. Sra. Miriam Belchior - Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 72 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema "Royalties do petróleo e finanças públicas das três esferas de Governo", com a presença do Sr. Mauro Osorio, Doutor em economia e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 74 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o limite anual de faturamento das médias empresas brasileiras para o enquadramento no sistema de tributação de Lucro Presumido, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Carlos Alberto Freitas Barreto - Secretário da Receita Federal do Brasil; Senhor Antonio Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio - CNC; Senhor Robson Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Senhor José Paulo Dornelles Cairoli - Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil - CACB; Senhor João Geraldo Piquet Carneiro - Diretor-Presidente do Instituto Helio Beltrão; e Senhor Everardo Maciel - Ex-Secretário da Receita Federal.
Iniciativa: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635 DE 2007 – COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para eliminar a possibilidade de cobrança de multa na quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 70 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer que o Presidente do Banco Central do Brasil comparecerá anualmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor sobre a conjuntura no sistema financeiro nacional.
Autoria: Senador Jefferson Praia
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334 DE 2010 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a representação sindical dos Microempreendedores Individuais e dá outras providências.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302 DE 2010
TERMINATIVO

Efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano-calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências.
Autoria: Senador Alfredo Cotait
Relatoria *ad hoc*: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384 DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros

técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada.
Autoria: Senador Romeu Tuma
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria *ad hoc*: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 76 DE 2011-CAE

Requer, em aditamento a os Requerimentos nºs 68, 69, 70 e 71, de 2011-CAE, sejam convidados, para compor a Audiência Pública de cada um dos requerimentos, respectivamente, o Economista Luis Gonzaga Beluzzo - Fundação Escola de Sociologia de São Paulo; o Economista Raul Velloso - Diretor da ARD Consultores Associados; o Professor Afonso Celso Pastore - Fundação Getúlio Vargas; e o Economista Gil Castelo Branco - Contas Abertas.
Iniciativa: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 45 e 73, de 2011-CAE e nº 56, de 2011-CI, todos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e nº 75, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, com a finalidade de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo.

PARTICIPANTES

- Simão Jatene - Governador do Estado do Pará;
- Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais;
- Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão,;
- Paulo Camillo Vargas Penna - Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);
- Murilo Ferreira - Diretor Presidente da Vale; e
- Anderson Costa Cabido - Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib).

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade.
Autoria: Deputada Sandra Rosado
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180 DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta alínea "n" ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para tornar obrigatório o seguro de danos pessoais a empregado de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 621 DE 2007
TERMINATIVO

Cria a Área de Livre Comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141 DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoa com deficiência visual.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8 DE 2007
TERMINATIVO

Concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às instituições de ensino e pesquisa privadas.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191 DE 2006
TERMINATIVO

Concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições.
Autoria: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 3 e 4-CCJ, e pela rejeição da Emenda nº 2-CCJ, rejeitando, ainda, a Emenda de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1, 3 e 4-CCJ-CAE, rejeita a Emenda nº2-CCJ, rejeitando, ainda, a Emenda de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 77 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, que objetiva reformular o sistema de execução dos créditos lançados como dívida ativa das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias e fundações de direito público, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; Sr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos; Sr. Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal; Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social; e Sr. Allan Titonelli Nunes, Presidente do

Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.
Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 55/2011-CAE, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, com a finalidade de discutir o "Pacto Nacional da Indústria Química".

PARTICIPANTES

- Antonio Silvan Oliveira - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos;
- José Osvaldo Beserra Carioca - Professor da Universidade Federal do Ceará – UFC; e
- João Furtado - Professor do Departamento de Engenharia da Produção da Escola Politécnica da USP; e Fernan do Figueiredo - Presi dente-Executivo da Associação Brasil eira da Indú stria Química – Abiquim.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 43
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 16
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 07
Projeto de Resolução do Senado (não terminativo): 01
Mensagem (SF): 05
Aviso (SF): 01
Requerimento – CAE: 11

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
AVISO (SF) Nº 8, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 16/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o funda mentam, pro ferido no s a utos do proces so TC 00 0.239/2008-1, sobre pe dido de reexa me interposto pelo Secretá rio Municipal de Saúde de Campo G rande -MS, em razã o do Acó rdão nº 9 08, de 2009, referente ao relatório de auditoria na Secretaaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC -007.823/2007-8).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pelo conhecimento do Aviso nº 8, de 2010 e posterior arquivamento.
Resultado: Aprovado Parecer pelo conhecimento do Aviso nº8, de 2010, e posterior arquivamento.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Silvio Torres
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável ao Projeto com o acolhimento da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003
TERMINATIVO

Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade - PROIN.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 461, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005
TERMINATIVO

Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº(s) 67, de 2007 e 132, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 253, de 2005. Fica prejudicado o Projeto. Rejeitados os Projetos de Lei do Senado nº 67, de 2007 e nº 132, de 2010.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2007

Regulamenta o Sistema de Inclusão Previdenciária criado pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, cria a Contribuição Social Especial para a Inclusão Previdenciária, altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, implementa medidas voltadas para o aumento da cobertura do Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.
Autoria: Senador Inácio Arruda

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2010

Regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária.
Autoria: Senador Pedro Simon

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatoria *ad hoc*: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 163, de 2010, em Turno Único. Fica

prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.
Autoria: Senador João Vicente Claudino
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2011
TERMINATIVO

Altera o art. 18 da Lei n° 8. 213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.
Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo, que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 2 - CAS (Substitutivo) ao PLC 98, de 2009, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de realização de audiência pública para instruir o PLS 238/04, aprovada por meio do requerimento nº 10/10-CAS.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CAS

"Requeiro em aditamento ao Requerimento nº 42/2011-CAS, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que aprovou a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que ´Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso´, a inclusão dos seguintes convidados: Jorge Roberto, Presidente da

Associação de Cuidadores de Idosos de Minas Gerais; Ingrid Mazetto, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (OLHE)."
Autoria: Senadora Marta Suplicy
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CAS

"Requeiro, nos termos dos artigos 90, incisos II e V e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS nº 15, de 2007, que "Acrescenta artigo 168-A à CLT, para dispor sobre medidas preventivas da saúde no exercício da atividade de modelo ou manequim e dá outras providências", e o PLS nº 691, de 2007, que " Dispõe sobre a exibição pública de modelo cujo índice de massa corporal inferior a dezoito", com a participação dos seguintes convidados: 1. Ministro da Saúde ou seu representante; 2. Ministro do Trabalho e Emprego ou seu representante; 3. Representante do Ministério Público do Trabalho; 4. Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria; e 5 Representante do Grupo de Estudo e Assistência em Transtornos Alimentares - GEATA."
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2011–CAS, de autoria do Senador Humberto Costa, destinada a debater a situação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias no Brasil.

PARTICIPANTES

- Eliana Mendonça - Secretária Executiva da Mesa Nacional de Negociação do SUS, Representante do Ministério da Saúde;
- Fernando Candido - Coordenador Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social- CNTSS;
- Maria do Carmo De Miranda - Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias/PE; e
- Valtenir Pereira – Deputado Representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2011– CAS, de autoria do Senador Paulo Davim, destinada a debater "O Problema do Paciente Crítico no Brasil".

PARTICIPANTES

- Ana Paula Silva Cavalcante - Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar – CGHOSP/SAS/Ministério da Saúde;
- Oswaldo José Barbosa Silva - Procurador Regional da República da 1ª Região/Brasília;
- Mauro Luiz De Britto Ribeiro - Conselheiro do Conselho Federal de Medicina – CFM;
- Cid Carvalhaes - Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM;
- Fernando Suparregue Dias - Representante da Associação Médica Brasileira – AMB;
- Ederlon Rezende Alves De Carvalho - Presidente da Associação de Medicina Intensivista Brasileira – AMIB.

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003
TERMINATIVO

Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade - PROIN.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: O Substitutivo ofere cido ao Projeto de Lei do Se nado n º 461 , de 2003, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005
TERMINATIVO

Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim
Resultado: O Substitutivo ofere cido ao Projeto de Lei do Se nado n º 253 , de 2005, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 03
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Lei s do Trabalh o, de modo a regula r o adi cional de in salubridade e peri culosidade co nforme o constatado por perito.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria *ad hoc*: Senador João Vicente Claudino
Resultado: O Substitutivo ofere cido ao Projeto de Lei do Se nado n º 163 , de 2010, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 04
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.
Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Resultado: O Sub stitutivo oferec ido ao Proj eto d e Lei da Câmara nº 98, de 2 009, é da do como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Estabelece alíquota zero da Contribuição para os Progr amas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Se rvidor Pú blico (Pasep) e da Contribuição para o Fin anciamento d a Se guridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de p rotetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua ven da no mercado interno.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas n^{os} 1 e 2, de Redação, que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 de Redação.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose.
Autoria: Deputada Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria *ad hoc*: Senador João Durval
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 45, de 2011–CAS, 44, de 2011-CE e 112, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater o tema: "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental".

PARTICIPANTES

- Jaqueline Wendland - Psicóloga clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Slapêtroére, Paris (França). Tema: Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê.
- Bernard Martino - Cineasta e autor do documentário "Loczi, uma casa onde crescer", La Rochelle (França). Tema: Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade.
- Monique Bydlowski - Médica Psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, Hospital Tarnier, Paris (França). Tema: A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança.
- Osmar Terra – Deputado Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados. Tema: Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 42 de 2011–CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy e do Senador Waldemir Moka, e nº 50 de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284, DE 2011, que "dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso", de autoria do Senador Waldemir Moka.

PARTICIPANTES

- Tânia Mara Garib - Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul;
- Karla Giacomin - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI;
- Rosimeire Rodrigues - Coordenadora-Geral do CNDI, Representante do Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Senhor Ramaís de Castro Silveira;
- Ana Paula da Silva - Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Luíza Fernandes Machado - Coordenadora da Área Técnica de Saúde do Idoso do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – DAPES/SAS/MS;
- Jorge Roberto Afonso de Souza - Presidente da Associação dos Cuidadores de Idoso de Minas Gerais – ACI-MG; e
- Marília Berzins - Diretora do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento – OLHE, Representante da Presidente do OLHE, Senhora Ingrid Mazeto.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador - FUNDEP, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CE-CRA-CCJ-CAS a 4-CE-CRA-CCJ-CAS; com as Subemendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS à Emenda nº 2-CE-CRA-CCJ-CAS; com a Subemenda nº 1-CCJ-CAS à Emenda nº 4-CE-CRA-CCJ-CAS; e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada à CCJ, de autoria da Senadora Lúcia Vânia

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.
Autoria: Senador Roberto Requião
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatoria *ad hoc*: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011
TERMINATIVO

Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
Autoria: Deputado Roberto Magalhães
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLC 12, de 2011, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.
Autoria: Deputado Arnaldo Jardim
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 482, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade.
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2011
TERMINATIVO

Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao PLS 193, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao PLS 615, de 2007, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto de Lei nº 615, de 2007 e rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril 1995, que "proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de

trabalho", para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para criar benefício variável do Programa Bolsa Família vinculado à gestante e à nutriz.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 12
-PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 03
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 30
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 04
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 16
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04
Requerimento - CAS: 03
Aviso (SF): 01

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 461, de 2003.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 253, de 2005.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 163, de 2010.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLC Nº 98, de 2009.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CASDEP

"Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir as conclusões do relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, finalizada em dezembro de 2010, que destinou-se a analisar *in loco* os efeitos das política s sobre drogas, instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil, com a presença do relator, o ex-deputado federal, Dr. Germano Bonow."
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2011–CASDEP, de autoria da Senadora Ana Amélia, destinada a discutir as conclusões do relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que analisou *in loco* os efeitos das políticas sobre drogas, instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil.

PARTICIPANTE

- Germano Bonow - Ex-Deputado Federal, Relator, em 2010, na Comissão Externa para Analisar Política Antidrogas, da Câmara dos Deputados.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CASDEP: 01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício de Oliveira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 54, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Liderança Partidária
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovada a indicação.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 55, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor JOSÉ BARROS O FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Liderança Partidária
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovada a indicação.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C de 2009 do Senado Federal (PLS nº 372/2008, na Casa de origem), que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável às Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas n° 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.
Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.
Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos e outros
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável à PEC nº 40, de 2011, pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2007, e contrário às Emendas nº 2 e n° 3.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à PEC n° 40, de 2011 e pela prejudicialidade da PEC n° 29, de 2007, e contrário às Emendas n° 2 e 3.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 92, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para as Emendas n° 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 372, de 2008."
Autoria: Senador Lobão Filho.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 93, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda n° 3 à PEC nº 40, de 2011."
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 38, de 2011-CCJ, de iniciativa de Senador Ricardo Ferraço, e nº 88, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que "altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias", de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros.

PARTICIPANTES

- Ari Pargendler – Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- João Otávio de Noronha – Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- Sidnei Beneti – Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- Caio Leonardo Bessa Rodrigues - Presidente da Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma do Código de Processo Civil da OAB/Distrito Federal, representante do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante Júnior;
- Alexandre Camanho de Assis - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; e
- Joaquim de Arruda Falcão Neto - Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a publicação anual dos demonstrativos da arrecadação e da destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda n° 1-CCJ, de redação.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 94, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ com as presenças do Doutor Nelson Jobim, Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Doutora Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, e do Doutor Paulo Schimidt, Juiz do Trabalho e Vice-Presidente da ANAMATRA, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, de minha autoria."
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Resultado: Aprovado.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2011
TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 2º do art. 109 da Lei n° 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para adequar o referido dispositivo à Constituição de 5 de outubro de 1988.
Autoria: Senador Jorge Viana
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria *ad hoc*: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda n° 1-CCJ.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju - FUNCAJU.
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados
Autoria do Projeto: Senador Luiz Pontes
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS n° 163, de 2000.
Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS n° 163, de 2000.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 478, DE 2011
TERMINATIVO

Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 95, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado n° 73, de 2007, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle."
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Ordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 14
Proposta de Emenda à Constituição: 02
Substitutivo da Câmara dos Deputados: 01
Emendas da Câmara dos Deputados: 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 03
Ofício "S": 02
Requerimento – CCJ: 04

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA – CCJSSP (CCJ)

Presidente: Senador Pedro Taques
Vice-Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relator: Senador Eduardo Braga

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.
Resultado: Foram eleitos o Senador Pedro Taques (Presidente) e o Senador Aloysio Nunes Ferreira (Vice-Presidente). Foi designado Relator, o Senador Eduardo Braga.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Paulo Bauer e Cristovam Buarque, destinada a debater "os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2010" e "os rumos da escola pública de ensino médio".

PARTICIPANTES

- Fernando Haddad - Ministro de Estado da Educação; e
- Maria Nilene Badeca da Costa - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.
Autoria do Substitutivo: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Autoria do PLC 043/10: Deputado Ayrton Xerez
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.
Resultado: Matéria adotada pela Comissão.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a realização de exames antidoping nas provas físicas dos concursos públicos.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado o parecer, com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (discjockey) e Produtor DJ (disc-jockey).
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2011
TERMINATIVO

Designa o açaí fruta nacional.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Aprovado o Substitutivo.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras.
Autoria: Senador Wilson Matos
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2009
TERMINATIVO

Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela prejudicialidade
Resultado: Prejudicado.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2011
TERMINATIVO

Denomina "Aeroporto de Congonhas - Senador Romeu Tuma" o Aeroporto de Congonhas/São Paulo, localizado na capital do Estado de São Paulo.
Autoria: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011–CE

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE solicite à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal – SEPOP uma pesquisa qualitativa sobre o tema da cultura. A pesquisa deve abordar os seguintes aspectos: Necessidade de aumento dos recursos destinados à cultura; Limitação de empenho e movimentação financeira das dotações constantes da lei orçamentária anual destinadas à cultura; Priorização de recursos às manifestações culturais tradicionais da nossa cultura, como afro-brasileiras, indígenas, ciganas, etc; Realização de atividades culturais em espaços públicos, como escolas e praças públicas, como forma de proteger e promover a identidade e a diversidade cultural; e Importância da cultura como fator de desenvolvimento sócio-econômico dos países.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, com vistas a prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa relativas ao respectivo Ministérios."
Autoria: Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia e Alvaro Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011 – CE

"Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, do art. 58 , da Constituição Federal, c/c os inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o ex- Ministro dos Esportes, Sr. AGNELO QUEIROZ, e o Sr. JOÃO DIAS FERREIRA, para, em audiências públicas distintas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestarem os devidos esclarecimentos sob as graves denúncias publicadas na Revista VEJA, em sua edição nº 2.239, envolvendo o pagamento de recursos ilícitos para o beneficiamento de empresas contratadas pelo programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes."
Autoria: Senador Alvaro Dias
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011 – CE

"Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o policital militar João Dias Ferreira para, em audiência nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar esclarecimentos sobre as denúncias que faz a edição 2239 da revista Veja, sobre o suposto desvio de recursos públicos do Programa Segundo Tempo, onde o senhor ministro é acusado de "montar esquema de corrupção e de receber propina nas dependências do Ministério do Esporte."
Autoria: Senadores Ana Amélia
Resultado: Prejudicado.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 44, de 2011-CE, nº 45, de 2011-CAS e nº 112, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir o tema "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental".

PARTICIPANTES

- Deputado Osmar Terra - Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados;
  Tema: Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil.
- Bernard Martino - Cineasta e autor do documentário "Loczi, uma casa onde crescer", La Rochelle (França);
  Tema: Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade.
- Jaqueline Wendland - Psicóloga clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Slapêtroére, Paris (França);
  Tema: Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental damãe e do bebê.
- Monique Bydlowski - Médica Psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, Hospital Tarnier, Paris (França).
  Tema: A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança.

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia e Alvaro Dias, e Requerimentos nº 106, de 2011-CMA e 107, 2011-CMA, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Vanessa Grazziotin e Lídice Da Mata, para tratar do tema "esclarecimentos sobre denúncias publicadas na imprensa nacional".

PARTICIPANTE

- Orlando Silva - Ministro de Estado do Esporte.

57ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2011-CE, de autoria do Senador Cyro Miranda e Alvaro Dias, e Aditamento aos Requerimentos nºs 53, de 2011-CE e 102, de 2011-CDH, de autoria do Senador Cyro Miranda, para tratar do tema "Educação Especial".

PARTICIPANTES

- Charles Roberto de Lima Júnior - Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Regiane Presot - Professora Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Antônio Montanini - Pai de aluno Especial;
- Maria do Socorro Nery da Silva Cruz - Tia e Mãe de Aluno Especial; e
- "Coral A corde" - Centro de Ensino Especial nº 01 de Taguatinga – Sidnéia da Costa Velloso - Coordenadora

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Extingue débitos das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originários da retenção do imposto de renda retido na fonte.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti
Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2011
TERMINATIVO

Designa o açaí fruta nacional.
Autoria do Substitutivo: Senador Walter Pinheiro
Autoria do Projeto: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Matéria adotada pela Comissão

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagens educativas sobre os males e os riscos do tabaco e do álcool em cadernos e livros escolares.
Autoria: Deputado Rubens Otoni
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas.
Autoria: Deputado Vicentinho
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores FÁBIO HANSEN, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Esporte Educacional e atual Diretor do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte e CHARLES ROCHA, ex-chefe de gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte para, em audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestarem os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre matéria publicada pela revista Veja mostrando que o policial João Dias Ferreira, que acusa o ministro do Esporte, Orlando Silva, de comandar um esquema de corrupção, teria obtido auxílio para "enganar" os órgãos de fiscalização do próprio Ministério."
Autoria: Senador Alvaro Dias
Resultado: Rejeitado

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - para dispor sobre o atendimento na educação especial.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011–CE

"Com base no que disciplina o Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Reunião para homenagear, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), os jovens alunos brasileiros ganhadores da medalha de ouro nas "Olimpíadas do Ensino Técnico – 2011" (patrocinado pela WorldSkills Competition), realizada entre os dias 5 a 8 de outubro do corrente, em Londres. Além dos jovens vencedores, sugiro que figurem, entre as autoridades convidadas, os titulares das seguintes entidades: Confederação Nacional da Indústria (CNI / SENAI); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC / SESC)."
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 47, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Álvaro Dias e Paulo Bauer, com a finalidade de esclarecer as revelações feitas no livro "Jogo Sugo – O Mundo Secreto da FIFA".

PARTICIPANTES

- Andrew Jennings - Jornalista da British Broadcasting Corporation – BBC Londres – e autor do livro.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 02
Conjunta – Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 16
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 05
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento – CE: 06

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLC nº 43, de 2010
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 2, de 2011

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009

Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat).
Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Resultado: Adotado o substitutivo em turno suplementar (art. 284 do RISF).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual.
Autoria: Deputado Silvinho Peccioli
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relator *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a assistência devida aos passageiros em caso de atraso de voo.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela prejudicialidade do projeto
Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do PLS nº 264, de 2011.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição do projeto
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2011
TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Autoria: Deputado Chico Lopes
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição do projeto
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2011
TERMINATIVO

Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.
Autoria: Deputado Pepe Vargas
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CAE
Resultado: Aprovado o Projeto com a emenda nº 1-CAE/CMA.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Reditario Cassol
Relatório: Pela aprovação do projeto
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 99, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados:- Ricardo Teixeira – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; - Guilherme Ramalho – Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; - Raquel Rolnik – relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada; - Athayde Ribeiro Costa – Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).
Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO DA Nº 100, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada diligência pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 101, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, tendo como convidado o Presidente do Banco do Brasil S.A, Senhor Aldemir Bendine, para debater sobre a noticiada transferência de pelo menos um terço da Diretoria e cerca de 2 mil funcionários daquela Instituição Financeira de Brasília para São Paulo, objeto da matéria intitulada "GOVERNO ESVAZIA BANCO DO BRASIL EM BRASÍLIA" veiculada pelo Jornal Correio Braziliense, em 29 de setembro de 2011 (matéria de Capa e página 18).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados:- Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé;- Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café;- Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC);- Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);- Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;- Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel);- Maurício Voivodic, Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora);- Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;- Deputado Domingos Savio, 1º Vice -presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;- Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e - Deputado Cezar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 103, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, que acontecerá no final deste ano, em Durban, África do Sul, tendo como convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA); do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 61, de 2011-CRA, de autoria do Senador Clésio Andrade e aos Requerimentos nºs 102, 64 e 55, de 2011- CMA/CRA/ CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, e Eduardo Braga, com a finalidade de debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais.

PARTICIPANTES

- Francisco Miranda de Figueiredo Filho - Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – CNC e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – COCATREL;
- Carlos Augusto Rodrigues de Melo - Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé;
- Eduardo Damião - Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;
- Breno Pereira Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- João Carlos Petribu De Carli - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Manoel Bertone - Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Diego Andrade - Deputado, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Domingos Sávio - Deputado, 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Cesar Colnago – Deputado, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e
- Eduardo Trevisan Gonçalves - Secretário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé; Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café; Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Maurício Voivodic, Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora); Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Domingos Savio, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado Cesar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.

Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 104, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados:
- Prof. Irving Foster Brown, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia;
- Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- Profa. Heloísa Miranda, Depto. de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB);
- Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP);
- Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP.

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Jorge Viana
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 105, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais nos municípios de Querência/ MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal).
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Jorge Viana
Resultado: Aprovado.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 89, de 2011-CMA e nº 46, de 2011-CRE, com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, com os seguintes convidados:

PARTICIPANTES

- Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Ministro, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (MF);
- Rosane Bertott, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP);
- Iara Pietricovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; e
- Graciela Rodriguez, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI).

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 106, DE 2011-CMA

Nos termos regimentais, requeiro que o senhor Ministro do Esporte Orlando Silva seja convidado para comparecer nesta Comissão, em audiência pública, devendo ser convidados também os parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a fim de se manifestar acerca das denúncias envolvendo o Ministério do Esporte, publicadas na imprensa nacional.
Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata
Resultado: Aprovado

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 107, DE 2011-CMA

Nos termos regimentais, requeremos que a audiência pública objeto do Requerimento nº 106/2011-CMA, concernente à oitiva do senhor Ministro do Esporte Orlando Silva, seja realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.
Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata
Resultado: Aprovado

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 106 e 107, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata, e do Requerimento nº 62, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia e Álvaro Dias, com o objetivo de debater as denúncias publicadas na imprensa nacional envolvendo o Ministério do Esporte.

PARTICIPANTE

- Orlando Silva de Jesus Júnior - Ministro do Esporte.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 108, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compõem a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 68, de 2011-CRA, nº 108, de 2011-CMA e nº 62, de 2011-CCT de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal - Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011.

PARTICIPANTES

- José Luís Schafer – Deputado, Presidente da UNALE;
- César Halum – Deputado Federal, Ex-Presidente da UNALE
- Elson Santiago – Deputado, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Manoel Morães – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eduardo Farias – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC –

AL/AC;
- Walter Prado – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eider Pena – Deputado, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – AP – AL/AP;
- Hermínio Resende – Deputado, Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – CE – AL/CE;
- Hélio Soares – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – AL/MA;
- Antonio Carlos Arantes – Deputado, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – AL/MG;
- Ribamar Araújo – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO – AL/RO;
- Gabriel Guerreiro – Deputado, Vice-Presidente do Parlamento Amazônico;
- Erci de Moraes – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima – RR – AL/RR;
- Conceição Vieira – Deputada, Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – AL/SE;
- Eva Gouveia – Deputada, Representante da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba - PB - AL/PB; e
- Rômulo Gouveia - Representante da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba - PB.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 104, de 2011-CMA; nº 56, de 2011-CCT e nº 66, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema incêndios florestais.

PARTICIPANTES

- Irving Foster Brown, Professor da Universidade Federal do Acre e Centro de Pesquisa Woods Hole/EUA;
- Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- Vânia Pivello, Professora do Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); e
- Leopoldo Coutinho, Professor do Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP).

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 110, DE 2011-CMA

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha – França. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Benedito Braga – Coordenador do 6º Fórum Mundial da Água; Representante da Agência Nacional da Água – ANA; Representante do Ministério das Relações Exteriores.
Autoria: Senador Paulo Davim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 111, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que "Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000." e apensado, dos quais sou Relator nesta CMA, com a participação dos seguintes

convidados: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio);Mario José Gisi, Subprocurador-geral da República, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (4ª CCR);Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas; André Luis Braga Picardi, Articulador Voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canastreiros (AIRCA); e Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciadores de Quartzitos do Médio Rio Grande.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado com aditamento do Sen. Jorge Viana para inclusão do Deputado Odair Cunha como convidado para a audiência pública

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 113, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para participarem, como representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de audiência com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus/AM, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Deliberativa: 1
Conjunta – Audiência Pública: 04
Conjunta – Audiência Pública e Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 19
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 02
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Requerimento - CMA: 13

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLC Nº 147, de 2009.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

71ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 132, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a criminalização dos movimentos Sociais."

PARTICIPANTES

- Guilherme Boulos – Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST;
- Bruno Renato Nascimento Teixeira – Coordenador Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, em representação a Ministra Maria do Rosário Nunes - de Estado Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Jeter Luiz Gomes - Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social – Presidência da República;

- Rumiko Tanaka – Se cretária para A ssuntos da Criança e do Adolesce nte -, em representação a o Senhor Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT;
- Moacyr Roberto Tesch Aruersvald – Secretário Geral da Nova Central Sindi cal dos T rabalhadores – NCST – em representação ao Presidente José Calixto Ramos;
- José Ma ria d e Almeida – Membro da Executiva Na cional da Ce ntral – em re presentação ao se nhor Atnágoras Lopes – Coordenador da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas;
- Ubiraci Dantas De Oliveira – Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;
- Érika Kokay – Deputada Federal - PT/DF;
- Lucas Brito de Lima – Representando Clara Saraiva da Assembléia Nacional dos Estudantes Livres – ANEL; e
- Erivã Garcia Velasco – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.

72ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Estende pa ra 31 de julh o de 20 20 o pra zo de is enção do Im posto sobre Produtos In dustrializados na aquisição de automóveis p ara utiliz ação no transport e autônom o de passa geiros, bem com o por pe ssoas portadoras de deficiência.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 01-CDH.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para con ceder prioridade processual na tramitaçã o do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.66 4, d e 29 de abril de 200 8, que disp õe sobre a efetiva ção de a ções de sa úde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âm bito d o Sistema Úni co de Sa úde - S US, pa ra assegurar o atendim ento às mulh eres porta doras de deficiência.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação da matéria com uma Emenda de Redação que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 01-CDH (de redação).

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducati vo - SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 113, DE 2011-CDH

"Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, para tratar dos efeitos e conseqüências do Programa de Demissão Voluntária (PDV) dos Funcionários do Banco do Brasil, bem como dos dispositivos do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2007. Para análise e discussão do tema, a Comissão convidará os Representantes dos ex-funcionários do Banco do Brasil, optantes do PDV, abaixo relacionados: Anilda Maria Landivar Pique Barreira (Ex-funcionária do BB); José Onildo de Menezes Cruz (Médico Psiquiatra, aposentado como médico do B B. Hoje atua no tratamento da saúde dos demitidos pelo PDV); Rita Lima (Dirigente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo – Da área da saúde);Zilda Vieira de Souza Pfeilsticker (Doutora da UNB, com tese sobre o PDV no BB); e Antonio Carlos Victório (Ex-dirigente da Executiva Nacional dos Banc. Do BB, no período do PDV)".

Autoria: Senadora Marinor Brito e Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 133, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos a importância se instituir o mês de março como o "MÊS DA POESIA".

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 134, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes**".**
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 135, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a questão da hora extra no Brasil - a regulamentação do uso do ponto eletrônico. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Comissão".
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 136, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater a cultura Hip Hop como ferramenta de inclusão social".

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 137, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater a regulamentação dos artigos 30 e 31 da lei 9.656/98 - (A manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho)".
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 138, DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater a criação da Comissão Nacional da Verdade."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 139, DE 2011-CDH

"Nos termos do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO moção de apoio ao pastor irania no Yousef Nadarkhani."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 140, DE 2011-CDH

"Requeiro a realização de audiência pública a fim de debater o do "Programa Ciência Sem Fronteira", do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de garantir a participação dos negros nas bolsas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 141, DE 2011-CDH

"Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, sobre a greve dos IFECE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), com a participação do Secretário de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Duvanier Paiva Ferreira e do Secretário de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco, de representantes do CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, do PROIFES – Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior e do SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

73ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 135, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a questão da hora extra no Brasil e a regulamentação do uso do ponto eletrônico."

PARTICIPANTES

- Vera Lucia Albuquerque – Secretária de Inspeção do Trabalho -, em representação ao Ministro Carlos Roberto Lupi – Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Pablo Rolin – Analista da Área de Relações Trabalhistas –, em representação ao Senhor Robson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- Vandrei Barreto de Cerqueira – Auditor Fiscal do Trabalho, em representação a Rosângela Silva Rassy - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT;

- Luiz Alberto de Vargas – Desembargador do Rio Grande do Sul, em representação ao Senhor Renato Henry Sant' Anna - P residente d a Asso ciação Nacional do s Magistrados da Justi ça d o Tra balho-ANAMATRA;
- Manoel Messias Melo – Secretário de Relações de Trabalho -, que representa o Senhor Artur Henrique da Silva Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;
- Ledja Austrilino Silva – Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST –, e o Presidente José Calixto Ramos;
- Francisco Calasans Lacerda - Presidente do SINTHORESP;
- Pedro Parizi – Diretor de Relações Governamentais do Mac Donald; e
- Marco Clemente - Presidente em Exercício do Sindicato dos Radialistas do DF.

74ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendim ento ao Re querimento nº 125, de 20 11–CDH, de autoria do s Senado res Paulo Paim e Cristovam Buarque, "para instruir o PLS 191, de 2009, que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação."

PARTICIPANTES

- Marta Klumb Oliveira Rabelo – Coordenadora do Programa Saúde na Escola do MEC;
- Rosilene Corrêa Lima - Coordenadora da Secretaria de Imprensa do SINPRO;
- Antonio d e Lisboa Amâ ncio Vale – Profe ssor, rep resentante da Co nfederação Na cional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;
- Rita de Cássia Pereira - Viúva do Professor Carlos Ramos Mota;
- Garcia – Coronel Chefe do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF;
- Najla Velo so – Pós Dout ora em Fo rmação de Prof essores, Dou tora em Soci ologia da Ed ucação e Coordenadora do Projeto de Fortalecimento de Políticas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe junto a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO;
- Rodrigo Pereira de Paula - Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINPROEP;
- Paula Fernanda Melo Rocha – Orientadora Educacional, mestre em educação;
- Castro Barreira de Carval ho – Professor de Edu cação Física e Técni co na á rea de Di reitos Humanos da Subsecretaria para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Educação; e
- Marcelo Correia Mota - Pai do Professor Carlos Ramos Mota.

75ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendime nto ao Requ erimento nº 138, de 2 011–CDH, de a utoria d o Se nador Paulo Paim, "a fim de debater a criação da Comissão Nacional da Verdade."

PARTICIPANTES

- Iara Xavier Pereira - Representante do Comitê pela Verdade Memória e Justiça do DF;
- Aton Fon Filho - Representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos;
- Susana Keniger Lisboa - Repr esentante da Comi ssão de F amiliares de Mortos e Desaparecidos Políticos;
- Luiza Erundina – Deputado Federal - PSB/SP;
- Marcus Viniciu s Furta do Coelh o – Secretário -Geral da O rdem dos Ad vogados do Brasil, e m representação ao Senhor Ophir Cavalcante - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Gilda Carvalho - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;
- João Vicente Goulart - Filho do Ex-Presidente João Goulart; e
- Geraldo Martins Dias – Padre, Assessor Político da CNBB.

76ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 112, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, e nº 44, de 2011-CE, de autoria do Senador Paulo Bauer, para discutir o tema "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental".

PARTICIPANTES

- Jaqueline Wendland - Psicóloga clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Slapêtroére, Paris (França);
- Bernard Martino - Cineasta e autor do documentário "Loczi, uma casa onde crescer", La Rochelle (França);
- Monique Bydlowski - Médica Psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, hospital Tarnier, Paris (França); e
- Osmar Terra – Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados;

77ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 102, de 2011–CDH, de autoria do Senador Cyro Miranda, e nº 40, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Álvaro Dias, aditado pelo requerimento nº 53, de 2011-CE, de autoria do Senador Cyro Miranda, para tratar do tema "Educação Especial."

PARTICIPANTES

- Charles Roberto de Lima Júnior - Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- Regiane Presot - Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF;
- Antônio Montanini - Pai de Aluno Especial;
- Maria do Socorro Nery da Silva Cruz – Tia e Mãe de Aluno Especial; e
- "Coral Acorde" - Centro de Ensino Especial nº 01 de Taguatinga – Sidnéia da Costa Veloso – Coordenadora.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 142, DE 2011-CDH

"Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de diligência para verificar a situação das Comunidades Quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul, em especial do Quilombo de Morro Alto."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 143, DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos a situação dos quilombos no Brasil. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 144, DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos as questões trabalhistas e sindicais no Brasil. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

78ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 117, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater o bicentenário de Bagé-RS."

PARTICIPANTES

- Carlos Eduardo Dudu Colombo - Prefeito de Bagé – RS;
- Dom Gílio Felício - Bispo da Arquidiocese de Bagé – RS;
- Ronaldo Teixeira da Silva – Secretário de Estado da Representação do Governo do Rio Grande do Sul em Brasília;
- Thamires Sonaglio – Miss de Bagé 2012; e
- Larry Manoel Medeiros de Almeida – Vice-Presidente de Gestão de Pessoas dos Correios.

79ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 82, de 2011–CDH, de autoria do Senador Sérgio Petecão, "com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam, intoxicados pelo DDT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda a natureza no Brasil".

PARTICIPANTES

- Marcos Roberto Muffarreg – Diretor do Departamento de Administração da FUNASA, em representação ao Senhor Gilson de Carvalho Queiroz Filho - Presidente da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA;
- Aldo Moura - Presidente da Associação DDT- A Luta Pela Vida;
- Giovanini Evelim Coelho – Coordenador Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue e da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em representação ao Senhor Jarbas Barbosa - Chefe da Secretaria de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde; e
- Sérgio Ronaldo da Silva - Secretário de Imprensa da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 145-CDH, DE 2011

"Requeiro a realização de audiência pública para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012."
Autoria: Senadora Ângela Portela
Resultado: Aprovado.

80ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 144, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "a fim de debatermos as questões trabalhistas e sindicais no Brasil".

PARTICIPANTES

- Germano Silveira de Siqueira - Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA;
- Moacyr Roberto Tesch Auersvald - Secretário Geral da NCST;
- Jacy Afonso de Melo - Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT
- Wagner Gomes - Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB;
- José Maria - Representação da Coordenação do CSP – Conlutas;
- Assis Melo – Deputado Federal;
- Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT;
- Arthur Bueno de Camargo - Representação do Fórum Sindical do Trabalhador – FST;
- Ruth Coelho Monteiro - Secretária Nacional de Direitos Humanos e Cidadania da Força Sindical;
- Luiz Antônio Festino - Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;
- Miguel Corrêa – Deputado Federal;
- Celinho do SINTTROCEL - Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais;
- Omar José Gomes - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT;
- Adélio Justino Lucas - Procurador do Trabalho; e
- Pedro José de Oliveira Lopes - Vice-Presidente da seção II - Transporte de cargas da CNT.

81ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 134, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, “a fim de debater o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”.

PARTICIPANTES

- Carmen Solange Maciel Franco - Técnica Administrativa da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde;
- Margarete Daldegan – Gerente de Hematologia da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em representação ao Senhor Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal;
- Ana Palmira – Representante da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes;
- Elvis Silva Magalhães – Coordenador da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme – ABRADFAL;
- Luiza Bairros – Ministra, Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial;
- Domicio Arruda Câmara Sobrinho - Secretário de Estado de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte;
- Margarida Tojal – Assistente Social – em representação ao Secretário de Estado de Saúde de Alagoas;
- Isaura Cristina Soares de Miranda – Médica – atuante na área técnica, Hemorrede, no Estado de São Paulo – em representação ao Senhor Secretário de Estado da Saúde de São Paulo; e
- Marcelo dos Santos Monteiro - Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – CETRAB.

82ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 121, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater “a reforma do Código Florestal na visão dos Direitos Humanos”.

PARTICIPANTES

- Dom Leonardo Ulrich Steiner – Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil;
- Raul Silva Telles do Valle – Advogado – Coordenador Adjunto do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental;

- Mário Mantovani - Diretor da SOS Mata Atlântica – em representação ao Senhor José Carlos Carvalho – Engenheiro Florestal – Ex-Ministro do Meio Ambiente e Ex-Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais;
- José Batista De Oliveira - Dirigente do Movimento dos Sem Terra;
- Cleber Cezar Buzato - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário
- Rosane de Mattos – Membro da Comissão Nacional Permanente da APIB – Articulação dos Povos Indígenas;
- Cleber Cezar Buzato - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário;
- Jorge Viana – Senador Relator na CMA, do Novo Código Florestal.

TOTAL DE REUNIÕES: 12
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 09
Conjunta – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 18
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento - CDH: 14

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas a cerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
3º ciclo – Defesa Nacional – Painel 1: "O papel das forças armadas: missão constitucional e atividades operacionais; função social: serviço militar obrigatório ou voluntário".

PARTICIPANTES

- Luiz Eduardo Rocha Paiva – General, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil;
- Joanisval Brito Gonçalves – Consultor do Senado Federal; e
- João Quartim de Moraes – Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 117, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 178, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Turismo, celebrado em Luanda, em 17 de abril de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relator *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 186, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
OFICIO "S" Nº 57, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Solicita que sejam justificadas as faltas dos Senadores, Ciro Nogueira, Eunicio Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bauer, que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembléia da União Interparlamentar que será realizada em Berna - Suiça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011.
Autoria: GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 619, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 223 combinado com o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de censura a ser registrado nos anais do Senado Federal com vistas a repudiar o assassinato do jornalista venezuelano WILFRED OJEDA.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado voto de solidariedade ao povo e à classe dos jornalistas venezuelanos.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011–CRE

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, com a finalidade de debater os diagnósticos às estratégias para o atendimento da necessidade, premente, de se modernizar as Forças Armadas, bem como o orçamento e planejamento para os investimentos no âmbito do Exército, Marinha e Aeronáutica. Para tanto, sugerimos sejam convidados para a primeira das audiências, as seguintes autoridades:

1. Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
2. Comandante do Exército Brasileiro;
3. Comandante da Marinha do Brasil;
4. Comandante da Força Aérea Brasileira;
5. Secretário de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa.

Autoria: Senador Luiz Henrique e Blairo Maggi
Resultado: Aprovado.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
3º ciclo – Defesa Nacional – Painel 2: "Estratégia Nacional de Defesa – Reaparelhamento das Forças Armadas e Indústria Bélica: Aquisição de Armas e Transferência de Tecnologia"

PARTICIPANTES

- Cláudio Moreira – Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE);
- Gunther Rudzit – Professor Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP);
- Aderico Mattioli – General Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa;
- Darc Antonio da Luz Costa – Professor Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (FEDERASUR) e Ex-Vice-Presidente do BNDES.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 46, de 2011-CRE e nº 89, de 2011-CMA, com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar.

PARTICIPANTES

- Luís Antonio Balduino Carneiro – Ministro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério ds Relações Exteriores (MRE)
- Carlos Márcio Bicalho Cozendey – Ministro, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (MF);
- Rosane Bertott – Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP);
- Iara Pietricovsky – Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; e
- Graciela Rodriguez – Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI).

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 120, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junta à República do Suriname.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 1175, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer autorização para participação dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Eduardo Amorim, em missão oficial na Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, entre os dias 30 de outubro a 6 de novembro de 2011, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, "crack" e outras drogas.
Autoria: Comissão de Assuntos Sociais (SF)
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 1253, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão parlamentar, no dia 02 de novembro de 2011, a fim de participar de Reunião do Parlamento do Estado da Renânia-Palatinado, na cidade de Mainz - Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 27 de outubro a 06 de novembro de 2011.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CRE

Nos termos do artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, sobre a veracidade ou não da matéria "Brasil não paga a OEA por causa de Belo Monte", publicada no jornal o Estado de São Paulo, no dia 20/10/2011.
Segundo a notícia, o Brasil estaria se negando a cumprir compromisso financeiro de sua contribuição regular à Organização dos Estados |Americanos (OEA), como represália pelo fato de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos levantar suspeitas de que a hidrelétrica de Belo Monte poderia vir a ferir direitos da população indígena local.
A CRE não pode ficar omissa diante desta matéria, se ela for verdadeira, a diplomacia brasileira estaria usando instrumento de pressão incompatível com as normas e com nossa tradição; caso falsa, está transmitindo péssima imagem do Brasil no mundo, especialmente na família latino-americana, com o agravante de tomar esta posição por causa de assunto relacionado aos Direitos Humanos.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 42, de 2011-CRE, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e Jarbas Vasconcelos, com o objetivo de debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente o Brasil, juntamente com representantes dos Ministérios da Justiça e de Relações Exteriores.

PARTICIPANTES

- Emanuel Pinheiro – Deputado Estadual – Mato Grosso;
- Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; e
- Heitor Reyes – Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas a cerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
3º ciclo – Defesa Nacional – Painel 3: "Vigilância de Fronteiras – Organização, Distribuição Espacial na Amazônia e no Sul do País".

PARTICIPANTES

- Eduardo Dias da Costa Villas Boas – General do Exército e Comandante Militar da Amazônia;
- Clemente de Lima Baena Soares – Ministro Chefe do Departamento da América do Sul II – Ministério das Relações Exteriores;
- Ricardo Vélez Rodrigues – Professor Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas da Universidade Federal de Juiz de Fora; e
- Marcelo Rafael Rech – Editor do site Inforel – Informação em Relações Internacionais e Defesa.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 118, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 119, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 1298, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência "Investing in Brazilian Healthcare Summit" e de visita ao Centro de Emergência (911), na cidade de New York, NY - USA, no período de 14 a 18 de novembro de 2011.
Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF)
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011 – CRE

Requeiro, nos termos do Art. 49 da Constituição Federal, combinado com o Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações ao senhor Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, sobre matéria publicada pela revista Carta Capital, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o titulo Paranóia verde -oliva, com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado Manual de Campanha – Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro.
Requeiro, ainda, que se confirmada a existência do Manual, S.Exª. informe se, sob sua gestão no Ministério da Defesa manterá em vigor as orientações dele constantes.
Por fim, solicito informar se as outras duas Armas – Marinha e Aeronáutica - possuem Manuais de gênero.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 02
Ordinária – Audiência Pública e Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 03
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 15
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 03
Mensagem (SF): 04
Requerimento SF: 04
Ofício "S": 01
Requerimento – CRE: 03

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, destinada a realizar ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema: "Desigualdade: como reduzir".

PARTICIPANTES

- Pedro Herculano G. Ferreira. – Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA);
- Perci Coelho de Souza - Professor Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social da Universidade de Brasília (Locuss-UnB); e
- Esther Bemerguy de Albuquerque – Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, destinada a debater o 'Plano Estratégico de Fronteiras'.

PARTICIPANTES

- Luiz Alberto Santos Sallaberry – Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Agência Brasileira de Inteligência;
- Clemente Baena Soares – Ministro, Diretor do Departamento da América do Sul-II do Ministério das Relações Exteriores; e
- Alberto Kleiman – Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão.

PARTICIPANTES

- Marcio Berbigier – Coordenador Geral de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Carlos Lisboa Travassos – Coordenador Geral da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio (Funai); e
- João Luiz Pereira Pinto – Ministro, Diretor do Departamento de América do Sul – I do Ministério das Relações Exteriores.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011

Discussão e apreciação do Relatório sobre as reuniões referentes ao Tema IV – Questão Indígena e Fundiária, do Ciclo de Audiências Públicas da CREPAFF, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2011 – CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011 – CREPAFF

Requer, no s termos regi mentais, qu e a Subcomi ssão d a Amazôni a e da Faixa de Fronteira se fa ça representar na Reuni ão Anual da Organi zação do Tr atado d e Co operação Amazôni ca – OT CA, a se r realizada no mês de novembro próximo vindouro, na cidade de Manaus – AM.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Audiência Pública: 02
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CREPAFF: 01

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matéria.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 56, de 2011-CI e nº 45 e 73, de 2011–CAE, todos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e 75, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral. com a finali dade de di scutir a eficá cia d a sistemática da cobra nça da Comp ensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo.

PARTICIPANTES

- Simão Jatene - Governador do Estado do Pará;
- Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais ;
- Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão;
- Paulo Camillo Vargas Penna - Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM);
- Murilo Ferreira - Diretor Presidente da Vale; e
- Anderson Costa Cabido - Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB).

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.
Autoria: Senador João Durval
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº. 2. 158 - 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa.
Autoria: Senadora Marta Suplicy
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU, Valmir Campelo, o Secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery Machado Filho, e o delegado da Polícia Federal, Felipe Eduardo Hideo Hayashi, para, em audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Época, em sua edição de 10 de outubro do corrente, que trata de denúncias de superfaturamento nos contratos das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar – em Araucária, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador Alvaro Dias e Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir os estudos técnicos e econômicos do Governo Federal sobre as concessões dos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas) e Brasília (DF), com a presença das seguintes autoridades:
- Wagner Bittencourt, Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil; e
- Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

Autoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011–CI

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para, representando esta Comissão, participar, acompanhada de dois assessores, com ônus para o Senado Federal, da 6ª Edição do Encontro Nacional da Indústria – ENAI, promovido pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, a realizar-se na capital do Estado de São Paulo, no dia 27 de outubro de 2011.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Resultado: Aprovado

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 139, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, na vaga do Senhor Antonio Domingos Teixeira Bedran.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 140, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor RODRIGO ZERBONE LOUREIRO, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg.
Autoria: Presidente da República
Relatoria *ad hoc*: Senador Walter Pinheiro
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.
Autoria: Deputado Ciro Pedrosa
Relatoria *ad hoc*: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 - CI.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria *ad hoc*: Senador Reditário Cassol
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas apresentadas.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CI.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária - Deliberativa: 04
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 09
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Mensagem (SF): 02
Requerimento - CI: 03

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do Projeto, com as Emendas 1 e 2-CDR.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Wilson Santiago
Relatoria *ad hoc*: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO 26, DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir o "panorama dos acidentes aéreos ocorridos no Brasil envolvendo aviões e helicópteros e as ações mitigadoras dos órgãos ligados a aviação", para tanto relacionamos os seguintes convidados: Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC; Marcelo Pacheco Guaranis – Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto da Conceição – Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO 27, DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Debates, para discutir Alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem como O desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia, com a presença dos seguintes convidados: Marcelo Dourado – Diretor Superintendente da Sudeco; Jacques Pena – Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; Otoni Nascimento – Secretário de Planejamento do Estado de Goiás; Júlio Miragaia – Diretor de Gestão e Informações da Codeplan; Pedro Alves de Oliveira – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás; Renato Andrade – Secretário de Entorno do Distrito Federal; Antonio Rocha – Presidente da Federação das Indústrias de Brasília-Fibra; Francisco Caputo – Presidente da OAB do Distrito Federal; Ronaldo Teixeira da Silva – Secretário do Pronasci - Ministério da Justiça; Márcio Florentino – Coordenador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública- UnB; Ana Fonseca – Secretária Extraordinária de Superação da Pobreza Extrema - Ministério do Desenvolvimento Social; Arlete Sampaio – Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de do DF; Maurício Muniz - Coordenador do PAC do Ministério do Planejamento; Adelmir Santana – Presidente da Federação do Comércio de Brasília; Rafael Barbosa – Secretário de Saúde do Distrito Federal; Sandro Avelar – Secretário de Segurança Pública do DF; João Furtado – Secretário de Segurança Pública de Goiás; Prefeitos das cidades do Entorno e Região; Representantes da Universidade de Brasília-UnB; Representantes da Universidade Federal de Goiás-UFG.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, para realização de debates com o objetivo de examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil, tais como logística, inclusão digital e guerra fiscal.
3º Painel – A Guerra Fiscal e o Desenvolvimento Regional

PARTICIPANTE

- René de Oliveira Sousa Júnior, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e Presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS/COTEPE, representando os Senhores Nelson Henrique Barbosa Filho – Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e Arno Augustin – Secretário Nacional do Tesouro;
- Pepe Vargas – Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa;
- Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios;
- Flávio Castelo Branco, Gerente Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representando o Senhor Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e
- Ricardo Nunes de Miranda – Consultor Legislativo do Senado Federal.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Requerimento – CDR: 02

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA – CDRAM (CDR)

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin
Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 18, de 2011-CDRAM, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, para discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia.

PARTICIPANTES

- Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União.
- Luciano Ricardo de Azevedo Roda, Diretor do Departamento de Destinação Patrimonial da Secretaria do Patrimônio da União;
- Paulo Cezar Garcia Brandão, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Subchefe de Preparo e Emprego do Ministério da Defesa; e
- Carla Barroso Carneiro, Chefe da Divisão da América Meridional IV do Ministério das Relações Exteriores.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 – CDRCOOL (CDR)

Presidente: Senadora Lídice da Mata
Vice-Presidente: Senador Ataídes Oliveira

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2011-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, destinada a debater a transparência dos gastos públicos na Copa de 2014, na Olimpíada e na Paraolimpíada de 2016.

PARTICIPANTES

- Marcelo Chaves Aragão, Auditor de Controle Externo – TCU, representando o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), VALMIR CAMPELO; e
- Valdir Agapito Teixeira, representando o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), JORGE HAGE SOBRINHO.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 03/2011-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, destinada a debater "Políticas de Qualificação Empresarial e Profissional para a Copa de 2014, Olimpíada e Paraolimpíada de 2016".

PARTICIPANTES

- Ana Paula da Silva – Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ricardo Martini Moesch – Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico - Ministério do Turismo; e
- Antônio Henrique B. De Paula – Gerente de Projeto Estratégico do SENAC/DN/CNC.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 61, de 2011-CRA, de autoria do Senador Clésio Andrade e Requerimentos nºs 102, 64 e 55, de 2011- CMA/CRA/CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, e Eduardo Braga, com a finalidade de debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais.

PARTICIPANTES

- Francisco Miranda de Figueiredo Filho - Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – CNC e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – COCATREL;
- Carlos Augusto Rodrigues de Melo - Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé;
- Eduardo Damião - Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;
- Breno Pereira Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- João Carlos Petribu de Carli - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Manoel Bertone - Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Diego Andrade - Deputado Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Domingos Sávio - Deputado 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Cesar Colnago - Deputado Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e
- Eduardo Trevisan Gonçalves - Secretário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé; Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café; Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Domingos Savio, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado Cesar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011-CRA

Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão das autoridades abaixo relacionadas, para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais:

- Deputado Diego Andrade – Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Deputado Domingos Sávio – 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Deputado Odair Cunha – 2º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e
- Deputado Cesar Colnago – Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.

Autoria: Senador Clésio Andrade.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011-CRA

Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão do Senhor

Maurício de Almeida Voivodic – Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA, para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos do art. 90. inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados:
- Prof. Irving Forster Brown, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia;
- Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- Profª. Heloísa Miranda, Deptº de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB);
- Profª. Vânia Pivello, Deptº de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP);
- Prof. Leopoldo Coutinho, Deptº de Ecologia da USP.

Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais nos municípios de Querência/MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal)
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compões a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello.
Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 68, de 2011-CRA, nº 108, de 2011-CMA e nº 62, de 2011-CCT de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal - Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compõem a UNALE:

PARTICIPANTES

- José Luís Schafer – Deputado Presidente da UNALE;
- César Halum – Deputado Federal e ex-Presidente da UNALE
- Elson Santiago – Deputado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Manoel Morães – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eduardo Farias – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Walter Prado – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eider Pena – Deputado Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – AP – AL/AP;
- Hermínio Resende – Deputado Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – CE – AL/CE;
- Hélio Soares – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – AL/MA;
- Antonio Carlos Arantes – Deputado Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – AL/MG;
- Ribamar Araújo – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO – AL/RO;
- Gabriel Guerreiro – Deputado Vice-Presidente do Parlamento Amazônico;
- Erci de Moraes – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima – RR – AL/RR;
- Conceição Vieira – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – AL/SE;
- Eva Gouveia – Deputada representante da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba - PB-AL/PB; e
- Rômulo Gouveia – Vice-Governador do Estado da Paraíba - PB.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).
Autoria: Senadores Luiz Henrique e Ana Amélia.
Resultado: Aprovado.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Não houve deliberação de matéria.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 104, de 2011-CMA; nº 56, de 2011-CCT e nº 66, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema incêndios florestais

PARTICIPANTES

- Prof. Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia - INCT SERVAMB;

- Dr. Brá ulio F erreira de So uza Dias, Secretá rio d e Biodiversida de e Flore stas do Mini stério do Meio Ambiente – SBF/MMA;
- Profª. Vânia Pivello, Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo - USP;
- Prof. Leopoldo Coutinho, Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo - USP.

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cum primento ao Re querimento nº 40, de 2011-CRA, de a utoria da Se nadora An a Amélia, co m a finalidade in struir a discu ssão do Proje to de Lei do Senad o nº 252, de 2011, que cria o Prog rama de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências.

PARTICIPANTES

- Alexandre Camacho – S uperintendente Adjunto d e Refino e Processam ento de Gá s Natural da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- Fábio Marcondes – Diretor de Ab astecimento e Regulamentação do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes - SINDICOM;
- Gerson Carn eiro Leão – Presidente d a Comissã o Nacional d e Cana-de-Açucar da Confederação Nacional de Agricultura – CNA; e
- Odacir Klein – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – UBRABIO.

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de ju nho de 2 009, par a eq uiparar a atividade p esqueira à ativida de agropecuária, e para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial.
Autoria do PLS: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: No s termos do art. 284 do Regim ento Interno do Senado Fe deral, não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Estende os b enefícios fiscais d a Lei nº 11.529, d e 22 de outubro de 2 007, a os setores e xportadores que especifica.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria *ad hoc*: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CRA.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Waldemir Moka.
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CI.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável com a Emenda nº 1-CI/CRA.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Antonio Russo
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva).
Resultado: Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CRA.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola, tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria: Senador Clésio Andrade
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011–CRA

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, seja convidado o Senhor LUIZ SÉRGIO NOBREGA DE OLIVEIRA, Ministro da Pesca e Aqüicultura, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro, Acir Gurgacz e Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011–CRA

Requer, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA, Audiência Pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MENDES RIBEIRO FILHO, com a finalidade de debater a Política do Governo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Autoria: Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Antonio Russo, Zeze Perrella e Senadora Ana Amélia.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01
Conjunta – Deliberativa: 01
Conjunta – Audiência Pública: 02
Conjunta – Deliberativa e Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 13
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04
Requerimento – CRA: 09

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 423, de 2009.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga

Vice-Presidente: Senador Gim Argello

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 53, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro, destinada a "instruir o PLC 30/2011–Código Florestal e debater o tema: Instrumentos Econômicos e Serviços Ambientais – Modelos, Tecnologias e Soluções".

PARTICIPANTES

- Maria Christina M. Gueorguiev - Advogada do Escritório Pinheiro Neto Advogados;
- Gerd Sparovek - Professor da USP e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ; e
- Celso Vainer Manzatto - Chefe da EMBRAPA Meio Ambiente.

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

1ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CCT

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé; Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café; Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Domingos Savio, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado Cezar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2011 – CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, Requerimento nº 102, de 2011 – CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e Requerimento nº 64, de 2011 – CRA, de autoria do Senador Clésio Andrade, destinada a "debater o impacto da Reforma do Código Florestal - Lei 4.771, de 1965- para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais."

PARTICIPANTES

- Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – CNC e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – COCATREL;
- Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé;
- Eduardo Damião, Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;

- Breno Pereira Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- João Ca rlos Petribu De Carli - Assessor T écnico da Comi ssão Nacional do Meio Ambiente d a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Manoel Be rtone, Secretá rio de Prod ução e Agroe nergia do Mi nistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Diego Andrade – Deputado, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Domingos Sávio – De putado, 1º Vi ce-Presidente da Frente Parlame ntar Mista e m Defesa da Cafeicultura;
- Cesar Colnago - Deputado, Secretári o Execut ivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa d a Cafeicultura; e
- Eduardo Tre visan Gon çalves - Secret ário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CCT

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciê ncia, Tecnol ogia, Inovação, Comuni cação e Informáti ca (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados:
- Prof. Irving Forster B rown, Pe squisa do In stituto Na cional de Ciê ncia e Tecnolo gia dos Se rviços Ambientais da Amazônia;
- Dr. B ráulio Fe rreira de Sou za Dias, Secretári o de Bio diversidade e Flo restas do Mini stério d o M eio Ambiente;
- Profa. Heloísa Miranda, Depto. de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB);
- Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP);
- Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP.

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CCT

Requeremos, nos te rmos regimentais, diligên cia ext erna pelas Comissões d e Meio Ambi ente, Defe sa do Consumidor e Fiscalizaçã o e Controle (CMA), Ciên cia, Tecnol ogia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiên cias de agricultura suste ntável e recomposição de áreas de preser vação permanentes (APPs) e reserv as legai s nos municípios de Querência/ MT (Fazenda Tancuro) e mu nicípio de Paragominas/PA, com o obj etivo de instruir a ap reciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal).
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatório: Pela prejudicialidade
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011–CCT

Em aditame nto ao s Req uerimentos 1 7 e 29/2 011, des ta Comissão, requei ro n os te rmos regimentais estabelecidos a partir dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do RISF, a realização de Audiência Públi ca

pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debates em torno do tema "CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE BASE: RECURSO HUMANO PARA O FUTURO DO PAÍS", como parte das Comemorações do "DIA MUNDIAL DA CIÊNCIA" e uma iniciativa conjunta entre o Senado Federal e a UNESCO, conforme Memorando de Entendimentos no 001/2009, assinado em 29 de setembro de 2009. A Audiência Pública será realizada em complemento à 1ª JORNADA PELA INOVAÇÃO, já em curso perante esta Comissão, e em havendo deliberação favorável, indico que sejam convidadas as seguintes pessoas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: VICENTE DEFOURNY – Embaixador da UNESCO no Brasil; MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; MIGUEL NICOLELIS – Cientista e Diretor Científico do Instituto Internacional de NeuroCiências de Natal Edmond e Lily Safra – IINN-ELS.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV CRICIÚMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 160, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO ROLADOR - ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PALMINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ALPESTRENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *ad hoc*: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, DE 2011

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DIAMANTINENSE DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - F UNDAEPE para ex ecutar serviço de radiodi fusão sonora em fr equência modul ada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *ad hoc*: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DO BROOKLIN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇ ÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA TERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 336, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permi ssão à RÁDIO LI BERTAÇÃO FM LTDA. para explora r se rviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a con cessão outo rgada à RÁDIO REPÓRTER L TDA. para expl orar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o at o que outorga permiss ão ao SISTEM A NOROES TE DE COMUNICAÇÃO LTDA.EPP para explorar serviço de radi odifusão sonora em frequência mod ulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMPINA DO MONTE ALEGRE - SP para execu tar serviço de radiodifusão comunitária na cidad e de Campina do Monte Aleg re, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que re nova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA LUCÉLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COM UNITÁRIA DE ONDA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que re nova a permissão outorgada ao SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA. para explora r serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *ad hoc*: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 442, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga à UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES E COMUNIDADES DE CAUCAIA - UMECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Reditario Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011–CCT

Requeiro, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Autoria: Senador Luiz Henrique
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011–CCT

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para a realização de debates em torno do tema "POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPACIAIS (PNDAE) – NOVAS LICITAÇÕES DE POSIÇÕES ORBITAIS – PROGRAMA DO SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO BRASILEIRO – ATENDIMENTO ÀS REGIÕES NORTE E NORDESTE", e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas e representantes, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: MARCO ANTONIO RAUPP – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); RONALDO MOTA – Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); EMBAIXADOR RONALDO SARDENBERG – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
Autoria: Senadores Eduardo Braga e Gim Argello
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 25
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011–CCT

Requeremos, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participarmos da Conferência "INVESTING IN BRAZILIAN HEALTHCARE SUMMIT" e da visita ao Centro de Emergência (911) na cidade de New York, NY – USA, respectivamente, entre os dias 14 e 16 de novembro de 2011; e, da visita também ao Centro de Emergência (911) do Estado da Flórida – USA, entre 17 e 18 de novembro de 2011.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro e Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCT

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compões a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.
Autoria: Senadores Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 62, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz; nº 108, de 2011–CMA, de autoria dos Senadores Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz; e nº 68, de 2011–CRA, de autoria dos Senadores Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz., com o objetivo de "debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal."

PARTICIPANTES

- José Luís Schafer – Deputado e Presidente da UNALE;
- César Halum – Deputado Federal e ex-Presidente da UNALE
- Elson Santiago – Deputado e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Manoel Morães – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eduardo Farias – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Walter Prado – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eider Pena – Deputado Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – AP – AL/AP;
- Hermínio Resende – Deputado Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – CE – AL/CE;
- Hélio Soares – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – AL/MA;
- Antonio Carlos Arantes – Deputado Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – AL/MG;
- Ribamar Araújo – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO – AL/RO;
- Gabriel Guerreiro – Deputado Vice-Presidente do Parlamento Amazônico;
- Erci de Moraes – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima – RR – AL/RR;
- Conceição Vieira – Deputada representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – AL/SE;
- Eva Gouveia – Deputada Representante da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba - PB - AL/PB; e
- Rômulo Gouveia – Vice-Governador do Estado da Paraíba - PB

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Não houve deliberação de matéria.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 104 de 2011–CMA, de autoria do Senador Jorge Viana; nº 56 de 2011–CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga; e nº 66 de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater o tema: "Incêndios Florestais"

PARTICIPANTES

- Irving Foster Brown – Professor, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia;
- Bráulio Ferreira de Souza Dias - Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- Leopoldo Coutinho – Professor do Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP).
- Vânia Pivello – Professora do Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP)

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e fiscalização através da internet.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado o parecer favorável, com as emendas de nº 01 a 07-CCT

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à CV - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VOLUNTÁRIOS PARA EVENTOS BENEFICENTES DE SANTA FÉ DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 51, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE PEIXE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 167, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO UNIVERSAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 154, DE 2011

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCI AÇÃO MANANCIAL FM DE RADIODIF USÃO COMUNITÁRIA para exe cutar serviço de ra diodifusão co munitária na ci dade de Ub atuba, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga auto rização à SO CIEDADE BENE FICENTE A MIGOS DA PEDREIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catarina, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o at o que renov a a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO MONTA NHESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sono ra em f requência mod ulada na ci dade de Viçosa, E stado de Min as Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria *ad hoc*: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 287, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCI AÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GURJÃO - ACCECG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurjão, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 314, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à FUNDAÇ ÃO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL SÃO JOSÉ p ara executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇ ÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 637, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE BOA VISTA - PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 895, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FERREIROS - ACCCFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 900, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jatobá, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 162, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE FLORIANÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria *ad hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Americana, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE FERNANDÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 166, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à GRANDE ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LUTAMOS PELA NOSSA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Reditario Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 464, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE POTÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poté, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GIRUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o Projeto

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Deliberativa: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01
Conjunta – Deliberativa e Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 50
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (terminativo): 40
Requerimento - CCT: 08

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: Senador Sérgio Souza
Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis
Relator: Márcio Macêdo

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 6, DE 2011-CMMC

Requer aditamento ao Requerimento n° 5, de 201 1- CMMC, para acrescentar como convidado para a audiência pública objeto do referido requerimento o consultor do meio ambiente Fabio Feldmann.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 7, DE 2011–CMMC

Requeiro aut orização p ara rep resentar a Comi ssão Mista de Mudan ças Cl imáticas no semin ário Which Green ra ce to Durban, n a con dição de memb ro dessa CMMC, a convite do Bloco P arlamentar d os Ambientalistas no Parlamento Europeu (EFA in the European Parliament). O evento será realizado no dia 9 de novemb ro, no Parla mento Euro peu, na cida de de Brux elas, na Bél gica. Por se con stituir u ma representação oficial do Congresso Nacional, peço que o ônus seja para o Senado Federal.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO N° 8, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais requeiro que a Audiência aprovada por meio do Requerimento n° 103, de 2011-CMA, para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, seja realizada conjuntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011–CMMC

Nos te rmos regimentais, requeiro seja re alizada, no âm bito d esta Comissão, audi ência públi ca com a finalidade de conhecer e d ebater o P rograma Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao m onitoramento e a companhamento da s muda nças climáticas no cont inente antártico e seus

impactos no território brasileiro. Para tanto, sugiro sejam convidados representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

7ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2011

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e a companhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro.

PARTICIPANTES

- Contra-Almirante Marcos José De Carvalho Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, e Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Renato Leite, Representantes da Marinha do Brasil;
- Jaqueline Leal Madruga, Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Edson Rodrigues, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Antártico de Pesquisas Ambientais – INCT-APA, Representantes do Ministério do Meio Ambiente; e
- Jefferson Cardia Simões, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CMMC

Nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas, Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Judson Ferreira Valentim, Chefe Geral da Embrapa Acre e Geraldo Luís Lino, Geólogo e autor do livro "A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial", a fim de oferecerem esclarecimentos e/ou subsídios a esta Comissão sobre as alterações, impactos e implicações relativas às mudanças climáticas e aquecimento global.
Autoria: Deputado Valdir Colatto e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública com a presença do senhor André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira na reunião preparatória para COP-17, realizada no início do mês, no Panamá, com o objetivo de informar os parlamentares desta Comissão Mista sobre o resultado da referida reunião e das propostas que serão apresentadas pelo Brasil na COP-17, com data a ser definida.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito aditamento ao requerimento do Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de incluir na lista de convidados um representante da SBPC e um representante da ABC, para contribuir nos esclarecimentos a esta Comissão sobre as alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do Projeto de Lei da Câmara no Senado Federal – PLC nº 30, de 2011, "Código Florestal".
Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza e Deputados Márcio Macêdo e Leonardo Monteiro.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública e Deliberativa: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 07
Requerimento-CMMC: 07

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 74

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 10

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 236

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI - 02/02 a 31/10/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	11									CONCLUSÕES ENCAMINHADAS EM 17.05.11
DEFESA CIVIL RQS 171/2011	6	14	14							
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	2									

COMISSÕES TEMPORÁRIAS EXTERNAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
SEGURANÇA PÚBLICA RQS 455/2011	4	6	5							

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	17	120	120	74						
ECAD RQS 547/2011	16	147	143	58						

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011										AGUARDANDO INSTALAÇÃO

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (5,11)
RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011
Instalação: 27/04/2011
Prazo final: 06/09/2011
Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) (13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
VAGO (3,11)	

Notas:
*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (9)

Leitura: 17/05/2011
Instalação: 28/06/2011
Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (6)
VAGO (6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) (14)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (6)	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. Geovani Borges (PMDB-AP) (3)
Sérgio Petecão (PMN-AC) (3)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (5)	1. VAGO (7,8)
VAGO (10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (4)	1. Gim Argello (DF) (4)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 6133033514
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (4)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (7)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (7)
RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (7)

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011
Instalação: 04/05/2011
Prazo final: 14/08/2011
Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3. Senador Benedito de Lira (PP) (6)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (5)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (5)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (5)

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011
Instalação: 05/07/2011
Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)
Senador Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Jayme Campos (DEM) (4)

Notas:
1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Telefone(s): 6133033511
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) (1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (1)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:
1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp (1)

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011
Designação: 21/09/2011
Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp
Maria Tereza Moura
Antonio Nabor Areias Bulhões
Emanuel Messias Oliveira Cacho
Gamil Föppel El Hireche
José Muiños Piñeiro Filho
Juliana Garcia Belloque
Luiza Nagib Eluf
Luiz Carlos Gonçalves
Luiz Flávio Gomes
Marcelo André de Azevedo
Marcelo Leal Lima Oliveira
Marcelo Leonardo
René Ariel Dotti
Técio Lins e Silva
Tiago Ivo Odon
Marco Antonio Marques da Silva

Notas:
*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.
**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.
***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.
****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.
1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (14)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) (4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) (12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) (5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Lindbergh Farias (PT) (4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) (6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) (7)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (10)
Cyro Miranda (PSDB) (8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino (1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (3)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO (3)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amelia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento º 2/2011-CAS, em 16.03.2011.
**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.
***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).
****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (24)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) (20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (3,5,17,21,28)
Pedro Simon (PMDB) (2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,17)
Renan Calheiros (PMDB) (21)	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) (27)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Demóstenes Torres (DEM) (19)	4. José Agripino (DEM) (18)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (18)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,22)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) (20)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO (16)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (6)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Demóstenes Torres (DEM) (8)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (3,20)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) (17)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) (9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
Randolfe Rodrigues (5)	1. Lindbergh Farias (PT) (5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB.
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1,3,6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (4)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollembeerg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) (2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1,4,9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Cristovam Buarque (PDT) (3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO (2)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO (15)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (11)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (8,10)
Eduardo Amorim (PSC) (1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) (18)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6,9,17)	1. VAGO (7)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.
Gim Argello (12)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:
1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
Sérgio Souza (PMDB) (6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (11)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.
11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (7)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,9)	4. VAGO (3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) (10)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) (6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) (8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) (16)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) (9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO (7)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues (14)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) (4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Zeze Perrella (PDT) (2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) (4)	4. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (10,11)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) (7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO (6)	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
********. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) (1,4)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (3)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 29/09/2011

Notas:
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27.04.2011.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (8)
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (5)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (6)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (2)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (4)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (13)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (6)
PT
Jorge Viana (AC) (7)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (9)
PTB
Armando Monteiro (PE) (10)
DEM
José Agripino (RN) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (11)
PP
Reditario Cassol (RO) (15)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (12)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
VAGO (14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (3)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (5)

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº s 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (14)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (7)
PT
Ana Rita (ES) (9)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (10)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (11)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (5)
PSOL
Marinor Brito (PA) (16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (15)
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (6)
PV
Paulo Davim (RN) (2)

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO[1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião [6]
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame [6]
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia [6]

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira[3]
Antonio Carlos Mendes Thame[2]	Luiz Nishimori[3]
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja[3]
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes[4]
Mandetta	Augusto Coutinho[5]
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

_____

1- Designados pelo Ato n° 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [1]
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) [2]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL) [3]
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:
1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (**PSDB / DEM)**	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL [1]	
	1.

_____

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Pág.

ACIR GURGACZ

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 43

Registro de audiência pública e de apelo à Diretoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal, devido à possibilidade de fechamento do posto da Polícia Rodoviária Federal, instalado na BR-364, no Estado de Rondônia. 43

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Requerimento nº 1.331, de 2011, que solicita encaminhamento de pedido de informações ao Ministro de Estado da Defesa, sobre matéria publicada na revista *Carta Capital*, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título "Paranoia verde-oliva", com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado Manual de Campanha – Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro..... 3

ALVARO DIAS

Requerimento nº 1.329, de 2011, que solicita informações à ministra de Estado da Cultura sobre o repasse de verbas para a produção do Rock in Rio Brasil 2011... 2

Requerimento nº 1.330, de 2011, que solicita informações ao ministro de Estado das Comunicações sobre o repasse de verbas feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a produção do Rock in Rio Brasil 2011. 3

Homenagem aos 109 anos de nascimento do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade. ... 31

Considerações a respeito das políticas públicas de infraestrutura voltadas ao desenvolvimento na área de logística. 33

ALFREDO NASCIMENTO

Aparte à senadora Ângela Portela..... 32

Pág.

ÂNGELA PORTELA

Projeto de Lei do Senado nº 662, de 2011, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e a apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários..... 19

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 31

Comentários a respeito do crescimento da população mundial, que atingiu a marca histórica de sete bilhões de seres humanos, alcançada no dia 31 de outubro de 2011..... 31

Indignação em razão do garimpo ilegal nas terras indígenas do Estado de Roraima, destacando as consequências para o meio ambiente e para a sobrevivência da população indígena..... 31

ANIBAL DINIZ

Aparte ao senador Jorge Viana. 39

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 45

Considerações acerca da conclusão dos 80 metros que faltavam para terminar a BR-364, e registro da integração em decorrência da conclusão da estrada interoceânica, que tem como principal objetivo proporcionar relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e o Peru. 45

ANTONIO RUSSO

Elogios em razão da escolha do nome do deputado Aldo Rebelo para o cargo de ministro do Esporte, e da ministra Ideli Salvatti para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. 48

Homenagem ao Ano Internacional da Química e à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, e voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 48

Pág.

BENEDITO DE LIRA

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 63

BLAIRO MAGGI

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 55
Aparte ao senador Delcídio Amaral. 58

CASILDO MALDANER

Aparte ao senador Jorge Viana. 38
Voto de solidariedade ao ex- presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 41
Comentários a respeito da autossuficiência do Brasil na produção de petróleo, e considerações acerca da necessidade de investimentos na mão de obra qualificada para o setor. 41

CIRO NOGUEIRA

Registro de informações publicadas em diversos noticiários, a respeito da comercialização de lixo hospitalar por parte de empresas brasileiras. . 76

CYRO MIRANDA

Homenagem aos 109 anos de nascimento do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade. ... 44
Considerações a respeito das falhas na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). 44

DELCÍDIO AMARAL

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 57
Considerações acerca das discussões na Comissão de Assuntos Econômicos acerca dos royalties do petróleo e registro sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2011, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). 57
Considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 197, de 2011, de autoria de Sua Excelência, que tem como objetivo modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências..... 57

Pág.

GEOVANI BORGES

Registro de pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que traçou um perfil das vítimas do trabalho escravo..... 75

JORGE VIANA

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 37

JOSÉ PIMENTEL

Voto de solidariedade ao ex- presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 49
Considerações acerca do crescimento na produção de alimentos no Brasil, com destaque para a importância das pesquisas tecnológicas feitas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). 49
Comentários a respeito do lançamento do programa Brasil Maior, proveniente na Medida Provisória nº 540, de 2011, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), e dá outras providências. 49
Considerações acerca da aprovação, por parte do Congresso Nacional, da atualização da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, que possibilitou o andamento do Orçamento de 2012 e do Plano Plurianual. 56

LÍDICE DA MATA

Registro de reunião da CPI do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), ocorrida no dia 27 de novembro de 2011 na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que teve como objetivo debater a questão do direito autoral no Brasil. 61
Registro da realização da Conferência da Juventude, no Estado da Bahia, que tem como objetivo debater as políticas públicas voltadas à juventude. 61
Registro do recebimento do prêmio Darcy Ribeiro, destinado ao Governo da Bahia, em decorrência do Projeto Todos pela Alfabetização (Topa). 61
Congratulações ao Senhor Aldo Rebelo pela posse no cargo de ministro do Esporte, e manifestação de apoio ao ex-ministro do Esporte, o Senhor Orlando Silva, em decorrência de diversas acusações propagadas pela imprensa..... 61
Homenagem aos 38 anos de criação do bloco afro Ilê Aiyê, do Estado da Bahia, e voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 61

Pág.

LINDBERGH FARIAS

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 67

PAULO DAVIM

Registro de eventos aos quais Sua Excelência compareceu para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2011, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). 71

PAULO PAIM

Voto de solidariedade ao ex- presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 26

Considerações acerca do Projeto de Lei 12.528, de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de analisar as violações de direitos humanos no período da ditadura militar; e sobre os 32 anos da criação da Lei da Anistia, em relação à concessão de anistia a todos que, no período de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou eleitorais, e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos.. 26

Aparte ao senador Jorge Viana. 38

Aparte ao senador Casildo Maldaner..... 42

Considerações a respeito de emenda, de autoria de Sua Excelência, à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, que garante ganhos reais aos aposentados e pensionistas..... 61

RODRIGO ROLLEMBERG

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 69

Considerações sobre a sanção, assinada pela presidente Dilma, da lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para atender alunos das redes públicas e trabalhadores que terminaram o ensino médio. . 69

ROMERO JUCÁ

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 60

Registro do transcurso do Dia da Árvore, comemorado no dia 21 de setembro, e considerações acerca da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável..... 75

Registro do falecimento da advogada, ex-ministra e ativista política queniana Wangari Maathai, no dia 25 de setembro. 75

Pág.

SÉRGIO SOUZA

Considerações acerca da necessidade do aprimoramento da gestão pública nacional, com destaque à ampliação e requalificação dos quadros técnicos nos órgãos públicos de planejamento e controle. ... 34

WALTER PINHEIRO

Projeto de Lei do Senado nº 663, de 2011, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de doenças graves ou incuráveis especificadas em lei o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e incluir a pneumopatia grave entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez..... 21

Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2011, que altera o § 3º do art. 5º do Código de Processo Penal para garantir retribuição pecuniária à pessoa que dá notícia de crime contra a Administração, de cujo processo resulte recuperação de valores. 25

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 36

Apelo para o funcionamento da Comissão de Orçamento no dia 1° de novembro de 2011, tendo como pauta a apreciação de dois relatórios preliminares do Plano Plurianual (PPA) e do Orçamento de 2012..... 55

Aparte ao senador Delcídio Amaral. 58

Considerações sobre a construção da ponte que liga Salvador a Itaparica, bem como os benefícios da obra para o desenvolvimento econômico da região.. 64

WILSON SANTIAGO

Projeto de Lei do Senado nº 661, de 2011, que estabelece que toda prefeitura municipal, em trabalho conjunto com as câmaras municipais e a participação popular, pode apresentar, por intermédio da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, uma emenda à despesa na proposta do Orçamento Anual da União..... 18

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 40

Voto de solidariedade ao ex-presidente Lula, por ter sido diagnosticado com câncer. 74